



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 204 - QUINTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente³
VAGO
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges² PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴ LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão ³ Romeu Tuma ⁴ Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Renan Calheiros licenciou-se da Presidência do Senado Federal, em 11.10.2007, por 45 dias (DSF 16.10.2007). Senador Renan Calheiros apresentou Requerimento n.º 1.356/2007, comunicando que permanecerá licenciado de 25.11.2007 a 29.12.2007 (DSF 22.11.2007).

3. Senador Renan Calheiros comunicou sua renúncia à Presidência da Casa na sessão de 4.12.2007 (DSF 5.12.2007).

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 230ª SESSÃO ESPECIAL, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Comemoração o Dia do Marinheiro, nos termos dos Requerimentos n.ºs 417 e 1.336, de 2007, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores. 44954

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Alvaro Dias)

1.2.2 – Oradores

Senador Sérgio Zambiasi 44955
Senador Heráclito Fortes 44958
Senador Romeu Tuma 44959
Senador Augusto Botelho 44963
Senador Marcelo Crivella 44964
Senador Sibá Machado 44968
Senador João Pedro 44970
Senador Flexa Ribeiro 44971

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 231ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Fala da Presidência (Senador Tião Viana)

Finalidade da presente sessão: Eleição do Presidente do Senado Federal para o período remanescente do biênio 2007/2008, nos termos do disposto nos §§ 1º e 3º do art. 59 do Regimento Interno. 44974

2.2.2 – Eleição do Presidente

Uso da palavra no encaminhamento da votação o Sr. Líder Valdir Raupp, do PMDB, comunicando a indicação do Senador Garibaldi Alves Filho, com aquiescência de todos os Líderes partidários. 44974

2.2.3 – Proclamação do Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal

2.2.4 – Pronunciamento do Sr. Garibaldi Alves Filho, ao assumir a Presidência do Senado Federal

2.2.5 – Oradores

Senador Arthur Virgílio 44980
Senador Pedro Simon 44982

Senador Magno Malta 44985
Senador José Agripino 44986
Senador Gerson Camata 44987
Senadora Ideli Salvatti 44988
Senador Inácio Arruda 44989
Senador Marcelo Crivella 44990
Senador Eduardo Suplicy 44991
Senadora Rosalba Ciarlini 44991
Senador Cristovam Buarque 44992
Senador Efraim Morais 44993
Senador Romeu Tuma 44994

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – ATA DA 232ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 429/2007, de 19 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 365, de 2007, do Senador Arthur Virgílio. 44996

Nº 430/2007, de 19 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 740, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 44996

Nº 434/2007, de 21 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 296, de 2007, do Senador Arthur Virgílio. 44996

Nº 439/2007, de 7 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 287, de 2007, do Senador Romero Jucá. 44996

Nº 253/2007, de 29 de novembro último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2007, do Senador Mário Couto. 44996

Nº 436/2007, de 22 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.017, de 2007, do Senador Tasso Jereissati. . 44996

Nº 1.134/2007, de 20 de novembro último, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 470, de 2007, da Senadora Kátia Abreu. 44996

3.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 2.008/2007, de 22 de novembro último, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 874, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante. 44996

Nº 476/2007, de 22 de novembro último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.016, de 2007, do Senador Tasso Jereissati. 44996

Nº 495/2007, de 23 de novembro último, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 727, de 2007, do Senador Romeu Tuma. 44996

3.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 258, de 2007 (nº 904/2007, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de três milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e sessenta reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.581, de 27 de novembro de 2007. 44996

Nº 259, de 2007 (nº 905/2007, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 6, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatorze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.582, de 27 de novembro de 2007. 44996

Nº 260, de 2007 (nº 959/2007, na origem), informando que se ausentará do País no próximo dia 13 de dezembro, em visita oficial à Venezuela. 44997

3.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento, do Presidente do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 101, de 2007 (nº 1.693/2007, na origem), de 21 de novembro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte

da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7). 44997

Recebimento, do Presidente do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 102, de 2007 (nº 1.744/2007, na origem), de 21 de novembro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8). 44997

Recebimento, do Presidente do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 104, de 2007 (nº 1.697/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre a Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que fixa os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o ano de 2008. 44997

Recebimento, do Presidente do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 106, de 2007 (nº 1.640/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macro-avaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho. 44997

Recebimento do Aviso nº 105, de 2007 (nº 444/07, na origem), de 29 de novembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 44998

Recebimento da Mensagem nº 257, de 2007 (nº 941/2007, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas 44998

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 82, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, que altera o art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o quorum para o início da Ordem do Dia. 44998

Recebimento, do Presidente da República, da Mensagem nº 261, de 2007 (nº 945/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Pelotas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de dezoito milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas. 44998

Recebimento, do Presidente da República, da Mensagem nº 262, de 2007 (nº 946/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Canoas – RS e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até quinze milhões e setenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas” – Fase I. 44998

Recebimento, do Presidente da República, da Mensagem nº 263, de 2007 (nº 947/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento Parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar. 44998

Recebimento, do Presidente da República, da Mensagem nº 264, de 2007 (nº 948/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Feira de Santana e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana. 44998

3.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro. 44999

3.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 101, de 2007, tendo como primeira signatária a Senadora Roseana Sarney, que acrescenta inciso ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica. 45045

3.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES* – Registro da visita do Presidente Lula ao Estado do Amapá, na última sexta-feira, destacando o decreto que transfere terras da União para o Amapá. Anúncio do encontro marcado com o Presidente da França, no próximo ano, para lançamento da pedra fundamental da construção da ponte sobre o rio Oiapoque e de obras importantes para o Estado. Anúncio da liberação de recursos do Orçamento para diversos municípios do Estado do Amapá. 45047

SENADORA *ROSALBA CIARLINI*, como Líder – Preocupação com a paralisação das obras de transposição das águas do rio São Francisco. 45049

3.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.444, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Moisés Zagury, ocorrido hoje, na cidade do Rio de Janeiro. 45052

3.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Elogio ao Programa Mais Saúde, também conhecido como o PAC da Saúde, lançado pelo Governo este mês. 45052

SENADOR *PAULO PAIM* – Leitura de carta recebida de um cidadão do Estado do Ceará, relatando a prisão de duas mulheres em cela com mais de 30 homens, no Município de Itarema. 45057

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim e a instalação de comissão para apurar denúncias de maus tratos contra mulheres. 45058

SENADOR *NEUTO DE CONTO* – Agradecimentos ao Senador Tião Viana pelo brilhante trabalho desenvolvido enquanto ocupou a Presidência da Casa e homenagem ao Presidente eleito, Garibaldi Alves Filho. Reflexão sobre o momento que a Casa está vivendo. 45058

3.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 1.445, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, pelos seus 25 anos de fundação. 45062

Nº 1.446, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando que o Conselho Editorial aprecie o nome do ex-Senador Fábio Lucena para fazer parte da coleção Grandes Vultos que Honram o Senado. 45062

Nº 1.447, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior e outros Srs. Senadores, solicitando

voto de aplauso ao Sr. Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade no próximo dia 15. 45062

Nº 1.448, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. 45063

3.2.11 – Comunicação da Presidência

Designação dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti para representarem o Senado nas exéquias do Sr. Ottomar Pinto, ex-Governador do Estado de Roraima. 45066

3.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. **Aprovado, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e 7-CAE**, tendo usado da palavra os Srs. Antonio Carlos Júnior, Aloizio Mercadante, Jefferson Péres, Arthur Virgílio, César Borges, Gerson Camata e Magno Malta. À Comissão Diretora para redação final. (Votação nominal). 45066

Redação final do de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar (**Parecer nº 1.264, de 2007-PLEN**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 45077

Item 32 (Inversão da pauta conforme acórdão de Lideranças)

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007 (nº 7.570/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Marco Maciel. **À sanção**. 45079

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. **Aprovada em primeiro turno**, tendo usado da palavra os Srs. Sibá Machado, Marcelo Crivella, a Sra. Fátima Cleide, os Srs. Mário Couto, João Pedro, Tião Viana, Edison Lobão, Romeu Tuma e Arthur Virgílio. 45084

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. **À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**, para reexame, nos termos do Requerimento nº 1.449, de 2007, lido e aprovado nesta oportunidade. 45092

Item 6 (Inversão da pauta conforme acórdão de Lideranças)

Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). **Aprovados os arts. 1º e 3º, com a rejeição do art. 2º, ficando prejudicada a Emenda nº 20**, após usarem da palavra os Srs. Valter Pereira, Inácio Arruda, Gerson Camata, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, a Sra. Ideli Salvatti, os Srs. Francisco Dornelles, Tião Viana, Eptácio Cafeteira, Arthur Virgílio, Paulo Paim, Wellington Salgado de Oliveira, Jarbas Vasconcelos, Sibá Machado, José Agripino, as Sras. Serys Slhessarenko e Kátia Abreu, os Srs. Osmar Dias, Antonio Carlos Junior, Magno Malta, Marcelo Crivella, Alvaro Dias, Aloizio Mercadante, a Sra. Fátima Cleide, os Srs. Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Marco Maciel, Mário Couto, César Borges, José Sarney, Romero Jucá (Relator), Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Marconi Perillo, Delcídio Amaral, Flávio Arns, Mão Santa, Raimundo Colombo, Leomar Quintanilha, Cristovam Buarque, João Ribeiro, Pedro Simon e Almeida Lima. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação para o 2º turno constitucional. (Votação nominal). 45093

Redação para o 2º turno constitucional da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (**Parecer nº 1.265, de 2007-CCJ**). 45170

Itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 13, quinta-feira:

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 45170

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. 45171

Item 7

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências. 45171

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador

Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 45171

Item 9 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública. . 45171

Item 10 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública. 45171

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior. 45171

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 45172

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. 45172

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 45172

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador

Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. ... 45172

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. 45173

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos. 45173

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. 45173

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). 45173

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências. 45173

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 45174

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados. . 45174

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de

carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 45174

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais..... 45174

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia). 45174

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 45174

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 45174

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 45175

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários. 45175

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. 45175

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. 45175

Item 33 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 45175

Item 34 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo. 45175

Item 35

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 45175

Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 45176

Item 37

Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País. ... 45176

Item 38

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003. 45176

Item 39

Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait, assinado na Cidade do Kuwait em 23 de fevereiro de 2005. 45176

Item 40

Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005. 45176

Item 41

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 45176

3.3.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.451, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de louvor à Sra. Raimunda Nonata da Silva pela aprovação, com destaque, no vestibular do Centro Universitário Luterano de Santarém-PA. 45176

Nº 1.452, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Calazans, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pingo D'Água/MG, no dia 11 do corrente. 45177

3.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários aos editoriais intitulados “A resposta do presidente da FIESP” e “O comício da saúde”, publicados no jornal **O Estado de S. Paulo**, edições de 5 e 7 de dezembro do corrente, respectivamente. Inserção, nos Anais do Senado, da matéria intitulada “Mendonça de Barros ataca fundo soberano”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 de dezembro corrente. 45177

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Na moita com o MST”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de novembro último. 45181

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre o artigo intitulado “Mundo, mundo, vasto mundo”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 7 de outubro último. 45182

SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “Quarenta a zero”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 05 de setembro último. .. 45183

3.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária nesta quinta-feira, dia 13, com Ordem do Dia designada. 45184

3.4 – ENCERRAMENTO**4 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR (Republicação)**

Do Senador Augusto Botelho, proferido na sessão deliberativa ordinária de 22 de novembro de 2007, que se republica para inserção de documento traduzido. 45191

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE INTERINO DO SENADO FEDERAL, SENADOR TIÃO VIANA, EM 12-12-2007**6 – ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº 5.382, de 2007. 45225

SENADO FEDERAL**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 230ª Sessão Especial, em 12 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Sérgio Zambiasi

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 12 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Marinheiro, de acordo com os Requerimentos nºs 417 e 1.336, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada; o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; o Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; e o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica.

Ouviremos, todos de pé, o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda de Fuzileiros Navais.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; senhoras e senhores convidados; Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi e todas as Senadoras e todos os Senadores que a ele se aliaram pela feliz iniciativa de propor esta sessão especial em comemoração ao Dia do Marinheiro.

É uma homenagem justa. Acima de tudo, justa. Até porque, como bem lembraram os signatários do requerimento, o 13 de dezembro de 2007 se reveste de especial importância. Nele comemoramos o bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o nosso Marquês de Tamandaré.

Patrono da Marinha, teve sua data natalícia consagrada como o Dia do Marinheiro. Reconhecimento dos brasileiros ao herói da guerra e da paz. Reconhecimento dos brasileiros ao bravo comandante de canhoneiras, ao patriota que lutou pela independência,

pela integridade e pela soberania de nosso País. Reconhecimento, também, ao solidário homem do mar, capaz de salvar tripulantes e passageiros da nau portuguesa Vasco da Gama, perdida ao longo da Barra do Rio de Janeiro, e do navio inglês Ocean Monarch, que se incendiava próximo ao Porto de Liverpool. Reconhecimento, enfim, ao cidadão exemplar que, embora monarquista, permaneceu na ativa após a Proclamação da República, dizendo-se um servidor do Brasil e não de um regime.

Assim como seu patrono, os integrantes da Marinha, Sr^{as} e Srs. Senadores, têm se comportado como servidores do Brasil, legítimos herdeiros da tradição de Tamandaré.

Com firmeza e lealdade, eles têm apontado aos dirigentes da Nação e à sociedade em geral os fatores que podem comprometer sua atuação. E que, assim, podem colocar em risco a soberania do País. Entre tais fatores, destaca-se a insuficiência dos recursos destinados ao funcionamento, preparo e aparelhamento das Forças Armadas. É certo que, como reconhecem os próprios comandantes militares, desde 2004 tem havido uma gradual recuperação dos níveis orçamentários. Ainda assim, estamos longe do orçamento ideal.

De modo que é fundamental – e também é urgente – que se destinem à Marinha os recursos necessários. É fundamental e urgente, por exemplo, que sejam integralmente repassados à Marinha os valores arrecadados a título de *royalties* sobre a exploração do petróleo. Não se trata de um favor ou de um gesto de boa vontade, pois esse procedimento é amparado na Lei nº 7.990 e na Lei nº 9.478.

Devidamente abastecida de recursos, Sr^{as} e Srs. Senadores, poderá a Marinha de nosso País dar continuidade a ações de mais alta relevância. Ações, por exemplo, como o Programa de Reaparelhamento da Marinha, que busca evitar o sucateamento de nossos submarinos, navios e aviões de combate ou patrulha. Não se pode aceitar, de jeito nenhum, que praticamente metade de nossos equipamentos estejam imobilizados, sem condições de operar.

Outra ação de grande significado, vital em termos estratégicos e econômicos, é a proteção de nossas plataformas marítimas de exploração de petróleo, principalmente quando mais e mais campos são des-

cobertos e o Brasil passa a ser respeitado como um importante produtor de petróleo.

Também é preciso dar continuidade ao Programa Nuclear da Marinha, que vem sendo executado desde 1979 e que visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear, desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica.

Há que ter seguimento, ainda, o Programa Antártico Brasileiro. Com 25 anos já completados, o Proantar executa pesquisas científicas e tecnológicas na Antártida, para entender os fenômenos daquela região que possam repercutir sobre o globo terrestre e, mais especificamente, sobre o território brasileiro.

Há que se dar proteção – e falo aqui de uma questão essencial para nossa soberania – à Amazônia Azul, a chamada fronteira brasileira no mar, ou território marítimo brasileiro.

Uma gigantesca área de quatro milhões e meio de quilômetros quadrados que devemos manter sob permanente vigilância, para que a exploração e o aproveitamento de seus recursos naturais permaneçam em nossas mãos.

Além da permanente guarida, a Marinha do Brasil faz um grande trabalho de apoio à população amazônica e, neste ano de 2007, já realizou mais de 200 mil procedimentos médicos, odontológicos e farmacêuticos nas comunidades das áreas navegáveis da Bacia Amazônica.

Enfim, senhoras e senhores visitantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe todo um conjunto de ações – repito: da mais alta relevância – que vem sendo desenvolvido pela Marinha do Brasil.

Compete ao País, portanto, garantir a continuidade dessas ações. Compete ao País, principalmente, fazer com que não falem recursos para o bom andamento dessas ações.

No que couber aos integrantes de nossa Marinha, estou certo de que saberão, como souberam até agora, honrar o admirável legado do Almirante Tamandaré.

No que couber ao Congresso Nacional e, especialmente, ao Senado Federal, sempre estaremos a postos, dispostos a auxiliar a Marinha do Brasil em todas as suas demandas.

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, em seu nome, cumprimento a todos pela passagem deste Dia do Marinheiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, primeiro subscritor do requerimento.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Júlio Sabóia de Araújo Jorge, Chefe do Estado Maior da Armada;

Sr^{as} e Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o Brasil orgulha-se muito de um gaúcho que, ao fazer-se ao mar, fez-se também símbolo, exemplo e patrono da Marinha do Brasil. Refiro-me a Joaquim Marques Lisboa, ou simplesmente o Almirante Tamandaré, como é conhecido na história nacional o patrono de nossa Marinha, que o homenageia no dia de seu nascimento, 13 de dezembro. Desde 1925, por Aviso do então Ministro da Marinha, o 13 de dezembro passou a ser o “Dia do Marinheiro”, mas também o “Dia de Tamandaré”.

Sr. Presidente Alvaro Dias, a história não produz acasos gratuitamente. Tamandaré nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Vila de São José do Norte, então distrito da cidade do Rio Grande, atualmente um dos mais importantes portos de nosso continente, situado no extremo sul de meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Pois no começo do ano seguinte, alguns dias depois, mais precisamente em 22 de janeiro de 1808, Dom João VI, com a família real e sua corte, sob a proteção da esquadra portuguesa, desembarcava no Brasil, transferindo para cá a capital do reino e abrindo caminho para a declaração de independência, proferida 14 anos depois, por Dom Pedro I.

A partir da Independência, Dom Pedro I cria a primeira esquadra brasileira, sob o comando de Thomas Cochrane e com tripulação composta de sua maioria por ingleses. E esse gesto cruza definitivamente o destino do jovem Joaquim Marques Lisboa, então com apenas 15 anos de idade, com o mar e a Marinha. O jovem praticante de piloto da fragata Niterói, a partir daí, jamais abandonaria o mar, tornando-se herói em inúmeras batalhas navais e posteriormente patrono da Marinha nacional.

A vida do Almirante Tamandaré tem sua belíssima trajetória, portanto, entre a declaração da Independência do Brasil, em 1822, e a proclamação da República, em 1889. Foi nesse período de lutas, de afirmação da soberania e dos valores nacionais, que se avultou a figura do velho comandante. Todos os episódios bélicos desse período tiveram a presença sempre marcante do Almirante Tamandaré.

Sua estréia nessas lidas ocorreu já na Guerra da Independência, entre 1822 e 1824, contra o Ge-

neral Inácio Luís Madeira de Melo, na Bahia, e na perseguição da esquadra portuguesa até a foz do rio Tejo, e representou a luta dos patriotas, aqueles que, imbuídos de um forte espírito de brasilidade, se contrapunham à tentativa de recolonização proposta pela corte portuguesa.

Nessas lutas, Tamandaré consagrou-se na História do Brasil graças a sua bravura também nas sangrentas batalhas de Riachuelo, Humaitá, Uruguaiana, Curuçú e Curupaiti, integrando as forças da Tríplice Aliança.

Tamandaré e a Marinha brasileira cresceram e consolidaram-se juntos. O primeiro como verdadeiro herói da Pátria, enquanto a Marinha transformou-se no que é até hoje: guardião da integridade e da Pátria, contribuindo para sua integração interna e manutenção da ordem.

Na carreira de Tamandaré ocorreram diversos exemplos de bravura, de espírito arrojado, de capacidade de liderança e de desprendimento humanitário. Empreendeu uma fuga audaciosa do cárcere argentino durante a Guerra Cisplatina, liderando a tomada do navio que levava oficiais e marinheiros capturados em Carmen de Patagones; lutou contra os cabanos no Pará, contra a Sabinada na Bahia e contra a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul; resgatou mais de uma centena de naufragos do navio inglês Ocean Monarch; auxiliou a pacificação de Pernambuco durante a Revolução Praieira; salvou o navio português Vasco da Gama de um iminente naufrágio, rebocando-o em meio a uma violenta tempestade, próximo à barra do Rio de Janeiro, recebendo por esse feito glorioso a espada de ouro do Governo português. Participou como Comandante-em-Chefe das Forças Navais Brasileiras nas operações do Rio da Prata durante as convulsões no Uruguai, que seriam o prelúdio para a guerra contra o Paraguai. Comandou, nos dois primeiros anos desse conflito, as operações da Esquadra nos rios Paraná e Paraguai, onde obteve vitórias como Riachuelo e Passo da Pátria.

Falecido em 1897, então Ministro do Superior Tribunal Militar, a nobreza desse marinheiro se revela nas palavras finais do seu testamento, em que pede uma cerimônia simples, sem anúncios nem convite, e que seu esquife seja conduzido por seus irmãos em “Jesus Cristo que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de Maio”.

E como homenagem à Marinha, pediu que sobre a pedra que cobrisse sua sepultura houvesse a singela inscrição: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados aqui presentes, por felicidade, vivemos hoje tempos de paz, sem nenhum conflito

armado desde a Guerra do Paraguai. Mas, se a Marinha do Brasil mostrou sua importância estratégica em tempos de guerra, não é diferente do que ocorre em períodos de paz.

Recentemente, entre os dias 20 e 25 de janeiro deste ano, tive a honra de acompanhar uma viagem à Antártida, em missão oficial desta Casa a convite da Marinha do Brasil.

A Antártida, como se sabe, é uma das regiões mais importantes para o futuro do Planeta. Nela, estão concentrados 80% da água doce do Planeta e 90% do gelo, essenciais e estratégicos para a sobrevivência humana. A estação brasileira Comandante Ferraz, assim como as demais localizadas na região, realizam pesquisas científicas de grande importância, especialmente no terreno climático. Sobressai, de imediato, a importância deste trabalho magnífico por parte da Marinha brasileira.

O mar, onde estão presentes as riquezas do presente e do futuro, hoje desperta uma importância significativa para o nosso País. Por ele passam cerca de 95% de todo o comércio exterior, entre exportações e importações. Desse mesmo mar são extraídos mais de 80% do petróleo nacional consumido, utilizando-se tecnologia de ponta brasileira para extração a grandes profundidades e de uma outra gama de recursos econômicos que podem ser explorados, como o gás natural, os recursos minerais marinhos, a pesca, o turismo e o lazer marítimo. Estes são alguns exemplos de segmentos econômicos que possuem elevado potencial de fomento no Brasil.

Ao destacar essas inúmeras missões no campo social, educacional, de pesquisa e humanitário que a Marinha desenvolve, é preciso ressaltar a importância e a urgência, como muito bem comentou o Presidente Alvaro Dias, do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM).

Uma instituição como a Marinha do Brasil, de caráter permanente por mandamento constitucional e de relevante identidade com a Nação brasileira, não pode prescindir de um adequado, exequível e sustentável planejamento de substituição de seus meios, sob pena de não estar minimamente equipada e adestrada para contribuir na manutenção da soberania nacional, quando chamada para tal.

Há vários anos, a Força tenta aprovar o Programa de Reaparelhamento da Marinha, elaborado em função das necessidades estratégicas estabelecidas na Política de Defesa Nacional e de outras orientações de nível estratégico, tendo sempre em conta a realidade socioeconômica do País. A aprovação e a execução Programa de Reaparelhamento da Marinha produzirá reflexos positivos para a economia nacional,

estimulando um sem número de setores da cadeia produtiva associados à indústria naval e de defesa.

Com o propósito de analisar as prioridades e propor cronogramas e fluxos de recursos necessários aos Programas de Reparelhamento das Forças Armadas, foi instituído, em dezembro de 2005, por Decreto Presidencial, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que encaminhou ao Ministro da Defesa, em 31 de agosto de 2006, um relatório para que, depois de analisado, fosse submetido à deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Por determinação do Ministério da Defesa, uma atualização do Programa de Reparelhamento da Marinha foi enviada em julho de 2007.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Marinha dividiu a programação de rearmamento em dois períodos, sendo o primeiro, de maior prioridade, atualizado em recente revisão para 2008 a 2014.

As estimativas de custo levantadas se limitaram a esse primeiro período, totalizando o montante de R\$5,8 bilhões, relativos a oito grupos de prioridades de rearmamento, que englobam a construção, modernização ou aquisição de diversos meios, como submarinos e torpedos, navios e helicópteros para escolta e patrulhamentos fluviais, embarcações do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, entre tantas outras.

Há, ainda, no mesmo sentido, o desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha – também aqui citado por nosso Presidente Alvaro Dias –, que vem sendo executado desde 1979, com enorme sacrifício, e que visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se aí o reator nuclear.

A primeira parte do propósito – domínio do ciclo do combustível – já foi atingida, restando ainda o esforço de conclusão da segunda parte, que é exatamente a planta nuclear. Desenvolvidos e concluídos esses dois projetos e logrado êxito na operação dessa planta nuclear, estarão criadas as condições para que, no futuro, havendo uma decisão de governo para tal, possa ser dado início à elaboração do projeto e a posterior construção de um submarino com propulsão nuclear, que deverá ser antecedido pelo projeto, construção e avaliação de um submarino convencional nacional. Esse foi o caminho percorrido por todos os países que possuem submarinos nucleares nas suas marinhas.

Do início, em 1979, até por volta do princípio da década de 1990, o Programa Nuclear da Marinha contou com aporte de recursos adicionais ao orçamento da Força, provenientes de outras fontes governamentais, que possibilitaram o domínio do ciclo do combustível,

alcançado ao final da década de 1980. A partir daí, o Programa passou a ser custeado, praticamente, com recursos apenas do orçamento da Marinha do Brasil, que, além de declinante, tem de atender a todas as demais demandas da Força.

A solução visualizada para a conclusão desse Programa é a sua transformação em um Programa Nacional, e não apenas da Marinha, garantindo o aporte adicional, regular e continuado dos recursos capazes de fazer face às necessidades de um empreendimento dessa natureza. Desde que haja investimentos anuais de cerca de R\$130 milhões, durante os próximos oito anos, o reator poderá ser testado. Se não houver investimento algum, a consequência será a manutenção do Programa Nuclear da Marinha em estado vegetativo ou até mesmo sua paralisação. E aqui está o compromisso, já assumido pelo Presidente Alvaro Dias, da solidariedade do Congresso Nacional, do Senado Federal, no sentido de garantirmos essa programação, especialmente pelas votações orçamentárias desta Casa.

O Presidente Lula, em visita realizada ao Centro Experimental de Aramar, no dia 10 de julho, motivado pela dimensão do Programa, pelo arrasto tecnológico que ele proporciona ao País e pela importância estratégica para a Marinha e para o Brasil, anunciou que os recursos necessários para a conclusão do Programa Nuclear da Marinha serão liberados (R\$1 bilhão, distribuídos durante oito anos – cerca de R\$130 milhões/ano). Portanto, já é um compromisso assumido pelo Presidente Lula.

Portanto, Sr. Presidente Alvaro Dias, Srs. Comandantes das nossas três Forças, Senadoras e Senadores, fica aqui, neste momento, consagrada esta homenagem, este compromisso com as nossas Forças Armadas e, especialmente, neste momento, o registro histórico da homenagem cívica que nos impusemos a fazer à Marinha e aos marinheiros do Brasil, bem como o esforço e o apoio desta Casa às reivindicações que são, ao mesmo tempo, vitais para a perenidade da Força mas, também, para o desenvolvimento do País e o bem-estar de todos nós brasileiros.

Salve, portanto, a Marinha do Brasil! Salve o Velho Marinheiro, salve o Almirante Tamandaré!

Obrigado e parabéns a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os nossos cumprimentos ao Senador Sérgio Zambiasi pelo pronunciamento e pela iniciativa de prestar esta homenagem à Marinha brasileira.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada, em primeiro lugar, eu queria agradecer a generosidade sempre crescente do Senador Romeu Tuma, que, possibilitando a inversão na ordem dos oradores, permitiu que eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pudesse me dirigir aos senhores nesta manhã.

Antes dos cumprimentos à Marinha pela sua data, quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dar o testemunho de uma experiência que vivi ao longo deste ano.

O Brasil não tinha conhecimento – e, se alguns o tinham, era muito limitado – da real e grave situação por que passam as Forças Armadas brasileiras. Era um assunto que não se tratava de maneira clara; era um tabu. Eu achava, meu caro Senador Zambiasi, que esse era um sistema que não trazia benefício para as partes. Ao assumir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, propus audiências públicas com os Comandantes das três Forças. E aí vimos, de maneira muito positiva, o resultado dessas audiências. Vimos a situação crítica das três Forças, mas nós vimos uma coisa fantástica: a garra, a determinação e o otimismo do militar brasileiro, e foi exatamente sob esse prisma que nós demos continuidade às três audiências, ouvindo os representantes das três Forças.

A partir daí, vimos que o Brasil está numa posição crítica, disputando, numa indesejável olimpíada, o terceiro ou o quarto lugar na América do Sul. Nós, que fomos preparados para a paz e que temos a convicção de que este é um País de paz, nunca nos preocupamos com nenhum tipo de corrida armamentista. Ainda bem! Porém, circunstâncias nos fizeram olhar com cautela essa questão.

E aí, mais uma vez, Sr. Presidente, o Congresso Nacional exerceu um papel que a sociedade precisa reconhecer. As emendas que competem às comissões setoriais geralmente eram disputadas, legitimamente, por Deputados, por Senadores, para projetos localizados. Pela primeira vez, recebemos as emendas vindas das Forças da maneira que vieram, sem nenhuma correção, Sr. Presidente, exatamente porque tínhamos a convicção de que, neste momento de crise, não cabia nenhuma interferência no projeto de reequipamento das Forças Armadas.

A Marinha, com seu fantástico projeto nuclear, ou seja, o de construção do tão desejado e tão esperado submarino, mostrou-nos que estava preparada não só para construir, mas também para gerir essa tecnologia e, inclusive, exportá-la.

Eu quero citar aqui um exemplo da situação crítica das nossas Forças Armadas, meu caro Senador Alvaro Dias.

O General Enzo, na sua exposição, mostrou, na Amazônia, um dos veículos utilizados, um Jeep Willys 1951, o famoso “Cara Baixa”. Eu sou de uma geração em que quase todos aprenderam a dirigir naquele tipo de carro, uns oriundos da guerra da Coréia, e eles ainda estão – vejam bem – prestando serviço ao Exército brasileiro. Eu me espantei e alguém me disse lá: “Não, nós temos fuzis, nós temos armas de 1945”.

Meu caro Presidente, esta sessão de homenagem à Marinha, além de ser uma homenagem justa, é, acima de tudo, um alerta. Essa experiência que nós vivemos neste ano tem que se repetir, Srs. Comandantes, Srs. Militares. E nós temos que mostrar que a proximidade permanente, não-eventual, entre as Forças Armadas e o Congresso brasileiro é altamente positiva para o País. O diálogo é fundamental. Vocês têm canais naturais, como o Senador Romeu Tuma, que tem sido um defensor permanente de questões relativas às Forças Armadas. Sou apenas um Presidente eventual, mas bastou sentir na pele a questão vivida pelas Forças brasileiras para me sensibilizar e me inscrever espontaneamente nesse mutirão de recuperação.

Quero parabenizar, de maneira muito especial, a nossa Marinha pelo esforço que faz em formar profissionais, enfrentando dificuldades, escassez de equipamentos e tendo pela frente este imenso mar territorial brasileiro.

Recentemente vimos vizinhos mais abastados comprarem seis submarinos. Sr. Presidente, se aqueles submarinos forem funcionar na costa do país que os adquiriu, vamos ter um engarrafamento equivalente ao da Avenida Paulista, dado o espaço e a pouca utilização, a pouca vantagem. E o Brasil, tão grande, lutando para chegar aí.

Portanto, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não poderia deixar de dar este depoimento. E quero também, finalizando, mostrar minha alegria.

Vi, pela primeira vez ontem, o Ministro da Defesa começar a falar do aumento para os militares. Era necessário, mas é preciso que o Ministro não recue, como recuou – ou, pelo menos, está esperando – na questão do espaço entre as poltronas das aeronaves civis. Esse assunto não pode parar.

Estamos vivendo hoje num país que bate recordes de arrecadação. Nomeiam-se, muitas vezes, sem necessidade, cargos de DAS, bem como, meu caro Senador Zambiasi, inexperientes militantes que recebem mais nas suas sinecuras do que os militares que deram sua vida inteira a serviço do Brasil.

Essa é uma questão que não é da Marinha, não é do Exército, não é da Aeronáutica; é do Congresso e do Brasil, e nós não podemos nos afastar dela.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado ao Senador Heráclito Fortes.

Hoje é um dia também muito especial para uma das autoridades aqui presentes. Cumprimento o Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, pelo seu aniversário no dia de hoje. Nossos cumprimentos e nossos parabéns. (Palmas.)

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma. A seguir, os Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, senhores oficiais gerais, Sr. Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe de Estado-Maior da Armada; Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, meus parabéns pelo aniversário, espero que o senhor esteja subtraindo na idade que tem para ficar mais tempo na Aeronáutica – é a nossa esperança; Senador Alvaro Dias, digno Presidente desta Casa, que hoje tem a honra de dirigir esta solenidade em homenagem à Marinha; não poderia deixar de agradecer e cumprimentar também o Senador Heráclito Fortes, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelo trabalho que tem desenvolvido no que diz respeito ao interesse principalmente das reivindicações de verbas pelas Forças Armadas e condições de trabalho. Penso que isto tem uma importância vital: formar-se uma força política para tentar dar o apoio necessário para aqueles que, por vocação, escolhem servir à Pátria com o que é mais sagrado, que é a própria vida, em defesa da nossa soberania, servindo às Forças Armadas.

Eu, Almirante, fiz um discurso, mas vi que está tudo quase igual ao que falaram aqui. A História não se muda. Vai passando o tempo, e o que se pode é acrescentar algo que possa demonstrar o que realmente significa aquela profissão que nos dispomos a homenagear no dia sagrado do Patrono Tamandaré. Eu não sabia se ia para aquele lado, para ficar de frente, ou se ficava deste, para ficar ao lado de Tamandaré, para me inspirar um pouco melhor naquilo que representa a Marinha.

Eu vou pedir depois, Sr. Presidente, que meu discurso seja inserido; mas, se permitir, gostaria de falar alguma coisinha de foro íntimo, de alma, de coração...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido pelo Regimento.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – ... pela convivência que eu sempre tive com as Forças Armadas.

Diz o Senador Heráclito que eu sou uma ponte permanente. Eu tenho orgulho disso, Almirante, General, Comandante. Desde jovem, eu aprendi a admirar as Forças Armadas. Gostaria de ter sido um oficial, mas, filho de imigrante, tinha grande dificuldade de me separar da família. Como os pais eram foragidos de períodos difíceis, principalmente do Oriente, os filhos tinham de ficar sob a saia da mãe. Atravessavam grandes dificuldades para dar educação, escola e oportunidades e queriam que seus filhos não passassem pelo mesmo sofrimento que suportaram. Então, não tive essa oportunidade. Aliás, mandei carta para todas as Forças pedindo a minha inscrição, mas não consegui comparecer a nenhum dos exames. Não sei se seria aprovado ou não, mas ficou na minha mente. O CPOR eu consegui fazer. Convenci minha família de que era uma forma de aprender, de ter formação, amor ao País, dignidade, respeito e, principalmente, uma coisa sagrada que o militar tem: honestidade e ver o país como sua pátria-mãe, estando pronto a servi-la em qualquer instante e em qualquer lugar.

Em outras atividades, quando um profissional é removido para qualquer lugar, ele reclama, procura politicamente, quer mudar. Na Marinha, no Exército, na Aeronáutica, ninguém reclama da transferência para servir em um comando mais distante ou mais próximo da sua própria família.

Convivi períodos difíceis com as Forças Armadas, no período revolucionário. Tive muito contato pessoal. Hoje, alguns estão na reserva, outros estão no céu nos protegendo, e alguns, como eram segundos-tenentes, hoje são brigadeiros, generais ou almirantes.

Então, essa história está incluída na minha vida. Sempre que tenho oportunidade nesta Casa, refiro-me à dignidade com que os militares trabalham.

Estou vendo ali um companheiro antigo, sentado. Espero vê-lo almirante antes de morrer, Comandante. Já comandou submarino como voluntário. Eu sei que só voluntário comanda submarino, não é isso, Comandante? Felizmente, está sempre sorrindo. Acho que não ficou com a claustrofobia natural que muita gente tem.

Recordo algumas passagens importantes da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, principalmente na Região Amazônica, onde fiquei praticamente dez anos

trabalhando na Polícia Federal. E os alicerces de sustentação da atividade e da manutenção da soberania continuam ainda nas costas das Forças Armadas.

Hoje pela manhã, eu conversava com alguns delegados com quem trabalhei. Liguei para Manaus para saber como estava a operação para garantia de fronteira, visto o crescimento, como se referiu o Senador Heráclito, de alguns países numa corrida armamentista. Isso traz uma grande preocupação para todos os países circunvizinhos. Não vamos ser atacados, mas, por ser uma ameaça a outros países distantes, podemos ser vítimas de ações que queiram impedir o crescimento armamentista de alguns países vizinhos.

Ontem, fiquei um pouco triste, porque, em decorrência de um pedido de vista coletivo, foi retirado da pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos um projeto de isenção de impostos para a indústria de material bélico.

Senador Alvaro Dias, Senador Heráclito Fortes, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Augusto Botelho, temos de lutar pela recuperação de nossa indústria bélica. Para isso, precisamos conceder-lhe vantagens financeiras, apoio financeiro, isenção de impostos, para que possa recuperar a posição que tinha: era a segunda ou terceira indústria bélica.

Viajei com delegações militares para o Oriente, principalmente, onde o Brasil tinha uma clientela enorme para carros de combate – chegou a produzir o Caixias, um tanque que ganhou concorrência no Oriente. Repentinamente, com a Guerra dos Seis Dias, conseguiram quase que eliminar, por completo, a capacidade industrial brasileira de material bélico.

Mais de uma vez, acho que mais de meia dúzia de vezes, fui ao Arsenal de Marinha, onde vi a construção do submarino nuclear. Entusiasmávamo-nos e nos arrepeliávamos com as explicações do responsável, à época, pela construção. O submarino nuclear não tem a finalidade somente de navegar à propulsão nuclear, mas o desenvolvimento de reatores para produzir energia e servir as cidades que hoje estão eminentemente próximas de uma apagão.

Não pode cessar, portanto, a pesquisa, o trabalho devotado à proposta da Marinha de desenvolvimento nuclear para a atividade militar e, principalmente, para a atividade civil, porque elas se congregam, casam-se permanentemente. Conheço acordos da Marinha com a Universidade de São Paulo através dos quais são desenvolvidos vários projetos.

Almirante, eu tenho quatro filhos. Um deles é dentista, e outro é médico. O dentista queria fazer um curso superior ligado ao mar, porque ele é apaixonado pelo mar. Em São Paulo não tinha, só tinha um no Rio Grande do Sul, mas era um curso secundário. Ele

foi convencido a fazer um curso universitário para depois fazer a pós-graduação na Universidade de São Paulo. Ficou nove meses nos Estados Unidos estudando todo o trabalho que se faz a respeito do mar – todos nós sabemos da importância do mar para a economia e para a vida. Quando ele terminou o curso de Odontologia, foi à USP, onde lhe disseram que ele não podia ser matriculado no curso de pós-graduação porque ele tinha de ter um curso científico como o de Biologia, por exemplo. Ele praticamente me agrediu: de uma forma carinhosa, veio e disse que eu o havia enganado, porque a devoção dele era pelo mar, e eu o havia colocado numa cadeira de dentista. Ele, então, se matriculou no curso de Biologia para poder depois fazer a pós-graduação em processos de Marinha, mas nós o convencemos de que ele poderia desenvolver seu trabalho na Odontologia. Ele hoje tem o seu trabalho e se devota muito a creches que não podem pagar – praticamente metade de sua semana de trabalho é dedicada às crianças que precisam de tratamento odontológico.

Outro de meus filhos terminou a faculdade de Medicina em São Paulo. Como tinha pedido prorrogação da convocação para servir ao País, inscreveu-se na Marinha para fazer o exame de seleção para ser Oficial de Marinha – não sei a denominação dessa seleção, não é CPOR – e foi o primeiro colocado. Ele tinha feito também o exame, na Universidade de São Paulo também, para a residência médica, que é muito difícil, e passou. Eu conversei com o Almirante Comandante do Hospital Marcílio Dias e contei a ele o que estava acontecendo. Ele disse: “Olha, tem tanta gente que quer servir na Marinha, que vai sobrar. Não tem jeito. Talvez, seu filho, fazendo a residência, especializando-se, tenha oportunidade maior de servir ao País”. Depois, ele foi para os Estados Unidos, mas até hoje se sente frustrado por não ter vestido a farda da Marinha. Graças a Deus, porém, é um grande médico, um neurooncologista preparado nos Estados Unidos!

Eu tinha um Secretário de Segurança, o Coronel Erasmo Dias, que às vezes tinha reações violentas, mas tinha um coração de ouro. Ainda vive até hoje, tem oitenta e poucos anos, e precisa trabalhar, porque o seu salário não dá para pagar as suas despesas nem a prestação da casa que ele vem pagando há mais de trinta anos. Em suas palestras, o Coronel Erasmo Dias dizia sempre que as Forças Armadas Brasileiras eram as mais democráticas do mundo, porque ele, filho de padre – nunca deixou de dizer isto –, teve a oportunidade de ingressar no Exército Brasileiro e chegar a coronel; dizia que, no Brasil, qualquer cidadão, não importando a sua origem, tem a oportunidade, por seus conhecimentos, por sua força de vontade, de ingressar nas Forças Armadas.

Eu perguntava ao Comandante quantos guardas-marinhas se formaram esta semana na cerimônia presidida pelo Presidente Lula. Foram 160, e mais seis estrangeiros; ou seja, 166. Quer dizer, a vocação para servir às Forças Armadas continua, mesmo com um salário que está muito aquém do que é pago a várias atividades de Estado, que recebem mais do que o dobro do que ganha um oficial das Forças Armadas.

Fui relator de uma medida provisória que propõe a transformação do problema de idade. Nós pedimos muito a regra de contagem de tempo para uma promoção, que era um direito anteriormente adquirido. Pois está com veto presidencial há mais de cinco anos, sem que se possa trazê-la a plenário para se discutir se deve ou não ser atendida a reivindicação da emenda apresentada a pedido das três Forças.

Lembro aqui, Almirante – e aí é um apelo que faço ao Presidente da República e também a V. Ex^a –, que patrulhamos muito a Região Amazônica. Lá, há uma área que chamamos de tríplice fronteira. Não me refiro à tríplice fronteira em Foz do Iguaçu, que também precisa da Marinha. Com Itaipu tão importante e com a eleição no Paraguai, hoje temos lá uma vigilância maior. Quando houve a transferência de várias unidades militares do Sul para o Norte, ficou em Foz do Iguaçu uma força militar forte. Eu disse: “Mas por quê? Não tem inimigos”. Tem. Itaipu, sob o ponto de vista da logística, é a área mais importante para o progresso do País. Então, tem de ter uma força que garanta que não haja nenhum tipo de intervenção capaz de desligar o País por inteiro.

Mas essa tríplice fronteira de que falei anteriormente abrange os territórios do Peru, da Colômbia e do Brasil. No Peru, temos a Vila de Santa Rosa; na Colômbia, Letícia; e, no Brasil, Tabatinga. Navegando pelo Rio Solimões, várias vezes fizemos alguns tipos de patrulhamento na região. Isso é feito sazonalmente, porque não há equipamento, não há lanchas equipadas para patrulhar permanentemente. Hoje, praticamente todas as Superintendências têm lanchas equipadas para fazer o patrulhamento contra a pirataria do mar, próximo aos portos brasileiros. Mas lá não tem. O navio NaPaFlu, que flutua na Amazônia, tem uma visão social muito grande. Lembro-me das operações em Labre, onde a malária era violenta e só a Marinha podia levar assistência à saúde e odontológica para atender os ribeirinhos. E essa situação continua até hoje, Sr. Presidente. Mas, às vezes, cortam a verba para que a Marinha possa dar continuidade a esse trabalho social importantíssimo.

As Forças Armadas têm valor tanto na guerra quanto na paz. Somos um País pacífico, mas nessa região do Peru, Colômbia e Brasil é por onde passam todo o contrabando, praticamente a maioria da produção de cocaína e o que é derrubado da floresta.

As madeiras correm pelo Rio Solimões em jangadas amarradas. Portanto, se não houver um patrulhamento permanente, infelizmente não vamos conseguir vencer a guerra, porque os bandidos têm uma organização muito mais forte, com mais dinheiro e com mais força de correr risco para enganar aqueles que têm a obrigação de patrulhar, vigiar e não permitir que cresça a criminalidade na região de fronteira.

Acho que falei demais. Mas acredito nas Forças Armadas e naqueles jovens que ainda sentem a vocação e a importância de pôr uma farda sobre o corpo. Tenho certeza de que as colunas mestras de sustentação da soberania, da democracia, da dignidade do homem e da honestidade estão nos bancos escolares das escolas das Forças Armadas.

Que Deus nos proteja, para que elas tenham a firmeza e o caráter de agüentar o período difícil por que estão passando! Que Deus abençoe vocês nessa luta, senhores!

Desculpem a emoção! (Palmas.)

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Almirante Moura Neto, Comandante da Marinha, reunimo-nos hoje para homenagear os homens do mar, pois no dia 13 de dezembro se comemora o “Dia do Marinheiro”. Essa data foi escolhida, em setembro de 1925, pelo então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, como reconhecimento aos feitos e legado do Almirante Joaquim Marques de Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil e Herói da Pátria, que nasceu em Rio Grande de São Pedro do Sul, na Província do Rio Grande do Sul, em 13 de dezembro de 1807.

Portanto, as comemorações deste ano se revestem de especial relevo, pois é o bicentenário de nascimento do Almirante Tamandaré.

O Almirante Tamandaré ingressou na Marinha em 04 de março de 1823, como voluntário da Armada, embarcando na Fragata *Niterói*. Nela, exerceu a função de ajudante de navegação do Comandante Taylor, quando participou da Guerra da Independência, do Bloqueio da Bahia e da perseguição à Esquadra Portuguesa até a boca do Rio Tejo.

No ano seguinte, ingressa na Academia Imperial da Marinha e embarca na *Nau Pedro I*, Capitânia de Lord Cochrane, Primeiro Almirante da Armada Imperial. Já em 31 de julho de 1826, em atenção aos seus conhecimentos profissionais e a bravura demonstrada em combate, recebe seu primeiro comando, a Escuna Constança.

Esses senhores foram os momentos iniciais de uma longa e profícua carreira naval. Porém, o Almirante Joaquim Marques de Lisboa não ficou conhecido apenas pelos seus feitos em combate, mas também, por sua coragem e espírito de um verdadeiro homem do mar demonstrado ao resgatar os passageiros e tripulantes do navio inglês Ocean Monarch, nas proximidades de Liverpool, e quando do salvamento da nau portuguesa Vasco da Gama, que estava em iminente perigo de naufrágio, nas imediações da Barra do Rio de Janeiro, submetida a um violento temporal.

Em 1860, o Almirante Marques de Lisboa recebe o título de Barão de Tamandaré, homenagem de D. Pedro II, que relembra assim a bravura do irmão do Almirante, o Major Manoel Marques de Lisboa, que havia tombado quando chefiava a defesa do Porto de Tamandaré, na costa pernambucana, em 1824.

O Almirante Tamandaré faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1897, antes, porém, demonstrou toda a sua sensibilidade e nobreza ao registrar em seu testamento: “Exijo que não se faça anúncios nem convites para o enterro de meus restos mortais, que desejo sejam conduzidos de casa ao carro e, deste, à cova por meus irmãos em Jesus Cristo, que hajam obtido fórum de cidadãos pela Lei de 13 de maio. Isso prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo sofrimento durante o estado de escravidão...”

Não esquecendo seu amor à Marinha, terminou seu testamento expressando que: “.sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: “Aqui jaz o velho marinheiro.”

Senhores, não nos resta dúvida sobre a vocação marítima de nosso País. O mar sempre esteve presente no destino do Brasil. Pelo mar fomos descobertos e por ele chegaram nossos primeiros invasores. O que levou o Brasil a participar das duas Guerras Mundiais foram os ataques ao nosso tráfego marítimo.

Agora, quando incorporamos a Plataforma Continental à nossa Zona Econômica Exclusiva, estamos estabelecendo a nossa última fronteira. Essa fronteira marítima acrescenta ao nosso território continental uma área de 4,5 milhões de Km², a nossa “Amazônia Azul”.

A Amazônia Azul guarda inúmeras riquezas brasileiras, sejam elas minerais, como o petróleo, que tem atualmente cerca de 80% da produção brasileira no mar, com uma grande capacidade de expansão, como demonstrado pela recente reserva de “Tupi” divulgada pela Petrobras; ou seja, os nossos bens que por ela transitam, pois 95% do comércio exterior brasileiro é realizado pelo modal marítimo; ou ainda, pelo nosso estoque pesqueiro.

Estrategicamente o mar é vital para o Brasil. Na Amazônia Azul, os limites das águas jurisdicionais são linhas sobre o mar, que não existem fisicamente. O que as define é a existência da Marinha do Brasil realizando ações de presença, vigiando e protegendo essa rica área.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza de que os membros desta Casa têm plena consciência de que a Marinha precisa estar bem aparelhada e equipada com os meios e os recursos financeiros que se fazem necessários para que ela cumpra com sua missão constitucional. A recuperação do Poder Naval Brasileiro, bem como das demais Forças, está e deve sempre permanecer na ordem do dia.

Dentro de poucos dias, o Congresso aprovará o Orçamento para o ano de 2008, que já apresenta um melhor quadro financeiro para nossa Força Naval. Porém, ainda não o necessário para a condução dos seus programas, como o de reaparelhamento e o Nuclear. Apesar dessa melhoria, ainda persiste o contingenciamento da verba destinada, por lei, à Marinha, proveniente da exploração do petróleo, os **royalties**, verba essa que o Governo usa para compor o superávit primário, o que muito prejudica a Força.

Para que a Marinha conduza o seu Programa de Reaparelhamento, é estimado um investimento total da ordem de R\$5,8 bilhões para o período que vai 2008 até 2014. O Programa especifica oito grupos de prioridades, que englobam a construção, a modernização ou a aquisição de diversos meios, sendo as principais prioridades submarinos e torpedos, navios-patrolha e helicópteros.

O Programa Nuclear da Marinha, que vem sendo executando desde 1979 com enorme sacrifício, visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se aí a confecção do reator nuclear. O arrasto tecnológico produzido para o Brasil por esse programa é enorme, além do que essa planta nuclear tem um emprego dual, uma vez que tanto pode ser empregada para a propulsão de um submarino, quanto na geração de energia para uma cidade. O aporte financeiro para a conclusão desse programa, que não é apenas da Marinha, mas do Brasil, é da ordem de R\$130 milhões por ano, por um período de oito anos.

Vale ressaltar que, além da presença na Amazônia Azul, cuja área equivale a metade do território nacional, os navios da Marinha atuam na calha dos rios da bacia do Rio Paraguai e da bacia Amazônica, onde, além do trabalho de vigilância e proteção, realizam importante ação social ao prestar atendimento médico-odontológico aos ribeirinhos.

Senhores, ao encerrar minha justa homenagem aos marinheiros do Brasil, cito as palavras de Rui Barbosa, que permanecem atuais:

“Esquadras não se improvisam.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, pois o Senador Sibá Machado está ausente neste momento.

Convido, com muita honra, para assumir a Presidência desta sessão o Senador Sérgio Zambiasi, que é o principal responsável por esta solenidade.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, Sr^{as} e Srs. Senadores, Almirante Moura Neto, Comandante da Marinha; General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Almirante Julio Saboya, Chefe do Estado-Maior da Armada; Sr^{as} e Srs. Oficiais da Marinha, Srs. Marinheiros, amanhã, dia 13, Senador Sérgio Zambiasi, o Brasil comemora 200 anos do nascimento do Almirante Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil. Neste mesmo dia, comemora-se o Dia do Marinheiro, em homenagem aos bravos homens e mulheres que fazem parte da Marinha do Brasil.

Quero parabenizar a Marinha do Brasil, aqui representada pelo Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares Moura Neto, e todos os marinheiros pelos bons serviços prestados ao Brasil.

Mas, além de fazer uma homenagem, também quero aproveitar este discurso para destacar alguns importantes serviços que a Marinha tem desenvolvido para garantir a defesa da nossa soberania.

Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, sou de Roraima, do extremo norte do Brasil. Sei da importância da Floresta Amazônica, conheço a importância da defesa de nossas fronteiras. Mas quando pensamos em fronteiras, imaginamos apenas a divisão terrestre entre nossos países. Porém, o Brasil possui uma outra zona de fronteira tão importante quanto a nossa fronteira terrestre: o mar.

A Amazônia Legal tem uma área aproximadamente de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a 61% da área continental do Brasil. No mar, a Zona Econômica Exclusiva brasileira, nossa fronteira marítima, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, os quais somados aos cerca de 950 mil quilômetros quadrados da Plata-

forma Continental reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfazem um total de 4,4 milhões de quilômetros quadrados.

Esses mais de quatro milhões de quilômetros quadrados são chamados de Amazônia Azul, uma extensa área oceânica adjacente ao continente brasileiro que corresponde a 52% da nossa área continental.

Nessa imensa área oceânica, o Brasil possui importantes interesses. Cerca de 95% do nosso comércio exterior brasileiro passa por essa massa líquida, movimentando os nossos mais de 40 portos nas atividades de importação e exportação.

Por outro lado, é no subsolo marinho, no limite da Zona Econômica Exclusiva, mas, futuramente, no limite da Plataforma Continental estendida, que o Brasil retira a maior parte do seu petróleo e gás, elementos de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Quero também destacar a importância da atividade pesqueira.

Não devemos esquecer que o Brasil, nos limites de sua Amazônia Azul, poderá explorar e aproveitar futuramente os recursos minerais do solo e do subsolo marinho.

Atualmente, é preciso destacar a necessidade de se gerenciar e controlar as atividades nos espaços marítimos adjacentes ao litoral dos Estados costeiros. Países tecnologicamente mais bem-sucedidos que o Brasil já adotaram algumas iniciativas concretas nesse sentido. Por isso, mais do que nunca, precisamos nos envolver no esforço que a Marinha faz para, de fato, tomar, em nome do Brasil, desse imenso mar que nos pertence: a nossa Amazônia Azul.

Tenho certeza de que a Marinha está pronta para isso, mas precisa estar bem aparelhada e equipada, com os meios e os recursos financeiros para realizar tal atividade.

Além da questão da defesa da costa marítima brasileira, a Marinha também desenvolve outros importantes trabalhos sociais, como, por exemplo, o Navio Hospital, exclusivo da Amazônia, principalmente da Amazônia. Neste ano, a Marinha realizou 200 mil atendimentos médico-odontológicos nas populações ribeirinhas da Região Amazônica, um número recorde de atendimentos para os navios de assistência hospitalar da Marinha. Os navios foram apelidados pelos ribeirinhos de navios da esperança e estão sob a responsabilidade do 9º Distrito Naval.

Infelizmente, esses navios da esperança não atuam em todo o Estado de Roraima. Os nossos rios são rasos e não têm a profundidade necessária para os navios entrarem, mas parte da nossa população do baixo Rio Branco é atendida pelos navios hospitalares e os Estados do Acre, Pará e Amazonas os têm pratica-

mente como único atendimento médico-odontológico, principalmente tratamento odontológico. Isso porque o pescador, o ribeirinho não tem recursos para ir a uma cidade onde haja tratamento odontológico. A Marinha vai até lá e resolve.

Quando estive em Manoel Urbano, no Acre, venho um projeto do Senador Tião Viana, chegou pelo rio um navio da Marinha que estava atendendo em Boca do Acre. Fiz, então, uma pergunta curiosa: existe alguma diferença entre a população do Amazonas e a do Acre? E vou falar isso aqui, embora seja ruim para o Amazonas, porque é a verdade. Os dentistas me falaram que os habitantes de Boca do Acre, principalmente as crianças, tinham mais cáries do que as de Manoel Urbano, porque em Manoel Urbano chegava assistência médico-odontológica, e em Boca do Acre só chegava a Marinha. E a Marinha não pode ficar permanentemente. Se ela passa hoje, passará novamente naquele ponto depois de três ou seis meses.

Para continuar atuando nessas diversas áreas, Senhoras e Senhores, a Marinha precisa receber recursos suficientes. Estou informado de que, nos últimos dez anos, o orçamento da Marinha tem ficado aquém do que é preciso, o que impossibilita um ótimo funcionamento, preparo e aparelhamento das diversas áreas onde atuam.

Porém, sabendo das deficiências, o Governo brasileiro definiu recursos destinados à Marinha para 2008 da ordem de R\$2,1 bilhões, fora os convênios e as emendas parlamentares que venham a ser aprovadas.

Esse investimento permitirá retomar o desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha, garantir a quase totalidade das necessidades mínimas e iniciar a recuperação do poder naval brasileiro.

O nosso Programa Nuclear realmente estava precisando de uma injeção, e o Presidente Lula, depois que visitou Aramar, entusiasmou-se e dará os recursos para concluirmos nosso reator.

O Senador Valdir Raupp e eu colocamos uma emenda na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Tecnologia e Informática de R\$50 milhões justamente para montar nosso reator, porque só teremos nosso submarino quando tivermos o reator, que poderá ser usado em pequenas comunidades para gerar energia. Ele não tem exclusiva finalidade militar, tem finalidade social também. Por isso, temos de investir, para resolver esse problema e para captar o conhecimento nuclear.

Uma instituição como a Marinha do Brasil, de caráter permanente por mandamento constitucional e de relevante identidade com a Nação brasileira, não pode deixar de ter um planejamento de reaparelha-

mento, sob pena de não estar minimamente equipada e adestrada para contribuir na manutenção da soberania nacional.

O Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), elaborado em função das necessidades estratégicas estabelecidas na Política de Defesa Nacional e de outras orientações de nível estratégico, começou a ser discutido em 2005 por um grupo de trabalho interministerial.

A partir de um relatório produzido por esse grupo de trabalho, a Marinha dividiu a programação de seu reaparelhamento em dois períodos, sendo o primeiro período de 2008 a 2014.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, Sr^{as} e Srs. Oficiais da Marinha, a Marinha do Brasil precisa de R\$5,8 bilhões para investir nesse reaparelhamento, que engloba a construção, modernização ou aquisição de submarinos, navios ou helicópteros, por exemplo. Esse investimento é para o período 2008-2014, sem considerar os custos adicionais dos programas cujas execuções se estenderão para além de 2014, como é o caso da modernização de submarinos e de outros projetos.

Esses investimentos geram empregos e conhecimento e fazem com que nossa indústria naval, nossa indústria bélica se desenvolva. Não se vende conhecimento da indústria bélica, temos de adquirir conhecimento e produzir emprego aqui. Se precisamos reaparelhar, vamos reaparelhar fabricando nossos navios e submarinos no Brasil.

O Brasil já exerce vigilância estratégica sobre seu vasto território continental, mesmo nas regiões escassamente povoadas, cujas lacunas de proteção foram preenchidas pelo Sistema de Proteção da Amazônia. Precisamos agora de um modelo de vigilância semelhante para nossa Amazônia Azul. E sabemos que isso só será possível com o adequado aparelhamento da nossa Marinha.

Parabéns à Marinha e muito obrigado, Sr. Presidente! (Palmas.)

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao nobre colega Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo os Exm^{os} Srs. membros da Mesa: Sr. Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha;

Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, demais oficiais e praças que abrilhantam, com suas presenças, o plenário desta Casa. Também quero saudar os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado.

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, dizer algo sobre este momento, sobre a nossa Marinha e prestar a minha homenagem. Aproveitamos o 13 de dezembro para celebrar o Dia do Marinheiro. Figura simbólica de toda a hierarquia que integra as funções da Marinha Brasileira, seu lugar no panteão de nossos heróis é de estimadíssima consideração. Não é para menos, os marinheiros do Brasil expressam historicamente a satisfação de compartilhar os desafios multifacetados de defender a Pátria. Não por furtiva coincidência, a escolha do dia é uma justa homenagem que o povo brasileiro presta ao vultoso Almirante Tamandaré, seja pelo heroísmo em batalhas, seja pelo sentimento de humanismo.

Não vou traçar uma biografia esquematizada desse vulto brasileiro. Outros já o fizeram com brilhantismo e com a acuidade de que eu não seria capaz. Todavia, gostaria de dizer que o Patrono da Marinha brasileira e Ministro do Supremo Tribunal Militar, Joaquim Marques Lisboa, nasceu no Rio Grande do Sul, em 1807 – há 200 anos, portanto. Ao ingressar na Academia da Marinha, participou de vários movimentos internos, selando de vez seu heroísmo não somente em batalhas, mas também em época de paz. Prova disso foi seu envolvimento na operação de salvamento do naufrágio da nau portuguesa Vasco da Gama, bem como da tripulação e dos passageiros de um navio inglês em chamas.

Ninguém é capaz de mencionar com mais propriedade o valor de um homem do mar do que um afogado, do que alguém que, tendo seu barco tombado no terror de uma tempestade com ventos violentos, de repente, vê o socorro surgindo na força do braço amigo da Marinha.

Nesse espírito, a escolha do seu nome para patrono não podia ser melhor. Não por acaso, quando foi proclamada a República, Tamandaré continuou na ativa, considerando-se um servidor do Brasil e não do regime.

Vale registrar que, segundo os historiadores, o Marquês de Tamandaré deixou registrada sua homenagem à Marinha em testamento. Seu derradeiro desejo foi o de que, sobre a pedra que cobriria sua sepultura, fosse gravado simplesmente: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Essa simbiose, essa relação do homem com o mar é que eu, como militar dos menores, dos últimos

do Exército, não saberia dimensionar. Mas sei também que o nosso Comandante Enzo, um dos primeiros e dos maiores vultos da história das Forças Armadas, também teria dificuldade. É uma coisa sublime e extraordinária. É impressionante como são apegados na alma aqueles que, nos tombadilhos desses navios, das frotas, de todas as marinhas do mundo, galgam as ondas pelos oceanos. São memórias, são momentos, são coleções de lembranças que não lhes saem da alma, numa vida despojada, longe da família, difícil, de momentos de solidão, mas, ainda assim, de alguma forma, prazerosa, realizadora, extraordinária, difícil de ser afastada.

Essa coisa do homem com o mar, que não é de agora, vem dos fenícios e de muitas civilizações passadas, é algo extraordinário; essa relação que existe do mar com esses heróis. Por isso, ele escolheu a frase: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Tamandaré morreu em 1897, na cidade do Rio de Janeiro e, em 2003, por iniciativa deste Congresso, entrou para o **Livro dos Heróis da Pátria**.

Sr. Presidente, voltemos a nossa atenção à realidade da Marinha brasileira atual. Segundo as notícias mais auspiciosas, ela vem comprando navios e aeronaves, modernizando meios, desenvolvendo sistemas de controle e de armas. Desse modo, dota-se o País de um poder naval adequado, pelo menos qualitativamente, para atendimento das diretrizes contidas na Política de Defesa Nacional. São cerca de quarenta navios, agrupados administrativamente de acordo com o ambiente em que seus meios operam, mediante as três forças básicas: força de superfície, força de submarinos e a força aeronaval.

Sr. Presidente, quando o Brasil fixa seu olhar reverencial na figura do marinheiro, não se pode furtar a igualmente render homenagem à essência da natureza marítima, à imensidão valorosa do mar. É lá onde estão as riquezas do presente e do futuro; é lá que, hoje, o Brasil deposita larga porção de sua esperança de desenvolvimento, representando o mar para o Brasil, hoje, uma importância econômica significativamente inédita no País.

Não é acidental que, por ele, passe cerca de 95% de todo o comércio exterior, entre exportações e importações. Desse mar são extraídos mais de 80% do petróleo nacional consumido, valendo-se de tecnologia brasileira de ponta para extração a grandes profundidades. E isso não é tudo. Um outro e extraordinário leque de recursos econômicos pode ser explorado, como o gás natural, os recursos minerais marinhos, os nódulos polimetálicos, a pesca, o turismo e o lazer marítimo.

Trata-se de alguns exemplos de segmentos econômicos que possuem elevado potencial de fomento no Brasil. E a Marinha, consciente das promessas desenvolvimentistas ainda na década de 80, preocupou-se com essas perspectivas futuras. Em junho de 1987, segundo as diretrizes estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, instaurou-se o levantamento da Plataforma Continental. Atualmente já concluído, permitirá que o Brasil incorpore e tenha direitos de soberania, para efeitos de exploração econômica numa extensa área para além das 200 milhas marítimas.

Já apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, tal levantamento inspira a forte perspectiva de que sua aprovação aconteça em abril de 2008, consolidando o País como o primeiro do mundo a alcançar tal feito – mais um feito no Governo do nosso Presidente Lula, que, em todos os setores, tem tido a ventura, eu diria até sorte, de alcançar metas tão sonhadas, mas não atingidas por governos anteriores.

Cumprindo a missão de contribuir para a manutenção da integridade territorial, a Marinha oferece ao Brasil e ao mundo potencial excepcional de exploração futura da “Amazônia Azul”, com seus 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que representam mais de 50% da extensão territorial brasileira – que coisa extraordinária!

Sr. Presidente, em realidade, mais do que a defesa das nossas águas, a atuação de nossos marinheiros se materializa na assistência social levada pelos “navios da esperança”, convocados para atender aos necessitados das populações ribeirinhas que vivem e se sustentam às margens das águas barrentas da Amazônia. Em 2007, três navios da assistência hospitalar da flotilha do Amazonas operam simultaneamente na região, alcançando a marca expressiva de mais de 100 mil procedimentos médicos e odontológicos para quase 36 mil ribeirinhos isolados na Amazônia.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Claro, Senador Gerson Camata. Com prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Crivella, primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua fala. V. Ex^a aborda temas referentes à história e ao momento presente em que vive o Brasil. Sou de um Estado que deve até sua essência à Marinha, o Estado do Espírito Santo. Primeiro, ele foi colonizado pelo mar – foi do mar que veio a colonização. Depois, durante séculos, o Espírito Santo serviu de barreira para que não houvesse tentativa de entrada de outros países europeus nas minas de Ouro Preto. Então, todo o ouro

só podia sair pelo Rio de Janeiro, e os colonizadores subiam pelo Rio de Janeiro. O Espírito Santo era uma barreira natural de montanhas, e o governo português proibiu a abertura de caminhos no Espírito Santo para o interior. Mas houve invasões de holandeses, expulsos com o apoio, na época, da incipiente Marinha colonial, uma marinha de voluntários; depois, dos franceses, com o corsário Duguay-Trouin; depois, os piratas ficaram por ali, assediando, como assediaram o seu Rio de Janeiro durante muitos anos – a cobiça. De forma que o Espírito Santo deve muito à Marinha. Existe, lá, também, a Escola de Aprendizes-Marinheiros, talvez uma das mais tradicionais e uma das melhores do Brasil. E, na Baía de Vitória, aconteceu um episódio muito importante da história universal, que registra a importância da Marinha brasileira para o Brasil. Dom Pedro II, Imperador do Brasil, estava na cidade de Linhares. É interessante dizer – e abro aqui um parêntese para proclamar isto – que Dom Pedro II percorreu mais o Espírito Santo a cavalo e de barcos da Marinha do que todos os Presidentes da República juntos até hoje de avião e helicóptero. Ele percorreu todo o Estado do Espírito Santo assim. Vinha ele, então, de Linhares, quando estava fundeada na Baía de Vitória a esquadra austríaca e francesa. Essa esquadra foi utilizada numa aventura da França e da Áustria, com o apoio dos Estados Unidos, para invadir o México e criar o império mexicano. A bordo, estava Maximiliano, que era príncipe da Áustria e que poderia ter sido o Imperador Maximiliano IV, da Áustria, mas resolveu ser, nessa aventura, ser Maximiliano I, Imperador do México. Ele ofereceu, na nau capitânia, diz o historiador Levi Aguiar, um jantar ao seu tio – Dom Pedro II era tio do Imperador Maximiliano I, da Áustria – e solicitou a Dom Pedro II que ele oferecesse navios da Marinha do Brasil para ajudar a invadir o México. E, aí, Dom Pedro fixou a doutrina da Marinha do Brasil, dizendo: “Imperador, a Marinha do Brasil é para defender o Brasil, e não é para invadir países estrangeiros. E se eu lhe pudesse dar um conselho, como tio, eu diria: ‘Não se meta nessa aventura que ela não termina bem’”. Está aí a história, por uma descrição feita por Dom Pedro II. Ocorreu o seguinte: invadiram o México, ele foi proclamado Maximiliano I, Imperador do México; veio a Revolução de Juárez e ele foi fuzilado. Assim, deixou de ser o Imperador Maximiliano IV, da Áustria, para ser o falecido Maximiliano I, do México, porque não ouviu o conselho de D. Pedro II e a doutrina que este fixou para a Marinha do Brasil. Portanto, o Espírito Santo é muito ligado à Marinha, deve muito à Marinha e é um Estado que está ali, fixado e amarrado na história da Marinha do Brasil. Está tramitando aqui, no Senado, um projeto – e deveríamos dar atenção a ele – da

Deputada Rita Camata, do Espírito Santo, que eleva os percentuais de participação da Marinha, como tropa de defesa do mar continental, em cima dos *royalties* de petróleo. Foi apresentado quando um barril de petróleo valia US\$6,00; hoje, vale US\$90,00. Teríamos a marinha mais potente e mais forte da América do Sul e com maior possibilidade de prestar serviços ao povo brasileiro se esse projeto, que tramita há dez anos, já tivesse sido aprovado. De modo que convido nossos companheiros Senadores para que aproveitemos este dia para proclamar um ato de fé, demonstrando nossa vontade de que a Marinha esteja à altura do Brasil – e friso que ela o é pelo valor dos seus soldados, mas ainda não pelos equipamentos que merece ter –, aprovando esse projeto que já tramita aqui. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Parabéns! Incorpo o aparte de V. Ex^a, com tanta riqueza histórica, ao meu pronunciamento. E agradeço também a homenagem que faz ao meu conterrâneo, D. Pedro II, que, nos quatro decênios do seu Império, estruturados na austeridade, na luta, no estudo, no saber, permitiu que a espada conciliadora de Caxias fundisse a unidade material, territorial e cívica da nossa Pátria.

Mas quero lembrar a V. Ex^a, que falou tão bem aqui sobre o ouro negro, que V. Ex^a, hoje, tem o ouro doce do chocolate do seu Estado e o está devendo a mim, porque prometeu a este Senador trazer aquelas caixas no Natal. Podíamos até distribuí-las aqui aos nossos companheiros das Forças. S. Ex^a é um grande defensor do chocolate da terra dele!

Sr. Presidente, para não esquecer nenhum outro grande momento da Marinha, quero falar também um pouquinho sobre o programa antártico.

Além dessas ações mais regionalizadas, cabe reconhecer e enaltecer outras tantas desempenhadas pela Marinha, como, a título de ilustração, as de socorro e salvamento no mar, de apoio à prevenção de ilícitos no mar e em águas interiores e da poluição marinha por navios. De mérito ainda mais significativo, as atividades no programa antártico brasileiro – Proantar, de reconhecimento nacional e internacional, carregam o selo da competência e da seriedade de nossos marinheiros.

Por fim, registro sua contribuição à segurança da navegação marítima e fluvial, resultando em menores custos de frete e seguro e, conseqüentemente, em um menor custo Brasil.

Nesse contexto, não há o menor cabimento político e econômico contestar matéria aprovada no Senado Federal, ainda no mês de novembro, autorizando crédito suplementar à Marinha do Brasil. Com tais recursos em

mão, ela adquire condições satisfatórias para atender às necessidades em programas estratégicos.

Quero fazer um depoimento à Nação do esforço do Comandante da Marinha junto a esta Casa; um esforço exaustivo, devotado, incansável, para defender os interesses da força, estando presente a diversas audiências nas Comissões desta Casa.

V. Ex^a falou em aumentar os **royalties**. Quem dera que o Governo descontingenciasse os *royalties* atuais, e a Marinha pudesse... Sei que o Presidente Lula, agora, com a folga fiscal que obteve, baixando esses juros, vai implementar o nosso programa nuclear, que estava em estado vegetativo. Nós poderemos concluir – o que é estratégico e, eu diria, extraordinário mesmo – o desenvolvimento tecnológico do Brasil, que poucos brasileiros, no fundo, conhecem. Por falta de recursos, deixamos de completar o ciclo, mas o faremos agora. Repito que a folga fiscal dos juros, que baixaram de 24% para 11%, é também uma grande conquista do Senhor Presidente Lula, mantendo a inflação sob controle – a meta, neste ano, é de 4,5%, mas não chegará a 4%. Se Deus quiser, vamos aprovar a CPMF, hoje, e não vamos voltar ao problema inflacionário ou ao clima de sonegação que havia no País, ou à balbúrdia fiscal. Nós vamos garantir recursos à Marinha, para que ela possa continuar desempenhando a sua função constitucional, de tão grande relevância.

Sr. Presidente, termino o meu pronunciamento e me atrevo a fazer um pedido ao nosso comandante, inspirado pelas palavras do Senador Gerson Camata, que voltou 200 anos na história. Vou voltar 500 anos, porque há uma coisa que sempre me inspirou certa perplexidade. Sei que a Marinha é a casa da tradição; já nasceu tradicional a Marinha, mas nunca entendi por que a nossa Escola Naval fica na Ilha Villegagnon. Por que não na Ilha Tamandaré?

A minha discussão sobre Villegagnon é que esse almirante francês veio para cá para fundar a França Antártica e acabou fazendo, aqui, o primeiro martírio, porque trucidou religiosos, missionários, pessoas da Bíblia, que deixaram ali um grande tributo, a Confissão de Fé da Guanabara. Essas pessoas foram por ele lançadas ao mar, depois de serem trucidadas. Dessa maneira, existe sangue na mão desse almirante, enquanto temos vultos tão importantes. Aliás, quem sabe, até o nome do nosso comandante poderia ser uma sugestão. Tenho até vontade de apresentar um projeto de mudança do nome da ilha para Ilha de Tamandaré.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Com muito prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a apresentar o projeto, Senador Marcelo Crivella, com o maior prazer estaremos ao seu lado para fazer essa correção história.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Para fazer essa insubordinação cívica. No entanto, não posso fazê-lo sem antes consultar o nosso comandante.

Sr. Presidente, as nacionalidades, todas elas, dependem muito da sua configuração física. As nacionalidades dependem muito dos acidentes misteriosos e imprevisíveis da sua formação, dos nomes telúricos que lhe vincam a índole e a vocação, mas não há notícias, na História, de que se haja formado uma nação forte, culta, poderosa, influente no mundo sem a presença dos seus líderes, sábios, generosos, honrados, dignos, aqueles que, no seu despojamento, no exemplo da sua conduta, formam-na, como um comandante faz com a sua tropa, um sargento com o seu grupo, um tenente com o seu pelotão, um capitão com a sua companhia, um coronel com o seu batalhão, o nosso comandante com o Exército e o nosso almirante com a sua esquadra. Eles formam cidadãos valentes, altivos, com o olhar fito no futuro, para rasgar, nos horizontes sem fim da nossa Pátria, a perspectiva iluminada do nosso destino de grande Nação, de potência, de País que não deve nada a ninguém, que não se deve curvar, agachar-se, intimidar-se ou entibiar-se diante dos grandes desafios do mundo moderno.

Por isso, não posso deixar de vir aqui para me emocionar e saudar o celeiro de vultos, de heróis do presente e do passado, das mais dignas tradições da minha Pátria, que enchem todos nós, brasileiros, de orgulho e de ardor.

À nossa Marinha, a homenagem mais sincera do PRB, Partido do Vice-Presidente da República e deste Senador.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Sibá Machado.

Lembro que, ao meio-dia, haverá a sessão especial de eleição do novo Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades das Forças Armadas do nosso Brasil, quero saudá-los

nas pessoas dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Eu falaria de improviso, Sr. Presidente, mas, para não cometer riscos com algumas lembranças históricas, vou fazer ler meu pronunciamento.

Como sabemos, celebramos, nesta data, o bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil.

Evidentemente, a glória que a História registra em torno da figura do Almirante Tamandaré é a consolidação de uma cadência de feitos heróicos, muitas vezes ignorados pelos próprios brasileiros. Foi ele protagonista em sucessivos episódios, vividos junto a bravos homens, no mar ou nos cursos fluviais, que, em seu conjunto, forjaram a consciência de um poder naval nacional.

O nome de Tamandaré está, merecidamente, escrito no Panteão dos Heróis da Pátria.

Em 1823, na Bahia, já lá estava o jovem Joaquim Marques Lisboa lutando para defenestrar do território nacional as forças portuguesas recalcitrantes, em face da declaração da nossa independência do jugo lusitano. De igual forma foi na Campanha da Cisplatina, de 1825 a 1828.

Por longo período, durante o Império, Tamandaré se destaca na difícil tarefa de garantir a integridade nacional ante os movimentos de secessão ocorridos em todos os quadrantes do País. Da mesma forma, marcante é a sua presença nas ações obstativas à constituição de um único Estado no estuário platino, no espaço correspondente ao antigo Vice-Reinado do Prata.

A sua assunção ao posto de Comandante-em-Chefe das Forças Navais Brasileiras, por ocasião da Campanha Oriental, em 1864, e, em seguida, na Guerra do Paraguai, é corolário natural de toda uma vida devotada à preservação da grandeza do nosso Brasil, grandeza que se veio configurando como elemento constitutivo de nossa nacionalidade desde os tempos do Brasil Colônia.

Com efeito, não podemos olvidar que, nas escaramuças que levaram à derrocada do projeto da França Antártica, com emprego de gente e meios navais indígenas, nos idos de 1567, já se articulava uma armada nativa.

Mais tarde, na expedição liderada por Alexandre Moura, seria decisivo o comando de uma esquadilha de navios por um mestiço brasileiro, Jerônimo de Albuquerque, para que fosse posta por terra a empreitada da França Equinocial. Como sabemos, a tarefa de resguardar os domínios portugueses em território americano não constituía política prioritária da dinastia filipina. Particularmente Filipe II, de Portugal, e Filipe III, da Espanha, não fizeram caso da ocupação

do Maranhão por Daniel de la Ravardière, durante a União Ibérica.

Assim, cumpre-nos dar o devido relevo ao heroísmo de Albuquerque, bem como ao de Martim Soares Moreno, também participante de destaque nos embates travados na Baía de São Marcos e na conquista de São Luís, no ano de 1615.

Perturbações políticas, restrições financeiras, atraso industrial levaram a nossa Marinha – que chegou a ser a sexta esquadra mundial, por ocasião dos enfrentamentos com o regime de Solano López – a entrar, pouco a pouco, em declínio.

Na alvorada republicana, como se sabe, os ventos não sopraram a favor de nossa Marinha. Não é necessário tecer maiores considerações sobre os lamentáveis conflitos que envolveram os Almirantes Saldanha da Gama, Eduardo Wandenkolk e Custódio de Mello. O fato é que, em 1903, nossa Esquadra não contava com mais do que dez navios de guerra, com alguma capacidade de dissuasão.

O Programa Naval de 1904/1906 levou a que o Brasil se reposicionasse melhor no cenário comparativo de poderes Navais. Mas o reaparelhamento levado a efeito na ocasião, fulcrado em encomendas estrangeiras, revelou um problema que constitui, até hoje, um grande desafio para nós. Tínhamos importado equipamento de elevado valor tecnológico, mas, acima de nossas capacidades operacionais, em termos de infra-estrutura e de pessoal habilitado. Ficou disso a grande lição: a empregabilidade imediata de vasos de guerra requer a inequívoca disponibilidade de uma logística de pronto acionamento, vale dizer, uma rede de apoio e uma indústria naval nacional permanentemente aptas.

Essas dificuldades mostraram sua trágica face nos eventos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Naquela, chega a ser risível pensar que nossos navios só foram considerados preparados para os embates, às vésperas da assinatura do armistício. Nessa, não fosse a ajuda militar norte-americana, iniciada com a instalação da Missão Naval, em 1922, certamente teríamos tido maiores reveses, ante as ameaças representadas pelos submarinos alemães.

De toda forma, restou, mais uma vez, patente nossa subordinação estratégica, que, devemos reconhecer, ainda perdura.

É certo, desde o Programa Decenal de Renovação de Meios Flutuantes, de 1967, especialmente após o fim da vigência do Acordo Militar de 1952, denunciado em 1977, no Governo do General Geisel, voltamos os nossos olhares para o mercado europeu. Ainda assim, a dependência dos norte-americanos persiste. E, mesmo que não persistisse, melhor sorte não nos reserva a subordinação aos europeus, no que concerne à

afirmação de um poder naval brasileiro soberano em todos os sentidos.

Sr. Presidente, estão aí as nossas riquezas na Amazônia e no Mar Territorial, também chamado de Amazônia Azul, a indicar a imprescindibilidade de uma Marinha com capacidade de dissuasão. Isso traz à tona a necessidade de dispormos – com o menor grau possível de dependência tecnológica estrangeira – dos instrumentos indispensáveis para projetar e construir meios e sistemas de armas navais; da propulsão nuclear em submarinos e aviação diversificada sobre o mar.

É preciso reafirmarmos que o resgate de nossa dívida social não pode significar abrir mão do desenvolvimento econômico que se lastreia também em nossas potencialidades, que mitigam nossos problemas sociais, só poderemos contar, se contarmos com o poder naval, com a Marinha do Brasil.

Sr. Presidente, neste Dia do Marinheiro e da Marinha – agora as nossas Forças Armadas também adotam o papel da mulher em seu meio – o sonho de um Brasil soberano, de um País independente de fato e de direito, completa, podemos dizer, o seu bicentário. Esperamos estender esse sonho ao nosso 7 de setembro de 2022, a exemplo da decisão tomada por Dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, do apartamento do Brasil dos interesses de Portugal. Que esse gesto eminentemente político possa também avançar como um gesto na área da tecnologia, possa avançar como um gesto na área da superação das grandes dificuldades nacionais, especialmente para que o Brasil tenha um espaço de representação no cenário mundial, que o mundo também espera.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de visitar o Submarino Tamoio – quero agradecer a gentileza da visita e, para tanto, tive uma aula sobre o papel de um submarino –, e fiquei muito impressionado. Eu pensava que um submarino fosse uma arma como tantas outras. Inclusive, naquela ocasião, explicaram-me que, na Guerra das Malvinas, em que os argentinos contavam com um único submarino ancorado, tendo o submarino sido levado daquele lugar para um outro – o submarino havia desaparecido do lugar onde estava –, os ingleses recuaram toda a sua frota e ficaram aguardando o paradeiro do submarino argentino. Imaginem se chegarmos a ter o nosso submarino – o qual gostaria muito de visitar – com tecnologia em energia atômica! É um cenário brasileiro de uma inteligência nacional que aflora. Acho que isso merece ser divulgado um pouco mais. Soube agora que a Marinha evita essa patente, porque teria de divulgá-la. O mundo inteiro gostaria de saber demais o que os brasileiros estão fazendo de bom por aqui.

O nosso propósito é a paz; o nosso propósito é a soberania dos povos e, como tal, um dos caminhos, uma das pontes para a ligação a esses projetos é,

claro, o grande investimento na área de tecnologia e do conhecimento.

Portanto, um abraço a todos.

Parabéns à Marinha do Brasil!

Parabéns ao Exército brasileiro e à Aeronáutica por ensinar também, acima de tudo, uma escola de cidadãos brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– Obrigado, Senador Sibá Machado.

Este é o momento de celebração da Marinha. Percebemos, realmente, todo um compromisso do Congresso Nacional com relação às nossas Forças Armadas.

Eu havia anunciado o último Senador inscrito, mas este momento está tão prestigiado que temos mais dois colegas inscritos, a quem passaremos a palavra, exatamente como forma de manifestar aqui o respeito, a solidariedade e a forte representação que as Forças Armadas conquistam no Congresso Nacional.

Passo a palavra ao Senador João Pedro, que representa o Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Julio Saboya, Chefe do Estado-Maior da nossa Armada; Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, eu não poderia deixar de manifestar o meu reconhecimento à Marinha, como cidadão da Amazônia, como brasileiro e Senador da República, nesta sessão solene proposta pelo nosso querido Senador Zambiasi.

Sr. Presidente, eu já estava vaidoso por ser o último orador, mas parece-me que será o nosso Senador Flexa Ribeiro, que certamente fará jus à mesma constatação: esta solenidade começa com o Sul – com o Senador Sérgio Zambiasi, do nosso Rio Grande do Sul – e termina com o nosso Norte, com o meu Amazonas e com o Pará do Senador Flexa Ribeiro. Portanto, todo o Brasil representado.

Nossa homenagem à Marinha, instituição que faz parte da nossa História, neste 13 de dezembro, data tão significativa, que também faz parte da nossa História.

Conversava com o meu colega Senador Augusto Botelho, também da Região Norte – ainda mais ao norte, que é Roraima –, que, na realidade, o Brasil começa com os marinheiros. Foram eles que romperam paradigmas. O século XV é marcado pela ousadia dos marinheiros, e a Europa chega aqui com a bravura, com a força, com o esforço, com o des-

temor dos marinheiros. Ou seja, o Brasil nasce com os marinheiros.

Sr. Presidente, não vou me ater ao papel estratégico da Marinha, já que alguns Senadores já se reportaram a ele, mas não podemos pensar numa pátria, numa nação, num estado democrático e soberano, sem que essa instituição seja verdadeiramente forte, presente.

Desejo um mundo de paz. No sábado, refletimos sobre a perda de um grande artista, que foi John Lennon, que falava de paz. Eu desejo um mundo de paz, mas não podemos pensar em um país soberano sem uma Marinha forte, principalmente com as características do nosso País, com esta costa, com esta riqueza que pertence ao povo brasileiro na profundidade de nossos mares. A Marinha tem um papel estratégico na defesa de um mundo de paz, um Brasil de paz. Mas o País não pode defender a paz sem uma Marinha forte, presente, com navios.

Faço um parêntese aqui para dizer que o Senador Sibá Machado, meu companheiro de Partido, falou com orgulho de ter visitado o submarino Tamoio. Eu não gostaria de visitar o submarino, mas gostaria de, um dia, navegar, tomar um café naquele veleiro todo branco que vejo nos mares da Guanabara. Este é o meu sonho: não é visitar o submarino, mas um dia navegar naquele veleiro.

Nesta sessão, gostaria de parabenizar a Marinha, já que amanhã é dia 13, e dar o testemunho da importância da Marinha em minha região, a Amazônia, e em meu Estado, o Amazonas. Seus navios sobem e descem rios, como o Rio Purus, o Rio Madeira, o Rio Solimões, lá na fronteira com a Colômbia e o Peru. É a presença da Marinha trazendo saúde, trazendo vida, salvando vidas, construindo sonhos, construindo o Brasil.

Já disse aqui – e aproveito para dizer de novo – que o Brasil precisa conhecer mais a nossa Amazônia. Nós, brasileiros, precisamos inclusive cobiçar mais a Amazônia, na medida em que ela é cobiçada além-Brasil.

Meu testemunho é da importância da Marinha, fazendo a vacina, fazendo a consulta, ouvindo os brasileiros ribeirinhos, mulheres ribeirinhas, jovens ribeirinhos. Como amazonense e Senador pelo Estado do Amazonas, quero dar o testemunho do papel relevante e da importância da Marinha nas políticas públicas naquele Brasil distante, naquele Brasil verde. São navios da Marinha, médicos da Marinha, enfermeiros, marinheiros e marinheiras, no dia-a-dia da Amazônia, com seu calor, com sua chuva, mas com um povo muito bonito, que é o povo da Amazônia e do Amazonas.

Parabéns pelo trabalho que vocês vem realizando! É um trabalho de Estado, um trabalho que dignifica e

engrandece essa instituição, à qual, no dia de amanhã, o Brasil todo renderá homenagens.

Parabéns à Marinha pela importância e dimensão de seu papel estratégico para o Brasil, destacando o trabalho que vem realizando nos rios da Amazônia, junto aos povos da região! Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro, solicitando que seja o mais breve possível, em função da sessão, já convocada para o meio-dia, para a eleição do novo Presidente desta Casa, o Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, pelo Estado do Pará, pela Liderança de sua Bancada, o PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi; Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Júlio Sabóia de Araújo Jorge, Chefe de Estado-Maior da Armada; senhores oficiais das três Forças; senhores convidados; Sr^{as} e Srs. Senadores, se existe um ofício dos mais valorosos, que exige não apenas profissionalismo para seu exercício, mas também coragem, abnegação e, acima de tudo, paixão, é o ofício de marinheiro.

Desde tempos imemoriais, ser marinheiro significa ser destemido, buscar novos rumos, novos horizontes, enfrentar a fúria dos oceanos, com seus mistérios e suas ondas, muitas vezes traiçoeiras. Por definição, o marinheiro precisa ser desapegado, estar disposto a permanecer meses em alto mar, em benefício da pátria. Só se consegue isso com profunda paixão pelo mar, pelos encantos e pelos perigos que ele oferece.

Nenhum brasileiro encarnou com maior propriedade esse espírito de marinheiro do que o Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil. Nascido a 13 de dezembro de 1807, desempenhou inúmeros e gloriosos serviços em prol de nossa Força Naval. Sua paixão pelo que fazia era tamanha que, em seu testamento, deixou as seguintes instruções: “Como homenagem à Marinha, minha diletta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha Pátria e prestar alguns serviços à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: ‘Aqui jaz o velho marinheiro’”.

Na simplicidade de quem tinha como um dos lemas de vida a fé, a esperança e a caridade, o Marquês de Tamandaré, apesar dos inúmeros títulos que colecionou ao longo de sua carreira, não se definia como outra coisa a não ser marinheiro.

É no seu exemplo de bravura, de coragem, de dignidade e de caráter, senhoras e senhores, que devem se mirar todos os marinheiros de hoje. A figura do Patrono deve ser o seu mestre, o seu farol, a apontar o rumo para onde devem navegar.

Sobretudo nos dias atuais, em que, por vezes, os valores parecem esquecidos, devemos sempre trazer à tona os grandes nomes de nossa história, nomes que nos mostraram ser possível, sim, construir uma Nação com dignidade, com dedicação e com espírito público.

Quando falo de marinheiros, não me refiro apenas aos militares, mas também àqueles que, valorosamente, labutam em nossa Marinha Mercante, transportando mercadorias, contribuindo para o bem-estar de nosso povo e para o progresso do Brasil.

Neste Dia do Marinheiro, devemos aproveitar a oportunidade não apenas para exaltar aqueles que, destemidamente, abraçam essa valorosa carreira, mas também para alertar, mais uma vez, as autoridades deste País para a situação de penúria em que se encontra nossa Marinha – melhor dizendo, em que se encontram as Forças Armadas.

Somos um País que possui 3,6 milhões de quilômetros quadrados de território marítimo. Estamos pleiteando, junto às Nações Unidas, um acréscimo de 950 mil quilômetros quadrados a essa área, em regiões onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas. Caso nossa proposta seja aceita, as águas jurisdicionais brasileiras totalizarão quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais do que a Amazônia Legal brasileira.

Trata-se, então, de um vasto patrimônio, tanto do ponto de vista econômico quanto no que se refere à biodiversidade. Quanto mais qualificados e valorizados forem os nossos marinheiros, mais condições terão de defender aquilo que é nosso, de permitir que exploremos as potencialidades de nossas riquezas marítimas de modo sustentável e de garantir o progresso e a prosperidade das futuras gerações de brasileiros e brasileiras. Sobretudo agora, em que foi anunciada a descoberta de reservas de petróleo em alto mar, no Campo de Tupi, que logo se tornará, tenho certeza, nova fonte de cobiça internacional.

Portanto, senhoras e senhores, neste dia em que o Senado Federal presta sua justa homenagem ao Dia do Marinheiro, concluo o meu pronunciamento saudando a todos os marinheiros do Brasil...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, eu poderia participar por um instante do seu pronunciamento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se o Presidente me autorizar, concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu queria apenas dizer que o Piauí não poderia se ausentar. O Piauí tem o menor território de mar deste País, são 66 quilômetros, mas eu queria dar um testemunho. Primeiro, na história, a gente não ia falar de São Pedro, de Cristo, ou dos fenícios, mas ficaríamos lá na minha Parnaíba. O Ministro Amorim do Vale foi Capitão dos Portos da minha Parnaíba. E, talvez, o melhor currículo da Marinha, o Almirante Pena Boto. Ele fez um curso de balística em Paris, teve um desencontro com o Ministro, foi para o Piauí e escreveu o livro **Meu Exílio no Piauí** – ele, que tinha saído de Paris para aprender balística. Mas eu quero dizer que, para o Brasil, basta aquela frase que eles nos ensinaram: o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. E eles são exemplo. Eu dou o testemunho porque convivi com eles. Não são os deveres funcionais, mas os exemplos que eles deram à sociedade. A minha cidade, que é a cidade de Evandro Lins e Silva, de Reis Velloso e de Alberto Silva, viu, em todos eles que lá passaram – eu citei dois –, esse exemplo de grandeza, esse exemplo de patriotismo. Então, já que V. Ex^a é o poeta do Pará, eu vou buscar outro poeta, Fernando Pessoa, para mostrar a grandeza deste dia e dessa gente. Ele disse: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. E dizia que o mar é salgado pelas lágrimas das viúvas e dos órfãos por aqueles que fizeram a primeira globalização. Mas quero lhe dizer o seguinte, a propósito dessa farda branca: assim a amizade é representada no mundo, a Deusa da Amizade. Os gregos amam a mulher vestida de branco; os romanos também, mulher vestida de branco, traduzindo a pureza. E é com muita justiça que esses homens brasileiros têm a sua farda branca, porque eles representam o melhor de nossa gente. Quero dizer que tive o privilégio de fazer o CPOR, e me orgulho. Se nós ainda temos aquela expressão “Ordem e Progresso”, é graças a eles. Eles são o povo do Brasil, e o melhor povo do Brasil, de que nos orgulhamos e a quem rendemos a homenagem do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa e incorporo o aparte de S. Ex^a, que enriquece o pronunciamento que faço em homenagem ao Dia do Marinheiro.

Concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento saudando a todos os marinheiros do Brasil, na pessoa do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto. Que nossos marinheiros, Almirante, sigam destemidamente seu curso, inspirados nos dignificantes exemplos do Marquês de Tamandaré!

Para finalizar, quero aqui render as minhas homenagens, como representante no Senado Federal do meu querido Estado do Pará e da Amazônia brasileira, e dar o meu testemunho. Ao dar esse testemunho, reitero os meus agradecimentos pelo trabalho das Forças Armadas na nossa Amazônia. Marinha,

Exército e Aeronáutica fazem um trabalho que, sem sombra de dúvida, é da maior importância para que a Amazônia ainda continue fiscalizada e brasileira. Todos nós sabemos da cobiça internacional por essa região tão rica, que tem, incontestavelmente, um papel importante no processo da continuidade do mundo, do nosso planeta Terra.

Refiro-me ao trabalho das nossas Forças Armadas, de todas elas – no caso, a homenageada de hoje é a Marinha do Brasil –, na nossa região, Almirante, em que dizemos que as nossas ruas são os rios. A presença das Forças Armadas, a presença da Marinha, defendendo o nosso Brasil naqueles rincões afastados, cuidando não só da questão da vigilância, mas também atuando na área social, levando a toda aquela população sofrida da nossa região o atendimento na área da saúde, na área da cidadania, para que eles, embora distantes, possam ter a oportunidade e o direito de se tornarem cidadãos.

Quero dizer que o Senado Federal se coloca sempre em defesa das Forças Armadas brasileiras. Em todas as oportunidades que temos aqui, tratamos do assunto. Na Comissão de Defesa Nacional, temos uma Subcomissão, presidida pelo Senador Romeu Tuma, que trata exatamente da revitalização, da necessidade de alocação de recursos para que as Forças Armadas brasileiras possam se reequipar, possam ter condições de estarem prontas. Pedimos a Deus que não haja necessidade, queremos realmente ter a paz permanente, mas não podemos esquecer que temos de estar sempre alerta. A presença e o fortalecimento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são, sem sombra de dúvida, aquilo que garante a soberania do nosso País.

Parabéns à Marinha do Brasil pela comemoração do Dia do Marinheiro! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Agradecemos às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; o Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; e o Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Chefe do Estado-Maior da Armada. Como dizia, agradecemos o comparecimento de todos, saudamos os homens e mulheres do mar e das águas, não apenas das águas salgadas, mas das águas doces também, onde estão presentes, e encerramos a presente sessão, ouvindo a execução do hino Cisne Branco, pela Banda de Fuzileiros Navais. (Palmas.)

(Execução do hino Cisne Branco.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 19 minutos.)

Ata da 231ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 12 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Tião Viana

ÀS 12 HORAS E 58 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 12:00 HORAS

Período : 12/12/2007 07:23:53 até 12/12/2007 15:25:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS LHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Faço um apelo às Sr^{as} e Srs. Senadores que ocupem seus lugares para darmos início à sessão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores se assentam, eu poderia usar a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Regimento Interno proíbe nesta sessão, que é especial, qualquer encaminhamento, qualquer intervenção, qualquer fala antes da eleição do Presidente. Sendo assim, eu pediria a V. Ex^a que me assegurasse, após a eleição, cessados todos os trâmites, pelo menos dois minutos para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Gerson Camata, que tem sido um leal defensor do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A presente sessão destina-se a dar cumprimento ao disposto nos §§ 1º e 3º do art. 59 do Regimento Interno, ou seja, a eleição do Presidente do Senado Federal para o período remanescente do biênio 2007/2008.

De acordo com o disposto no art. 60 do Regimento Interno, a eleição para a Presidência do Senado Federal far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado.

Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, para indicação de candidatura.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB, no dia de ontem, reuniu a sua Bancada e, por meio de votação, escolheu o nome do Senador Garibaldi Alves para indicar ao Plenário do Senado como futuro Presidente da Casa. Assim, é com muita satisfação que comunico à Casa que o PMDB apresen-

ta o nome do Senador Garibaldi Alves Filho, para ocupar a Presidência do Senado Federal.

Agradeço, Sr. Presidente, a todos os Líderes que, em conversas mantidas comigo, permitiram que houvesse o entendimento para que o nome do Senador Garibaldi Alves seja votado nesta Casa por consenso.

Então, agradeço, publicamente, ao líder do Democratas, Senador José Agripino, pela compreensão, pelo entendimento; ao Senador Arthur Virgílio Neto, líder do PSDB, à Senadora Ideli Salvatti, líder do PT; ao Senador José Nery, líder do P-SOL; ao Senador Epitácio Cafeteira, líder do PTB; ao Senador Francisco Dornelles, líder do PP; ao Senador Jefferson Péres, líder do PDT; ao Senador João Ribeiro, líder do PR; ao Senador Marcelo Crivella, líder do PRB; ao Senador Renato Casagrande, líder do PSB; ao Senador Inácio Arruda, líder do PCdoB; ao Senador Demóstenes Torres, líder do Bloco da Minoria; e, ainda, ao Senador Romero Jucá, líder do Governo no Senado, bem como à Senadora Roseana Sarney, líder do Governo no Congresso Nacional.

Foi muito importante o entendimento de todos os líderes para que chegássemos neste momento com apenas um nome, o do Senador Garibaldi Alves Filho, para presidir o Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, apresenta a candidatura do Senador Garibaldi Alves Filho, que tem o apoio dos demais líderes partidários.

Havendo único candidato, a Presidência propõe ao Plenário, tal como foi feito em ocasiões anteriores, que a eleição para o cargo de Presidente do Senado Federal seja realizada por meio do painel eletrônico de votação, que permite a identificação do nome do candidato e preserva o sigilo do voto, bem como de todo o processo.

Se não houver objeção do Plenário, será adotado o procedimento sugerido. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está adotado o procedimento sugerido.

A Presidência solicita à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o painel eletrônico. (Pausa.)

A Presidência esclarece que o voto SIM aprova o nome do indicado, Senador Garibaldi Alves Filho, e o voto NÃO, rejeita-o.

Se todas as Sr^{as} Senadoras e todos os Srs. Senadores já estão esclarecidos, o painel eletrônico estará aberto para votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, gostaria de assegurar a palavra no momento em que V. Ex^a achar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Transferirei a solicitação de uso da palavra de V. Ex^a ao Presidente eleito, Senador Garibaldi Alves Filho, dentro de alguns segundos.

Está aberto o painel eletrônico para votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que exerçam o direito ao voto. Temos apenas 62 votos registrados no painel eletrônico.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se as Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

O Senador Epitácio Cafeteira pede alguns minutos de tolerância, pois S. Ex^a está a caminho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, esclareço a V. Ex^a que foi combinado, antes de V. Ex^a chegar, que, assim que tivermos concluído o processo e que o Senador Garibaldi Alves

assumir, ele dará a palavra aos Senadores. Formalmente, nesta fase, há impedimento regimental.

Agradeço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem Sem revisão do orador.) – Inscreva-me, Sr. Presidente, em primeiro lugar, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a estará inscrito. (Pausa.)

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência aguarda apenas o registro de voto do Senador Epitácio Cafeteira, que está com dificuldades de locomoção. Aguardaremos alguns minutos. (Pausa.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, se puder, espere mais cinco minutinhos, pois há três Senadores que estão chegando e que gostariam de votar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência aguardará os cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se todas as Sr^{as} e Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Senador Valdir Raupp, há uma solicitação do Plenário para que se proceda à apuração dos votos.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA**Senado Federal****ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL - GARIBALDI ALVES FILHO**

(PERÍODO REMANESCENTE DO BIÊNIO 2007/2008)

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 12/12/2007Num.Votação: 1
Hora Sessão: 12:00:00Abertura: 12/12/2007 13:03:42
Encerramento: 12/12/2007 13:20:03

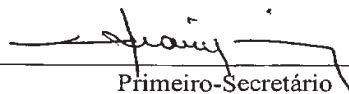
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALÁDARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	WALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 68
 Votos NÃO : 08
 Votos ABST. : 02

Total : 78



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se ao resultado:

Votaram SIM 68 Srs. Senadores; e NÃO, 08 Srs. Senadores.

Houve 2 abstenções.

Total: 78 votos.

(Palmas.)

Proclamo eleito para o cargo de Presidente do Senado Federal, para o período remanescente do biênio 2007/2008, o Senador Garibaldi Alves Filho.

Convido o Senador Garibaldi Alves Filho para assumir a Presidência do Senado da República Federativa do Brasil e desejo-lhe todo êxito e toda sorte.

O Sr. Tião Viana, Presidente interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente Eleito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, assumindo a Presidência do Senado da República graças à confiança de meus ilustres Pares, certamente haveria eu de agradecer a generosidade dos que me escolheram e de prestar, aqui, o preito de gratidão a quantos contribuíram para a construção deste momento, ponto culminante, Sr^{as} e Srs. Senadores, de mais de quatro décadas de vida pública.

É de meu dever, contudo, antes de dirigir-me às pessoas, tributar à Instituição, ao próprio Senado da República, a expressão de minha homenagem cívica, na plena convicção de que o Senado, mais uma vez, se mostra credor do respeito nacional.

Chego à Presidência, não há por que ocultar, em momento traumático para a Casa. Os últimos acontecimentos, que levaram à convocação de eleição para Presidente em pleno curso do mandato, aproximaram o Senado de limites que jamais poderiam ser ultrapassados, sob pena de se fraturar gravemente a credibilidade da instituição perante a opinião pública. Sem pretender, Sr^{as} e Srs. Senadores, debater em torno do mérito do quanto já decidido pela maioria do Plenário, devo tirar desses episódios lições que certamente serão valiosas para a Presidência que agora se inicia.

A legitimidade do poder, penso eu, nasce e repousa no incondicional respeito com o qual se impõe o mandatário aos destinatários do mesmo poder. A prática democrática, é certo, exige que as escolhas republicanas feitas pela maioria sejam sempre acatadas, mas a própria vivência republicana é um contínuo exercício, um evoluir permanente na manutenção e preservação da legitimidade da escolha. Desgarrado o poder dessa renovação de confiança, diuturnamente reiterada, a legitimidade da escolha se perde,

e poder e mandato se tornam ilegítimos, na mesma medida do esboroamento do respeito que de todos deveriam merecer.

Por isso, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a primeira palavra do novo Presidente do Senado é de convocação, é de apelo e acolhida: os que me elegeram – e foram tantos, e o painel ainda conserva, para minha emoção, os que me elegeram, comparecendo 78 Senadores, e destes 78 Senadores, quase todos me dando a honra do seu voto – estejam sempre atentos, meus caros Colegas, estejam sempre vigilantes, estejam sempre perto de mim, prontos para me advertir se fraquezas humanas ou políticas me tentarem a desviar-me, mesmo que involuntariamente, da permanente renovação da legitimidade nascida desta eleição.

Não agradeço somente a confiança, essa manifestação exuberante de apreço, pois, convoco a todas as Senadoras e Senadores a partilharem comigo a árdua missão de devolver ao Senado, perante o País, toda a credibilidade que conquistou em sua quase bicentenária trajetória histórica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como todos sabem, venho de um Estado pequeno, mas de efetiva e valiosa contribuição à melhor prática política brasileira.

Ocupo hoje, na grata companhia do Senador José Agripino e da Senadora Rosalba Ciarlini, Cadeira de Senador pelo Rio Grande do Norte, representando um Estado que tem dado ao Senado e ao Brasil Senadores de provado patriotismo e devotado espírito público. Ainda no Primeiro Reinado, com Brito Guerra; com Almino Affonso, na República Velha, e depois José Augusto Bezerra de Medeiros, Georgino Avelino, Dinarte Mariz, Monsenhor Walfredo Gurgel, nomes que eu, deixando o meu torrão, peço licença para acrescentar o nome de um homem que conviveu comigo nesta Casa, mas que faleceu há poucos dias, o nosso Senador Antonio Carlos Magalhães. Portanto, o Rio Grande do Norte sempre teve papel de destaque no Senado, Casa que, de 1951 a 19554, foi presidida pelo ilustre norte-riograndense João Café Filho, Vice-Presidente, e depois Presidente da República.

Ao me referir a esta ininterrupta tradição de serviços prestados pelo Rio Grande do Norte ao Senado e ao Brasil, no momento em que expresso minha pequenez diante do desafio, manifesto a confiança de que, com o apoio de todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, não haverei de deslustrar a crônica histórica do meu Estado no Senado da República.

Aos partidos, expresso a certeza de que, pelas suas bancadas na Casa, são os legítimos canais de manifestação das diversas parcelas da opinião pública.

Ao meu Partido, o PMDB, quero prestar especial reconhecimento pela demonstração de solidariedade e confiança.

Quero destacar o papel exercido pelo Senador José Sarney para que hoje eu estivesse aqui falando a todos na qualidade de Presidente do Senado Federal. Quando todos diziam que ele seria candidato, ele me dizia o que terminou dizendo a todos: “Eu não serei candidato porque quero dar oportunidade aos mais novos”. Senador José Sarney, vou me credenciar entre os mais novos, apesar de não ser tão novo, mas quero agradecer a V. Ex^a pela maneira como V. Ex^a comandou todo o processo, articulou, de maneira nenhuma deixando de lado todos aqueles que postulavam esta cadeira, este honroso dever, esta grande missão. O certo é que o Senador José Sarney é, hoje, credor da nossa confiança, como da confiança de todos aqueles que acompanharam de perto esse processo.

Diante de mim, está o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, a quem tive de contrariar, porque a S. Ex^a foi reservada a missão de conter o processo sucessório enquanto o Senador Renan Calheiros tomava sua decisão, ele que esteve diante de circunstâncias, eu diria, dramáticas, mas que nunca deixou de dar mostras, na nossa convivência – e, agora, faço questão de declarar –, de solidariedade e compreensão ao encarar uma atitude tomada por mim nesse processo. Mas eu dizia que Valdir Raupp tinha essa missão. E fui eu que contrariei o Líder na busca incessante dos votos.

Valdir Raupp, se eu fosse atender o seu conselho, talvez eu não tivesse desfrutado daquela situação eleitoral que desfrutei; mas também, se não fosse a sua autoridade, a sua isenção, eu certamente não estaria nesta cadeira, como Presidente do Senado. Sua isenção durante o processo não foi fácil. Postulações legítimas de Valter Pereira, de Leomar Quintanilha; postulações legítimas também de um outro companheiro nosso, Neuto de Conto; e, finalmente, do nosso Senador Pedro Simon, que vai me perdoar por eu ter sido o seu competidor, enquanto que eu agradeço a Deus por ter tido um competidor como V. Ex^a, um homem tão respeitado por todos nós.

Asseguro às demais bancadas da base do Governo e da oposição a minha lealdade intransigente à Constituição e ao Regimento. A Presidência não será partícipe do entrechoque partidário, mas será atuante no debate político, pretendendo ser o fermento para que, das discussões, surjam idéias e caminhos que levem o Senado a estar sempre presente e atuante nas grandes decisões em torno do interesse público.

O instante é de arrostar desafios, o instante é de enfrentar, sem dúvida, com árdua luta e ingente dificuldade, este momento de trauma, mas também de renovação de fé na força democrática de nossa Instituição.

Repito, e o faço com profunda consciência, ter necessidade de contar com o decidido apoio de todos, especialmente dos senhores líderes.

Estou à frente do Líder Arthur Virgílio, que ainda ontem me entregou uma carta para que eu assumisse determinados compromissos com o poder, trazidos pelo PSDB. Neste instante, digo que, com relação a esses compromissos, não tive e não tenho nenhum momento de vacilação ao assinar todos eles, porque são compromissos para elevar o nome do Poder Legislativo em uma hora como esta.

Portanto, meus caros colegas do PSDB, fiquem certos de que estou, neste instante, apondo minha assinatura ao lado da do Senador Arthur Virgílio, e vamos procurar zelar por esses compromissos, que é o que há de melhor para zelar por nossa Casa. Dizem respeito a estabelecer procedimentos em relação às medidas provisórias. Vou ler apenas alguns. Peço permissão ao Líder do PSDB para não ler todos: “Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias; exigir igualdade de todos para todos na execução orçamentária”, e uma série de outros compromissos que eu, neste instante, determino que sejam incluídos nos Anais da Casa, a fim de que haja uma permanente e constante vigilância.

Não tenho a veleidade de lançar idéias prontas. A reforma tributária, que passa pelo novo desenho do pacto federativo, precisa ocupar nossa atenção, assim como a reforma política. Com relação a essa reforma, o Senado elaborou uma proposta, aprovou e mandou para a Câmara. Constituía-se na tentativa de buscar o real fortalecimento dos partidos, fortalecimento que não se confunde com a força arbitrária das cúpulas, mas a legitimidade das diretrizes e decisões surgidas das bases partidárias.

Antes de seguir adiante, gostaria de, neste instante, também prestar meu reconhecimento ao Presidente do meu partido, o Deputado Michel Temer. Reconhecimento à sua conduta, que também foi de lealdade a todos os candidatos. (Palmas.)

Michel Temer – permitam-me dizer os outros candidatos, e não fiquem irados, não tenham queixa disto –, V. Ex^a, desde o início, sempre teve uma palavra de carinho para com a minha postulação, a minha reivindicação.

Sr. Presidente, o Parlamento é lugar de decisão – “Sr. Presidente” não sei por que... –, é lugar onde

as decisões surgem dos debates fecundos e do consenso harmônico de divergências que se aplacam.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a vai se acostumar rápido, Senador Garibaldi Alves Filho. Não se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se o Parlamento se omite neste ou naquele tema, não é por indolência ou incapacidade técnica, mas porque democraticamente ainda não terá sido possível construir uma solução de compromisso consensual.

Ao trabalho, portanto. Permitam-me V. Ex^{as}, ao reiterar-lhes a gratidão pela escolha, compartilhar este momento feliz com outros norte-rio-grandenses.

Lembro todos os meus conterrâneos na saudososa homenagem que presto ao Deputado, Governador e Ministro Aluísio Alves, que o Presidente Sarney tão bem conheceu, na solidariedade partidária de todas as horas, na solidariedade não apenas partidária, mas sobretudo afetiva, porque ele e eu começamos a vida pública juntos. Agora, ali está o Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, meu primo.

Quero, ao terminar as minhas palavras, agradecer o apoio que recebi de todos os meus conterrâneos, desde a Governadora do Estado até o mais humilde norte-rio-grandense. Todos vieram ao meu encontro para me dizer da sua absoluta emoção e alegria pelo fato de eu estar assumindo a Presidência do Senado Federal. Todos. Por meio de telefonemas, por meio de recados de outros conterrâneos e conterrâneas que estão há algum tempo aqui em Brasília ou há muito tempo.

Sei, meus caros Senadores e minhas caras Senadoras, que, nesta hora – não sou pretensioso –, milhares de norte-rio-grandenses gostariam de estar aqui para dizer da sua honra, do seu orgulho e da sua alegria por verem um conterrâneo tão modesto ocupar uma cadeira tão importante como esta, a da Presidência do Senado Federal.

Há muita coisa a fazer. E, se há muita coisa a fazer, peço a todos que comecemos o nosso trabalho. Contem com este Presidente, mas sobretudo contem com este que é um colega de V. Ex^{as} e que espera que todos possamos nos dar as mãos para dizer que o Senado vai escrever uma nova página na história do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. PRESIDENTE GARIBALDI ALVES FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos art. 210, inciso Iº e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 11 de dezembro de 2007

Senhor Senador
Garibaldi Alves

Reunida hoje, a Bancada do PSDB no Senado Federal decidiu apoiar a indicação do nome de V. Ex^a para a Presidência da Casa, com a condição de que V. Ex^a assumira clara, e publicamente, o compromisso de:

1. Reerguer a combalida imagem da instituição perante a opinião pública, não permitindo que atos ou comportamentos indevidos lhe causem dano.

2. Atuar com harmonia, mas com independência em relação aos demais Poderes, especialmente em relação ao Palácio do Planalto.

3. Empenhar-se para que sejam feitas as reformas política e partidária e para que o Presidente da República cumpra as reiteradas promessas de encaminhar ao Congresso Nacional proposta de reforma tributária e de revisão do pacto federativo.

Quanto à atividade legislativa, o PSDB quer seu compromisso, claro e público, de:

1. Convocar sessões conjuntas do Congresso Nacional para votar os vetos presidenciais.

2. Por imediatamente em votação o substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38/07, que regulamenta o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e as PEC nºs 38/04, 50/06 e 86/07, que tornam ostensivas votações hoje secretas, pois ambos os itens fazem parte de compromisso ético que esta Casa tem com a Nação.

3. Estabelecer procedimento em relação às medidas provisórias, de forma a, liminarmente, não dar curso às que visivelmente não atendam aos requisitos constitucionais da urgência e da relevância.

4. Reavaliar a atuação da Comissão de Orçamento à luz da nova resolução sobre a tramitação de matérias orçamentárias, tendo em vista rumores de que estariam voltando práticas de corrupção amplamente condenadas pela sociedade.

5. Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias, de forma a se obter resultado mais realista e de execução garantida.

6. Por meio da Mesa Diretora, exigir igualdade de tratamento, para todos, na execução orçamentária.

7. Estabelecer rodízio na designação de relatores para as medidas provisórias, observando o critério das bancadas matematicamente definidas.

8. Exigir dos Ministros de Estado o cumprimento dos prazos e exatidão nas respostas aos requerimentos de informações formulados pelos Senadores.

9. Alterar o Regimento Interno, até o fim de março de 2008, para nele incorporar as propostas aqui indicadas.

V. Ex^a, que, como Relator da CPI dos Bingos, soube se conduzir com elogiável isenção e correção, não terá nenhuma dificuldade em assumir esses compromissos – que são todos do interesse da instituição e da Nação – e ter todos os votos da Bancada do PSDB.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer uma saudação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode me inscrever também como Líder do Partido Socialista Brasileiro?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Inácio Arruda, do PCdoB, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu já estava inscrito. Eu estava inscrito com a Presidência, antes de V. Ex^a assumir, e o Presidente teria me dito que eu seria o segundo; a primeira seria a Líder do PT, e eu estaria inscrito em segundo lugar.

O ex-Presidente, Senador Tião Viana, está confirmando isso, Sr. Presidente. Ele disse que o primeiro seria a Líder do PT, e eu estava inscrito em segundo lugar. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos reexaminar a lista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu peço desculpas a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e asseguro que V. Ex^a será chamado logo em seguida ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se o Senador Pedro Simon quiser falar antes, para mim tanto faz, porque, sinceramente, na minha matemática política, a ordem dos fatores não

altera o produto. Eu simplesmente tenho um recado a dar pelo meu partido e vou dá-lo com clareza.

V. Ex^a prefere inverter? Ou não prefere? (Pausa.)

Não ouço V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Para mim, é indiferente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É indiferente? Então, eu cedo a V. Ex^a e falo em seguida. V. Ex^a prefere ou não?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É indiferente, Sr. Presidente. V. Ex^a já está na tribuna. Não há problema algum.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sou Presidente. Infelizmente, não sou Presidente. O Presidente é ele. Sou Líder do PSDB, por ora, pelo menos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a, querendo falar primeiro, é com o maior prazer que o ouço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Devo a V. Ex^a todas as deferências.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB deve explicar à Nação, com muita clareza, as razões por que apoiou o seu nome e deixou de lançar a sua antecandidatura – e a antecandidata seria, precisamente, a Senadora Marisa Serrano.

A Senadora chegaria e diria: “Não vim para vencer; vim para expor à Nação o que precisa ser feito do Senado soerguer sua imagem combatida e bastante arranhada perante a opinião pública”. A Senadora Marisa Serrano viria para propor uma revolução administrativa interna, tornando transparentes, até às vísceras, a vida do Senado Federal, ao lado dessa revolução para fora, que torne outra vez o Senado uma Casa respeitada perante a opinião pública brasileira.

Não lançamos a Senadora Marisa Serrano como antecandidata por algumas razões. Uma delas, o apelo feito a nós, por razões potiguaras e por afinidades políticas que cultivamos juntos, os três, apelo que fez a nós o Senador José Agripino Maia, dizendo que dificilmente seu partido poderia fazer algo diferente do que acompanhar V. Ex^a, Sr. Presidente, e dizendo que ele, pessoalmente, não teria como não sufragar o nome de um companheiro, de um aliado tão prezado e tão querido.

Mas, Senador Garibaldi Alves, nós não lançamos a antecandidatura porque V. Ex^a vinha de um passado bastante construtivo na relação conosco. V. Ex^a presidiu a CPI dos Bingos do Senado Federal, que investigou

corrupção grossa, apontou culpados, exigiu providências; foi relator e tomou atitudes que o engrandeceram perante a Nação. E foi precisamente nesse homem que o PSDB votou.

Apresentamos a V. Ex^a uma carta-compromisso, que V. Ex^a acabou de perfilhar. V. Ex^a se referiu a alguns tópicos da parte administrativa, mas eu me permito, Sr. Presidente, ler alguns outros tópicos que julgo essenciais.

1) Reerguer a combalida imagem da instituição perante a opinião pública, não permitindo que atos ou comportamentos indevidos lhe causem dano.

2) Atuar em harmonia, mas com independência em relação aos demais Poderes, especialmente em relação ao Palácio do Planalto.

3) Empenhar-se para que sejam feitas as reformas político-partidária e a tributária, esta como uma exigência de V. Ex^a e do Senado ao Senhor Presidente da República.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço um pouco de tempo para concluir, porque julgo essencial que o ponto de vista do PSDB seja exposto com clareza à Nação, porque aqui não se trata de nenhum jogo de compadres. Votamos em cima de um programa, de um projeto. V. Ex^a endossou esse programa e esse projeto e, nessa condição, haverá de ter a nossa colaboração.

Prossigo:

4) Convocar sessões conjuntas do Congresso Nacional para votar, finalmente, os vetos presidenciais. Entra presidente, sai presidente e ninguém coloca para apreciar vetos presidenciais, o que dá, a quem quer que esteja na Presidência da República, de plantão, poderes ditatoriais.

5) Pôr imediatamente em votação o substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38/07, que regulamenta o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e as PECs nºs 38, de 2004; 50, de 2006; e 86, de 2007, que tornam ostensivas votações hoje secretas, pois ambos os itens fazem parte de compromisso ético que esta Casa deve à Nação brasileira.

6) Estabelecer, Sr. Presidente, procedimento em relação às medidas provisórias, de forma a, liminarmente, não dar curso às que visivelmente não atendam aos requisitos cons-

titucionais da urgência e da relevância. Se não há urgência, se não há relevância, mande a medida provisória para a lata do lixo da história, literalmente, para que esta Casa não fique com a sua pauta atravancada pelo bel-prazer do Planalto, que acaba ditando o que se faz e o que não se faz no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, prossigo:

7) Reavaliar a atuação da Comissão de Orçamento à luz da nova Resolução sobre a tramitação de matérias orçamentárias, tendo em vista rumores, rumores recorrentes, de que ali se produziram, podem estar sendo produzidos e, afirmo – a não se mudar –, produzir-se-ão mais escândalos de corrupção, a enlamear de novo a imagem do Congresso Nacional.

8) Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias – V. Ex^a já citou.

9) Por meio da Mesa Diretora, exigir igualdade de tratamento, para todos, na execução orçamentária. Isso é justo, e V. Ex^a já citou.

Agora acrescento:

10) Estabelecer rodízio, por critérios matemáticos, para designação de relatores nesta Casa. Ou seja: se a Oposição tem o peso numérico e político que tem, é justo que estabeleçamos critérios matemáticos para os rodízios nas relatorias. Não dá para continuarmos aturando que a destinação de um relator vise atender à conveniência palaciana ou vise atender a alguma simpatia do Presidente que esteja no lugar que V. Ex^a haverá de ocupar com honra, com destemor e com independência.

A oposição exige e requer critérios matemáticos para ter direito às relatorias que lhe caibam, seja isso conveniente ou não ao poder estabelecido no País.

11) Exigir dos Ministros de Estado o cumprimento dos prazos e exatidão nas respostas aos requerimentos de informações formulados pelos Senadores. Hoje é uma pândega, é um desrespeito que mereceria que o Senado Federal enquadrasse diversos Ministros em crime de responsabilidade por desacato à autoridade do Congresso Nacional.

12) Alterar o Regimento Interno, Sr. Presidente, finalmente, até o fim de março de 2008, para nele incorporar as propostas aqui indicadas.

Encerro, homenageando o Senador Tião Viana, que exerceu com honra, com altivez, com rigor, com discordâncias nossas – e isso faz parte do jogo –, mas com enorme reforço da minha admiração pessoal por ele, a Presidência do Senado Federal.

Desejo a V. Ex^a, pela amizade que lhe dedico e pela esperança que tenho de que V. Ex^a honrará esses compromissos e outros... Será um magistrado. Jamais será um homem de partido. Será um magistrado. Sabe V. Ex^a do peso que está nas costas de quem vem para substituir o Presidente Tião Viana ou, antes disso, substituir o Presidente Renan Calheiros, depois de toda crise moral, ética em que este Senado foi mergulhado. V. Ex^a sabe que lhe espera uma tarefa hercúlea, e nós queremos ajudá-lo, permanecendo à disposição de V. Ex^a, a ser o Senador parecido com aquele da CPI dos Bingos, o Senador de passado honrado, o Senador que merece a nossa consideração, o Senador que transita nesta Casa pela situação e pela oposição. A permanecer esta disposição, V. Ex^a terá no PSDB uma bancada de aliados, assim como uma bancada vigilante de oposição que estará pronta para apontar quaisquer deslizes que porventura possam ocorrer à nossa memória, à nossa percepção.

Nossa bancada estará aqui independente, estará aqui vigilante, estará aqui valente, defendendo uma instituição acima de pessoas, defendendo a independência de uma instituição que está no seu pior nível do ponto de vista da avaliação da opinião pública. E a hora de soerguê-la é agora. Estaremos aqui para ajudá-la, mas V. Ex^a será fundamental na tarefa de liderar este processo.

Seja feliz e conte conosco em tudo que servir ao bem deste País e da sociedade brasileira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, meu carinho e minha admiração por V. Ex^a na Presidência desta Casa. Tive muita honra de votar em V. Ex^a e tive muita honra, desde o primeiro momento, de dizer que V. Ex^a era um nome que merecia o nosso respeito e merecia a nossa admiração.

A meu ver, o Senado vive um grande dia, notadamente porque, com essa unanimidade, com o pronunciamento feito pelo Líder do PSDB, onde V. Ex^a diz, e com muita competência, que o que ele propõe V. Ex^a assina com a maior tranquilidade – e assinou de público – porque é o que V. Ex^a sempre defendeu, e eu sou testemunha disso, estamos vivendo uma hora realmente muito importante.

Felicitó o ilustre 1º Vice-Presidente, que – disse muito bem o Senador Arthur Virgílio – teve um desempenho excepcional, se impôs à nossa admiração, ao nosso respeito, pela sua seriedade, pela sua competência, pela sua respeitabilidade.

Mas eu venho a esta tribuna porque foi tão comentado o meu nome e a minha atuação, em face de todo esse momento, que eu não tinha como não vir a esta tribuna e fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro, eu já há algum tempo sou uma pessoa que – todos sabem – tenho restrições ao comando do PMDB, e o PMDB tem muitas restrições a mim. De modo muito especial à liderança do PMDB nesta Casa, aos líderes, às pessoas que vêm comandando, desde o Jader Barbalho, passando pelo Sr. Sarney, passando pelo Sr. Renan, passando pelo Líder Suassuna, passando pelo atual Líder, tenho muitas restrições; restrições que são profundas – e eu venho lutando nesse sentido.

Fui, durante muito tempo, maioria no MDB do tempo do Dr. Ulysses, do Dr. Tancredo, do Dr. Teotônio, das grandes lideranças do MDB, na época áurea das grandes lutas, quando o MDB era um partido que parecia um grupo de malucos imaginando que podiam mudar o Brasil. Mas quem são essas pessoas? E esse movimento militar, com esses generais um atrás do outro, com o apoio do regime empresarial, com o apoio da Igreja, com o apoio da mídia, com o apoio de todos vai durar uma eternidade, e só podemos pensar em derrubá-lo com uma guerra civil, com uma luta, com uma rebelião!

E nós, do MDB, não, não aceitávamos; defendíamos a tese de que tínhamos que lutar dentro da democracia, dentro do campo democrático, e buscar essa transformação; e conseguimos.

Houve um determinado momento em que fomos esmagados pelo voto em branco. Em 1970, parecia que o MDB iria desaparecer. A Arena tirou o primeiro lugar; o voto em branco tirou segundo lugar; e o MDB ficou lá atrás, em último lugar; ficamos com sete Senadores nesta Casa. Ali era para implosão; não tinha mais o que fazer. E, na verdade, nós conseguimos dar um rumo para o MDB. Foi lá no Rio Grande do Sul. Reunimos o MDB de todo o Brasil. Assim não dá! Temos que saber o que é o MDB! Recebe gente das mais variadas ideologias? Sim. Comunistas, de esquerda? Sim. Mas temos que ter um conteúdo. O MDB é um partido que luta pela democracia, luta pela Assembléia Nacional Constituinte, luta pelas Diretas Já, luta pelo fim da tortura e luta pela anistia. Fora disso, não é PMDB. E fomos adiante; e fomos para a rua.

Derrotada a Emenda das Diretas Já, parecia que o MDB iria desaparecer; e não desapareceu. Fizemos

um absurdo considerado na época: fomos para o Colégio Eleitoral e derrotamos a Arena, derrotamos a revolução, derrotamos a ditadura, e, no Colégio Eleitoral, ganhou o Dr. Tancredo.

Esse é o meu MDB. É o MDB do qual eu vim; o MDB que eu defendi, o MDB das nossas idéias, da nossa bandeira, da nossa luta. Não é o de hoje. Lamentavelmente as nossas lutas ficaram no caminho.

O mesmo grupo que estava no PMDB apoiando o governo do Sr. Fernando Henrique está no PMDB apoiando o Sr. Lula. A mesma gente! O Renan foi ministro do Fernando Henrique; é o homem de confiança do Lula. Então as divergências eram naturais.

Eu respeito os meus adversários e creio que mereço respeito. Então, não tinha por que eu entrar. Já entrei duas vezes. Nas duas últimas eleições, brigamos para ter candidato próprio, e parece mentira: todo o Brasil querendo que o MDB tenha candidato próprio...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) e uma convenção do PMDB para dizer que o PMDB não teria candidato próprio. Esse é o PMDB que está aí; essa é a nossa luta.

Então, neste movimento atual, eu estava fora, não pensava em nada. O Senador Suplicy e o Senador Cristovam me procuraram dizendo que a hora que estamos vivendo é tão complicada, tão complexa, que seria muito importante que se fizesse um movimento suprapartidário, um entendimento pelo qual encontraríamos um presidente. Falaram comigo. Eu disse: “Eu não tenho chance”. Disseram: “Mas se for para o Plenário, tu ganhas”. Mas eu não vou para o Plenário. “Não, mas é normal uma candidatura avulsa em Plenário. Muitas vezes aconteceu isso”. Mas eu não vou, pelo meu estilo, pela minha maneira de ser, não.

Então, fizeram um requerimento – mais de trinta assinaturas – ao Líder do PMDB, propondo a candidatura do Pedro Simon. Alguém se rebelou. Um Senador disse: “Mas é uma barbaridade! Por que os outros partidos têm que se meter?” A Senadora Patrícia deu uma resposta que achei muito importante: “Não, quem indica é o PMDB, quem escolhe é o PMDB, mas somos nós, Senadores, que vamos votar. Se nós vamos votar, temos o direito de fazer uma proposta. Nós não estamos impondo, não estamos dizendo o que é, mas nos tirar o direito de poder fazer uma proposta?” E foi feita a proposta.

Eu disse a eles: “Eu não vou para o Plenário”. Mas disputei no PMDB. Aí, aceitei disputar, sabendo que não ia ganhar, mas aceitei disputar. Aí aconteceram fatos. Que não ia ganhar eu sabia, mas que sairia

uma mensagem do Palácio dizendo que o Pedro Simon não era de confiança e dizendo que o Pedro Simon era imprevisível nas atitudes que iria tomar.

Perdão, Presidente Lula, mas eu mereço uma explicação. Sou um político muito mais velho que Vossa Excelência: quando Vossa Excelência nem era líder sindical, eu já era político. Vinte e cinco anos eu tenho nesta Casa. Nas horas difíceis de Vossa Excelência, quando estava lá na cadeia, em São Paulo, Teotônio e eu fomos lá; quando tinha aquela loucura na praça, fomos lá e conseguimos a calmaria, para que não acontecesse uma catástrofe; quando Vossa Excelência ia ser julgado pelo tribunal militar, nós – Ulysses, Teotônio e eu – estávamos lá, defendendo-o; quando Vossa Excelência foi candidato pela primeira vez contra o Collor, o único Governador que subiu ao seu palanque fui eu, do Rio Grande do Sul; quando Vossa Excelência foi eleito pela primeira vez, jantou na minha casa e convidou-me para participar do seu governo. Então, sempre fui da sua amizade e parece que sempre gozei da sua confiança!

O que aconteceu? Sim, porque o meu problema é mais sério, não é nada com V. Ex^a, mas tem que ter explicação. Por que o Lula não confia no Pedro Simon? Quem é o Pedro Simon? O Pedro Simon é um irresponsável? Quem é o Pedro Simon? Um agitado que vai lá e gesticula e não dá para ter confiança? Por que o Lula não confia mais no Pedro Simon? Ontem podia ser Ministro; hoje não pode. Isso tem de ser esclarecido.

Eu, Pedro Simon, só tenho um motivo para ter me afastado do Lula. Qual é o motivo? Waldomiro. Quando saiu na televisão o Waldomiro recebendo o dinheiro, a gorjeta, botando no bolso e dando as explicações de qual era o percentual, que a televisão repetiu mil vezes, Suplicy, falei com V. Ex^a. Eu falei com o Governo, falei com o 1º Vice-Presidente; eu fui ao Lula. Só tem uma saída: o Lula tem que demiti-lo imediatamente. Bota para rua, pode até mandar prender. Se a Justiça quiser soltar, que o solte. Tem que dar o rumo do seu governo, mostrar que o seu governo veio para ser sério, para ser honesto, para ser íntegro – isso foi o que eu disse para o Lula.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Surpreendentemente para mim, o Lula não fez isso. Como o Lula não fez isso, nós pedimos uma CPI. Pedimos uma CPI na Casa para investigar.

Na ditadura militar, eu estava aqui. Na ditadura militar, criamos várias CPIs, inclusive uma gravíssima no governo Geisel, que foi autor do acordo atômico Brasil-Alemanha, para investigar o acordo atômico

Brasil-Alemanha. Criamos a CPI. O Sr. Lula não deixou criar. Não deixou criar!

E uma nota cruel, assinada pelo Líder do PMDB da época e pelo Líder do PT da época, dissera o seguinte: “Não sai CPI. Nós não vamos indicar os nomes dos nossos partidos para a CPI. CPI só sai quando as lideranças da maioria desejarem. Parlamentares queriam a CPI...”

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) a maioria elege o Presidente, elege o Relator. Acontece como está acontecendo agora na reunião sobre as entidades não-governamentais, onde a maioria não deixa convocar, não deixa chamar. Está boicotando o trabalho; mas criaram a CPI.

Quando os líderes não indicaram, nós fomos ao Presidente, Senador Sarney. Se os líderes não indicam, cabe ao senhor indicar. “Eu não indico” – e não indicou. Pressão do Sr. Lula. Entramos no Supremo, e o Supremo, por unanimidade, mandou criar. Primeira vez que isso aconteceu! O Supremo interveio nos trabalhos do Senado dizendo que tinha de ser criada a CPI, e a CPI foi criada, mas só foi criada um ano e três meses depois. Depois de um ano e três meses, não foi criada uma CPI, mas foram criadas sete CPIs! E os escândalos estavam aí. Isso aconteceu.

É por isso que o Presidente Lula diz que o Senador Sarney é homem da sua confiança e que, nas horas mais difíceis, ele esteve do lado dele? E o Pedro Simon não é homem de confiança?!

Senhor Lula, se é isso, é verdade! Eu não sou homem da sua confiança, mas não dá para dizer que o Pedro Simon é imprevisível. Não é não, Doutor Lula! Eu sou previsível, absolutamente previsível! Fiz isso no governo Fernando Henrique, fiz isso na ditadura e fiz isso no seu governo, porque Vossa Excelência é que não foi fiel ao seu passado. Então, que isto fique claro: o Doutor Lula entrou, interveio no processo, através dele e do Dr. Sarney, para criar uma posição, porque o Simon não era confiável. Nesse sentido, não sou confiável.

Agora, no sentido do Senado, que eu tenho a emoção de dizer – inclusive o Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, assinou o requerimento indicando a minha candidatura –, eu era confiável. O líder disse que o partido se reuniria para escolher quem tenha trânsito livre no meio dos outros parlamentares, dos outros partidos. Se o líder fosse sincero, ele já tinha um requerimento na sua mão indicando um nome com mais de trinta assinaturas – mais de trinta assinaturas! E o Líder...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a.

Que fique claro, Doutor Lula, que o Senhor interveio no processo de uma maneira grosseira. Interveio na escolha do Presidente de uma maneira vulgar. Mas o motivo foi que o Pedro Simon não é de confiança, porque na hora de pedir, pediu? Muito obrigado, eu lhe agradeço. Mas explique. Daqui falo à Nação, dirigindo-me ao Presidente da República. Se ele tem outra razão, diga qual é. Se ele tem algum motivo que não esse para não confiar no Pedro Simon, diga qual é! Não pode ficar no ar, sem resposta.

Com relação ao PMDB, não teria dúvida. Disse ao Senador Cristovam e ao Senador Suplicy que não tenho dúvida alguma: esse MDB que está aí não é o meu. Esse, o atual líder, o Sarney... Aliás, o Senador Sarney é o que vem sempre na frente. Era o Sarney e o homem lá do Pará, o Jader, que renunciou porque ia ser cassado por corrupção...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Sarney e o Suassuna, que foi cassado pelo povo. Aí, ficaram o Sarney e o Renan. O Renan renunciou. Agora, é o Sarney. Ele está sempre em todas.

Só tem um lado positivo, que vai constar da Ata. Quando eu disse que o Sarney não queria ser presidente este ano para ser, daqui a um ano, dois anos, mais dois, quero pedir desculpas, porque, na reunião da bancada, ele disse que não vai ser em hipótese nenhuma! Eu pedi ao líder para constar em ata. Líder, eu pedi que conste em ata que o Senador José Sarney disse que não vai ser. Já foi uma grande vitória. Eu acho que já foi muito positivo nós termos essa tese de que o Dr. Sarney não é candidato hoje, o que já foi uma vitória, e não será candidato daqui a dois anos.

Com todo prazer, eu lhe darei o aparte, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, espero contar com a compreensão de V. Ex^a, porque, neste momento, não é possível ao orador conceder aparte.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço para ficar inscrito então, quero falar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

Continua com a palavra o Senador Pedro Simon.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) o Senador Renan, o Sarney *in perpetuum*. Aí me perguntam: “Mas o que tu estás fazendo nesse partido? Por que tu não saís?” Ora, porque o partido não são eles. Seria uma coisa que eu não teria como explicar aos meus filhos; eu não poderia dizer: “Saí do PMDB, deixei o Sarney na Presidência, porque não era mais o mesmo partido”. Eu não posso fazer isso. O Dr. Sarney passa, o PMDB fica. O Dr. Sarney passa, nós ficamos.

Eu tenho convicção de que o velho MDB haverá de voltar. Vimos erros históricos acontecerem em nosso País. O MDB teve a glória de derrubar a ditadura... Quando chegou no Governo, Dr. Tancredo fez uma maldade com a gente: ele não podia ter morrido. O Dr. Tancredo não podia ter morrido, mas morreu. Dr. Sarney foi um bom Presidente: sério, honesto, decente, digno – sou obrigado a dizer isso e estaria mentindo se dissesse diferente –, fez a Constituinte, foi um grande Presidente!

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não representava o PMDB, não tinha estímulo para levar nossa questão adiante. De lá para cá, nós temos vivido...

O PSDB saiu do PMDB. Criaram o PSDB, o partido dos puros, dos sérios, dos bacanas, mas deu no que deu! Aí entrou o PT, o grande PT, espetacular, e o Dr. Lula, infelizmente, está indo por esse caminho.

Eu acho que nós temos um lugar vazio que deve ser preenchido. Eu chamo a atenção do Brasil: vocês se lembraram, meus irmãos brasileiros, o que aconteceu na Venezuela? Vocês repararam que, na Venezuela, meses atrás, a oposição estava tão ridicularizada, tão desmoralizada, que nem concorreu ao Congresso Nacional? O governo teve vitória total, porque a oposição não existia praticamente mais, mas agora caiu. No referendo, foi derrotado por quê?

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem fez a oposição, quem comandou a oposição lá na Venezuela foi a UNE de lá, foram os estudantes, foram os jovens. Os jovens é que foram para as ruas, levan-

taram o povo, e o povo esteve presente. Eu acho que isso tinha de acontecer no Brasil. O Brasil não pode esperar que a mudança venha do Congresso. Eu não acredito nisso. Infelizmente, não se pode esperar do governo, do Executivo, a mudança. Não acredito nisso. Se o povo sair às ruas, nós vamos atrás.

Eu agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e lhe desejo um feliz mandato. Conte conosco nas boas e necessárias atitudes. Mantenha a independência, Sr. Presidente. Não vá, pelo amor de Deus, querer romper com o Governo Federal, não vá fazer promover a divergência entre V. Ex^a e o Presidente da República.

A propósito, quando eu era Líder da Assembléia Legislativa, nós tínhamos 34 Deputados, e a Arena tinha menos de vinte. Nas horas difíceis, porém, a tese do MDB era a seguinte: “O que é bom para o Rio Grande é bom para o MDB”.

O que é bom para o Brasil deve ser bom para o Senado Federal. Isso eu defendo e acho que V. Ex^a deve defender também, mas com independência. V. Ex^a não poder ser um apêndice do Presidente da República – ele tem de entender isso, Sr. Presidente. Vejo que V. Ex^a fala, e fala muito bem, no sentido de diminuir as medidas provisórias. Que bom se isso acontecer!. Eu confio na independência de V. Ex^a.

Eu entendi, Sr. Presidente. Muitos jornalistas me perguntaram o que eu achava de V. Ex^a ter ido correndo falar com o Presidente. Eu disse: “Ele não foi correndo. Ele foi chamado”. O Líder do PMDB, esse sim – não saberia dizer por quê –, fez isso. Não vejo problema nenhum nisso, Sr. Presidente. Apenas que se entenda: V. Ex^a representa um Poder, é Presidente do Senado e Presidente do Congresso Nacional. Ajudar sim, mas ajudar não significa submissão.

Conte comigo, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Partido Democratas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna, gostaria de dizer algumas palavras muito rapidamente. Estou inscrito, Senador José Agripino, mas não vou poder esperar para falar, pois sou Vice-Presidente da Comissão Mista de Condições Climáticas, e ela depende de mim agora.

Gostaria apenas de, ao me dirigir à Casa, transmitir o meu abraço ao Senador Tião Viana, que já se

retirou da Casa. Durante esse período, o Senador Tião Viana portou-se de maneira muito digna e honrada na Presidência, honrou o Parlamento, esta Casa e todos nós. Agradeço à família dele por tê-lo cedido. S. Ex^a dedicou tempo exclusivo à Casa em um momento extremamente difícil.

Nós que compomos a Mesa ao lado dele – eu, o Senador Gerson Camata, o Senador Efraim Morais, o Senador Papaléo Paes, o Senador César Borges –, nesse período, podemos testemunhar que o Senador Tião mostrou integridade e grandeza.

O apoio, o carinho e a lealdade que dedicamos a S. Ex^a e também ao Presidente Renan será agora, certamente, dedicado a V. Ex^a. Quero abraçá-lo e, abraçando V. Ex^a, Senador Garibaldi, quero abraçar os meus amigos do Rio Grande do Norte: o Adson, o Mano, aquela família que me acolhe todos os anos, que não deixa de ser a sua família, porque a sua família, o seu filho me acolhe muito bem ali todos os anos, a família do Senador Garibaldi. Lembro também o Omerson, meu amigo, o Públio, meu amigo, o Paulo, meu amigo, essa família toda do Rio Grande do Norte, que, certamente, festeja agora que V. Ex^a assume a Presidência desta Casa.

Receba o meu abraço e, certamente, na Secretaria, a minha lealdade. Ajudarei V. Ex^a a fazer um grande mandato, para colocar esta Casa, esta instituição, debaixo da luz da melhor maneira possível, Sr. Presidente.

Deus o abençoe no exercício da Presidência!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço desculpas ao Senador Tião Viana pela omissão de não ter destacado o seu trabalho durante o período em que exerceu a Presidência, em decorrência da renúncia do Senador Renan Calheiros.

Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, o nosso Rio Grande do Norte, com certeza absoluta, está orgulhoso de V. Ex^a, como eu estou.

Eu precisava vir a esta tribuna para trazer algumas palavras de reflexão. Desejo o sucesso de V. Ex^a, quero que V. Ex^a seja exitoso nesses dois anos de mandato que lhes são entregues nesta hora.

Tenho certeza de que V. Ex^a tem consciência de que assume a Presidência num momento de extrema tensão que vem vivendo o Senado da República. O

trauma dos sucessivos processos do ex-Presidente Renan Calheiros, que provocaram tensões dentro deste plenário, e o próprio processo sucessório que produziu a candidatura de V. Ex^a são elementos que têm de ser objeto de reflexão.

A V. Ex^a é entregue a missão de presidir o Senado num momento de recuperação. V. Ex^a não vai assumir num momento de vôo de cruzeiro, mas num momento em que o Senado precisa se reencontrar.

V. Ex^a foi eleito pelo Governo e pela oposição e sabe, inclusive, que eu pedi ao Senador Arthur Virgílio para que desse uma palavra aos seus companheiros de PSDB a fim de que, neste momento de transição, de reencontro do Senado, não houvesse uma disputa no plenário, para que pudéssemos fazer uma confraternização na sua posse, para que pudéssemos abrir um crédito de confiança à imagem que V. Ex^a desfruta diante de seus pares, de homem afável, racional, habilidoso do ponto de vista político e comprometido com o interesse público.

O Rio Grande do Norte está, com certeza, orgulhoso de V. Ex^a. Agora, quem precisará estar orgulhoso de V. Ex^a daqui a um ano será a Nação brasileira. Para isso, V. Ex^a vai contar com a minha colaboração. Eu, que sou seu conterrâneo, como Rosalba também o é, vou trabalhar no sentido de ajudá-lo. Se me for permitida a oportunidade de dar um conselho, Garibaldi, eu quero lhe dizer que procure agir com isenção.

V. Ex^a foi eleito por Governo e oposição, e V. Ex^a é Presidente de uma instituição. V. Ex^a é mais do que norte-rio-grandense, V. Ex^a é Presidente de uma instituição de um dos Poderes do Brasil. Procure dar legitimidade ao seu mandato, que já foi obtido pelo voto, com um desempenho à altura da expectativa do povo brasileiro. O que legitima a vitória não é a contagem dos votos, mas o desempenho do mandato. E o desempenho do mandato, que V. Ex^a ora inicia, vai depender – e o Brasil espera e também os seus pares – fundamentalmente da isenção e da altivez que V. Ex^a dê ao Poder Legislativo, ao Congresso Nacional, ao Senado da República.

Não tergiverse com os compromissos que assinou a respeito da rotatividade das medidas provisórias. Não permita que os requerimentos de informação que os seus pares fazem chegar à Mesa Diretora demorem dois meses para que o Ministro responda. Isso pode estimular incompreensões dos seus pares e práticas inconvenientes daqueles que são demandados. Senador Gerson Camata, os cartões corporativos foram

objeto de inquirição à Mesa e nunca tiveram qualquer tipo de resposta. E, porque não tiveram, Senador Garibaldi, é que até hoje se questiona onde está se gastando o dinheiro dos cartões corporativos. Isso e tantas outras demandas.

Os vetos apostos pelo Presidente da República, se não forem apreciados pelo Congresso Nacional, significarão diminuição na dimensão do Congresso. O Congresso vota, o Presidente veta, e o Congresso se acocora. Esperamos que V. Ex^a recupere a dignidade do Congresso para que o aplauso que, hoje, venho à tribuna lhe destinar – e estou seguro de que também em nome do povo do Rio Grande do Norte –, daqui a um ano, seja o aplauso do Brasil.

Que Deus lhe proteja! Conte com seu companheiro e seu amigo e vamos, juntos, melhorar a imagem do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo ser breve, mas, primeiro, gostaria – e tenho certeza de que o faço em nome de todos os membros da Mesa – de cumprimentar o Senador Tião Viana pelo excelente trabalho que exerceu à frente do Senado Federal nesses dois últimos meses. O Senado começou a funcionar, a cumprir horários, a votar. Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, havia um ano que eu não tinha um projeto meu sancionado pelo Presidente da República. O Senado funcionou tão bem que, numa semana, duas leis de minha autoria foram sancionadas pelo Senhor Presidente da República. Foi eficiência do Senado, mas também quero agradecer ao Presidente, aqui, a rapidez com que o Presidente Lula sancionou as duas leis.

O Senador Tião Viana se credenciou perante nós como Vice-Presidente, como um homem de eficácia, um executivo à frente do Legislativo, fazendo a Casa funcionar nos horários, cumprindo seu Regimento, votando matérias; enfim, credenciou-se perante seus companheiros pelo excelente trabalho que aqui exerceu.

Quero cumprimentá-lo também, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe que lá no PMDB não votei em V. Ex^a, pois tinha um compromisso com o Senador Pedro Simon; aqui no Senado, cumprindo aquilo que estabelecemos lá, viemos votar com o PMDB, que decidiu majoritariamente pela sua candidatura. E, como membro da Mesa, quero dizer que sempre vou apoiá-lo e auxiliá-lo

nas suas decisões e em tudo aquilo que for necessário para o bom desempenho da missão de V. Ex^a. Coloque-me à sua disposição.

Mas gostaria de colocar um ou dois assuntos aqui. É claro que, nesta hora – e o Senador José Agripino disse isso aqui muito claramente, e outros companheiros também o disseram –, V. Ex^a precisa desfraldar a bandeira do choque ético e do choque moral. O Senado precisa dessa bandeira desfraldada.

Mas o choque ético e o moral é obrigação do homem público. E V. Ex^a, na sua vida, tem demonstrado o exercício da ética e da moral em todas as funções às quais a população do seu Estado o guindou.

No entanto, precisamos um pouco mais aqui. Precisamos modernizar o Regimento Interno do Poder Legislativo, e V. Ex^a tem na mão a bandeira para fazer isso. Temos cláusulas, itens, artigos e parágrafos do nosso Regimento Interno que são do século XIX, não são nem do século XX.

Esse negócio de interstício, segundo turno, cinco sessões para votar uma matéria, tudo isso era na época em que as comunicações iam de navio. O *Diário Oficial* ia de navio do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, quando eram necessários aqueles interstícios, aqueles espaços. Hoje, temos rádio, Internet, televisão. A população, às vezes, toma conhecimento de um fato acontecido aqui antes de um Senador. Eu, por exemplo, não tinha na minha agenda a sessão do Dia do Marinheiro. Alguém, lá de Vitória, da Marinha, telefonou-me para me avisar que estavam homenageando o Dia do Marinheiro no Senado. Quer dizer, tudo é rápido hoje.

Então, o Regimento Interno precisa ser modernizado, para que ele possa dar resolutividade e eficácia ao Poder Legislativo. Temos comissões demais, acabando por não dar quórum numa comissão ou em outra; há muitas subcomissões. Enfim, está cheio de cacique e está faltando índio. Temos de aumentar o número de índios e diminuir o número de caciques para que a Casa possa funcionar. Com duas ou três Comissões: de Justiça, Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura, e uma comissão geral – de emendas, aglutinação, redação final, antes de a matéria vir a plenário –, isso seria muito eficiente e rápido; as matérias tramitariam com muito mais rapidez.

Veja, Sr. Presidente, que, nesses últimos dias, o Senado parou a Câmara. Ou seja, é um Poder interferindo no outro. Porque se for votada uma medida provisória naquela Casa, empaca a nossa pauta aqui, por exemplo, para votar a CPMF. Isso não pode acontecer.

Enquanto os Poderes deveriam trabalhar juntos, estão, isto sim, guerreando um com o outro pela ineficácia, pela irresolutividade, para não resolver nada, para não fazer nada. Temos de modernizar o Regimento Interno para que, efetivamente, ele possa funcionar.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania temos mais de mil projetos sem relator. Mais de mil! O Senador trabalha, vai à consultoria, o eleitor procura, apresenta projeto, mas pára tudo lá na Comissão. Só passam medidas provisórias, muitas vezes até pedidas por nós. E por quê? Porque sabemos que somos lentos. Já ouvi vários colegas dizendo que vão pedir as medidas provisórias ao Lula, caso contrário o assunto não se resolve. E tudo isso porque somos lentos. Temos de ser mais rápidos para responder as provocações que a sociedade faz com relação a nós.

Então, Sr. Presidente, creio que seria muito eficiente se V. Ex^a designasse uma comissão apolítica, ou seja, não de políticos nem de Senadores, mas de técnicos, presidida por um de nós, para fazer um profundo estudo do Regimento Interno, na sua modernização, para dar eficácia, resolutividade e rapidez nas decisões que o Congresso Nacional vai tomar. E a par disso, a bandeira do choque ético e do choque moral que V. Ex^a vai fazer e com a qual terá o apoio do Senado.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Gerson Camata. Fique certo que as suas sugestões serão ouvidas.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero deixar consignado nesta sessão que a interinidade do Senador Tião Viana na Presidência desta Casa, num momento tão delicado – ele assumiu, num primeiro momento, com a licença e, depois, com a renúncia do Senador Renan Calheiros –, encheu de orgulho a Bancada do Partido dos Trabalhadores, pela demonstração inequívoca, por parte do Senador Tião Viana, da capacidade, da firmeza e do respeito a cada uma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, aos Partidos, aos Líderes e, principalmente, ao Regimento desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho. Naquele momento, precisávamos mesmo de alguém que proporcionasse à Casa um funcionamento dentro da sua normalidade, até porque vivenciamos momentos difíceis e não faltaram insinuações ou até torcidas,

eu diria, para que nada se ajeitasse, porque o funcionamento na normalidade do Congresso Nacional ainda preocupa determinados espíritos que não admitem o funcionamento normal das instituições democráticas.

Muitas vezes, achamos que determinados períodos já estão absolutamente superados na história da democracia brasileira. Mas, infelizmente, exatamente em situações em que as disputas partidárias se acirram, em que determinadas situações acabam gerando uma conturbação maior no cotidiano de uma instituição como o Senado da República, percebíamos que havia os que torciam para que as coisas não se normalizassem e faziam determinadas cobranças e exigiam pressa muito mais para desgastar a instituição em si do que para que pudéssemos resolver os problemas de responsabilidade de um ou de outro.

Por isso o período de interinidade do Senador Tião Viana nos orgulhou. E tenho a certeza absoluta de que S. Ex^a tem o respeito e o reconhecimento unânime desta Casa, como já foi manifestado aqui por vários outros Senadores, inclusive o Senador Gerson Camata e o próprio Senador Garibaldi Alves Filho.

Com relação à eleição de V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, em primeiro lugar, deixo registrado que, tão logo foi anunciada a renúncia do Senador Renan Calheiros, e, portanto, foi aberto o processo sucessório, na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores, tive um posicionamento claro e firme de que o Partido dos Trabalhadores respeitaria a regra estabelecida nesta Casa, que não é regimental na sua íntegra, porque no Regimento se coloca que preferencialmente a Casa será presidida por um Senador indicado pela maior bancada. Mas nós, do PT, entendíamos – e fiz questão absoluta de, desde o primeiro momento, expor de forma clara – que quem o PMDB escolhesse teria o apoio integral da Bancada.

Sabíamos que a disputa estava acirrada dentro do PMDB. Vários nomes se apresentaram para a disputa. Tive atuação inclusive no sentido de que não ocorresse interferência externa, porque a soberania e as regras internas de cada partido, de cada bancada têm de ser respeitadas. Se queremos que respeitem a nossa regra e a nossa condução como PT, temos de respeitar as regras e a forma de se conduzir dos demais partidos. Portanto, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a é testemunha de que tivemos atuação para que as interferências externas na discussão não ocorressem.

Hoje, tivemos aqui algo muito importante, porque não houve unanimidade. A eleição de V. Ex^a não foi por

unanimidade. V. Ex^a não teve os 78 votos; teve 68. Mas o fato de não ter tido outra candidatura, de não ter tido disputa, de não termos tido confronto mais uma vez dentro do Senado da República, num momento como este, é importante para o que será feito daqui para frente: resgatar a imagem do Senado, para que o povo brasileiro continue sentindo orgulho desta Casa.

Durante os últimos meses, período mais conturbado que vivemos, eu disse que muitos dos discursos acirrados, das polêmicas e das cobranças tinham mais a ver com a coceira pela cobiça da cadeira que V. Ex^a, Senador Garibaldi, agora legitimado pelo voto de 68 Senadores, tomou assento, porque é uma cadeira que representa um poder da nossa República. V. Ex^a está na condição de chefe do Poder Legislativo do nosso Brasil. Por isso, a coceira por essa cadeira é muito grande. A coceira por essa cadeira acirrou apetites, ânimos e a disputa interna que, muitas vezes, não tenho dúvida, não era a questão falada, mas a questão mais ansiada, mais desejada por muito do que passamos no último período.

Por isso, só posso, em nome do PT, desejar a V. Ex^a todo o sucesso, porque o sucesso de V. Ex^a será o sucesso do Senado na condução com mão firme, com a calma necessária, com o respeito aos parlamentares, aos partidos, aos líderes e ao Regimento, para que esta instituição de quase 200 anos tenha novamente o respeito da população brasileira.

E, às vezes, Senador Garibaldi Alves Filho, outras personalidades poderiam ter qualidades diferenciadas e, num comparativo, até superiores se cotejarmos um a um. A melhor qualidade que V. Ex^a deverá primar para exercer na sua plenitude é a capacidade de coordenar, de juntar todas as oitenta outras lideranças, pois aqui todos são líderes – dizem, inclusive, que no Senado temos 81 instituições. Então, o trabalho mais importante será o de coordenar. Tenho certeza de que V. Ex^a tem essa condição e essa capacidade.

Desejo sucesso, em nome da Bancada do PT, para V. Ex^a e para todos nós neste complemento de mandato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, quero congratular-me,

em meu nome e em nome do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, com a eleição de V. Ex^a.

Sempre nos encontramos, somos vizinhos de gabinete e vizinhos de Estado: Ceará e Rio Grande do Norte. E nós consideramos um pouco isto, o fato de que V. Ex^a representa o sentimento da necessária unidade do Senado para conduzir não os interesses do Governo nem da oposição, mas os interesses do Brasil. É o nosso País que está sempre a nossa frente como causa maior, principal, a mais importante de todas, na qual nos devemos mirar sempre.

V. Ex^a foi prefeito daquela bela cidade de Natal, governou o seu Estado por duas oportunidades e teve um convívio muito fraterno com os governadores, com quem sempre conversávamos. Eles sempre se referiam a V. Ex^a mostrando o seu papel de firmeza, mas também de um mediador, que buscava encontrar uma solução para os dilemas que vivia o Rio Grande do Norte, que vivia o Nordeste e o Brasil, pois estávamos ali irmanados num único solo pátrio.

Então, registro a posição do Partido Comunista do Brasil de contribuir em tudo de que V. Ex^a precisar para alcançar esse objetivo. Não fizemos nenhuma carta para V. Ex^a, não exigimos nenhum compromisso, porque considerávamos que o PMDB tinha a responsabilidade de indicar o candidato a presidente nessa condição. Escolhido o candidato do PMDB, iríamos apoiá-lo, para cumprir nossa tradição no Senado e na Câmara dos Deputados de que as maiores bancadas indicam o candidato a presidente da Casa.

Então, não fizemos uma exigência a V. Ex^a, e considero-a desnecessária, absolutamente desnecessária, porque sei que V. Ex^a cumprirá um mandato muito ajustado como um grande mediador das causas nacionais. V. Ex^a não vai colocar com primazia os interesses nem do Governo, nem da oposição, mas os interesses do Brasil. Se V. Ex^a fizer isso, estaremos mais do que satisfeitos com a sua eleição para comandar o Senado da República.

É essa a mensagem que queremos deixar, para que V. Ex^a cumpra este um ano e pouco de mandato com o apoio de todos os Senadores. Tenho a convicção de que V. Ex^a, com essa facilidade de mediador das causas mais importantes do povo brasileiro, conduzirá o Senado com apoio majoritário sempre, com a maioria esmagadora do Senado e, muitas vezes, com unanimidade, porque tenho certeza de que V. Ex^a vai mirar-se sempre nos interesses mais importantes do povo brasileiro e da nossa Nação.

Receba nosso abraço, um abraço meu, particularmente, mas um abraço do PCdoB, do Partido Comunista do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a manifestação do Senador Inácio Arruda e concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, senhores visitantes, senhores ouvintes da Rádio Senado, em nome do PRB, do Partido Republicano Brasileiro, e por honrosa delegação do Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para saudar V. Ex^a num dos momentos de maior alegria, quando V. Ex^a assume a cadeira depois de uma crise, de um momento difícil. O Senado sangrou, houve momentos de perplexidade, fomos capa de todos os jornais em todas as capitais do País, praticamente em todas as cidades.

Agora, o desafio é grande, Sr. Presidente. É enorme. V. Ex^a tem nas mãos a oportunidade – e, se assim fizer, poderá disputar com legitimidade sua reeleição, porque toda a Nação brasileira aguarda por isto –, o pressuposto para implementar mudanças efetivas.

A nossa burocracia é imensa, o que já foi dito aqui por Gerson Camata. Nossos projetos demoram a ser aprovados. Existe aqui, Sr. Presidente, muitas comissões e subcomissões que acabam fazendo de nós Senadores faltosos. Ainda que estejamos o tempo todo correndo de um lado para o outro, não conseguimos estar presentes em todas as comissões ou acompanhar todos os projetos. Isso ocorre, Sr. Presidente, porque precisamos reformar nosso Regimento Interno; precisamos mesmo nos reunir mais, debater as questões. Outra coisa, Sr. Presidente: é necessário que o Governo Federal entenda que não é possível sermos a Casa das medidas provisórias; precisamos ser a Casa da nossa legislação.

Lembro-me, Senador Pedro Simon – a quem presto minhas homenagens –, de que V. Ex^a tinha, sim, e tem, todo os méritos para ocupar a cadeira não só deste Senado, mas de qualquer Senado democrático do mundo: biografia impecável, seu discurso é veemente e verdadeiro.

O povo brasileiro o aplaude. No entanto, Sr. Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que cabe ao partido – é tradição –, ao principal partido a indicação; o maior

partido indica o Presidente. V. Ex^a bem disse das dificuldades que existem no seu partido. Porém, não o diminui em nada o fato de não ser Presidente. Talvez – queira Deus esteja eu certo – V. Ex^a, aí, dessa cadeira, seja sempre não uma árvore de Natal, que ilumina a si mesmo, mas um farol, que lança um fecho de luz na noite escura sobre as ondas bravias do mar. E esse farol, com certeza, haverá de iluminar nosso Presidente, que, com humildade, no seu discurso de posse, disse que, se por acaso, nas armadilhas da vida, nas tentações – que todos temos, até Cristo no deserto –, houvesse necessidade, gostaria de contar com a palavra sincera e amiga de alguém mais experiente como V. Ex^a.

Sai fortalecido o Senado Federal, sai fortalecida a Nação brasileira, e o PRB vem festejar isso aqui; vem festejar nossa divergência, o confronto das idéias, democraticamente; vem festejar, Sr. Presidente, a eleição de um nordestino.

Uma das coisas que me preocupavam, quando Renan pediu demissão, quando se afastou, era termos um representante do Nordeste. De alguma forma, preocupava-me eleger um Senador de outra região, porque acho que o Nordeste não é melhor do que nenhuma outra região, mas não merecia perder um Presidente do Senado, pelas dificuldades que enfrenta por condições geográficas, embora tenha um povo altivo, de caráter sobranceiro e que, na verdade, tem sido um grande arsenal, um grande celeiro de lideranças para este País. O Nordeste ainda vive momentos difíceis no seu desenvolvimento meramente por questões geográficas; eu diria naturais, e não antropológicas. O homem nordestino é valente, é bravo, é culto, é extraordinário, dizem até que pela proximidade com a Europa, primeiro epicentro do mundo civilizado.

Sr. Presidente, preocupava-me que o Nordeste não perdesse o Presidente que tem aqui: homem experiente, Prefeito, Governador, servidor do povo, amigo de todos e que tem essa inflexível determinação de preservar os valores perenes da Pátria e a missão de resgatar nossa imagem.

Sr. Presidente, Deus o abençoe e o ilumine. Receba a saudação e os votos de sucesso do Partido Republicano Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, quero cumprimentá-lo por em V. Ex^a. E acho importante que eu possa aqui lhe dizer isso, porque eu havia sua eleição. Quero aqui revelar, apesar de ser secreto e reservado o voto, que votei assumido o compromisso de respeitar a vontade majoritária do seu partido.

V. Ex^a sabe que eu, com outros Senadores, como o Senador Cristovam Buarque, avaliamos que poderíamos transmitir aos Senadores do PMDB, que são nossos colegas e amigos aqui dentro, e às Senadoras do PMDB, que seria muito bom se pudessemos um dia ter como Presidente do Senado o Senador Pedro Simon, por sua história, sua trajetória. Já falei bastante sobre isso aqui. Ele reúne condições excepcionais para presidir esta Instituição, inclusive tem um relacionamento com o Poder Executivo que é o melhor para a Nação.

Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a governou o Estado do Rio Grande do Norte e, aqui, no Senado, por dois mandatos, construiu uma relação com todos os seus colegas, assumiu posições importantes, inclusive na chamada CPI dos Bingos, que teve o Senador Efraim Morais como Relator – a pessoa que mais de perto trabalhou com V. Ex^a. E, em muitas situações, V. Ex^a também pôde, por meio da sua forma de ser, do seu equilíbrio, demonstrar que reúne as condições para muito bem presidir o Senado Federal. Quero transmitir a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, que procurarei colaborar com V. Ex^a, que me poderá solicitar as mais diversas funções e formas de colaboração.

Ao Senador Pedro Simon digo que o movimento que se desencadeou de forma natural, aqui, alcançou a receptividade da opinião pública. V. Ex^a pôde observar que o **Globo Online**, a **Folha Online**, diversos **blogs** e **sites** fizeram pesquisas a esse respeito e, por exemplo, na **Folha de S.Paulo**, V. Ex^a foi considerado, por mais de 17 mil internautas, como a pessoa que, com 77% dos votos, poderia muito bem estar conduzindo esta Casa.

Com respeito à palavra de V. Ex^a sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na primeira oportunidade que eu tiver de dialogar com o Presidente Lula, e espero que seja em breve, vou dizer-lhe que, por tudo que conheço de V. Ex^a, ele pode ter certeza de que se um dia o Senado Federal tiver V. Ex^a como Presidente – e isso poderá acontecer, porque a cada dois anos escolhemos um Presidente – ele poderá

ficar completamente despreocupado com respeito a qualquer ação de V. Ex^a, que sempre será em defesa do interesse maior do povo brasileiro e do interesse público, em defesa do aperfeiçoamento das instituições democráticas, em defesa da ética na vida política, de maneira muito afim com o que conheço da história do Presidente Lula, desde que nos tornamos companheiros e que fui convidado para participar da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Eu, que era do MDB e fui convidado, por afinidade de propósitos, a juntar-me aos que estavam formando o PT, considero-me um membro para a vida do Partido dos Trabalhadores. Reconheço em V. Ex^a uma pessoa que, historicamente, é para a vida do PMDB. Todos os seus colegas de Partido me informaram como V. Ex^a tem honrado, ao longo da sua vida, o Partido a que pertence. De forma elegante, V. Ex^a transmitiu ao próprio Senador Garibaldi Alves e aos seus colegas de PMDB: “Eu só serei candidato se for do Partido.”. Ao ser escolhido outro companheiro, no caso, o Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a, inclusive, confirmou: “Eu votei no Senador Garibaldi Alves.”

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Concluindo, Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Senador Tião Viana, que, ao longo desses 63 dias à frente da Presidência do Senado Federal, conduziu-se muito bem.

Espero, Senador Garibaldi, colaborar com V. Ex^a para dignificar, cada vez mais, a nossa instituição, o Senado Federal, inclusive no diálogo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy a manifestação.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

Após a palavra do Senador Cristovam Buarque, iremos encerrar a presente sessão, tendo em vista que vamos realizar outra sessão, com pauta já definida.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, no fim de semana passado, como faço,

normalmente, praticamente em todos os fins de semana, estive no nosso Estado. Fui a vários Municípios: Macaíba, Natal, Mossoró, Alexandria, Pau dos Ferros. Por onde eu passava, o cidadão comum, o cidadão simples procurava-me e dizia-me: "Rosalba, o Senador vai ser o Presidente?". Eu sentia, naquela interrogação, o sentimento do povo norte-rio-grandense, que o conhece, que sabe da sua luta e da sua história, que conhece o Senador Garibaldi, sereno, homem de diálogo, sem radicalismo, que tive a grata satisfação de ter como aliado e como companheiro de luta na campanha passada, fazendo a famosa dobradinha "Garibaldi no Governo; Rosalba no Senado". Nesses momentos, conheci-o melhor e, a cada dia, venho admirando-o mais pela sua capacidade de diálogo, de união. V. Ex^a sabe ouvir.

Neste momento, Sr. Presidente, trago esse sentimento do povo do Rio Grande do Norte, que é também meu sentimento de orgulho, de satisfação, de alegria. O Estado todo está em festa. É um momento histórico para nosso Estado: o Presidente do Senado é um conterrâneo, um irmão nosso, Garibaldi Alves.

Sr. Presidente, V. Ex^a assume o cargo em um momento de extrema responsabilidade, de responsabilidade redobrada, porque temos de fazer com que a credibilidade desta Casa, que foi abalada, volte a ser cada vez maior, para que o respeito da população do nosso País pelo Senado Federal possa ser resgatado. Essa missão, eu sei, é árdua, é difícil, mas, confiando nas suas características de trabalho – V. Ex^a age sem muito alarde, com conversa, com diálogo, com serenidade e com equilíbrio, dando oportunidade a todos, independentemente de cores partidárias, e respeitando cada um dos Partidos –, temos a certeza de que sua posição e seu trabalho não somente vão trazer para o Senado e para o Brasil uma nova página, mas também vão fazer com que nossa democracia seja fortalecida.

Parabenizando-o, mais uma vez, em nome do Rio Grande do Norte e do povo que, ao seu lado, fez-me a primeira Senadora do Estado, quero transmitir-lhe nossa alegria, nosso orgulho e nosso respeito. Fique certo da nossa torcida para que V. Ex^a tenha um mandato profícuo, realizador, que, realmente, traga muitos e muitos benefícios ao nosso País e à nossa democracia!

Com essas palavras, peço a iluminação de Deus para que V. Ex^a possa bem conduzir os destinos do nosso Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, minha conterrânea, as palavras.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta sessão, é claro, tem por objetivo manifestar o sentimento de cada um de nós diante do novo Presidente. Quero aqui lembrar que defendi, apoiei, sugeri, recomendei o nome do Senador Pedro Simon como candidato do PMDB à Presidência. No mesmo momento em que o PMDB escolheu o Senador Garibaldi, percebi que, mesmo que um número grande de Senadores tenha assinado um documento, uma mudança, de qualquer forma, no PMDB. Havia uma mudança na procura de independência em relação ao Poder Executivo e da tentativa de recuperar a credibilidade que estamos perdendo a cada dia.

O Presidente Garibaldi, para mim – faço questão de dizer; disse isso a S. Ex^a ontem –, representa, sim, um passo no sentido de "desajoelharmos" o Senado. Refiro-me às três ajoelhações, Senador Garibaldi, de que tenho falado. A primeira é aquela em que pedimos perdão ao povo. Senador Tuma, a gente vive, hoje, ajoelhado diante do povo, com vergonha de não estarmos cumprindo plenamente aquilo que o povo espera da gente. Há também a ajoelhação diante do Poder Executivo, porque a gente vive ajoelhado, reagindo a medidas provisórias e a interferências do Presidente. O discurso do Senador Pedro Simon, hoje, falando inclusive, em interferência do Presidente da República contra ele, é, de certa maneira, a manifestação dessa ajoelhação nossa em relação ao Poder Executivo, o que, acho, o senhor tem condições de desfazer. A terceira ajoelhação se dá diante do Poder Judiciário. Nós não legislamos, e o Poder Judiciário legisla. As decisões que aqui são tomadas, muitas vezes, são evitadas, são preteridas ou são executadas por determinação de fora e não de dentro, Senador Borges.

É por isso que tenho a esperança de que, hoje, esteja começando um novo momento. E é, Senador Garibaldi, na esperança de que esteja começando um novo momento que quero retomar as sugestões que fiz ontem e fazer uma sugestão hoje. Ontem, as sugestões que fiz – e, de certa maneira, elas complementam o que falou aqui o Senador Arthur Virgílio – deram-se no sentido de que mudássemos um pouco a forma dos Regimentos

que nos regem. Sobretudo, Senador, quero insistir, mais uma vez, em algo que pode parecer ingênuo, impossível, utópico, quixotesco: tentemos nos reunir! Eu queria ver a liderança do Presidente – sei que é difícil – fazendo com que o Senado se reunisse, Senador Efraim, mas não nos dois diazinhos em que a gente se reúne aqui, em que não temos tempo sequer de almoçar, de conversar, de jantar, de visitar um ao outro. Nada é mais importante para um Parlamentar do que estar junto com sua base, mas não vamos desempenhar plenamente o trabalho de Parlamentares se ficarmos só nas bases e se não nos reunirmos aqui.

Vamos fazer um esforço no sentido deste Senado fazer um anti-recesso: vamos ficar aqui reunidos durante uma, duas ou três semanas, para que a gente possa fazer aquilo que é o mais importante do Parlamentar, que é parlamentar.

Também temos de trazer aqui para dentro os temas fundamentais e de buscar soluções. Por que a gente não busca, aqui, uma proposta para levar ao Presidente, sugerindo como enfrentar a crise da educação, a crise da pobreza, a crise do desemprego, as contas públicas que criticamos no Governo? V. Ex^a é um dos especialistas nisso. Por que não trabalhamos uma maneira de reduzir os gastos excessivos, que a gente sabe que o Governo tem?

Há uma pauta sendo esperada, Senador, mas não vou falar sobre isso. Vim dizer que trago aqui a primeira proposta de CPI sob sua Presidência. Tenho, aqui, assinada, por um número mais do que suficiente, a proposta de uma CPI. Coletei as assinaturas há seis meses e as guardei. Não quis dar entrada, porque achava – são quase 40 assinaturas; são precisamente 38 assinaturas – que o Senado não vivia um momento favorável para isso. Vou dar entrada, hoje, a essa proposta de CPI na Mesa. Mas é uma CPI diferente, Senador Garibaldi. É uma CPI que não é contra nenhum ato específico de nenhum governante. É uma CPI que não busca – talvez, por isso, alguns digam que ela se desclassifica – punir ninguém. É uma CPI para apurarmos as causas do apagão educacional brasileiro. Foi assinada, não convocada, quando saíram resultados do anterior Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E vimos a vergonha da educação brasileira. Seis meses depois, com as assinaturas guardadas, a gente vê o resultado do chamado Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), feito por uma instituição internacional, que nos põe lá atrás. E o Presidente não fez nenhuma reunião de Ministério para discutir isso.

O Presidente não tomou nenhuma decisão, nenhuma medida, não deu a menor atenção.

Nós, aqui, fizemos uma CPI dos Aeroportos, fizemos uma CPI do Apagão. Por que a gente não faz uma CPI do apagão intelectual que o Brasil atravessa? Como é que a gente se preocupa tanto com algo importante, como são os aeroportos, mas não nos preocupamos também com algo, no mínimo, igualmente importante, que é a educação das nossas crianças?

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, concluo, dizendo: conte comigo!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continue V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas vou encerrar. Conte comigo, como um dos Senadores, para colaborar para que, nesse ano, a gente consiga “desajoelhar” o Senado. Mas também conte comigo para, tanto quanto possível – e essa é uma forma de “desajoelhar” o Senado –, cumprirmos nosso papel. E um desses papéis é esse. É óbvio que não espero que o senhor convoque essa CPI nestes dias desta semana. É claro que isso pode ficar para o começo do próximo ano. Mas vou deixar em suas mãos a primeira CPI, pelo menos o primeiro pedido de CPI, sob sua Presidência: uma CPI para analisar o apagão educacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar V. Ex^a pela nova missão nesta Casa.

Evidentemente que, como membro da Mesa, estaremos todos nós à disposição de V. Ex^a, sob o comando de V. Ex^a nesta Casa.

Também nesta oportunidade quero parabenizar o nosso Vice-Presidente, Senador Tião Viana, que, na interinidade, deu seqüência às matérias a serem votadas nesta Casa e ao andamento administrativo.

Na realidade, o importante é que esta Casa sai fortalecida com a eleição de V. Ex^a. Fortalecida porque Bancadas do Governo e da Oposição se uniram em busca de um consenso. E V. Ex^a é o consenso desse resultado que, sem dúvida, fortalece o nosso Poder.

Portanto, parabenizo V. Ex^a ao dizer que é uma missão de todos os 81 Senadores e Senadoras reerguermos o nosso Senado Federal, mas sob o comando de V. Ex^a.

Que Deus o ilumine, e que a nossa Santa Luzia, amanhã é o seu dia, possa iluminar e clarear os destinos de V. Ex^a à frente desta Casa.

Parabéns!

Tenha a certeza de que os seus companheiros de Mesa estarão à sua disposição para realizarmos essa dura tarefa de reerguermos o Senado Federal.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – AL) – Agradeço ao Senador Efraim Moraes. Realmente, conto com a colaboração de V. Ex^a como 1º Secretário da Mesa Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, último orador desta sessão.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, pedi a V. Ex^a um minuto porque não poderia, assim como o Senador Efraim Moraes, deixar passar este momento histórico por que passa o Senado.

Ouvimos a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador José Agripino falarem de um conterrâneo que é de outro partido com entusiasmo, com amor e com respeito, pelo passado que ele representou e que tão bem, mais do que qualquer um de nós, V. Ex^{as} conhecem. Portanto, praticamente nada poderia ser acrescentado.

O Senador Garibaldi Alves Filho, democraticamente, submeteu-se à sua Bancada com outros Senadores de nome e de respeito desta Casa: o nosso Senador Valter Pereira, Pedro Simon, que aqui se encontra, e Neuto de Conto. Portanto, V. Ex^a, democraticamente, foi escolhido e indicado pelo Partido. Ainda brinquei: “Como vamos votar secretamente em alguém que já foi denominado Presidente da Casa?”. Disseram que o Regimento obrigava a ter a votação para constar da Ata.

Senador Cristovam Buarque, se V. Ex^a me permite, eu diria que teríamos de nos erguer e ficar eretos para mostrar que este Senado tem o poder de representar o Poder Legislativo, que tem de viver em harmonia com o Poder Executivo e Judiciário, mas não submisso a nenhum deles. Temos de enfrentar as adversidades e, sem dúvida, mostrar que o comportamento ético da grande maioria poderá, sim, ser respeitado e aplaudido pelo povo.

Concordo com V. Ex^a: hoje, estamos de joelhos, ou por vergonha ou por submissão.

Está na hora de nos erguermos, de levantarmos a cabeça e mostrar que o Presidente Garibaldi Alves Filho vai recuperar a imagem do Senado, com a colaboração dos 80 Senadores da Casa.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a mencionou uma proposta que, se eu não a assinei, gostaria de assinar. Minha esposa é diretora de escola. Há alguns anos, ela se aposentou – a Senadora Rosalba Ciarlini deve saber isso tanto quanto ela, porque também foi diretora. Ela dizia: “O ensino público está caindo. Vai ser o pior do continente, provavelmente pela falta de estrutura e de apoio aos professores”. Hoje, os professores chegam com má-formação e sem condições de trabalho. Para que tenham um trabalho que dê para sobreviver, eles têm de dar aula em quatro, cinco escolas, sem tempo de preparar nenhuma das aulas. Ela diz que saiu entristecida, sem mais condições de comer giz. O tempo passou, e ela sentia, a cada tempo, a deterioração do ensino pela falta de apoio dos governos. Isso não é de hoje, Senador. Isso já vem de há algum tempo. Portanto, a sua reação, a sua bandeira é uma bandeira que os 81 Senadores têm de seguir.

Quando falaram em CPMF, eu perguntei: “Por que não para a saúde e para a educação? Por que para outras coisas que não trazem nenhum resultado à sociedade que vem atrás de nós, para as crianças e para o amanhã?”. Em todas as provas a que V. Ex^a se referiu e nas quais o Brasil se faz representar, é o último colocado, meu Deus do céu! E o que vamos sentir? Vergonha? Não. Desejo de melhorar. Que se volte a ter condições de enfrentamento para que a educação prevaleça, meu Presidente, sob a égide de V. Ex^a. Que dentro desta Casa se comece a pensar na educação e na saúde. E V. Ex^a tem ao lado um homem que pensa nas minorias, que tanto sofrem: o Senador Paulo Paim.

Só peço a Deus que o abençoe. E não tire esse sorriso de sua fisionomia, com a certeza da tranquilidade, da ética e do equilíbrio que sempre demonstrou em todas as funções que aqui exerceu. Sei porque participei de algumas delas, sob sua direção, e sei que V. Ex^a representa dignidade e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Dentro de um minuto, terá início a próxima sessão do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 24 minutos.)

Ata da 232ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes e Paulo Paim

ÀS 15 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/12/2007 07:23:53 até 13/12/2007 01:43:12

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X

Compareceram: 80 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 429/2007, de 19 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 365, de 2007, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 430/2007, de 19 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 740, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- Nº 434/2007, de 21 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 296, de 2007, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 439/2007, de 7 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 287, de 2007, do Senador Romero Jucá.
- Nº 253/2007, de 29 de novembro último, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2007, do Senador Mário Couto;
- Nº 436/2007, de 22 de novembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 2.017, de 2007, do Senador Tasso Jereissati; e
- Nº 1.134/2007, de 20 de novembro último, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 470, de 2007, da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações aos Requerimentos nºs 287 e 296, de 2007, foram também juntadas, em cópias, aos Projetos de Lei do Senado nºs 278 e 280, de 2004, respectivamente, que retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de suas tramitações.

O Requerimento nº 1.017, de 2007, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a complementação das informações solicitadas.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 2.008/2007, de 22 de novembro último, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 874, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante.
- Nº 476/2007, de 22 de novembro último, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.016, de 2007, do Senador Tasso Jereissati; e
- Nº 495/2007, de 23 de novembro último, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 727, de 2007, do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações ao Requerimento nº 874, de 2004, foram também juntadas, em cópia, ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, que retorna à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento de sua tramitação.

Os demais Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 258, de 2007 (nº 904/2007, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de três milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e sessenta reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.581, de 27 de novembro de 2007; e
- Nº 259, de 2007 (Nº 905/2007, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 6, de 2007-CN, que abre ao

Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatorze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.582, de 27 de novembro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

As Mensagens nºs 258 e 259, de 2007, juntadas aos processados dos Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2007–CN, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 260, DE 2007

(Mensagem nº 959/2007 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no próximo dia 13 de dezembro em visita oficial à Venezuela.

Brasília, 12 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 1.298 - C.Civil

Em 12 de dezembro de 2007

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no próximo dia 13 de dezembro em visita oficial à Venezuela.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

– **Nº 101, de 2007** (nº 1.693/2007, na origem), de 21 de novembro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis

irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7);

– **Nº 102, de 2007** (nº 1.744/2007, na origem), de 21 de novembro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8);

– **Nº 104, de 2007** (nº 1.697/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre a Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que fixa os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o ano de 2008; e

– **Nº 106, de 2007** (nº 1.640/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macro-avaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho.

Foram encaminhadas cópia dos Avisos nºs 101 e 102, de 2007, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foi juntada cópia do Aviso nº 101, de 2007, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007.

O **Aviso nº 101, de 2007**, vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle e de Assuntos Econômicos; e o de **nº 102, de 2007**, às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais.

Os **Avisos nºs 104 e 106, de 2007**, vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 105, de 2007** (nº 444/07, na origem), de 29 de novembro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas dos Estados foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 257, de 2007** (nº 941/2007, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 82, de 2007**, de autoria do Senador Adelmir Santana, que altera o art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o quorum para o início da Ordem do Dia.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Presidente da República, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

– **Nº 261, de 2007** (nº 945/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Pelotas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de dezoito milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas;

– **Nº 262, de 2007** (nº 946/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Canoas – RS e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até quinze milhões e setenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas” – Fase I;

– **Nº 263, de 2007** (nº 947/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento Parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar; e

– **Nº 264, de 2007** (nº 948/2007, na origem), de 11 do corrente, solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Feira de Santana e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2007

Institui a Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituída a Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser comemorada anualmente entre os dias 4 e 10 de dezembro.

Parágrafo único. As comemorações da Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência terão cunho informativo-cultural, visando promover em toda a sociedade brasileira o debate da inclusão e ampliação da cidadania da Pessoa com Deficiência, e favorecer o aprimoramento das políticas públicas que apontem nessa direção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem por objetivo inserir na agenda nacional um espaço cativo para o debate sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, questão de importância central na construção de uma sociedade mais inclusiva, sem o que não há verdadeira democracia.

Com efeito, só se pode conceber a existência de um Estado Democrático num contexto de participação, de exercício pleno da cidadania, o que pressupõe o acesso irrestrito de todos os cidadãos brasileiros a espaços, serviços e informações. Infelizmente, porém, milhões e milhões de pessoas neste País estão alijadas dessa realidade, fato que coloca em xeque a democracia brasileira.

Reporto-me nomeadamente à pessoas com deficiência e também àquelas com mobilidade reduzida, que se acham privadas de exercer sua

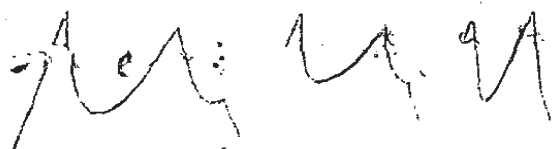
cidadania por falta de condições para utilizar – com segurança e autonomia, total ou assistida – os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos; as edificações, os serviços de transporte e os meios de comunicação e de informação. Impedidas de se locomover, de se informar e de se comunicar, muitas acabam vendo subtraído o reconhecimento de sua dignidade humana. Menciono também, e com acentuada relevância, o acesso à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, tudo isso em condições dignas de existência.

A necessária e imediata reversão desse quadro lamentável só é possível por meio da ação consciente e concertada de todos, como produto da informação e do debate acumulados. Daí porque proponho fixar um momento no calendário para que o conjunto da sociedade e os órgãos do poder público possam se concentrar na reflexão do tema, avaliar os avanços já alcançados no campo da acessibilidade e valorização desses cidadãos, e formular estratégias para vencer os desafios ainda existentes. Um momento privilegiado em que se discutam, por exemplo, fórmulas de popularização e divulgação das ajudas técnicas, campanhas informativas e educativas, incentivos à formação de ortesistas e protesistas, avaliações do Programa Nacional de Acessibilidade e boas práticas para a concessão do Selo Nacional previsto em lei.

Ressalto, em conclusão, que a escolha do período para a promoção desse debate nada tem de aleatória. O mês de dezembro foi eleito por ser aquele em que as pessoas estão mais inclinadas a pensar no seu semelhante com espírito de fraternidade, possivelmente por conta do aniversário do símbolo maior da cristandade. Foi eleito, também, por ser aquele em que boa parte dos diplomas legais pertinentes ao tema foi editada, como a própria Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098 de 2000 e o seu regulamento; o decreto que regulamenta a Lei nº 7.853, de 1989; a Lei nº 8.213, de 1991; e a Lei nº 8.742, de 1993. O intervalo escolhido, por seu turno, começa logo após a comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro) e encerra-se na data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Diante desses cuidados e do elevado alcance social da medida proposta, conto com o apoio de todos os Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.



• Senador FLÁVIO ARNS

LEGISLAÇÃO CITADA**Lei 10.098 de 2000**

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

capítulo I**disposições gerais**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO II**DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO**

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à

maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6º Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

CAPÍTULO III

DO DESENHO E DA LOCALIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 8º Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9º Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

- I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;
- II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;
- III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

DA ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

- I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;
- II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;
- III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO IX

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Lei nº 7.853, de 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educando portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

- c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;
- d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;
- e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;
- f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

- a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;
- b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;
- c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;
- d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - na área de recursos humanos:

- a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;
- b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;
- c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V - na área das edificações:

- a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os obstáculos às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

§ 2º As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

§ 3º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

§ 5º Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

§ 6º Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

Art. 4º A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

§ 1º A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

§ 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

Art. 5º O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes a pessoas portadoras de deficiência, incumbirá à Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão autônomo do Ministério da Ação Social, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos

Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos.

Art. 12. Compete à Corde:

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;

II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que esta Lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representantes de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência, bem como representante do Ministério Público Federal.

§ 2º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III - responder a consultas formuladas pela Corde.

§ 3º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias, e deliberará por maioria de votos dos conselheiros presentes.

§ 4º Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

§ 5º As despesas de locomoção e hospedagem dos conselheiros, quando necessárias, serão asseguradas pela Corde.

Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no

Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 16. O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Art. 18. Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta Lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no art. 2º desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

João Batista de Abreu

Lei nº 8.213, de 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

- I - universalidade de participação nos planos previdenciários;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV - cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- V - irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;
- VI - valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;
- VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;
- VIII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Parágrafo único. A participação referida no inciso VIII deste artigo será efetivada a nível federal, estadual e municipal.

Art. 3º Fica instituído o Conselho Nacional de Previdência Social—CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

- I - seis representantes do Governo Federal;
- II - nove representantes da sociedade civil, sendo:
 - a) três representantes dos aposentados e pensionistas;
 - b) três representantes dos trabalhadores em atividade;
 - c) três representantes dos empregadores.

§ 1º Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

§ 2º Os representantes dos trabalhadores em atividade, dos aposentados, dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais.

§ 3º O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 15 (quinze) dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.

§ 4º Poderá ser convocada reunião extraordinária por seu Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros, conforme dispuser o regimento interno do CNPS.

, § 6º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores em atividade, decorrentes das atividades do Conselho, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 7º Aos membros do CNPS, enquanto representantes dos trabalhadores em atividade, titulares e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao CNPS os meios necessários ao exercício de suas competências, para o que contará com uma Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social.

§ 9º O CNPS deverá se instalar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS:

I - estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;

II - participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária;

III - apreciar e aprovar os planos e programas da Previdência Social;

IV - apreciar e aprovar as propostas orçamentárias da Previdência Social, antes de sua consolidação na proposta orçamentária da Seguridade Social;

V - acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos no âmbito da Previdência Social;

VI - acompanhar a aplicação da legislação pertinente à Previdência Social;

VII - apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas da União, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;

VIII - estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida a anuência prévia do Procurador-Geral ou do Presidente do INSS para formalização de desistência ou transigência judiciais, conforme o disposto no art. 132;

IX - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. As decisões proferidas pelo CNPS deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 5º Compete aos órgãos governamentais:

I - prestar toda e qualquer informação necessária ao adequado cumprimento das competências do CNPS, fornecendo inclusive estudos técnicos;

II - encaminhar ao CNPS, com antecedência mínima de 2 (dois) meses do seu envio ao Congresso Nacional, a proposta orçamentária da Previdência Social, devidamente detalhada.

Art. 6º Haverá, no âmbito da Previdência Social, uma Ouvidoria-Geral, cujas atribuições serão definidas em regulamento.

TÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo Único DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 9º A Previdência Social compreende:

I - o Regime Geral de Previdência Social;

II - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

· § 1º O Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica.

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo I DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

Seção I Dos Segurados

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social ;

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

V - como contribuinte individual:

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24.7.91).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social

§ 4º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura.

§ 5º Aplica-se o disposto na alínea g do inciso I do *caput* ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações

Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.

§ 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

§ 2º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.

Art. 13. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

Art. 14. Consideram-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional;

II - empregador doméstico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;

V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar;

VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 3º Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.

Seção II Dos Dependentes

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

Seção III Das Inscrições

Art. 17. O Regulamento disciplinará a forma de inscrição do segurado e dos dependentes.

§ 1º Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

§ 2º O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença judicial, transitada em julgado.

§ 3º A Previdência Social poderá emitir identificação específica, para os segurados referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 11 e no art. 13 desta Lei, para produzir efeitos exclusivamente perante ela, inclusive com a finalidade de provar a filiação.

Capítulo II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção I Das Espécies de Prestações

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-família;
- g) salário-maternidade;
- h) auxílio-acidente;

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão;

III - quanto ao segurado e dependente:

- b) serviço social;
- c) reabilitação profissional.

§ 1º Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os segurados incluídos nos incisos I, VI e VII do art. 11 desta Lei.

§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

§ 3º O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§ 2º Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 3º É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

§ 4º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa;

d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.

§ 1º A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexo de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A empresa poderá requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social.

Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

§ 5º A multa de que trata este artigo não se aplica na hipótese do caput do art. 21-a

Art. 23. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

Seção II Dos Períodos de Carência

Art. 24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

· Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.

III - salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei.

Parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

III - os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39, aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei;

IV - serviço social;

V - reabilitação profissional.

VI – salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

Art. 27. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I - referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos referidos nos incisos I e VI do art. 11;

II - realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos II, V e VII do art. 11 e no art. 13.

Seção III Do Cálculo do Valor dos Benefícios

Subseção I Do Salário-de- Benefício

Art. 28. O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício.

Art. 29. O salário-de-benefício consiste:

I - para os benefícios de que tratam as alíneas b e c do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;

II - para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

§ 2º O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

§ 3º Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

§ 4º Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

§ 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

§ 6º No caso de segurado especial, o salário-de-benefício, que não será inferior ao salário mínimo, consiste:

I - para os benefícios de que tratam as alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

II - para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

§ 7º O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo desta Lei.

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º, a expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos.

§ 9º Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados:

I - cinco anos, quando se tratar de mulher;

II - cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;

III - dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Art. 29-A. O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS sobre as remunerações dos segurados.

§ 1º O INSS terá até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações previstas no *caput* deste artigo.

§ 2º O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente.

Art. 29-B. Os salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos mês a mês de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 31. O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria, observado, no que couber, o disposto no art. 29 e no art. 86, § 5º.

Art. 32. O salário-de-benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 e as normas seguintes:

I - quando o segurado satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-benefício será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição;

II - quando não se verificar a hipótese do inciso anterior, o salário-de-benefício corresponde à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício calculado com base nos salários-de-contribuição das atividades em relação às quais são atendidas as condições do benefício requerido;

b) um percentual da média do salário-de-contribuição de cada uma das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completo de contribuição e os do período de carência do benefício requerido;

III - quando se tratar de benefício por tempo de serviço, o percentual da alínea "b" do inciso II será o resultante da relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço considerado para a concessão do benefício.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário-de-contribuição, contribuiu apenas por uma das atividades concomitantes.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário-de-contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo desse salário.

Subseção II Da Renda Mensal do Benefício

Art. 33. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, ressalvado o disposto no art. 45 desta Lei.

Art. 34. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, serão computados:

I - para o segurado empregado e trabalhador avulso, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;

II - para o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerado como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, nos termos do art. 31;

III - para os demais segurados, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas.

Art. 35. Ao segurado empregado e ao trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado mas não possam comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.

Art. 36. Para o segurado empregado doméstico que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

Art. 37. A renda mensal inicial, recalculada de acordo com o disposto nos arts. 35 e 36, deve ser reajustada como a dos benefícios correspondentes com igual data de início e substituirá, a partir da data do requerimento de revisão do valor do benefício, a renda mensal que prevalecia até então.

Art. 38. Sem prejuízo do disposto nos arts. 35 e 36, cabe à Previdência Social manter cadastro dos segurados com todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:

I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; ou

II - dos benefícios especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.

Art. 40. É devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

Parágrafo único. O abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.

Seção IV Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 41-A. O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 1º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§ 2º Os benefícios serão pagos do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento.

§ 3º O 1º (primeiro) pagamento de renda mensal do benefício será efetuado até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da apresentação pelo segurado da documentação necessária a sua concessão.

§ 4º Para os benefícios que tenham sido majorados devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser compensado no momento da aplicação do disposto no caput deste artigo, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência Social.

Seção V Dos Benefícios

Subseção I Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 1º Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida:

a) ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias;

b) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

§ 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.

Art. 44. A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei.

§ 2º Quando o acidentado do trabalho estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;

c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Art. 47. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento:

I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará:

a) de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou

b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;

c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

Subseção II Da Aposentadoria por Idade

Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

• § 1º Os limites fixados no *caput* são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido.

Art. 49. A aposentadoria por idade será devida:

I - ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir:

a) da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela; ou

b) da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o prazo previsto na alínea "a";

II - para os demais segurados, da data da entrada do requerimento.

Art. 50. A aposentadoria por idade, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

Art. 51. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

Subseção III Da Aposentadoria por Tempo de Serviço

Art. 52. A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo masculino.

Art. 53. A aposentadoria por tempo de serviço, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal de:

I - para a mulher: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço;

II - para o homem: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Art. 54. A data do início da aposentadoria por tempo de serviço será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:

I - o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário, e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;

II - o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;

III - o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo;

IV - o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social;

• V - o tempo de contribuição efetuado por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava no art. 11 desta Lei;

VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos artigos 8º e 9º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no artigo 11, inciso I, alínea "g", desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência.

§ 1º A averbação de tempo de serviço durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana só será admitida mediante o recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento, observado o disposto no § 2º.

§ 2º O tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início de vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, conforme dispuser o Regulamento.

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo.

Art. 56. O professor, após 30 (trinta) anos, e a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

Subseção IV Da Aposentadoria Especial

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.

§ 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.

§ 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 7º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no **caput**.

§ 8º Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei.

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

§ 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo.

§ 3º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei.

§ 4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.

Subseção V Do Auxílio-Doença

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.

§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º, somente devendo encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar 15 (quinze) dias.

Art. 61. O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei.

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

Art. 63. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.

Parágrafo único. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

Subseção VI
Do Salário-Família

Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

Parágrafo único. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

Art. 66. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I - Cr\$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta cruzeiros) , para o segurado com remuneração mensal não superior a Cr\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros); *(*)Nota: Valores atualizados pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98 a partir de 1º.6.98, para respectivamente, R\$ 8,65 (oito reais e sessenta e cinco centavos) e R\$ 324, 45 (trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).*

II - Cr\$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros), para o segurado com remuneração mensal superior a Cr\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros). *(*)Nota: Valores atualizados pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98 a partir de 1º.6.98, para respectivamente, R\$ 1,07 (um real e sete centavos) e R\$ 324, 45 (trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).*

Art. 67. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, nos termos do regulamento.

Art. 68. As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º A empresa conservará durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 2º Quando o pagamento do salário não for mensal, o salário-família será pago juntamente com o último pagamento relativo ao mês.

Art. 69. O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.

Art. 70. A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.

Subseção VII

Do Salário-Maternidade

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

§ 1º Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 2º A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

- I - em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;
- II - em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;
- III - em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas.

Subseção VIII Da Pensão por Morte

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

- I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;
- II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior
- III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 33 desta lei.

Art. 76. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 16 desta Lei.

Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

§ 2º A parte individual da pensão extingue-se:

- I - pela morte do pensionista;
- II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido;
- III - para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.

§ 3º Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á.

Art. 78. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma desta Subseção.

§ 1º Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 79. Não se aplica o disposto no art. 103 desta Lei ao pensionista menor, incapaz ou ausente, na forma da lei.

Subseção IX
Do Auxílio-Reclusão

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Parágrafo único. O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

Subseção XI
Do Auxílio-Acidente

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, observado o disposto no § 5º, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

§ 4º A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Seção VI
Dos Serviços

Subseção I
Do Serviço Social

Art. 88. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

§ 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

§ 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários serão utilizadas intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos.

§ 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe.

§ 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico aos Estados e Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

Subseção II
Da Habilitação e da Reabilitação Profissional

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;

b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 90. A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 91. Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 92. Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este exerça outra atividade para a qual se capacitar.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Seção VII Da Contagem Recíproca de Tempo de Serviço

Art. 94. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

§ 1º A compensação financeira será feita ao sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício pelos demais sistemas, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço, conforme dispuser o Regulamento.

§ 2º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito dos benefícios previstos em regimes próprios de previdência social, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se complementadas as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo.

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

Art. 97. A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo na forma desta Seção, será concedida ao segurado do sexo feminino a partir de 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, e, ao segurado do sexo masculino, a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

Art. 98. Quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

Art. 99. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma desta Seção será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da respectiva legislação.

Seção VIII Das Disposições Diversas Relativas às Prestações

Art. 101. O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

§ 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos.

§ 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior.

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 103-A. O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 104. As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 5 (cinco) anos, observado o disposto no art. 103 desta Lei, contados da data:

I - do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social; ou

II - em que for reconhecida pela Previdência Social, a incapacidade permanente ou o agravamento das seqüelas do acidente.

Art. 105. A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo para recusa do requerimento de benefício.

* Art. 106. Para comprovação do exercício de atividade rural será obrigatória, a partir 16 de abril de 1994, a apresentação da Carteira de Identificação e Contribuição—CIC referida no § 3º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Redação dada pela Lei nº. 9.063, de 1995)

Parágrafo único. A comprovação do exercício de atividade rural referente a período anterior a 16 de abril de 1994, observado o disposto no § 3º do art. 55 desta Lei, far-se-á alternativamente através de:

- I - contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II - contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- III - declaração do sindicato de trabalhadores rurais, desde que homologada pelo INSS;
- IV - comprovante de cadastro do INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;
- V - bloco de notas do produtor rural.

Art. 107. O tempo de serviço de que trata o art. 55 desta Lei será considerado para cálculo do valor da renda mensal de qualquer benefício.

Art. 108. Mediante justificação processada perante a Previdência Social, observado o disposto no § 3º do art. 55 e na forma estabelecida no Regulamento, poderá ser suprida a falta de documento ou provado ato do interesse de beneficiário ou empresa, salvo no que se refere a registro público.

Art. 109. O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a doze meses, podendo ser renovado.

Parágrafo único. A impressão digital do beneficiário incapaz de assinar, aposta na presença de servidor da Previdência Social, vale como assinatura para quitação de pagamento de benefício.

Art. 110. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Parágrafo único. Para efeito de curatela, no caso de interdição do beneficiário, a autoridade judiciária pode louvar-se no laudo médico-pericial da Previdência Social.

Art. 111. O segurado menor poderá, conforme dispuser o Regulamento, firmar recibo de benefício, independentemente da presença dos pais ou do tutor.

Art. 112. O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 113. O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 114. Salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por esta Lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

- I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;
- II - pagamento de benefício além do devido;
- III - Imposto de Renda retido na fonte;
- IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial;

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor do benefício.

§ 1º Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em parcelas, conforme dispuser o regulamento, salvo má-fé.

§ 2º Na hipótese dos incisos II e VI, haverá prevalência do desconto do inciso II.

Art. 116. Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas com o período a que se referem e os descontos efetuados.

Art. 117. A empresa, o sindicato ou a entidade de aposentados devidamente legalizada poderá, mediante convênio com a Previdência Social, encarregar-se, relativamente a seu empregado ou associado e respectivos dependentes, de:

I - processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela Previdência Social;

II - submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, encaminhando à Previdência Social o respectivo laudo, para efeito de homologação e posterior concessão de benefício que depender de avaliação de incapacidade;

III - pagar benefício.

Parágrafo único. O convênio poderá dispor sobre o reembolso das despesas da empresa, do sindicato ou da entidade de aposentados devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II e III, ajustado por valor global conforme o número de empregados ou de associados, mediante dedução do valor das contribuições previdenciárias a serem recolhidas pela empresa.

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Art. 119. Por intermédio dos estabelecimentos de ensino, sindicatos, associações de classe, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho-FUNDACENTRO, órgãos públicos e outros meios, serão promovidas regularmente instrução e formação com vistas a incrementar costumes e atitudes preventivistas em matéria de acidente, especialmente do trabalho.

Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

Art. 121. O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

Art. 122. Se mais vantajoso, fica assegurado o direito à aposentadoria, nas condições legalmente previstas na data do cumprimento de todos os requisitos necessários à obtenção do benefício, ao segurado que, tendo completado 35 anos de serviço, se homem, ou trinta anos, se mulher, optou por permanecer em atividade.

Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

I - aposentadoria e auxílio-doença;

II - mais de uma aposentadoria;

III - aposentadoria e abono de permanência em serviço;

IV - salário-maternidade e auxílio-doença;

V - mais de um auxílio-acidente;

VI - mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Parágrafo único. É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 125. Nenhum benefício ou serviço da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 126. Das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da Seguridade Social caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º Em se tratando de processo que tenha por objeto a discussão de crédito previdenciário, o recurso de que trata este artigo somente terá seguimento se o recorrente, pessoa jurídica ou sócio desta, instruí-lo com prova de depósito, em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de valor correspondente a trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão.

§ 2º Após a decisão final no processo administrativo fiscal, o valor depositado para fins de seguimento do recurso voluntário será:

I - devolvido ao depositante, se aquela lhe for favorável;

II - convertido em pagamento, devidamente deduzido do valor da exigência, se a decisão for contrária ao sujeito passivo.

§ 3º A propositura, pelo beneficiário ou contribuinte, de ação que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo importa renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto o reajuste ou a concessão de benefícios regulados nesta Lei cujos valores de execução não forem superiores a R\$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos) por autor poderão, por opção de cada um dos exequentes, ser quitadas no prazo de até sessenta dias após a intimação do trânsito em julgado da decisão, sem necessidade da expedição de precatório.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma do caput.

§ 3º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no caput, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

§ 4º É facultada à parte exequente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma ali prevista.

§ 5º A opção exercida pela parte para receber os seus créditos na forma prevista no caput implica a renúncia do restante dos créditos porventura existentes e que sejam oriundos do mesmo processo.

§ 6º O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do pedido constante da petição inicial e determina a extinção do processo.

§ 7º O disposto neste artigo não obsta a interposição de embargos à execução por parte do INSS.

Art. 129. Os litígios e medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho serão apreciados:

I - na esfera administrativa, pelos órgãos da Previdência Social, segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações, com prioridade para conclusão; e

* II - na via judicial, pela Justiça dos Estados e do Distrito Federal, segundo o rito sumaríssimo, inclusive durante as férias forenses, mediante petição instruída pela prova de efetiva notificação do evento à Previdência Social, através de Comunicação de Acidente do Trabalho–CAT.

Parágrafo único. O procedimento judicial de que trata o inciso II deste artigo é isento do pagamento de quaisquer custas e de verbas relativas à sucumbência.

Art. 130. Na execução contra o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, o prazo a que se refere o art. 730 do Código de Processo Civil é de trinta dias.

Art. 131. O Ministro da Previdência e Assistência Social poderá autorizar o INSS a formalizar a desistência ou abster-se de propor ações e recursos em processos judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual haja declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, súmula ou jurisprudência consolidada do STF ou dos tribunais superiores.

Parágrafo único. O Ministro da Previdência e Assistência Social disciplinará as hipóteses em que a administração previdenciária federal, relativamente aos créditos previdenciários baseados em dispositivo declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, possa:

- a) abster-se de constituí-los;
- b) retificar o seu valor ou declará-los extintos, de ofício, quando houverem sido constituídos anteriormente, ainda que inscritos em dívida ativa;
- c) formular desistência de ações de execução fiscal já ajuizadas, bem como deixar de interpor recursos de decisões judiciais.

Art. 132. A formalização de desistência ou transigência judiciais, por parte de procurador da Previdência Social, será sempre precedida da anuência, por escrito, do Procurador-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social INSS, ou do presidente desse órgão, quando os valores em litígio ultrapassarem os limites definidos pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.

§ 1º Os valores, a partir dos quais se exigirá a anuência do Procurador-Geral ou do presidente do INSS, serão definidos periodicamente pelo CNPS, através de resolução própria.

§ 2º Até que o CNPS defina os valores mencionados neste artigo, deverão ser submetidos à anuência prévia do Procurador-Geral ou do presidente do INSS a formalização de desistência ou transigência judiciais, quando os valores, referentes a cada segurado considerado separadamente, superarem, respectivamente, 10 (dez) ou 30 (trinta) vezes o teto do salário-de-benefício.

Art. 133. A infração a qualquer dispositivo desta Lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, à multa variável de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). (*)*Nota: Valor atualizado pela Portaria MPAS nº 4.479, de 4.6.98, a partir de 1º de junho de 19, para respectivamente, R\$ 636,17 (seiscentos e trinta e seis reais e dezessete centavos) e R\$ 63.617,35 (sessenta e três mil seiscentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos)*

Parágrafo único. A autoridade que reduzir ou relevar multa já aplicada recorrerá de ofício para a autoridade hierarquicamente superior.

Art. 134. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos valores dos benefícios.

Art. 135. Os salários-de-contribuição utilizados no cálculo do valor de benefício serão considerados respeitando-se os limites mínimo e máximo vigentes nos meses a que se referirem.

Art. 136. Ficam eliminados o menor e o maior valor-teto para cálculo do salário-de-benefício.

Art. 137. Fica extinto o Programa de Previdência Social aos Estudantes, instituído pela Lei nº 7.004, de 24 de junho de 1962, mantendo-se o pagamento dos benefícios de prestação continuada com data de início até a entrada em vigor desta Lei.

Art. 138. Ficam extintos os regimes de Previdência Social instituídos pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e pela Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, sendo mantidos, com valor não inferior ao do salário mínimo, os benefícios concedidos até a vigência desta Lei.

Parágrafo único. Para os que vinham contribuindo regularmente para os regimes a que se refere este artigo, será contado o tempo de contribuição para fins do Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no Regulamento.

Art. 142. Para o segurado inscrito na Previdência Social Urbana até 24 de julho de 1991, bem como para o trabalhador e o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial obedecerá à seguinte tabela, levando-se em conta o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício: (Artigo e tabela com nova redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

Ano de implementação das condições	Meses de contribuição exigidos
1991	60 meses
1992	60 meses
1993	66 meses
1994	72 meses
1995	78 meses
1996	90 meses
1997	96 meses
1998	102 meses
1999	108 meses
2000	114 meses
2001	120 meses
2002	126 meses
2003	132 meses
2004	138 meses
2005	144 meses
2006	150 meses
2007	156 meses
2008	162 meses
2009	168 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontinua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

Art. 149. As prestações, e o seu financiamento, referentes aos benefícios de ex-combatente e de ferroviário servidor público ou autárquico federal ou em regime especial que não optou pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974, bem como seus dependentes, serão objeto de legislação específica.

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionadas no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Art. 153. O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei especial, a ser submetida à apreciação do Congresso Nacional dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

*Art. 154. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da sua publicação.

Art. 155. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 156. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Antonio Magri

Lei nº 8.742, de 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**CAPÍTULO I****Das Definições e dos Objetivos**

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CAPÍTULO II**Dos Princípios e das Diretrizes****SEÇÃO I****Dos Princípios**

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

CAPÍTULO III

Da Organização e da Gestão

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área.

Parágrafo único. A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Bem-Estar Social.

Art. 7º As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que trata o art. 17 desta lei.

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei, fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social.

Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

§ 1º A regulamentação desta lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento.

§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 4º As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

Art. 10. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

Art. 11. As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 12. Compete à União:

* I - responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;

III - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Art. 13. Compete aos Estados:

I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;

III - atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

V - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

Art. 14. Compete ao Distrito Federal:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.

Art. 15. Compete aos Municípios:

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.

Art. 16. As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

I - o Conselho Nacional de Assistência Social;

II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;

III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 17. Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

§ 2º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§ 4º Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16 deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.

Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I - aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III - observado o disposto em regulamento, estabelecer procedimentos para concessão de registro e certificado de entidade beneficente de assistência social às instituições privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social que prestem serviços relacionados com seus objetivos institucionais;

IV - conceder registro e certificado de entidade beneficente de assistência social;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

VI - a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VIII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

IX - aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XI - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

XII - indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social;

XIII - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIV - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.

Parágrafo único. Das decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério da Assistência e Promoção Social, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência Social, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato no Diário Oficial da União, por parte da entidade interessada, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Art. 19. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social:

I - coordenar e articular as ações no campo da assistência social;

II - propor ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

III - prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei;

IV - elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social;

V - propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta lei;

VI - proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista nesta lei;

VII - encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;

VIII - prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social;

IX - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

X - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área;

XI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

XII - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;

XIII - expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

XIV - elaborar e submeter ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

CAPÍTULO IV

Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

SEÇÃO I

Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura.

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no **caput**, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

SEÇÃO II

Dos Benefícios Eventuais

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no **caput**.

SEÇÃO III

Dos Serviços

Art. 23. Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990; (Incluído pela Lei nº 11.258, de 2005)

II – às pessoas que vivem em situação de rua.

SEÇÃO IV

Dos Programas de Assistência Social

Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa portadora de deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta lei.

SEÇÃO V

Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

CAPÍTULO V

Do Financiamento da Assistência Social

Art. 27. Fica o Fundo Nacional de Ação Comunitária (Funac), instituído pelo Decreto nº 91.970, de 22 de novembro de 1985, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, transformado no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 28. O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

§ 1º Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social gerir o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob a orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 2º O Poder Executivo disporá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta lei, sobre o regulamento e funcionamento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 28-A. Constitui receita do Fundo Nacional de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Art. 29. Os recursos de responsabilidade da União destinados à assistência social serão automaticamente repassados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), à medida que se forem realizando as receitas.

Parágrafo único. Os recursos de responsabilidade da União destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, previstos no art. 20, poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao INSS, órgão responsável pela sua execução e manutenção.

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

“III”- Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 31. Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei.

Art. 32. O Poder Executivo terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta lei, obedecidas as normas por ela instituídas, para elaborar e encaminhar projeto de lei dispondo sobre a extinção e reordenamento dos órgãos de assistência social do Ministério do Bem-Estar Social.

§ 1º O projeto de que trata este artigo definirá formas de transferências de benefícios, serviços, programas, projetos, pessoal, bens móveis e imóveis para a esfera municipal.

§ 2º O Ministro de Estado do Bem-Estar Social indicará Comissão encarregada de elaborar o projeto de lei de que trata este artigo, que contará com a participação das organizações dos usuários, de trabalhadores do setor e de entidades e organizações de assistência social.

Art. 33. Decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta lei, fica extinto o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), revogando-se, em consequência, os Decretos-Lei nºs 525, de 1º de julho de 1938, e 657, de 22 de julho de 1943.

§ 1º O Poder Executivo tomará as providências necessárias para a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a transferência das atividades que passarão à sua competência dentro do prazo estabelecido no caput, de forma a assegurar não haja solução de continuidade.

§ 2º O acervo do órgão de que trata o caput será transferido, no prazo de 60 (sessenta) dias, para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que promoverá, mediante critérios e prazos a serem fixados, a revisão dos processos de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos das entidades e organização de assistência social, observado o disposto no art. 3º desta lei.

Art. 34. A União continuará exercendo papel supletivo nas ações de assistência social, por ela atualmente executadas diretamente no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando à implementação do disposto nesta lei, por prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação desta lei.

Art. 35. Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social operar os benefícios de prestação continuada de que trata esta lei, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. O regulamento de que trata o caput definirá as formas de comprovação do direito ao benefício, as condições de sua suspensão, os procedimentos em casos de curatela e tutela e o órgão de credenciamento, de pagamento e de fiscalização, dentre outros aspectos.

Art. 36. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos terão cancelado seu registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sem prejuízo de ações cíveis e penais.

~~Art. 37. Os benefícios de prestação continuada serão concedidos, a partir da publicação desta lei, gradualmente e no máximo em até:~~

Art. 37. O benefício de prestação continuada será devido após o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, inclusive apresentação da documentação necessária, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências de que trata este artigo.

I - 12 (doze) meses, para os portadores de deficiência;

II - 18 (dezoito) meses, para os idosos.

^ Parágrafo único. No caso de o primeiro pagamento ser feito após o prazo previsto no **caput**, aplicar-se-á na sua atualização o mesmo critério adotado pelo INSS na atualização do primeiro pagamento de benefício previdenciário em atraso.

Art. 38. A idade prevista no art. 20 desta Lei reduzir-se-á para sessenta e sete anos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Art. 39. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita definidos no § 3º do art. 20 e **caput** do art. 22.

Art. 40. Com a implantação dos benefícios previstos nos arts. 20 e 22 desta lei, extinguem-se a renda mensal vitalícia, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral existentes no âmbito da Previdência Social, conforme o disposto na _

§ 1º A transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social deve ser estabelecida de forma que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.

§ 2º É assegurado ao maior de setenta anos e ao inválido o direito de requerer a renda mensal vitalícia junto ao INSS até 31 de dezembro de 1995, desde que atenda, alternativamente, aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do § 1º do art. 139 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 41. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Jutahy Magalhães Júnior

(Á Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, proposta que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 101, DE 2007**

Acrescenta inciso ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar à mulher presa recolhimento em cela específica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 5º da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte inciso XLIX, renumerando-se os demais:

“Art. 5º

XLIX – é assegurado à mulher presa, em qualquer circunstância, o recolhimento exclusivo em cela feminina, de acordo com a natureza do delito, o estado de saúde e a idade;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição da República, em seu art. 5º, inciso XLVIII, concedeu a garantia e o direito às mulheres, para que possam cumprir suas penas em estabelecimentos prisionais distintos dos reservados aos homens, como também a separação, entre elas, em consonância com o delito praticado e à idade da detenta.

Não obstante, a mesma carta garante aos homens o respeito à integridade física e moral (inciso XLIX) e, às presidiárias, condições de permanência com seus filhos no período amamentação (inciso L).

Ocorre, nobres Pares, que o constituinte se esqueceu, como toda a Nação brasileira, de que a mulher é passível de ser presa, sem que seja condenada, como prevê a legislação processual penal, enquanto aguarda o julgamento. Na realidade, o que se previu

em relação às mulheres na Constituição é a de que estivessem cumprindo pena, ou seja, em decorrência de sentença transitada em julgado.

Ao alvitre do legislador, os carcereiros têm demonstrado muita insensatez em relação ao público feminino quando detido ou preso. Em caso recente, no Estado do Pará, uma jovem foi presa pela polícia e permaneceu em uma cela com mais de vinte homens, onde foi vítima de toda espécie de covardia e barbárie, conforme veiculado na imprensa.

Por que isso, nobres Parlamentares? Falta um dispositivo constitucional que impediria todo e qualquer ato que viesse a ser praticado com tamanha perplexidade diante do povo brasileiro, indo além, pelo respeito aos princípios maiores dos Direitos Humanos.

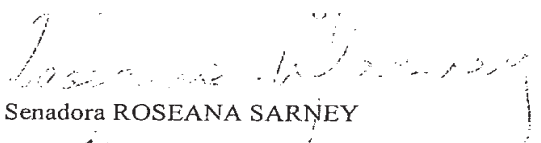
Na presente proposta de Emenda à Constituição, pretende-se assegurar à mulher presa ou detida por qualquer agente seja colocada em cela própria para mulheres, cabendo ao Estado providências no sentido de adaptação dos novos estabelecimentos prisionais à nova ordem constitucional.

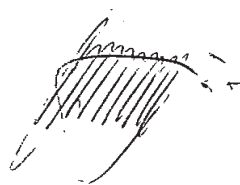
Para que fatos dessa natureza não venham mais a acontecer em nosso País, o direito da presa deve ser respeitado acima de tudo, como ora se propõe. Para tanto, esta iniciativa objetiva impor à autoridade responsável que a mulher seja colocada em cela distinta da dos homens, tanto as condenadas quanto as presas ou detidas pelo órgão policial.

A atenção à encarcerada deve ser contínua, de modo que nenhuma mulher que esteja em risco de saúde, venha a dividir celas com outras que não possuem doença. É fato mulheres aidéticas dividem uma mesma cela com mulheres sãs, o que torna um grande risco para a comunidade carcerária.

Corrigir tais desvios é o objetivo primordial desta proposição.

Sala de Sessões, 12 de dezembro de 2007.


Senadora ROSEANA SARNEY



1	Valdir Raupp	VALDIR RAUPP
2	Adelson Barreto	ADELSON BARRETO
3	Silvinho	SILVINO
4	Colúan Borges	COLUANA BORGES
5	João Maranhão	JOÃO MARANHÃO
6	Jaime Amparo	JAIME AMPARO
7	Dira Ribeiro	DIRA RIBEIRO
8	Edmar do M. Siqueira	EDMAR DO M. SIQUEIRA
9	AC VALADARES	AC VALADARES
10	Fátima Chaves	FÁTIMA CHAVES
11	Geraldo Mesquita Jr.	GERALDO MESQUITA JR.
12	Almeida Lima	ALMEIDA LIMA
13	Potenciano Jucá	POTENCIANO JUCÁ
14	Patrícia Saboya	PATRICIA SABOYA
15	Leonilda Quintanilha	LEONILDA QUINTANILHA
16	Silvia Machado	SÍLVIA MACHADO
17	Erzedeus Nunes	ERZEDEUS NUNES
18	Paulo Fátima	PAULO FÁTIMA
19	Vaeter Pereira	VAETER PEREIRA
20	Chamela	CHAMELA
21	Decide	DECIDE
22	Rodolfo Teófilo	RODOLFO TEÓFILO
23	Simão Colombo	SIMÃO COLOMBO
24	Paulo Duarte	PAULO DUARTE
25	Wilson de Oliveira	WILSON DE OLIVEIRA
26	Flávio Arnas	FLÁVIO ARNAS
27	Paulo Roberto	PAULO ROBERTO
28	Reinaldo Costa	REINALDO COSTA
29		
30		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dentro do período destinado ao Expediente, concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por dez minutos.

Passo a Presidência de nossos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo de todos que aqui manifestaram seus votos, homologando o nome do Presidente Garibaldi Alves Filho, desejo a S. Ex^a sucesso, paciência e empreendedorismo. Neste mandato de um ano, há muita coisa a ser feita, mas acreditamos em sua capacidade administrativa e no seu bom senso político. Por esse motivo, nós nos perfilamos, dentro do PMDB, entre os treze votos que apoiaram o Senador Garibaldi Alves Filho, bem como aqui no plenário.

Sr. Presidente, trouxe um pronunciamento, mas, como o tempo é pouco, deixarei para dele tratar em ou-

tra oportunidade. Gostaria de fazer um registro histórico e de muita importância para o Estado do Amapá.

O Presidente Lula esteve conosco na última sexta-feira. Foi uma grande festa! E lá estavam presentes o Presidente José Sarney, o Presidente Jorge Amajás, o Governador Valdez Góes, todas as autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo, recepcionando o Presidente Lula. Tratou-se de matéria muito importante para nosso desenvolvimento e para nossa emancipação política. O Presidente levou um decreto, passando as terras da União para o Estado do Amapá. Esse sempre foi um gargalo, um problema muito sério, em que a maioria de nossos produtores e de nossos agricultores, da gente da terra, não tinha a titularidade da terra. Isso inviabilizava, e muito, nosso desenvolvimento. O Presidente levou o decreto, que foi assinado, e o Estado, então, a partir daquela sexta-feira, começou a viver novos ares e novos desejos de desenvolvimento. Acredito que, agora, o Amapá irá estruturar-se muito mais do que se tem estruturado, sob a liderança do Governador Valdez e do Presidente Jorge Amajás, e terá as condições necessárias do desenvolvimento.

Também já há um encontro marcado com o Presidente Lula, no Amapá, possivelmente em fevereiro ou em março, com o Primeiro-Ministro da França. Trata-se do início do lançamento da pedra fundamental da construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que também é a interligação com o mercado europeu. Fazemos fronteira com a Guiana Francesa, e é por essa ponte que milhares de turistas europeus haverão de chegar pelo portal da Amazônia, lá pelo Oiapoque.

O Presidente também anunciou o início de obras importantes, já para o ano que vem, mostrando – e já está publicada no Diário Oficial – a autorização para a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, além da BR-156, e mais de R\$40 milhões de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), devidamente conveniados com a Caixa Econômica. Acredito que esse próximo semestre, já que este ano está prestes a se encerrar, será de muito progresso, com uma infra-estrutura básica do Estado do Amapá, para que possamos buscar o que sempre almejamos: nosso desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, não vou fazer o pronunciamento – eu o deixarei para outra oportunidade – e vou a um assunto que sempre me interessa muito, que é a política de resultados, com recursos chegando às prefeituras e ao Governo, porque isso significa geração de empregos, geração de riquezas. Por isso, trabalhamos muito aqui no campo da doutrina, da filosofia, da retórica, do discurso – aliás, esta Casa é o Parlamento –, mas também trabalhamos bastante objetivando sempre os recursos que são liberados para o Estado.

Aproveitando os quatro minutos de que ainda disponho, quero anunciar algumas liberações de recursos.

No Governo do Estado do Amapá, a Ordem Bancária é a de nº 2007OB904022; o emitente é o Ministério dos Esportes; a Agência do Banco do Brasil é a de nº 3575; a Conta Corrente é a de nº 58270, e o valor liberado é o de R\$339.747,76. Esse dinheiro já está na conta. O objeto é o seguinte: implementação de núcleos de esporte educacional do Programa Segundo Tempo, liderado pelo Ministério dos Esportes.

Para o Município de Porto Grande, quero dizer que há dinheiro na conta. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3990; a Conta Corrente é a de nº 110051. O valor depositado – é pouco, mas importante – é o de R\$67.221,86, destinados à construção de canteiro central na entrada do Município, Rodovia Perimetral.

Para a Prefeitura Municipal de Macapá, quero dizer que há dinheiro na conta. A Agência da Caixa Econômica Federal é a de nº 0658; a Conta Corrente é a de nº 66470570. O valor depositado foi de R\$106.842,99, destinados à construção habitacional para famílias de baixa renda na Região Norte.

Também para a Prefeitura Municipal de Macapá, foi destinado um valor importante. A Agência da Caixa Econômica Federal é a de nº 0658; a Conta Corrente é a de nº 60000741. O valor de R\$313.267,51 é destinado a obras de desenvolvimento urbano.

Novamente para a Prefeitura Municipal de Macapá, foi destinado o valor de R\$50 mil, para projeto de promoção de inclusão produtiva, destinado à realização de cursos de capacitação e geração de renda às pessoas portadoras de deficiência auditiva. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3575, e a Conta Corrente é a de nº 60844.

Para o Município de Calçoene, há dinheiro na conta. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3985; a Conta Corrente é a de nº 90484. O valor liberado é de R\$400 mil. O objeto é: construção do muro de arrimo.

Para a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari – Srs. Vereadores e Sr^{as} Lideranças, é muito importante o acompanhamento da aplicação desses recursos públicos –, o valor destinado foi de R\$740 mil, para a construção do Estádio de Futebol Querogão, com drenagem, com rede geral de água fria, com muro, com plantio de grama, com lanchonetes e com dois bancos de reserva. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 4109; a Conta Corrente é a de nº 104272. O dinheiro está na conta.

Para a Prefeitura Municipal de Santana – a Agência do Banco do Brasil é a de nº 3346; e a Conta Corrente, a de nº 198579 – o valor destinado foi de

R\$2.098.110,00, para a primeira etapa da construção do Centro Administrativo da Prefeitura. O dinheiro está na conta.

Para a Prefeitura Municipal de Pracuúba, o valor destinado foi de R\$108 mil. A Agência do Banco do Brasil é a de nº 3985; e a Conta Corrente, a de nº 9109X. O dinheiro está na conta. O valor é destinado para o sistema de abastecimento de água.

Novamente no Município de Santana, o dinheiro está na conta. A Agência da Caixa Econômica Federal é a de nº 3102; e a Conta Corrente, a de nº 66470035. O valor de R\$1,2 milhão é destinado à implantação de restaurante popular. O Município de Santana lidera o *ranking* de recursos liberados.

Para finalizar, Sr. Presidente – há cerca de duas semanas, eu me encontrava em recuperação, e foi por isso que aumentou muito –, quero dizer que o Estado do Amapá também recebe R\$1.124.905,24, na Agência do Banco do Brasil nº 3575, na Conta Corrente nº 59072, destinados à implementação de projetos básicos ambientais para a construção da BR-156/AP.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alegro-me muito o coração não só quando posso embalar as palavras e conjugá-las, formando frases e elaborando idéias, mas, principalmente, quando, no meu gabinete, tenho uma equipe especializada, juntamente com a bancada federal, acompanhando cada real que chega ao Estado do Amapá e aos Municípios. Esse é um trabalho de acompanhamento da ação do Executivo e de recursos que colocamos sempre, de um ano para outro, no Orçamento. Então, o Amapá é um Estado que prospera e em que grandes obras de saneamento ocorrem.

Por esse motivo, Sr. Presidente, alegro-me muito estar na tribuna novamente para informar ao meu Estado que nem só de pão vive o homem. Há os grandes discursos, as grandes idéias. Este é o celeiro dessas grandes idéias e de grandes líderes, mas fazemos parte de um elenco de políticos que acredita no trabalho de política de resultados: obras chegando, trabalhos chegando.

Por esse motivo, o Amapá estará a postos, daqui a pouco, para votar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e integrarei todo o elenco de votação para dar apoio ao Presidente Lula. Essa é uma via de mão dupla na qual os investimentos chegam ao meu Estado e ao Brasil. E eu não poderia faltar a uma matéria tão importante e decisiva para a saúde, para os programas sociais. Seria um absurdo e uma violência se eu não pudesse aqui hipotecar meu apoio...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a, se quiser passar a palavra, poderá fazê-lo, porque sou um homem prático.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a, se quiser, terá mais um minuto ainda.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– De imediato, passamos a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini, que falará como Líder, por cinco minutos.

A Presidência informa à Casa que o Presidente, Senador Garibaldi Filho, pediu que às 16 horas em ponto abrísssemos a Ordem do Dia, para iniciarmos os encaminhamentos sobre a CPMF.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela Liderança do DEM. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu vou tentar, em cinco minutos, resumir uma questão tão importante.

Eu acho que todo o Brasil, principalmente nós, nordestinos, estamos bastante preocupados com as últimas notícias que tratam da paralisação das obras de transposição do rio São Francisco.

Quero confessar aos senhores que, agora, no mês de novembro, durante o feriado do dia 15, tive a oportunidade de retornar, depois de cerca de duas décadas, à região de Petrolina, lá no semi-árido de Pernambuco, às margens do rio São Francisco. E, naquela região, Petrolina–Cabrobó, fiquei surpreendida com as transformações que vi. Na época em que lá estive, há mais de 20 anos, os canais de irrigação, o Canal Nilo Coelho, a Barragem de Sobradinho já existia, mas o seu aproveitamento começa a ser feito. Foi surpreendente a mudança, Senador Paim, que encontramos naquela região! A transformação, os projetos de irrigação no entorno de Sobradinho, nas áreas do Canal Nilo Coelho, que se estendem desde a barragem no Município de Casa Nova, na Bahia, até o Município de Petrolina, antes tímidos, agora dava gosto de ver! O contraste entre as áreas verdes irrigadas e as secas, de vegetação escassa e cinzenta, nos dá a certeza da assertiva do projeto.

Esse quadro nos mostra quilômetros e quilômetros de parreiras, mangueiras, diversas vinícolas que hoje representam 15% do vinho produzido no Brasil. Aeroporto novo de cargas e de passageiros, transportando em média mil pessoas por dia e semanalmente um jumbo com 200 mil quilos de frutas, decolando de Petrolina para Bruxelas, levando fruta fresca para ser vendida no mercado europeu.

Na infra-estrutura da região – estradas, cursos técnicos, universidades –, encontrei as pegadas da ação do nobre colega Senador Marco Maciel, do seu trabalho, da sua luta, do Senador Jarbas Vasconcelos e do Senador Nilo Coelho, de saudosa memória.

Mas a mais grata satisfação que tive naqueles dias foi chegar ao canteiro de obras lá no Município de Cabrobó, acompanhada pelo Prefeito Eudes, Prefeito daquela cidade, um grande amigo, ter chegado naquela área onde o Exército brasileiro, por intermédio do Batalhão de Engenharia, já havia iniciado as obras. Então, ali, eu tive aquele sentimento de nordestina que sabe o quanto é importante a água para a região do semi-árido, a transformação que ela representa para os nossos Estados – Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte. Ao ver aquele canal imenso, que, de frente, tinha 200 metros, uma obra gigantesca, ao ver o início dessa obra, tive a convicção de que, realmente, finalmente, ela poderia acontecer.

Mas hoje fico preocupada, porque sei... Aqui não estamos para fazer crítica alguma; muito pelo contrário. Quero elogiar e dizer que compreendo o trabalho da justiça, do Ministério Público. É necessário que tudo esteja de acordo com a lei, conforme a lei determina. Mas precisamos que essas ações sejam agilizadas, que não criem entraves para uma obra que é de importância vital para o nosso semi-árido.

A história nos conta que, desde o Brasil Império, Senador Paulo Paim, em 1847, já o Deputado Provincial de Crato (Ceará), Marco Antonio de Macedo, imaginou a primeira transposição das águas desse rio para o riacho dos Porcos, afluente do rio Jaguaribe, numa extensão de 200 quilômetros. A partir daí, o projeto foi adaptado para atender às características de cada Estado e foi aprovado por bons governos, como o de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso. Hoje está sendo desenvolvido por um nordestino, o Presidente Lula, a quem quero reconhecer o mérito dessa grande obra e dizer que merece o apoio de todos nós. Apesar de eu ser de um Partido que faz oposição, eu sempre disse que a nossa responsabilidade é estar ao lado das boas ações, daquelas que vêm beneficiar o nosso País.

Digo ao Presidente Lula que ele tem o meu aplauso pelo incentivo, pela agilização, para que a transposição do rio São Francisco possa acontecer, levando água para matar a sede de milhões de nordestinos, criando oportunidades de trabalho, como vi às margens do São Francisco, no canal de irrigação Nilo Coelho, como vi em Petrolina e Juazeiro, cidades do semi-árido com maior PIB, com Índice de Desenvolvimento Humano que mais cresceu. Quero ver chegar essa água ao nosso Rio Grande do Norte, ao nosso Ceará,

à Paraíba, diminuindo o sofrimento de tantos e tantas que precisam de um pouco de água para matar sua sede e para criar condições de produzir.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Um minutinho, Senador.

Sei o que isso representa. V. Ex^a já foi Governador e eu fui Prefeita de uma cidade no semi-árido. Fiz um esforço muito grande para que aposentássemos o carro-pipa, que ainda é uma chaga existente no nosso interior, da Bahia, do Nordeste de uma maneira geral.

Algo que me deixou realmente bastante feliz foi poder perfurar inúmeros poços, recuperar outros, conseguir fazer adutoras, partindo de poços profundos que a Petrobras tamponava, fazendo todo um esforço. Mas ainda não foi suficiente. Vi surgir a Barragem Santa Cruz, que precisa da transposição para fazer com que o nosso rio, que é seco, rio Apodi–Mossoró, seja um rio já perene, dando condição desde o alto oeste, onde a região é mais castigada, cortando todo o médio oeste, chegando também à cidade de Mossoró.

Pois não, Senador César Borges, concedo-lhe um aparte.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Prezada Senadora Rosalba Ciarlini, sei o quanto V. Ex^a deseja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, faço um apelo a V. Ex^a. Permitirei sua fala, mas o tempo da Senadora já foi ultrapassado em dois minutos. Não poderia mais, pelo Regimento, conceder-lhe a palavra, mas darei um minuto a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Serei bastante sucinto. Sei como V. Ex^a deseja o desenvolvimento do seu Estado e aplaudo a maneira veemente como o defende. Entretanto, V. Ex^a sabe que há muita água disponível no seu Estado, cujas obras a jusantes, obras de infra-estrutura, não foram realizadas, tipo Armando Ribeiro Gonçalves, que ainda tem muita água para ser utilizada, mas que não está sendo. Nesse projeto faraônico, megalomaniaco, vai-se gastar R\$6,5 milhões inicialmente, mas não se sabe qual será sua viabilidade econômica quando pronto. Ele prevê 70% para irrigação, 26% para uso industrial e apenas 4% para a população difusa. Somente 4% serão usados para matar a sede do nordestino. Então, o próprio Governo tem, por meio da Agência Nacional de Água, um atlas que mostra como esse dinheiro pode ser gasto bem melhor, atendendo a todo o Nordeste e a todo o semi-árido brasileiro, e não apenas a essa obra, porque se não houver os investimentos a jusantes não resolverá absolutamente nada.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador, entendo a sua posição, a defesa que faz do rio São Francisco, e a sua preocupação, que também é nossa. Alguns recursos hídricos não estão sendo devidamente utilizados. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves já é utilizada, mas é necessário criar mais condições e ampliar os canais para maior aproveitamento. Ela já é utilizada levando inúmeras adutoras. A adutora que, inclusive, abastece a nossa cidade de Mossoró e tantas outras cidades próximas, bem como outras regiões também do Estado, iniciou-se no governo do Senador Garibaldi Alves. Temos também a Barragem de Santa Cruz, que foi uma luta de cem anos, no rio Mossoró, na cidade de Apodi, numa região onde temos as áreas mais férteis do Nordeste, que é a Chapada do Apodi, que está precisando de complementação no Orçamento deste ano. Já por iniciativa da bancada do Rio Grande do Norte, colocamos recursos para esse aproveitamento.

Mas não podemos deixar de defender a transposição, porque 4% da água podem ser para matar a sede, mas esses 4% do volume que tem o rio São Francisco...

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA. *Fora do microfone.*) – São 4% do total que vai ser transportado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) –... do total que vai ser transportado, isso não chega a 2% – muito menos do que se perde no mar todo dia. Isso é algo que deixa a gente... É mais uma ação. Nós não podemos abrir mão disso. Nós temos de lutar. Enquanto isso, cobrar do Governo que complemente as outras que já foram feitas. Mas que não deixe essa obra, que eu considero importante. E sei que esse é o sentimento do nosso povo e do nosso Estado.

Trago aqui a defesa que faz Dom Heitor de Araújo Sales, num artigo em que coloca com muito propriedade, com muita sabedoria, conhecimento de causa e vivência, a necessidade da defesa da transposição do rio São Francisco. Dom Heitor de Araújo Sales é o arcebispo emérito de Natal e tem de todo o norte-riograndense a confiança e o respeito.

Sr. Presidente, eu acho que o tempo já... Se o Presidente permitir, eu gostaria de ler o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a terá mais dois minutos para concluir seu brilhante pronunciamento, que tem a solidariedade desta Presidência.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Vou deixar para outra oportunidade a leitura do artigo de Dom Heitor e dou como lido este artigo, para que seja anexado ao nosso pronunciamento.

Presidente Efraim, V. Ex^a, que agora assume a direção dos trabalhos, também é nordestino e sabe o

quanto vai representar a transposição para a sua região. Peço seu apoio...

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA. *Fora do microfone.*) – Também sou nordestino.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sei que o senhor é nordestino e que o seu Estado também tem regiões muito áridas; as que ficam distantes do São Francisco também passam questões de seca desesperadoras. Sei que o senhor conhece esse sentimento.

Então, nós precisamos de água. Venha de onde vier, como vier, nós precisamos é da água, e a transposição vai trazer água para melhorar o nosso Nordeste.

Eu sou a favor e quero aqui levantar, mais uma vez, essa bandeira de luta de todos nós, principalmente nordestinos, e dizer: a transposição do rio São Francisco é um ato de solidariedade do povo brasileiro. E como o baiano é um povo solidário, um povo bom, eu tenho certeza de que vai se somar a essa necessidade, a essa agonia, a essa angústia dos que não têm água e dela precisam para ter o direito à vida.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA ROSALBA CIARLINI EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A “TRANSPOSIÇÃO” DO SÃO FRANCISCO

O modo comum de nos comunicarmos uns com os outros é a palavra. Infelizmente, a palavra é muito limitada em comparação com as idéias, pois estas podem ter nuances quase infinitas. A polêmica da chamada “transposição do Rio São Francisco” vem, em boa parte, da limitação da palavra com que se denominou esse importante empreendimento. A outra parte da polêmica vem de razões ideológicas ou políticas. Segundo o mais conhecido dicionário da língua portuguesa, o Aurélio, transposição é Ato ou efeito de transpor(-se) que ele mesmo explica no verbete transpor como Pôr (algo) em lugar diverso daquele em que estava ou devia estar. Então, a transposição do São Francisco seria pôr o Rio em outro lugar que eram os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Outra parte da expressão “Transposição do São Francisco” que gera mal entendido é aquela pequena partícula “do” que nos leva a pensar que vão transpor o Rio São Francisco todo. Se fosse “de águas do Rio São Francisco” nos aproximaríamos da idéia que as palavras querem fazer-nos entender. E se fosse apenas “de parte mínima” daquelas águas, ainda ficaria mais claro o que se pretende.

O Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, em artigo publicado no jornal A Tarde, de Salvador, no dia 3 deste mês de Setembro, fala que só na semana anterior o Ministério gastou R\$32.000.000,00 com carros-pipa para o socorro de 299 municípios. Enquanto em Petrolina(PE) e Juazeiro(BA) a transposição de águas do São Francisco feita nas últimas décadas colocou estas duas cidades entre as de maior PIB(Produto Interno Bruto) e de maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do semi-árido.

Houve, certamente, vários projetos para esta chamada transposição do Rio São Francisco. Às vezes, estão criticando projetos que não foram escolhidos para serem executados. O projeto que está sendo realizado visa o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos como Fortaleza, Juazeiro do Norte, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa, Crato, além de centenas de outras cidades. A água que vai ser retirada do São Francisco é 1,4% da vazão equivalente a 26,4m³/s atendendo à população urbana de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos quatro Estados do Nordeste Setentrional (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco). Essa água seria despejada no Oceano. Por que não trazê-la para a região onde tantos passam sede? Será que a falta desta água doce não despejada no Oceano vai torná-lo mais salgado?... A Região Nordeste possui 28% da população brasileira e apenas 3% da disponibilidade de água. Para a Organização das Nações Unidas, a oferta de água por pessoa deve ser de 1500 m³hab/ano (metros cúbicos por habitante por ano). A disponibilidade no Nordeste Setentrional é de em média 450 metros cúbicos. O projeto prevê a construção de dois canais: o eixo Norte que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte; e o eixo Leste que beneficiará parte do sertão e as regiões agreste de Pernambuco e da Paraíba.

Cerca de 150 militares do 2º Batalhão de Engenharia do Exército estão nos municípios de Cabrobó e Floresta desde o começo de junho. Encontram-se em fase de construção os primeiros trechos de canal ligando o rio São Francisco às primeiras estações de bombeamento de cada Eixo. Os trabalhos do Exército estão programados para conclusão em agosto de 2009.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Senadora Rosalba Ciarlini, agradeço a V. Exª e a cumprimento pelo pronunciamento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.444, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com a tradição desta Casa Legislativa, que sejam prestadas justas homenagens ao Ilustríssimo Senhor Moisés Zagury, por ocasião de seu falecimento, ocorrido hoje, dia 12 de dezembro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, a saber:

- a) inserção em ata de voto de pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Justificação

Moisés Zagury chegou a ser um dos maiores comerciantes do Estado do Amapá. Acreditou no Estado e sobretudo o serviu e, ao afirmar isto, quero dizer que mesmo sendo comerciante não se serviu, pois muito ajudou a comunidade, abrindo oportunidades de empregos e proporcionando melhores condições de vida ao povo.

Há pessoas que passam na vida e não fazem história, não porque não querem, mas porque condições não os favorece a tal. Entretanto, há pessoas que pelo seu exemplo, atitudes e propósitos conseguem deixar registrado na história as suas vidas. É o caso de Moisés Zagury.

Homem simples, sempre amigo de todos, sensível às causas humanitárias, razão pela qual no momento do seu passamento, não poderíamos deixar de evidenciar a figura de um homem que viveu no Extremo Norte do Brasil e que deu parcela de contribuição para o desenvolvimento do hoje Estado do Amapá.

Não é só a família de Moises Zagury que está de luto mas todos aqueles que tiveram oportunidade de conviver e acompanhar o trabalho de um empresário empreendedor e honesto.

Moisés Zagury morreu na cidade do Rio de Janeiro na data de hoje e expresso, assim, o meu reconhecimento, bem como o do povo amapaense, a esta singular personalidade que nos deixou fisicamente, porém seu exemplo permanecerá vivo em nossas me-

mórias. Aproveito para transmitir aos seus familiares minha solidariedade fraterna.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.

– Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Será feita a devida comunicação à família por esta Mesa.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Senador Augusto Botelho, V. Exª tem a palavra por dez minutos. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia, com matéria já anunciada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, quero fazer um elogio ao Programa Mais Saúde, também conhecido como PAC da Saúde, que foi lançado pelo Governo este mês e que representa enorme avanço na gestão da saúde, não só porque aumenta os recursos de maneira significativa, mas também porque otimiza e redistribui os recursos em programas e em regiões. Tenho a certeza de que, em alguns anos, muitas das dificuldades atuais estarão eliminadas.

O setor, no quadriênio 2008/2011, receberá investimentos de R\$90 bilhões. Do total de recursos, cerca de R\$65 bilhões serão garantidos pelo Plano Plurianual 2008/2011, que acabamos de aprovar; e cerca de R\$24 bilhões são da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da regulamentação da Emenda nº 29. Como médico, acredito que o Programa irá melhorar a gestão da saúde no Brasil como um todo. O PAC da Saúde irá ajudar a reduzir filas em hospitais e a criar uma rede de proteção à família, incluindo nossas crianças, mulheres e idosos. O mais importante é que prevê maior igualdade no acesso à saúde, algo que estamos reivindicando há décadas, Senador Papaléo, principalmente nos nossos Estados pequenos.

Uma das idéias mais bonitas do Programa é a de começar a prevenção e a atenção à saúde nas escolas. Vinte e seis milhões de crianças do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão acompanhadas por equipes da Saúde da Família e terão, no mínimo, duas consultas por ano. Serão efetuadas cinco milhões de consultas oftalmológicas, com a distribuição de 460 mil óculos, e 1,6 milhões de consultas com otorrinolaringologistas, que cuidam dos males que acometem o nariz, a garganta e os ouvidos. Com os recursos investidos nas crianças, especialmente na prevenção, e com a saúde indo até onde está o povo, não tenho dúvidas de que haverá um enorme avanço.

Outra novidade é que será criada uma política específica voltada para a saúde dos homens, com a ampliação de exames e de consultas médicas. As equi-

pes do Saúde da Família passarão a cobrir 130 milhões de brasileiros contra os 90 milhões atuais.

Além disso, a mulher e o bebê terão melhoras significativas no seu atendimento. Até 2011, a meta é garantir seis consultas de pré-natal a todas as mulheres grávidas e reduzir a mortalidade materna e neonatal em 5% ao ano; aumentar de 138 para 275 os Municípios com rede de atenção à mulher e ao adolescente em situação de violência; qualificar dois mil profissionais em maternidade – isso é muito importante; reduzir o número de cesarianas; ampliar a oferta de métodos contraceptivos; aumentar 15% ao ano o número de bancos de leite humano, destinados a fornecer leite às crianças que nascem com pouco peso e que têm dificuldades de alimentação.

As mulheres terão aumentada a cobertura de procedimentos diagnósticos de câncer de colo de útero de 65% para 80% e de câncer de mama de 42% para 80%.

Os medicamentos também estarão mais acessíveis, com a ampliação do programa Farmácia Popular do Brasil, com o aumento da participação dos genéricos e com a oferta gratuita de medicamentos. Serão criadas também parcerias, para que haja mais pesquisa e inovação em saúde na área de farmaquímicos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos, além da expansão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em seis unidades. Hoje, não há unidades da Fiocruz no Norte, mas ali será criada uma unidade.

Idosos, diabéticos e hipertensos terão atendimento ampliado – será dada mais atenção também à saúde do trabalhador –, com a implantação de 140 novos Centros de Referência da Saúde.

As doenças endêmicas, como dengue, hanseníase, tuberculose e malária, serão atacadas. Com relação à malária, houve, no ano passado, 320 mil casos na Amazônia. Este ano, a curva mostra que haverá menos malária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mais Saúde foi desenhado de forma a abranger a complexidade do setor Saúde. São quatro os pilares estratégicos do Mais Saúde: o primeiro é a promoção e a atenção; o segundo, a gestão, o trabalho e o controle social; o terceiro, a ampliação do acesso com qualidade; e o quarto, o desenvolvimento e a inovação em saúde.

O primeiro pilar envolve ações de saúde para toda a família, desde a gestação até os idosos. O segundo qualifica os profissionais e gestores, forma recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e garante instrumentos para o controle social e para a fiscalização dos recursos. O terceiro reestrutura a rede, cria novos serviços, amplia e integra a cobertura do SUS. O quarto trata a Saúde como importante setor

de desenvolvimento nacional, na produção, na renda e no emprego.

Senador Suplicy, concedo um aparte a V. Ex^a, com todo prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, como médico e estudioso da Saúde, aqui registra como é que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo na área da Saúde, poderá beneficiar o Brasil e seu Estado de Roraima com programas específicos. Obviamente, isso está relacionado à decisão que vamos tomar em breve, na tarde de hoje, sobre a CPMF. Na tarde de anteontem, com repercussões na tarde de ontem, quando debatíamos esse assunto, o Senador Arthur Virgílio, num aparte feio ao meu discurso, disse que, se o ex-Governador e ex-Senador Mário Covas, que muitas boas lembranças nos deixou, dissesse a ele que votasse a favor da CPMF, ele o faria – chegou a mencionar que estaria dialogando com Mário Covas. Fiquei, então, pensando muito no que diria o Governador e nosso colega Mário Covas, ao lado de quem eu me sentava neste plenário. Muitas vezes, interagi com ele, inclusive por conhecê-lo bem. Quando o Senador Mário Covas, então candidato ao Governo de São Paulo, foi para o segundo turno – disputou com minha então esposa, Marta Suplicy –, fui uma das pessoas dentro do PT que, com a Marta, avaliaram que seria importante, ainda que houvesse resistências, que apoiássemos o Governador Mário Covas, que, inclusive, foi à minha residência e dialogou longamente comigo e com a Marta. Daí resultou nosso apoio público a ele. Digo isso para evidenciar nosso respeito, nosso conhecimento. Também sou testemunha de que o Governador Mário Covas sempre teve excelente relação de amizade com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, gostaria de dizer ao Senador Arthur Virgílio, com toda amizade, que tenho a convicção de que Mário Covas, se pudesse dialogar efetivamente com ele, diria: “Faça um entendimento com o Governo do Presidente Lula e vote a favor da CPMF”. Pois bem, há duas notícias de extraordinária relevância. A primeira se relaciona ao diálogo que o neto de Mário Covas teve efetivamente a respeito dessa conversa de Arthur Virgílio com Mário Covas. Se me permite, dada a importância desse assunto, reproduzirei parte dele. Está no *blog* do Josias a informação de que o Presidente Lula assumiu o compromisso de enviar uma carta ao PSDB informando que os recursos da CPMF seriam para um ano agora – segundo esse novo entendimento – e para a Saúde especialmente. Não conheço os detalhes, mas haverá uma nova carta compromisso que poderá resultar num bom entendimento. Mas isso vai depender muito, segundo o Senador Arthur Virgílio, da conversa que

ele tiver com Mário Covas. Então, permita-me aqui registrar o diálogo que o neto de Mário Covas teve com a jornalista Mônica Bergamo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Suplicy, o aparte de V. Ex^a já consumiu seis minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me ainda, brevemente, registrar esse diálogo, para, então, ouvir a reflexão do nosso querido Senador Augusto Botelho. Diz a matéria: “Arthur Virgílio está falando com o seu avô?”. “Eu li isso”, respondeu Bruno Covas. “Eu fiquei até com vontade de ligar e pedir para o Arthur Virgílio perguntar para o meu avô o que ele está achando da minha atuação como Deputado estadual”. “Vocês já falaram com o ex-Governador?”. “Eu não consigo falar”, disse Bruno Covas, “mas uma tia da minha mãe, que é espírita, falou para a minha avó [Lila Covas], um dia, que uma entidade falou sobre o Mário Covas, que ele estava bem. E aí foi um telefone sem fio, ficou todo mundo ligando. Mas eu acho difícil que o Arthur Virgílio converse com o Mário Covas, como também acho difícil que ele realmente bata no Presidente Lula, como ele falou certa vez, não é?”. Aqui ele está lembrando que Mário Covas era muito amigo do Presidente Lula. “O Covas votaria contra a CPMF?”. “Ah, olha, aí pergunta para o Arthur Virgílio, que conversa com ele”. “Qual a sua posição?”. “A carga tributária é alta, mas eu não escolheria a CPMF para cortar, escolheria outros impostos”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador, conclua seu aparte, porque o tempo do Senador Augusto Botelho está esgotado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só quero concluir, Sr. Presidente. Faltam quatro linhas.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a deveria respeitar o orador da tribuna.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu o estou respeitando. Vou concluir: “A CPMF tem o caráter de permitir que se investigue quem está sonhando. Agora, é uma questão de momento. A oportunidade que tem a oposição de combater a carga tributária é com a CPMF. Então, eu votaria contra”, diz Bruno. “Mas o que diria Mário Covas?”. Bem, espero que tenha havido uma boa conversa do Senador Arthur Virgílio com o Senador e Governador Mário Covas, que era amigo do Presidente Lula. Acho que, conforme os Governadores José Serra e Aécio Neves estão dizendo, bom será chegarmos a um entendimento. Desculpe-me por ter feito um aparte tão longo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a tem a palavra. É la-

mentável que o Governador Covas não tenha convencido, na época, o Senador Suplicy a votar na CPMF.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse dado como lido o restante do meu discurso. Farei outros pronunciamentos sobre o PAC.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Para assegurar que o dinheiro será efetivamente gasto em saúde, o Mais Saúde traz inovações como a contratualização dos Estados e dos Municípios. A contratualização significa que, para receber os recursos, os gestores farão uma espécie de contrato com o Ministério da Saúde, que estabelece objetivos e indicadores de saúde que devem ser atingidos. Assim, ficará mais transparente para a população em geral como estão sendo utilizados os recursos públicos, e a população será capaz de cobrar o seu gestor local.

O programa também prevê a criação de fundações públicas de direito privado que darão mais eficiência na administração dos hospitais públicos. Os gestores públicos poderão atender com mais agilidade às necessidades dessas instituições e melhorar os serviços prestados à população.

Além dos recursos do Ministério da Saúde, o Plano Mais Saúde traz uma importante parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Essa união de esforços colocará mais R\$3 bilhões no setor produtivo da Saúde para financiar as indústrias do setor, que incluem de equipamentos e medicamentos a material de consumo da saúde. A estratégia se apoiará também no poder de compra do Estado para incentivar a produção nacional de insumos para a saúde.

Além disso, o sistema de ouvidoria será ampliado para atender – muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente – mais de dez milhões de pessoas que queiram denunciar, criticar ou receber informações do SUS.

Outros números poderiam ser trazidos: a geração de três milhões de empregos diretos e indiretos; a qualificação de centenas de milhares de profissionais da saúde, sejam técnicos, sejam gestores; a implantação de 81 novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia; a ampliação dos serviços de hemodiálise e de terapia renal substitutiva, de cardiologia, de trauma-ortopedia, de oftalmologia e de saúde auditiva; o aumento do número de transplantes em 30%, o que é outro objetivo do PAC; o atendimento a um milhão de pessoas que esperam uma órtese ou prótese, que hoje estão na lista de espera; a construção, a ampliação ou

a reforma de 244 unidades de saúde que integrarão uma estratégia de regionalização da saúde; enfim, um número de ações estratégicas bem planejadas que exigem competência, fôlego e comprometimento com o bem público.

Acredito, Sr. Presidente – já estou encerrando –, e faço questão de frisar que o Programa Mais Saúde irá promover uma grande transformação na atenção à saúde no Brasil. Tenho orgulho de defender o Programa desta tribuna e de estar ao lado de uma boa causa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero fazer um elogio ao Programa Mais Saúde, também conhecido como PAC da Saúde, lançado pelo governo federal na semana passada. Ele representa enorme avanço na gestão da Saúde. Não só porque aumenta os recursos de maneira significativa, mas porque otimiza e redistribui os recursos em programas e regiões. Tenho a certeza de que, em alguns anos, teremos muitas das dificuldades de hoje eliminadas.

O setor, no quadriênio 2008-2011, receberá investimentos de cerca de 90 bilhões de reais. Do total de recursos, cerca de 65 bilhões estão garantidos no Plano Plurianual 2008-2011, que acabamos de aprovar; e cerca de R\$24 bilhões da CPMF e regulamentação da Emenda 29. Eu, como médico, acredito que o programa irá melhorar a gestão da Saúde no Brasil como um todo. O PAC da Saúde irá ajudar a reduzir filas em hospitais, criar uma rede de proteção à família, incluindo nossas crianças, mulheres, homens e idosos. Mais importante: ele prevê maior igualdade no acesso à Saúde, algo que estamos reivindicando há décadas, principalmente Estados como o de Roraima, em que o acesso é muito dificultado.

Uma das idéias mais bonitas do Programa é começar a prevenção e a atenção à saúde nas escolas. Um total de 26 milhões de crianças do ensino fundamental e médio serão acompanhadas por equipes da Saúde da Família e terão, no mínimo, duas consultas por ano. Serão efetuadas 5 milhões de consultas oftalmológicas, com a distribuição de 460 mil óculos/ano, 1,6 milhões de consultas com otorrinolaringologistas. Com recursos investidos nas crianças, especialmente na prevenção, e a saúde indo até onde o povo está, não tenho dúvidas de que teremos um enorme avanço.

Outra novidade é que, pela primeira vez, será criada uma política específica voltada para a saúde

dos homens, com ampliação de exames e consultas médicas. As equipes de Saúde da Família passarão a cobrir 130 milhões de brasileiros, contra os 90 milhões de hoje.

Além disso, a mulher e o bebê terão melhorias significativas no seu atendimento: até 2011, a meta é garantir seis consultas de pré-natal para todas as mulheres grávidas, reduzir a mortalidade materna e neonatal em 5% ao ano, aumentar de 138 para 275 os municípios com rede de atenção à mulher e adolescente em situação de violência, qualificar dois mil profissionais em maternidades, reduzir o número de cesarianas, ampliar a oferta de métodos contraceptivos, aumentar 15% ao ano o número de bancos de leite humano.

As mulheres terão aumentada a cobertura de procedimentos diagnósticos de câncer de colo de útero de 65% para 80% e de câncer de mama de 42% para 80%.

Os medicamentos também estarão mais acessíveis, com ampliação do Programa Farmácia Popular do Brasil, aumento da participação dos genéricos e da oferta gratuita de medicamentos. Serão criadas também parcerias para que haja mais pesquisa e inovação em saúde na área de farmoquímicos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos, além da expansão da Fiocruz em seis unidades, levando-a, pela primeira vez, para a Região Norte.

Os idosos, diabéticos e hipertensos terão atendimento também ampliado, bem como a saúde do trabalhador, com a implantação de 140 novos Centros de Referência.

As doenças endêmicas, como dengue, hanseníase, tuberculose e malária serão atacadas.

Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mais Saúde foi desenhado de forma a abranger a complexidade do setor saúde. São quatro pilares estratégicos:

- 1 – Promoção e atenção,
- 2 – Gestão, trabalho e controle social,
- 3 – Ampliação do acesso com qualidade, e
- 4 – Desenvolvimento e Inovação em Saúde.

O primeiro envolve ações de saúde para toda a família, desde a gestação até os idosos. O segundo qualifica os profissionais e gestores, forma recursos humanos para o SUS e garante instrumentos para o controle social e fiscalização dos recursos. O terceiro reestrutura a rede, cria novos serviços, amplia e integra a cobertura no Sistema Único de Saúde. O quarto trata a saúde como um importante setor de desenvolvimento nacional, na produção, renda e emprego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para assegurar que o dinheiro será efetivamente gasto em saúde, o Mais Saúde traz inovações como a contratualização dos estados e municípios. A contratualização significa que, para receber os recursos, os gestores farão uma espécie de contrato com o Ministério da Saúde, que estabelece objetivos e indicadores de saúde que devem ser atingidos. Assim, ficará mais transparente para a população em geral como estão sendo utilizados os recursos públicos e a população será capaz de cobrar o seu gestor local.

O programa também prevê a criação de fundações públicas de direito privado, que darão mais eficiência na administração de hospitais públicos. Os gestores públicos poderão atender com mais agilidade as necessidades dessas instituições e melhorar os serviços prestados à população.

Além dos recursos do Ministério da Saúde, o plano Mais Saúde traz uma importante parceria com o BNDES e a Finep. Essa união de esforços colocará mais R\$3 bilhões no setor produtivo da saúde para financiar as indústrias do setor, que incluem de equipamentos e medicamentos a material de consumo da saúde. A estratégia se apoiará também no poder de compra do Estado para incentivar a produção nacional de insumos para a saúde.

Além disso, o sistema de ouvidoria será ampliado para atender mais de 10 milhões de pessoas que queiram denunciar, criticar ou receber informações sobre o SUS.

Como o PAC da Saúde é muito complexo, senhor presidente, não pretendo esgotar aqui todas as informações que tenho sobre o assunto.

Mas, quero falar ainda sobre quatro pontos que são de total interesse da população brasileira:

1. O PAC da Saúde prevê fim do prazo de carência para os Planos de Saúde Privados em caso de mudança de operadora do plano. Também estabelece novas formas de ressarcimento dos planos de saúde pelos serviços prestados no Sistema Único de Saúde (SUS) a usuários dos planos privados.

2. A meta do PAC da Saúde é que o Programa Saúde da Família aumente, até 2011, para 40 mil equipes de médicos, enfermeiros e auxiliares que atendam a 130 milhões de pessoas. De acordo com a assessoria do Ministério da Saúde, atualmente o programa conta com 27 mil equipes que prestam assistência a 87 milhões de brasileiros.

3. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) será ampliado, com mais 4,2 mil ambulâncias, chegando à universalização. E

serão criadas também 132 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) que funcionarão 24 horas para atendimentos de emergência.

Outros números poderiam ser trazidos: a geração de 3 milhões de empregos diretos e indiretos; a qualificação de centenas de milhares de profissionais da saúde, sejam técnicos, sejam gestores; a implantação de 81 novos Centros de Atenção de Alta Complexidade em Oncologia; ampliação dos serviços de hemodiálise, terapia renal substitutiva, cardiologia, traumatologia, oftalmologia e saúde auditiva; o aumento do número de transplantes em 30%; atender a 1 milhão de pessoas que esperam uma órtese ou prótese e estão hoje na lista de espera; a construção, ampliação ou reforma de 244 unidades de saúde que integrarão uma estratégia de regionalização da saúde; enfim, um número de ações estratégicas, bem planejadas, que exigem competência, fôlego e comprometimento com o bem público.

Eu acredito, Sr. Presidente, e faço questão de frisar: o Programa Mais Saúde irá promover uma grande transformação na atenção à saúde no Brasil. Tenho orgulho de estar defendendo o Programa desta tribuna, de estar ao lado de uma causa do bem.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Neuto de Conto

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de ver se há possibilidade de tempo para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Pela inscrição, Senador Neuto de Conto, o próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Paulo Paim.

Queremos adiantar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que temos de iniciar a Ordem do Dia, pois já passamos um pouco do horário, mas é evidente que não temos número de Parlamentares em plenário para votar a matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora Ideli Salvatti, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não sei o que V. Ex^a irá encaminhar, mas estou pedindo a palavra pela ordem porque gostaria de fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Então V. Ex^a terá de aguardar. Pensei que era sobre a questão da Ordem do Dia.

Temos o Senador Paulo Paim, a quem vou conceder a palavra para uma comunicação inadiável; em seguida, vamos conceder a palavra ao Senador...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ainda há espaço para outra comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, gostaria de me inscrever. Pode ser? Então, por favor. Assim, não o faço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a fica inscrita. E logo que a Presidência visualize a presença de mais de 41 Senadores,...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– ... iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Paulo Paim, vou pedir a V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Presidente, Presidente....

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Não temos mais vagas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Lamento, Senador Gerson Camata.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tendo em vista que teremos de aguardar o quórum, sugiro a V. Ex^a que inscreva outros oradores se porventura houver espaço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A campanha está ligada e eu espero que as Srs. Senadores venham ao plenário para que possamos iniciar a Ordem do Dia.

Senador Paulo Paim, vou pedir a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a palavra o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, talvez eu use menos do que cinco minutos.

Eu insisti muito para esta comunicação parlamentar, Sr. Presidente, porque foi a partir de uma denúncia aqui no plenário que convoquei uma reunião de emergência da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ideli Salvatti, para discutir aquela questão do Pará sobre a menina que estava presa com 20 homens durante um mês.

E por que a minha pressa para vir à tribuna neste momento? Por esta carta que recebi hoje. Senadora Ideli Salvatti, como V. Ex^a vai presidir essa subcomissão, é importante que saiba que a carta que recebi hoje é datada do dia 20 de novembro. E liguei para quem me escreveu – vou preservar o nome – e perguntei se o fato ainda acontecia hoje. Ao que ele me respondeu que eu poderia ligar para a delegacia.

E a carta que recebi não é mais do Pará; agora é do Ceará.

Exm^o Sr. Presidente da Comissão dos Direitos Humanos [estou resumindo], Sr. Senador,

Venho por meio do presente instrumento, mui respeitosamente levar ao conhecimento de V. Ex^a fatos de suma importância, em relação à existência de duas mulheres que estão presas, juntamente com mais de 30 homens, na cadeia pública do Município de Itarema.

Ora, precisamos tomar medidas urgentes devido a esta questão que, segundo ele, assiste todos os dias porque vai lá visitar parentes.

Eu estou simplificando, não vou ler toda a carta, mas está aqui o nome da pessoa que faz a denúncia: é de uma entidade. Mas não posso divulgar.

Senadora Ideli Salvatti, como V. Ex^a entrou com um requerimento, na semana passada, para criarmos uma subcomissão especial para discutir a questão das mulheres em linha de risco, por assim dizer, é importante que tome conhecimento. Essa situação é grave. Para tanto, já estou convocando uma audiência pública para amanhã pela manhã. Vejam bem, a carta é do dia 20; hoje, dia 12 de dezembro, confirmei por telefone e o fato continua. Ele, neste momento, está assistindo à TV Senado no Estado do Ceará. São duas mulheres na mesma prisão, na mesma cela, com 30 homens.

A Senadora Ideli Salvatti é quem vai coordenar esta subcomissão especial.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senadora Ideli Salvatti, lamentavelmente não se pode conceder apertes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Será dentro dos meus cinco minutos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Nem dentro dos cinco minutos de V. Ex^a. A Senadora irá falar logo em seguida.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, como fui citada, peço para falar pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu pediria que a Senadora falasse dentro dos meus três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Logo em seguida, se V. Ex^a desejar, após a Ordem do Dia, eu darei o tempo a V. Ex^a pelo art. 14.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, a denúncia que o Senador traz é da maior.... Será apenas um minuto do Senador Paulo Paim. E o art. 14 vem logo em seguida. Então, estarei dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senadora Ideli Salvatti, eu estou sendo tolerante.

Peço ao Senador que cumpra o Regimento, que não permite aparte em qualquer fala por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou usar os meus dois minutos que faltam. O que diz aqui:

Sr. Senador, é preciso que façamos alguma coisa, pois se só falarmos e nada for feito para resolvermos, porque isso é corriqueiro no meu Estado, aqui no Ceará. **[sic]**

Espero eu que essa comissão tão importante por V. Ex^a preside faça algo para acabar com essa situação caótica.

Sem mais para o momento [...] [e subcreve].

Não vou ler o nome nem da entidade nem da pessoa que mandou este documento. Mas a cidade é Acaraú, no Ceará. Peço à Polícia Federal e ao Ministério Público que visite a cadeia já neste momento.

Sr. Presidente, como prometi a V. Ex^a, termino antes do meu tempo, sabendo que amanhã estarei aprovando a audiência pública, convocando o Secretário de Segurança do Estado do Ceará, o Presidente da OAB, o representante do Ministério Público, o Secretário de Segurança e o delegado que efetuou a prisão e que é responsável por essa cadeia.

Era essa a denúncia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti pelo art. 14.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei bastante breve.

Senador Paulo Paim, como eu disse hoje pela manhã na audiência conjunta, a Casa se manifestou e atuou de forma contundente em vários casos – como foi a questão do juiz de Sete Alagoas, que considerou a Lei Maria da Penha inconstitucional e fez aquelas sentenças todas; como na situação da menina presa no Pará –, com um relatório que dizia que a situação acontecia em vários outros Estados do País, outros fatos têm aparecido, como este agora, confirmando a prisão de mulheres em celas masculinas numa cidade do Ceará. É um reconhecimento do trabalho da Casa, do trabalho do Senado, da nossa atuação, caso contrário não chegariam esses apelos como aconteceu hoje, de manhã, e que aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa documentos a serem encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, da longa duração do julgamento da Roberta Carneiro. Ela está, há mais de nove anos, aguardando a condenação do seu ex-companheiro, que tentou assassiná-la. A morosidade da Justiça, infelizmente, não permitiu ainda que houvesse a punição. Nós vamos tomar todas as providências.

A comissão ainda não está instalada, mas tenho certeza de que, da mesma forma como as mulheres atuaram juntamente com vários Senadores no combate a esse tipo de situação, tomaremos todas as medidas. Acionaremos a Polícia Federal, o Ministério Público, o Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para que, ainda hoje, essa cadeia seja imediatamente visitada e as duas mulheres retiradas desse ambiente, porque não podemos tolerar mais, no Brasil, esse tipo de procedimento, em que mulheres fiquem encarceradas, submetidas a toda e a qualquer forma de violência, juntamente com criminosos do outro sexo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senador Neuto de Conto, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nossa manifestação é sobre o momento que vive a Casa, a nova Presidência e, principalmente, para agradecer o brilhante trabalho executado pelo Senador Tião Viana na Presidência até hoje.

Vou ler alguns tópicos, Sr. Presidente. De pronto, já peço que todo o pronunciamento seja transcrito

nos Anais da Casa, porque é mais longo que o tempo que V. Ex^a nos dá.

O momento é de afirmação, daí julgar necessário, de pronto, acentuar a independência do Legislativo, que jamais poderá ser confundido com desarmonia entre os Poderes. Ao contrário, a harmonia entre os três Poderes, tal como prescrita na Constituição, é a pedra fundamental sobre a qual se assenta a sociedade politicamente organizada.

Rendo aqui minhas homenagens ao companheiro de bancada, Senador Garibaldi Alves Filho, em sua nova missão nesta Casa.

Esteja certo V. Ex^a de que uma das lições que nós políticos aprendemos desde cedo é saber aceitar com serenidade resultados adversos numa disputa eleitoral, que, a rigor, não representam tragédia, fazem parte do percurso e são perfeitamente superáveis.

E é com a responsabilidade de quem não pode se omitir que venho a esta tribuna reafirmar: temos a grave responsabilidade, a obrigação mesmo, de desenhar um projeto de país que almejamos, agora e no futuro, e que haveremos de legar aos nossos descendentes.

O Brasil espera muito de nós. Não vamos decepcioná-lo.

Abre-se uma janela de oportunidades para que prossigamos na construção de um país poderoso, rico, socialmente mais justo. Esta é uma chance histórica.

O Congresso está acima dos interesses individuais. O Congresso Nacional é uma instituição inatacável.

Somos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, instrumento do Senado e do Congresso para fortalecer-los, modernizá-los para que a instituição exerça plenamente suas potencialidades.

Devemos ser severos e inflexíveis contra abusos ou qualquer forma de corrupção. Obstinação, intransigentes na manutenção de nossas prerrogativas, na defesa da autonomia do Poder Legislativo, do respeito que se deve aos seus membros e à dignidade de suas funções.

Nesta Casa estão reunidas as mais notáveis biografias do País: ex-Presidentes da República, ex-Governadores, ex-Ministros, experientes Parlamentares, homens e mulheres que vêem intensamente as lutas em favor dos interesses nacionais em todas as frentes.

Aqui a moralidade não é ideal a ser perseguido. É dever de cada um. Que cada um faça a sua parte. E Deus nos ajude a todos a procedermos assim.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço que meu pronunciamento seja transcrito na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR NEUTO DE COUTO

O SR. NEUTO DO COUTO (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento é de afirmação, daí julgar necessário, de pronto, acentuar a independência do Legislativo, que jamais poderá se confundir com desarmonia entre os Poderes.

Ao contrário, a harmonia entre os três Poderes, tal como prescrita na Constituição, é a pedra fundamental sobre a qual se assenta a sociedade politicamente organizada.

Rendo aqui minhas homenagens ao companheiro de bancada Garibaldi Alves Filho em sua nova missão nesta Casa.

Esteja certo V. Ex^a, uma das lições que nós, políticos aprendemos desde cedo, é saber aceitar com serenidade resultados adversos numa disputa eleitoral, que, a rigor não representam tragédia, fazem parte do percurso, e são perfeitamente superáveis.

E é com a responsabilidade de quem não pode se omitir que venho a esta tribuna reafirma: temos a grave responsabilidade, a obrigação mesmo, de desenhar um projeto de país que almejamos, agora e no futuro, e que haveremos de legar aos nossos descendentes.

O Brasil espera muito de nós.

Não vamos decepcioná-lo.

Abre-se uma janela de oportunidade para que prossigamos na construção do país poderoso, rico e socialmente mais justo.

Esta é uma chance histórica.

O Congresso está acima dos interesses individuais.

Digo, taxativamente: o Congresso Nacional é uma instituição inatacável.

Aqueles que pensam que podem eliminá-lo sem seqüelas para qualquer sociedade estão profundamente enganados.

Em 181 anos, atravessamos muitas crises na história desta Casa.

Partilho do sentimento de revolta em relação aos abusos e desacertos cometidos.

Por ser uma Instituição inatacável ela não pode fazer desse fato um meio para práticas desabonadoras a qualquer um.

“Ou mudamos ou seremos mudados”, já nos advertiu o mestre Ulysses!

Quando esse zelo não existe, pode-se ter certeza que não há ética.

É com demonstrações de decência, integridade e eficiência no desempenho de nossas tarefas que vamos nos impor.

Já faz parte das nossas crenças a idéia de que CPIs, apesar do barulho que causam, não servem para muita coisa.

Outra crença: a impunidade é a recompensa habitual para os crimes dos ricos e poderosos.

O diagnóstico de que a atual avalanche de irregularidades administrativas vem exasperando a população e erodindo cada vez mais a escassa credibilidade do Poder Público é correto.

Mas não é por falha da legislação ou por deficiência da estrutura administrativa que a corrupção e a impunidade ocorrem no país, mas sim porque não se utilizam os instrumentos e não se acionam as inúmeras instâncias para combatê-las.

É preciso colocar em prática as disposições vigentes.

Apurar com rigor as denúncias e punir – sem exceção – todos os culpados de desviar o dinheiro dos contribuintes.

Existem leis e órgãos públicos mais do que suficientes para acabar com a corrupção.

Minhas Senadoras e meus Senadores, caros jornalistas.

O Brasil só estará liberto do garrote da impunidade se tiver informação séria, responsável e corajosa – e é preciso sublinhar a participação vigorosa e decisiva da imprensa brasileira que tem desempenhado papel fundamental no esclarecimento dos últimos escândalos em nosso país.

É inquestionável a força da imprensa como o quarto poder vigente, vital para o aperfeiçoamento das instituições verdadeiramente democrática.

Nesse contexto, não é por acaso: o povo se queixa dos políticos.

Contudo, o respeito à ética e a sua cobrança são imperativos universais.

Servem para todas as categorias profissionais e todos os cidadãos.

Sem exceção.

É dever de cada membro da comunidade.

Existem saídas sim, até porque no buraco em que está metida a política se percebem sinais de vitalidade e de solução.

Minhas Senadoras e meus Senadores, julgo importante ressaltar: o governo, num regime presidencialista, é distribuído – vale dizer, é exercido – por três poderes, independentes e harmônicos.

Que cada um faça sua parte!

Há um novo conceito social no país.

As pessoas têm assumido compromissos.

Têm desejo de participar.

O Brasil vive um período de avanços significativos que abriram portas para um novo conceito de par-

ticipação da sociedade civil, um repensar dos nossos destinos.

É neste Brasil que eu confio e que me dá bons motivos para ter esperança.

As soluções exigem coragem e renúncia, ação firme.

Não há lugar para a demagogia.

Um Parlamento eficiente significa, acima de tudo, um Parlamento ágil, dinâmico, independente, capaz de adiantar-se aos fatos e às peculiaridades regionais.

Cumpra-me sublinhar um problema recorrente: o número excessivo de medidas provisórias.

Ao diminuir a esfera de influência dos legisladores, com a edição tantas MPs, o Executivo pratica interferências indevidas.

É erro pensar que o Brasil pode viver ao sabor apenas de regras de um Executivo onipotente e onisciente.

Enquanto o Congresso não pode renunciar às prerrogativas, compete ao Executivo intensificar o diálogo com os parlamentares, facilitando a tramitação de suas propostas sob a forma de projetos de lei.

É desse saudável equilíbrio que nascem a prosperidade nacional e o progresso social.

Seria leviano ignorar as condicionantes políticas, geradoras de toda sorte de dificuldades práticas na consecução das reformas estruturais que a Nação requer.

Mas, perante a História, seria absolutamente imperdoável deixar escapar a possibilidade de um definitivo rompimento com o atraso.

Dentre as questões prioritárias, em que se destaca a melhor distribuição de renda, a reforma Tributária, por exemplo, é essencial para que se promova a divisão justa dos nossos tributos, desonere a produção e incentive os investimentos.

Temos outra questão vital, que é a reforma política.

Aliás, por falta de reforma política, corre-se o risco de ver castigados uns poucos corruptos, enquanto a corrupção permanece ilesa.

Eis que é chegada a hora de se rever a fundo os obstáculos que emperram o funcionamento do Judiciário e, a partir daí, esculpir um projeto que seja capaz de dar ao país instrumentos de justiça mais eficientes – e mais condizentes com as necessidades da época em que se vive.

O Brasil não pode adiar a reforma que sua Justiça tão dramaticamente precisa.

A estatística é assombrosa: um em cada três brasileiros tem algum tipo de ação tramitando nos fóruns.

É preciso, de uma vez por todas, banir a incomoda sensação de impunidade decorrente da excessiva morosidade da Justiça.

Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Senadores e Senadoras

Qual seria outra grande questão nacional a nos desafiar?

Para mudar a Nação é preciso um novo pacto federativo que defina as atribuições e competências da União, Estados e Municípios.

Após a Constituição de 1988 a desigualdade aumentou muito.

A União fica com 65% dos recursos arrecadados, incluindo impostos e contribuições financeiras, enquanto os Estados ficam com 22% e os municípios ainda menos, 13%.

Queremos uma reforma fiscal e tributária que seja eficaz.

É completamente inútil tentar pactos sociais sem ouvir a voz das ruas.

As transformações ocorrem no mundo real, não nos gabinetes oficiais.

Urge dotar o Poder Executivo de instrumentos necessários para as mudanças.

O Brasil está se transformando e tem pressa!

Em um mundo cada vez mais veloz e competitivo, atrasos são intoleráveis.

É nosso dever encarar, de frente, já, dois problemas que nos afligem, e exigem pronta resposta do poder político: os desequilíbrios sociais e regionais, com pobreza crescente nas camadas populares, e a concentração de riqueza.

O número de homicídios nas grandes cidades e dos casos de seqüestro, o crescimento do tráfico de drogas, as explosões de violência nos presídios são prova incontestada de que o país está assustado. Reafirmo: a prioridade é acabar com as desigualdades, melhorar a distribuição de renda nacional.

Vivemos a Era do Conhecimento.

Os olhos do planeta se voltam para a valorização de uma nova matriz energética sustentável e limpa.

O Brasil toma a dianteira da utilização das novas tecnologias energéticas, e assume lugar de destaque no cenário mundial como o os biocombustíveis – em especial o etanol.

O que temos hoje pela frente é uma economia com um vasto potencial de expansão.

O país é rico e já dispõe de uma boa infra-estrutura – mas ainda resta muito mais a ser feito, tanto em infra-estrutura quanto na área do mercado de trabalho, nas quais o enorme contingente de brasileiros hoje assistidos pelos diversos programas sociais, possa ser definitivamente inserido no setor produtivo.

Nossa meta é gerar novas riquezas em uma Nação moderna e eficiente.

Dar assistência é muito importante, mas é preciso criar o ambiente propício para novas oportunidades de trabalho e renda.

A ação do Executivo não estará completa se os programas assistencialistas não forem acompanhados de ações capazes de logo inserir estes novos brasileiros no setor produtivo.

A modernidade não é uma utopia.

Ela é um processo político e econômico vitorioso, invenção das grandes democracias.

Sr. Presidente, falar mal do governo sempre se falou.

É tão gostoso que certa feita o Milton Campos, governador de Minas, sustentava que não podia ser privilégio da oposição.

Mas é preciso remar contra essa onda de opinião que vem desacreditando a ação política e as medidas que se impõem para melhorar a qualidade de vida da população.

Reconheço, com louvor, o trabalho do Presidente Luis Inácio Lula da Silva à frente do Governo da República.

Nestes cinco anos de Governo, o Presidente Lula conseguiu importantes feitos tanto na política interna como na externa, fazendo por merecer o aplauso da maioria do povo brasileiro e o reconhecimento internacional.

Todavia, o trabalho do Presidente Luis Inácio Lula da Silva não estará completo se as ações de governo não forem acompanhadas por um austero programa de corte de despesas, capaz de eliminar as causas do déficit público.

Para concluir, Sr. Presidente, minhas Senadoras e Senadores, somos instrumento do Senado e do Congresso para fortalecer-los, modernizá-los, para que a instituição exerça plenamente as suas potencialidades.

Devemos ser severos e inflexíveis contra abusos ou qualquer forma de corrupção.

Obstinados, intransigentes, na manutenção de nossas prerrogativas, na defesa da autonomia do Poder Legislativo, do respeito que se deve aos seus membros e à dignidade de suas funções.

Nesta Casa estão reunidas as mais notáveis biografias do País: ex-presidentes da República, ex-governadores, ex-ministros, experientes parlamentares, homens e mulheres que vivem intensamente as lutas em favor dos interesses nacionais em todas as frentes.

Aqui, a moralidade não é ideal a ser perseguido.

É dever de cada um.

Que cada um faça sua parte.

E Deus nos ajude a todos a procedermos assim.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.445, DE 2007

Requeiro, na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, que comemora os seus 25 anos de fundação. Que esta deferência seja comunicada à senhora Isa Assef, diretora-presidente da Fucapi, para que seja compartilhada com seus funcionários.

Justificação

Uma das características mais fortes da Fucapi é a busca da inovação em todas as suas áreas de atuação. Instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de pesquisa e serviços tecnológicos e incremento à competitividade de empresas e organizações na região amazônica, a Fucapi foi instituída em 1982, a partir de iniciativa conjunta da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM e Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais – GEICOM, ligado ao Governo Federal.

Desde sua criação, a Fucapi tem se pautado pelo pioneirismo também em nível nacional.

Foi destacada, na primeira Lei de Informática, como a principal instituição tecnológica da Região Norte, por sua atuação voltada para o apoio técnico às empresas instaladas em Manaus. Implantou um laboratório de testes em brinquedos que é o único instalado fora dos grandes centros. Credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, o laboratório recebe solicitações de vários Estados.

Finalista do Prêmio Melhores Universidades 2007 na categoria Pesquisa Científica e com a indicação de três estrelas na avaliação do Guia do Estudante da Editora Abril, para o curso de Ciência da Computação, o Instituto de Ensino Superior Fucapi – CESF, tem registrado uma intensa procura pelas 530 vagas nos seis cursos de graduação que oferece no processo seletivo 2008.

Norteia sua atuação a partir das diretrizes traçadas por um Conselho Diretor, formado por representantes da Presidência e dos órgãos que a instituíram,

além de profissionais de notoriedade reconhecida nacionalmente.

Sala de Sessões, 12 de dezembro de 2007. – Senador **João Pedro**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 2007

Requeiro, nos termos do Regimento do Senado Federal, que o Conselho Editorial aprecie o nome do ex-Senador Fábio Lucena para fazer parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, publicação que homenageia os parlamentares que tiveram assento no Senado Federal ao longo de sua história.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.

– Senador **João Pedro**, PT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.447, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro a aprovação de Voto de Aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade nesta semana, no dia 15 de dezembro.

Justificação

Oscar Niemeyer é o mais importante arquiteto do Brasil, e orgulho dos brasileiros pelo reconhecimento internacional do seu exuberante trabalho.

Lúcido aos 100 anos de idade, Oscar Niemeyer concedeu entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, anunciando seu desejo de seguir trabalhando, quem sabe brindando o Brasil e o mundo com um belíssimo estádio de futebol para a copa de 2014, que acontecerá no Brasil.

Nessa entrevista Oscar Niemeyer definiu a vida em uma só palavra: “solidariedade”.

O legado de Oscar Niemeyer ultrapassa a 600 obras arquitetônicas no Brasil e no mundo, e a sua grande marca foi a construção da nossa Capital Fede-

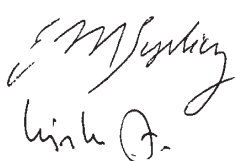
ral, Brasília, que foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

São inúmeros os exemplos da maravilhosa obra de Oscar Niemeyer: o prédio do Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada, a Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima, a Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal Federal, entre tantos outros.

Merecem destaque, ainda, o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói/Rio de Janeiro; o Memorial da América Latina, em São Paulo; e o Sambódromo (a passarela do samba do Rio de Janeiro), conhecido mundialmente.

Nesta semana em que este grande brasileiro completa 100 anos de idade, o Brasil se orgulha de poder comemorar essa data tão importante e rara, e por isso entendemos como sendo de grande justiça que o Senado Federal aprove este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.



Senador EXPEDITO JUNIOR

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.448, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, 1, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça, para que providencie, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os respectivos documentos comprobatórios, recorrendo, caso se faça necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CCDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes:

1) Era do conhecimento do Ministério Público do Estado do Pará a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens?;

2) Quais foram as providências adotadas pelo Ministério Público para sanar o problema ao tomar conhecimento da situação?;

3) A suposta falta criminal da menor, furto de aparelho de celular, justificaria sua prisão, de acordo com as leis penais vigentes?;

4) Em caso positivo, a prisão deveria ocorrer em cela comum?;

5) A família foi alertada sobre o encarceramento da menor, conforme exige as normas penais comuns, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas de direito internacional de proteção aos direitos humanos?;

6) Constatado o irregular exercício das normas penais vigentes para o caso, a indiferença quanto à menoridade da vítima e à especial condição de vulnerabilidade que é o fato de ser confinada com vários homens encarcerados, e a negligência do Poder Público em proteger a cidadã, o caso seria passível de representação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos?;

7) Os funcionários públicos envolvidos no encarceramento da menor foram identificados e já tiveram processo administrativo-disciplinar e penal aberto contra si para apurar a extensão de suas respectivas faltas?;

8) Foram mapeadas e identificadas as detentas que estão sob condição similar à da menor? Elas já foram separadas das celas masculinas?;

9) O problema da falta de unidades carcerárias femininas no Estado do Pará foi identificado desde que ano?;

10) Qual é o universo carcerário feminino no Estado do Pará?;

11) Quantas unidades prisionais femininas existem no Estado do Pará? Quantas estão previstas para serem construídas?;

12) Se apresentado o caso da menor presa em Abaetetuba ao sistema interamericano de proteção aos direitos da pessoa humana, o Brasil poderá ser internacionalmente responsabilizado por sua leniência?;

13) Caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos condene o Brasil, quais seriam as possíveis consequências?

Justificação

A sociedade brasileira assistiu, comovida e indignada, o descortinar do caso do encarceramento de menor em cela com 20 homens, alguns dos quais, durante mais de um mês, perpetraram todo tipo de

violência sexual, psicológica e moral contra a adolescente, de maneira sistemática e impiedosa.

As justificativas exaradas pelas autoridades públicas envolvidas no caso para a prisão flagrantemente irregular, porquanto desproporcional e indiferente a qualquer norma legal, costumeira e moral de decência e compaixão, quando da publicidade do fato, foram consideradas lacunosas, senão repulsivas, por parte do cidadão médio, laborioso e cumpridor de seus deveres perante a sociedade, que tem a esperança de que sua obediência à ordem constituída será recompensada pela proteção e diligência do Estado em assistir seus direitos.

No exercício de sua função fiscalizatória, cabe a este Congresso Nacional – sobretudo em virtude da exaltação, em sede constitucional, da proteção dos direitos da pessoa humana como princípio regente não apenas do Estado de Direito vigente no âmbito doméstico, mas das relações exteriores entabuladas pelo Brasil – acompanhar detida e diligentemente o caso ocorrido no Pará, bem como quaisquer outros de idêntica magnitude humanitária, para além da dimensão política, a qual é, no caso, a de menor importância.

Assim sendo, confiamos no apoio da Mesa do Senado Federal para encaminhar, o quanto antes, o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.

em 12/12/07

Deputado Américo

Deputado Caspary

Deputado Jurema

Deputado Moraes (Mesa Antiga)

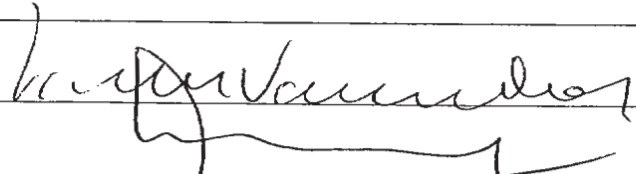
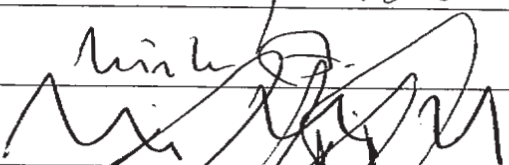
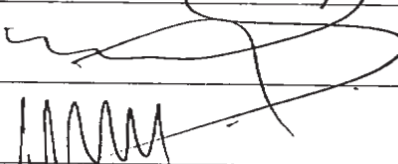
Deputado Paulo


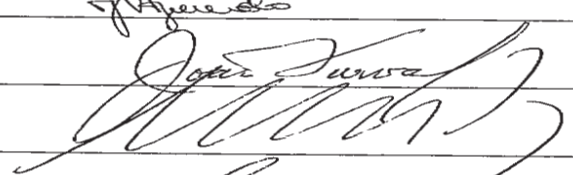
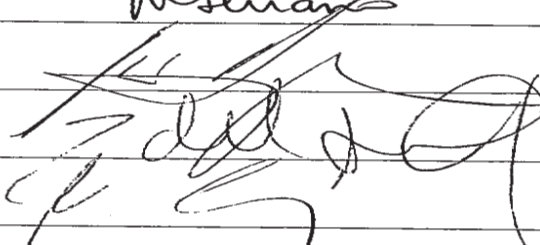
Deputado Roberto

Deputado Sérgio

Deputado Tarcísio

Deputado Zé Carlos


 Flávio Azeiteiro
 my will.
 Nick
 - Flávio Azeiteiro
 Flávio Azeiteiro
 Patricia Saboga.

 DEMÓSTENES TORRES


 Antônio Carlos Junqueira
 ANTONIO CARLOS JUNQUEIRA
 Carlos Borges
 Wilson

 Wilson

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência comunica que os Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti foram designados para representar o Senado Federal nas exéquias do Sr. Otomar Pinto, Governador do Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Ma-

galhões, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6 – CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6 – CCJ, e apresentando a Emenda nº 7 – CAE.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Passa-se à votação.

(*Procede-se à votação*)

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é da maior importância, porque dá poderes ao Cade para influir em fusões, aquisições do sistema financeiro, ou seja, para avaliar todas as transações de fusões e aquisições que se fazem. Para cuidar da economia, o Cade tem competência, mas não tinha para cuidar do sistema financeiro. E como o Banco Central, na prática, não toma conhecimento desse assunto, não entra a fundo nessas avaliações, esse projeto dá poderes ao Cade para fazê-lo. É um projeto da maior importância.

Portanto, peço que os Srs. Senadores levem em consideração essa questão, porque a concentração no Sistema Financeiro tem de ser avaliada por um órgão governamental competente. É claro que, se houver risco sistêmico, fica com o Banco Central. Tem essa salvaguarda. Mas, de qualquer maneira, é um projeto importante para dar suporte às fusões e aquisições do sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero aqui homenagear o Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi o autor desse projeto.

Também entendo que é um projeto importante, porque o Sistema Financeiro passa por um processo de fusão, concentração extremamente relevante. Isso tem implicações na cartelização de decisões. Está aí o debate sobre tarifas bancárias, que hoje representam 37% dos custos administrativos e 56% da folha de pagamento dos bancos.

O Governo, felizmente, tomou medidas preliminares no sentido de disciplinar e evitar o abuso tarifário. E esse projeto prevê que o Cade deve se pronunciar sempre que houver uma fusão ou aquisição bancária, desde que não haja risco sistêmico, porque, nessas condições, evidentemente, o Banco Central do Brasil é que teria o papel de opinar e tomar decisões, para impedir a contaminação do sistema financeiro, como já aconteceu em alguns momentos, em alguns países.

Por isso, quero aqui manifestar o meu apoio e terminar, como iniciei, homenageando o Senador Antonio Carlos Magalhães por essa iniciativa que interessa à defesa do consumidor, à concorrência e à qualidade do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, da mesma forma, vou votar a favor deste projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, embora me fique uma dúvida: que órgão vai decidir se há risco sistêmico. O Conselho Monetário Nacional? Não sei se está definido no projeto. Realmente, o sistema financeiro, Sr. Presidente, em qualquer país, é um gigante frágilimo, porque, a qualquer corrida bancária, desaba e, em face disso, muitas vezes, na análise do Banco Central, pode ser necessário fazer fusões exatamente para fortalecer o sistema que está em risco. De qualquer modo, creio que o Cade apreciar também se não se está formando um cartel pode ser útil para o País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta do Senado Antonio Carlos Magalhães tem por objetivo estabelecer a competência do Cade no que tange à prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica e a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

O autor, o saudoso Senador Antonio Carlos, pretende transferir para o Cade a competência do Banco Central, que hoje é quem possui competência fiscalizadora sobre todas as questões relativas ao Sistema Financeiro Nacional, inclusive aquelas que dizem respeito à defesa da concorrência.

São as seguintes alterações aqui propostas:

a) inserção de novo artigo, o 45-A, na Lei 4.595, de 1964, dando competência ao Cade para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos estabelecidos na norma legal que criou o Cade, ou seja, a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

b) extensão das atribuições de defesa da concorrência do Sistema Financeiro Nacional para a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e para a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, nos termos da Lei nº 8.884, de 1994;

c) modificação da alínea **c**, do inciso X, do art. X, da Lei nº 4.595, de 1964, para submeter à prévia aprovação do Cade qualquer

transformação, fusão, incorporação ou alteração do controle acionário das instituições financeiras;

d) revogação do §2º do art. 18 da Lei nº 4.495, de 1964, de modo a retirar do Banco Central a atribuição de zelar pela defesa da concorrência, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A presente proposição não se coloca contra o Banco Central e a favor do Cade. Ela cuida apenas de dar maior efetividade à defesa da livre concorrência, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Recebeu pareceres sob os nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões: CCJ, Relator eminente Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6, CCJ, que apresenta; e CAE, Relatora Ilustre Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao projeto e às emendas nºs 1 a 6, CCJ, e apresentando a Emenda nº 7, da CAE.

Portanto, além de se poder hoje fazer uma homenagem justa ao Senador Antonio Carlos, reconhece-se aqui o mérito de um projeto que moderniza a perspectiva de defesa da livre concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito me honra, porque eu fui o Relator deste projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, o Projeto de Lei do Senado nº 412, de Lei Complementar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Arthur Virgílio acaba de fazer um relato quase completo, ou completo, do projeto, das emendas, do relato que foi feito por mim e pela Senadora Serys Slhessarenko.

Penso que o Senador Antonio Carlos, naquele espírito que ele tinha de estar preocupado com as grandes questões nacionais e de exercer plenamente o seu mandato, sempre devotado a essas questões que dizem respeito à economia popular e àquilo que agrava a situação do povo brasileiro, teve essa iniciativa. Verificando que o Banco Central não cumpre as suas obrigações de fiscalizar as instituições financeiras em suas relações com seus clientes e seus consumidores, ele quis dar ao Cade essa atribuição.

Ainda ontem, aprovávamos aqui conselheiros para o Cade. A minha indagação era se realmente o Cade estaria preparado para essa ação. O que me interessa não é a eficiência da lei, que eu sei que ela tem, mas a eficácia da lei e ela será colocada em prática pelo Cade.

Então, o Senador Antonio Carlos, em seu projeto original, dá competência ao Cade para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos estabelecidos pela Lei nº 8.884. Entretanto, esse projeto foi passível de uma negociação feita com o Governo Federal, em particular com o Banco Central.

Aqui, bem disse o Senador Jefferson Péres, quem iria fazer essa avaliação. Pelas emendas que foram acrescentadas inclusive, na negociação com o Governo Federal, seria o Banco Central, a quem ficaria, no exercício de sua competência, após concluído o exame do Cade, entender que o ato de concentração não afeta a confiabilidade e a segurança do Sistema Financeiro, encaminhando imediatamente a matéria às autoridades responsáveis.

Quer dizer, o Banco Central vai entrar quando houver fusões, incorporações que possam alterar o Sistema Financeiro Nacional, única e exclusivamente, nessa questão. No mais, no que diz respeito à relação do Sistema Financeiro com o consumidor, fica o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com a responsabilidade de fazer a fiscalização, de impor as penalidades e de fazer a cobrança das multas necessárias, para que a população seja protegida.

Esse é o posicionamento que gostaria de fazer neste momento. Tenho a certeza de que este Plenário vai aprovar esse projeto – já devia tê-lo aprovado. Espero que tenha uma tramitação rápida na Câmara dos Deputados.

Cito aqui o orçamento impositivo, que foi proposto pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e que aprovamos, mas que está dormitando nas Comissões da Câmara dos Deputados.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – É um congelador.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – É um congelador, como diz o Senador Jefferson Peres. Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados está servindo de congelador para essas iniciativas importantes. Esta aqui é mais uma. Espero que a Câmara dos Deputados não aja dessa forma, porque já houve uma negociação com as autoridades monetárias e financeiras.

ras do Governo Federal. Tendo o Governo uma base larga na Câmara dos Deputados, havendo interesse – e não há por que não existir esse interesse –, acredito que esse projeto possa tramitar celeremente na Câmara dos Deputados. É esse o posicionamento.

Gostaria de, mais uma vez, elogiar o Parlamentar Antonio Carlos Magalhães, que teve tantas boas iniciativas! Recordo-me de uma delas, Sr. Presidente: o Fundo de Combate à Pobreza, de que hoje poucos se lembram, que se transformou em Bolsa-Família etc. Mas foi o Senador Antonio Carlos Magalhães que o criou. E não se lembram mais disso; outros, hoje, estão se jactando de executar programas, mas foram, na verdade, a criatividade e o compromisso público do Senador Antonio Carlos Magalhães que trouxeram a aprovação de projetos tão importantes! Este aqui, com certeza, será mais um deles, não menos importante do que os demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me, por um minuto, fazer uma correção: a cidade que denunciei é Itarema. Recebi a denúncia da cidade de Acaraú. Então, a cidade onde estão duas mulheres presas com 30 homens é Itarema. Já recebi telefonema aqui da Polícia Federal e disse que justificaria, com a tolerância de V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Está feita a correção de V. Ex^a e o esclarecimento, Senador Paulo Paim.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, letra a, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação do projeto sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Líderes poderão orientar suas bancadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra a Senadora Ideli, para orientar a bancada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, voto “sim”, pela bancada do PT e do Bloco.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “sim” a esse projeto meritório, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que trata de atribuições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre assuntos relativos a empresas financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Jefferson Péres, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Wellington Salgado, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, na ausência do Líder, o Vice-Líder orienta a bancada. O voto do PMDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O PMDB vota “sim”.

Senador Zambiasi, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, o PTB também recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero encaminhar aqui o voto “sim”, Sr. Presidente, parabenizando o autor por um projeto relevante, sobretudo se for aplicado ao sistema financeiro, em que tanto as tarifas bancárias como as taxas de juros são escorchantes. Muito obrigado, Sr. Presidente. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Crivella.

Senador Expedito Júnior, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só uma informação: apresentei um requerimento ontem e gostaria de saber se será votado hoje ou não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Espere um momento, que a Mesa informará a V. Ex^a.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, o requerimento que apresentamos diz o seguinte: “Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeiro aprovação de voto de aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade no dia 15 de dezembro”. Apresentei o requerimento ontem e gostaria de defendê-lo depois. Então, quero saber se vai ser votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência colocará em pauta o requerimento justo de V. Ex^a, em homenagem ao grande Oscar Niemeyer.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de se processar à votação. Quero falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é meritória a emenda. Há que alguém que não pertença ao sistema bancário regular as ações, as fusões, os conglomerados bancários, mas preciso registrar que nós, do Espírito Santo, temos uma triste experiência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, no episódio da venda da segunda maior fábrica de chocolate do Brasil, a Garoto, que foi vendida a Nestlé, tentou dizer, três anos depois da venda, como aquela empresa deveria ser vendida, retalhada, para destruir a fábrica, para que suas máquinas fossem levadas para fora do Espírito Santo e para que, assim, nosso Estado ficasse privado de ter em seu território a segunda fábrica de chocolate do Brasil, que, daí a um pouco, passaria a ser a maior fábrica de chocolates do Brasil e a maior exportadora.

Faço só esse registro, mas voto a favor da matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, lembro ao Senador Gerson Camata a promessa que tem feito conosco.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Flávio Arns, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os colegas Senadores estão votando, quero dizer que,

ontem, no microfone, mencionei a dificuldade que o sistema de saúde do País vem enfrentando pela falta de material radioativo.

A **Folha de S. Paulo**, no dia de ontem, divulgou que hospitais e clínicas brasileiras começaram a reduzir pela metade o número de cintilografias, exames usados no diagnósticos de várias doenças, inclusive o câncer, por falta do material radioativo importado do Canadá. Por dia, o País realiza pelo menos oito mil cintilografias nos quatrocentos serviços de medicina nuclear. E o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) diz que isso ocorre em função da manutenção dos problemas do reator nuclear no Canadá.

O questionamento que se faz, inclusive por parte de vários médicos, como publicou o jornal **Gazeta do Povo**, é o seguinte: “Nunca houve uma crise assim. É um sinal para que o País avalie a dependência de um monopólio da área da Medicina”. Ou seja, o País em relação à Bolívia, para a questão do gás, construiu uma relação de dependência; as prioridades da Bolívia mudaram, a filosofia mudou, e o País ficou também em graves dificuldades. Agora, também os exames para detectar câncer, problemas renais, problemas cardíacos estão suspensos pela falta de um produto que vem unicamente do Canadá. Há um problema no Canadá, e os milhares de pacientes brasileiros têm de enfrentar graves dificuldades, como atrasos, falta de atendimento e insegurança.

Por essa razão, Sr. Presidente, estamos entrando em contato com o Ipen, subordinado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), do Ministério da Ciência e Tecnologia, chamando essas pessoas, se possível, para o Congresso Nacional, para que expliquem e, ao mesmo tempo, achem, de imediato, uma solução para esse grave problema de saúde que o País vem enfrentando. É inacreditável que, neste estágio da tecnologia, um país como o Brasil tenha de se submeter ainda a um único fornecedor internacional, o que, dentro desse quadro de dificuldades, acaba causando graves problemas para o sistema de saúde em nosso País.

As explicações têm de ser dadas, e as medidas têm de ser tomadas, para que casos semelhantes não ocorram. Queremos chamar o Ipen, o Cnen, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde, para que as explicações sejam dadas e as providências a serem tomadas sejam explicitadas para todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

A Presidência vai encerrar a votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Marco Maciel e, em seguida, o Senador Magno Malta.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Efraim Morais, venho solicitar a V. Ex^a a inversão de pauta, de sorte que o Item nº 32 da Ordem do Dia de hoje possa ser apreciado após a matéria que estamos votando, porque se trata de tema extremamente importante para o Superior Tribunal de Justiça. Refere-se a projeto de iniciativa do Presidente da República, relatado pelo líder do PMDB no Senado Federal, Senador Valdir Raupp, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no dia 24 de outubro passado. A proposição, portanto, encontra pronta para votação há mais de um mês e meio.

Não sendo, Sr. Presidente, aprovada ainda nesta sessão legislativa, a medida não entrará em vigor no próximo ano, redundando então em graves prejuízos para o bom andamento da prestação dos serviços judiciários por parte do Estado.

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça fez questão de salientar na sua justificativa que a proposta não altera os dispositivos em vigor sobre a gratuidade dos atos processuais, de modo que não representa qualquer obstáculo ao acesso à Justiça, tampouco às prerrogativas conferidas pelo legislador à Administração Pública. Diz S. Ex^a que se trata de medida semelhante à prevista para as demais Cortes, isto é, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça é o único órgão judiciário do País que ainda não regulamentou a cobrança de custas, iniciativa que se impõe em função da necessidade da ampliação dos investimentos visando à modernização da prestação dos serviços judiciários pelo Estado brasileiro.

Sr. Presidente, a proposição há de contar com o apoio das lideranças, de modo especial, do Senador José Agripino, Líder do DEM, do Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, do Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do PSDB, bem como dos demais Líderes de agremiações partidárias nesta Casa.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG)

– Sr. Presidente, o Líder Valdir Raupp apóia o pedido do Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a inversão de pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas apóia integralmente o pedido de inversão de pauta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O Democratas apóia a inversão de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o próximo item é uma proposta de emenda à Constituição de autoria da Senadora Marina Silva. Temendo ainda pelo baixo quórum aqui, sugiro também a inversão de pauta, para que possamos apreciar o item com a presença de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A decisão tem de ser dos Srs. Líderes. A Mesa concordará com a unanimidade dos líderes, desde que haja a decisão.

Está em discussão a inversão de pauta, para que possamos concluir a votação da matéria solicitada pelo Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É o Item nº 32.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu queria ir para o próximo item; nisso, nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Eu pediria a V. Ex^a que procurasse entendimento com os demais líderes.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Depois do Senador Magno Malta, V. Ex^a terá a palavra, Senador João Pedro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Gerson Camata, dentro deste processo de votação, acabou de falar sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nossa experiência é negativa, é ruim em relação ao Cade. Aliás, algumas decisões tomadas pelo Cade carecem de muita atenção, de muito cuidado. O Ministério da Justiça precisa estar atento para alguns comportamentos, porque nossa experiência com o Cade mostrou que houve desvio de comportamento.

Quando a Nestlé comprou a nossa querida Garoto – e não houve concentração de mercado, porque não foi uma grande empresa que comprou outra grande empresa, para tomar conta do mercado –, a Garoto estava à venda por causa de problemas, com centenas de funcionários diretos e indiretos no Espírito Santo. Ninguém queria comprar a Garoto, pois era o “garoto feio”. A Nestlé comprou a empresa, que estava quase quebrando. A Garoto, em dois anos, ficou superavitária, com geração de emprego. A marca já era forte por si só. Depois, ainda houve a proposta de se construir uma fábrica para exportação de café solúvel, para geração de emprego em Colatina, no norte do Estado, o nosso lado mais pobre. Café é a vocação do Estado do Espírito. O Cade, depois de dois anos, mandou desfazer o negócio. O Senador Gerson Camata, o Senador Motta, a bancada federal, na época, e eu – o Senador Casagrande aqui não estava – fomos ao plenário do Cade e ouvimos as mais tremendas barbaridades e os argumentos dos mais esdrúxulos.

Senador Camata, sabíamos o que estava ocorrendo nos bastidores, as movimentações de bastidores para tirar a Garoto da Nestlé, ou seja, para babar, para colocar água em um negócio que tornou a Garoto superavitária e aumentou a geração de emprego e a segurança dos funcionários do Estado do Espírito Santo, para poder favorecer outras empresas.

Então, não são essas mil maravilhas, não! Não é essa cocada toda, não! Não é essa nota dez toda, não! É preciso que estejamos de olho! Tenho confiança nessa posição. Todo mundo, por unanimidade, toma uma posição, até porque é um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, uma pessoa por quem tivemos a maior consideração do mundo. Acabei de falar aqui com Júnior baiano, nosso querido Senador Antonio Carlos Júnior, da nossa consideração ao seu pai. Eu dizia que seu maior adversário, politicamente, no embate, era o Pinheiro, que ele mais respeitava. V. Ex^a falava disso comigo, do respeito que ele lhe dedicava, Pinheiro. E ele já falou para você, aqui mesmo, nos corredores, porque tinha essa grandeza o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, voto, Senadora Ideli e Senador Tião, confiando que o Governo vai estar de olho no Cade e nos conselheiros indicados lá. Aqueles que estavam na época da Nestlé/Garoto lá eram babões, que estavam agindo nos bastidores para tirar do Estado do Espírito Santo aquilo que era dele, aquilo que lhe pertencia.

Há outro projeto lá. Há outro processo dentro do Cade que trata da questão da resina. Uma grande multinacional, a que mais vende, está se juntando com a

segunda, para virar uma só na produção de resina no Brasil. É um troço que já está cheirando mal. É preciso cuidado. E quero avisar aos conselheiros do Cade que estou de olho. Por quê? Porque é a maior fábrica. O Estado que mais consome resina é o Espírito Santo. Atualmente, a maior fábrica de caixa d’água está no Espírito Santo e na Bahia. É a Fortlev. Está lá no Espírito Santo, especificamente no Município de Serra, e na Bahia. Gera muitos empregos no meu Estado. Essa empresa fabrica resina.

Estou dizendo aos conselheiros do Cade que estarei esperto, que ficarei de olho. Peço ao Governo que também o faça. Na época da Garoto/Nestlé, lá havia, com exceção – para toda regra, há a exceção –, alguns babões que agiam no escuro para inviabilizar a vida do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Vou encerrar a votação. Antes, porém, concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a realização no Amazonas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da 5ª Feira de Agricultura Familiar, que reúne 25 Municípios e mais de quarenta projetos em que o Incra trabalha com economia familiar.

Registro, com satisfação, a presença do Presidente do Incra, Rolf Hachbart, anunciando a permanência de unidades do Incra no interior do nosso Estado, bem como recursos para a infra-estrutura. S. S^a assinou, na tarde de hoje, um convênio de R\$8 milhões com o Governador Eduardo Braga, para trabalhar a regularização fundiária no Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Incra, sua Superintendente no Amazonas, Socorro Marques; o seu Presidente Rolf Hackbart e – por que não dizer – o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que vem realizando um grande trabalho lá no Estado do Amazonas, um trabalho principalmente inovador, de reforma agrária com as populações ribeirinhas, criando projetos nas áreas de várzea no Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, parabéns ao Incra pela V Feira da Agricultura Familiar!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência vai encerrar a votação.

Todos os Srs. Senadores e Senadoras já votaram?

Senador Romero Jucá, já votou? (Pausa.)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 - COMPLEMENTAR

ESTABELECE A COMPETÊNCIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE), PARA PREVENIR E REPRIMIR INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E CONTRA A CONCORRÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 12/12/2007 16:41:45
Encerramento: 12/12/2007 17:00:20

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 01 Total : 58
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e, NÃO, 01.

Não houve abstenções.

Total: 58 votos.

A matéria foi aprovada.

Votação, em globo, das Emendas de nºs 1 a 6 – CCJ, e de nº 7 – CAE.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

A votação é nominal.

A matéria requer **quórum** qualificado e maioria absoluta.

Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que votem.

(Procede-se à votação)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, orientando a Bancada do PT e o Bloco de apoio, digo que o voto é “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Sr. Presidente, estamos votando as emendas de parecer contrário. Portanto, o voto dos Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Parecer favorável.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o PMDB indica o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Todas as emendas de 1 a 6 foram apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Emenda nº 7, pela Comissão de Assuntos Econômicos. São emendas que receberam parecer favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores, pela orientação dos Líderes, devem votar “sim”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– O PTB recomenda o voto “sim”.

Em seguida, após a votação deste projeto, por acordo das Lideranças, votaremos o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo externar

neste momento o nosso agradecimento pela decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Decisão dos Líderes.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Creio que a matéria realmente teve a adesão dos Líderes. É, como disse há pouco, algo fundamental para melhorar a prestação jurisdicional por parte do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos encerrar a votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto as Sr^{as} e Srs. Senadores estão votando, eu gostaria de requerer a V. Ex^a, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste voto de louvor a Luiz Eduardo Garcia Próspero, estudante brasileiro que obteve destacado desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a despeito das graves conseqüências à sua saúde acarretadas pela mucopolissacaridose, doença rara, que causa cegueira, surdez, além de diversos outros comprometimentos.

Para que os pacientes da doença recebam seus medicamentos de alto custo do SUS, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal estabeleceu entendimentos com o Ministério da Saúde, no início de 2007, que, infelizmente, ainda não surtiram o efeito esperado.

Luiz Eduardo, que recebe sua medicação por decisão liminar da Justiça, tem sido um valoroso companheiro nessa caminhada, estando ao nosso lado em audiências públicas e em reuniões. A despeito da pouca idade – 17 anos –, Luiz Eduardo apresenta qualidades que fazem da deficiência um detalhe de menor significado em sua existência. Exemplo de vida para tantos outros, é uma dessas pessoas que fazem a diferença, superando barreiras e vencendo os desafios que a vida lhe tem apresentado.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que o Ministério da Saúde tem uma tabela de medicamentos de alto custo, excepcionais, para doenças raras, que,

nos últimos cinco anos, não vem sendo atualizada, causando dificuldades sérias para muitos portadores de doenças raras em nosso País, um dos quais esse estudante Luiz Eduardo, portador de mucopolissacaridose. Pela via judicial, ele vem recebendo os medicamentos, que são autorizados no Brasil, registrados na Anvisa e que ainda não fazem parte dessa tabela no Ministério da Saúde, que deve, na verdade, ser mais ágil, mais flexível, para incluir os novos medicamentos.

Tanto o Senador Tião Viana como eu temos projetos de lei nesse sentido sendo avaliados pelo Senador Tasso Jereissati. Os dois projetos, tanto o do Senador Tião Viana como o meu, vão convergir para um projeto único para resolver esse grave problema que o Brasil vem enfrentando e que não pode persistir.

Então, gostaríamos, nos termos regimentais, Sr. Presidente, que a esse requerimento de voto de louvor fossem dados os encaminhamentos adequados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, nobre Senador Flávio Arns.

Senador Expedito Júnior, esta Presidência comunica a V. Ex^a e ao Plenário que já foi encaminhado o requerimento de V. Ex^a pedido no sentido de apresentar de voto de aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemeyer, que completará 100 anos de idade nesta semana.

O requerimento já foi encaminhado e dado conhecimento dele ao Sr. Oscar Niemeyer. Parabéns a V. Ex^a. O requerimento recebeu o número 1.447.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a palavra, pela ordem, a Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se os partidos já fizeram as indicações para compor a Comissão que vai visitar todos os Estados brasileiros para verificar a situação das mulheres presas.

Já foram feitas as indicações? Precisamos dessa informação para que, logo após, seja instalada a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Esclareço a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, que falta apenas a indicação do PMDB. A Mesa aguarda para fazer a leitura e a composição final.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a e solicito do Líder do PMDB que faça a indicação ainda no decorrer desta sessão.

Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Tem a palavra o Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Deixe-me votar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Eu vou aguardar que V. Ex^a vote. (Pausa.)

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e Senadoras se todos já votaram.

Vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

EMENDAS NºS 1 A 6-CCJ E 7-CAE AO PLS Nº 412, DE 2003 - COMPLEMENTAR

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

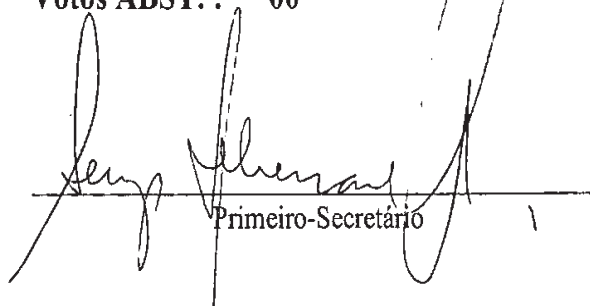
Abertura: 12/12/2007 17:00:56
Encerramento: 12/12/2007 17:08:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00
Total : 57


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e nenhum voto contra.

Não houve abstenções.

Total de votos: 57.

Foram aprovadas as Emendas de nº 1 a 6 da CCJ e a nº 7 da CAE.

SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.264, DE 2007

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências, consolidando as emendas aprovadas pelo Plenário, consolidando as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e 7-CAE, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de dezembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 1.264, DE 2007

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar.

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. Compete ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), observado o disposto no § 3º do art. 10, prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.”

Art. 2º A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

.....

Parágrafo único. Compete, também, ao Plenário do Cade zelar pela defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.” (NR)

“Art. 14.

.....

Parágrafo único. As atribuições constantes deste artigo se aplicam às operações e instituições do Sistema Financeiro Nacional.” (NR)

“Art. 38.

.....

Parágrafo único. As atribuições constantes deste artigo se aplicam às operações e instituições do Sistema Financeiro Nacional.” (NR)

Art. 3º As alíneas **c** e **g** do inciso X do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

X –

.....

c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou ter alterado, por alienação ou transferência a qualquer título, seu controle acio-

nário, respeitado o exercício da competência do Cade;

.....
g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário, respeitado o exercício da competência do Cade;

.....”(NR)

Art. 4º O art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do inciso XIV e do § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....
XIV – decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a confiabilidade e segurança do Sistema Financeiro Nacional.

.....
§ 3º No exercício da competência a que se refere o inciso XIV deste artigo, se o Banco Central do Brasil, após concluído o exame do caso, entender que o ato de concentração não afeta a confiabilidade e segurança do sistema financeiro, encaminhará, de imediato, a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência.” (NR)

Art. 5º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro e 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-B:

“Art. 46-B. Compete ao Banco Central do Brasil o exame dos atos de concentração e a punição das condutas lesivas à concorrência praticadas por instituições financeiras anteriormente à vigência desta Lei Complementar.”

Art. 6º O art. 53 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, alterado pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. Em qualquer das espécies de processo administrativo, o Cade poderá tomar do representado compromisso de cessação da prática sob investigação ou dos seus efeitos lesivos, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, entender que atende aos interesses protegidos por esta Lei.

§ 1º Do termo de compromisso deverão constar os seguintes elementos:

I – a especificação das obrigações do representado no sentido de fazer cessar a prática investigada ou seus efeitos lesivos, bem como obrigações que julgar cabíveis;

II – a fixação do valor da multa para o caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações compromissadas;

III – a fixação do valor da contribuição pecuniária ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, quando cabível.

§ 2º Tratando-se da investigação da prática de infração relacionada ou decorrente das condutas previstas nos incisos I, II, III ou VIII do art. 21, entre as obrigações a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo figurará, necessariamente, a obrigação de recolher ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos um valor pecuniário que não poderá ser inferior ao mínimo previsto no art. 23.

§ 3º A celebração do termo de compromisso poderá ser proposta até o início da sessão de julgamento do processo administrativo relativo à prática investigada.

§ 4º O termo de compromisso constitui título executivo extrajudicial.

§ 5º O processo administrativo ficará suspenso enquanto estiver sendo cumprido o compromisso e será arquivado ao término do prazo fixado, se atendidas todas as condições estabelecidas no termo.

§ 6º A suspensão do processo administrativo a que se refere o § 5º dar-se-á somente em relação ao representado que firmou o compromisso, seguindo o processo seu curso regular para os demais representados.

§ 7º Declarado o descumprimento do compromisso, o Cade aplicará as sanções nele previstas e determinará o prosseguimento do processo administrativo e as demais medidas administrativas e judiciais cabíveis para sua execução.

§ 8º As condições do termo de compromisso poderão ser alteradas pelo Cade se comprovar sua excessiva onerosidade para o representado, desde que a alteração não acarrete prejuízo para terceiros ou para a coletividade.

§ 9º O Cade definirá, em resolução, normas complementares sobre cabimento, tempo

e modo da celebração do termo de compromisso de cessação.”(NR)

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor 90 (noventa dias) após a sua publicação.

Art 8º É revogado o § 2º do art. 18 da Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Conforme acordo da Liderança para inversão de pauta, passa-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007.

Item 32:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2007 (nº 7.570/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça*.

Parecer favorável, sob nº 971, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Desejo apenas reiterar que a referida proposição – aliás, de iniciativa do Presidente da República – atende a uma antiga reivindicação do Superior Tribunal de Justiça, no que diz respeito ao problema das custas judiciais. Devo também dizer que o STJ é o único, dentre os tribunais superiores, que ainda não exercita esse novo mecanismo, e passará a fazê-lo a partir da aprovação do referido Projeto de Lei.

De mais a mais, se a proposição não for aprovada até o encerramento desta sessão legislativa, a matéria somente poderá entrar em vigor no ano de 2009, impedindo o Tribunal de aprimorar a prestação de seus serviços judiciários e, conseqüentemente, de aumentar a celeridade do julgamento dos feitos.

Quero dizer também que o Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o nobre Líder Valdir Raupp, não somente elogiou a iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, como a considerou legal, constitucional e regimental. Daí por que faço um apelo aos colegas, seguindo, aliás, a posição dos Líderes partidários, para que aprovem a referida proposição, posto que assim procedendo estaremos concorrendo para dar continuidade ao processo de reforma do Poder Judiciário Brasileiro.

Era essa a minha manifestação, Sr. Presidente, nobre Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 75, DE 2007

(nº 7.570/2006, na Casa de origem)
(De iniciativa do presidente da República)

Dispõe sobre as custas judiciais
devidas no âmbito do Superior
Tribunal de Justiça.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a incidência e a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de competência originária ou recursal.

Art. 2º Os valores e as hipóteses de incidência das custas são os constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. Os valores das custas judiciais do Superior Tribunal de Justiça constantes das Tabelas do Anexo desta Lei serão corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, observado o disposto no art. 15 desta Lei.

Art. 3º As custas previstas nesta Lei não excluem as despesas estabelecidas em legislação processual específica, inclusive o porte de remessa e retorno dos autos.

Art. 4º O pagamento das custas deverá ser feito em bancos oficiais, mediante preenchimento de guia de recolhimento de receita da União, de conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e por resolução do presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 5º Exceto em caso de isenção legal, nenhum feito será distribuído sem o respectivo preparo, nem se praticarão nele atos processuais, salvo os que forem ordenados de ofício pelo relator.

Parágrafo único. O preparo compreende todos os atos do processo, inclusive a baixa dos autos.

Art. 6º Quando autor e réu recorrerem, cada recurso estará sujeito a preparo integral e distinto, composto de custas e porte de remessa e retorno.

§ 1º Se houver litisconsortes necessários, bastará que um dos recursos seja preparado para que todos sejam julgados, ainda que não coincidam suas pretensões.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, o assistente é equiparado ao litisconsorte.

§ 3º O terceiro prejudicado que recorrer fará o preparo do seu recurso, independentemente do preparo dos recursos que, porventura, tenham sido interpostos pelo autor ou pelo réu.

Art. 7º Não são devidas custas nos processos de *habeas data*, *habeas corpus* e recursos em *habeas corpus*, e nos demais processos criminais, salvo a ação penal privada.

Art. 8º Não haverá restituição das custas quando se declinar da competência do Superior Tribunal de Justiça para outros órgãos jurisdicionais.

Art. 9º Quando se tratar de feitos de competência originária, o comprovante do recolhimento das custas deverá ser apresentado na unidade competente do Superior Tribunal de Justiça, no ato de protocolo.

Art. 10. Quando se tratar de recurso, o recolhimento do preparo, composto de custas e porte de remessa e retorno, será feito no tribunal de origem, perante as suas secretarias e no prazo da sua interposição.

Parágrafo único. Nenhum recurso subirá ao Superior Tribunal de Justiça, salvo caso de isenção, sem a juntada aos autos do comprovante de recolhimento do preparo.

Art. 11. O abandono ou desistência do feito, ou a existência de transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dispensa a parte do pagamento das custas nem lhe dá o direito à restituição.

Art. 12. Extinto o processo, se a parte responsável pelo pagamento das custas ou porte de remessa e retorno, devidamente intimada, não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, o responsável pela unidade administrativa competente do órgão julgador a que estiver afeto o processo encaminhará os elementos necessários ao relator e este à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para sua inscrição como dívida ativa da União.

Art. 13. A assistência judiciária, perante o Superior Tribunal de Justiça, será requerida ao presidente antes da distribuição e, nos demais casos, ao relator.

Parágrafo único. Prevalecerá no Superior Tribunal de Justiça a assistência judiciária já concedida em outra instância.

Art. 14. O regimento interno do Superior Tribunal de Justiça disporá sobre os atos complementares necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos respeitando-se o disposto nas alíneas b e c do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal.

ANEXO

TABELAS DE CUSTAS JUDICIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA A RECURSOS INTERPOSTOS EM INSTÂNCIA INFERIOR

RECURSO	VALOR (em R\$)
I - Recurso em Mandado de Segurança	100,00
II - Recurso Especial	100,00
III - Apelação Cível (art. 105, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal)	200,00

TABELA B FEITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

FEITO	VALOR (em R\$)
I - Ação Penal	100,00
II - Ação Rescisória	200,00
III - Comunicação	50,00
IV - Conflito de Competência	50,00
V - Conflito de Atribuições	50,00
VI - Exceção de Impedimento	50,00
VII - Exceção de Suspeição	50,00
VIII - Exceção da Verdade	50,00
IX - Inquérito	50,00
X - Interpelação Judicial	50,00
XI - Intervenção Federal	50,00
XII - Mandado de Injunção	50,00
XIII - Mandado de Segurança:	
a) um impetrante	100,00
b) mais de um impetrante (cada excedente)	50,00
XIV - Medida Cautelar	200,00
XV - Petição	200,00
XVI - Reclamação	50,00
XVII - Representação	50,00
XVIII - Revisão Criminal	200,00
XIX - Suspensão de Liminar e de Sentença	200,00
XX - Suspensão de Segurança	100,00
XXI - Embargos de Divergência	50,00
XXII - Ação de Improbidade Administrativa	50,00
XXIII - Homologação de Sentença Estrangeira	100,00

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, DE 2001**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que *altera o inciso II do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal*.

Parecer favorável, sob nº 784, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador José Eduardo Dutra.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A proposta foi desarquivada nos termos do Requerimento nº 280, de 2007.

A discussão da matéria, em primeiro turno, foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 12 de dezembro de 2002.

Passa-se à votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, agradeço a V. Exª por encaminhar esta matéria, fazendo justiça a um dos setores do trabalho, especialmente da Amazônia, equiparando a aposentadoria dos trabalhadores dos seringais, os extrativistas vegetais, ao que a Constituição já prevê ao trabalhador rural, ao garimpeiro e ao pescador artesanal.

Portanto, eu queria pedir a atenção de todos os Srs. Senadores para aprovar esta matéria, fazendo, assim, justiça a uma importante categoria profissional da região amazônica brasileira. Aproveito para pedir, então, Sr. Presidente, o voto de todos os nossos colegas a esta importante matéria que estamos a apreciar neste momento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Marcelo Crivella, tem a palavra para a encaminhar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria não somente de encaminhar o voto “sim”, mas também parabenizar o trabalho deste Senador que representa os maiores valores da região amazônica, sobretudo do Acre, sua terra, Senador Sibá Machado. V. Exª, mais uma vez, conquista para o povo da sua terra, seus conterrâneos, uma vitória extraordinária. Parabéns, Senador. O PRB vota “sim”.

Eu gostaria, também, Sr. Presidente, de acusar aqui, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Crivella, estamos no encaminhamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sim, Sr. Presidente, vou encerrar já. Mas é um ofício que recebi da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, carta encaminhada ao Sr. Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, a respeito da situação da produção teatral brasileira, especialmente no Rio de Janeiro, com a qual me solidarizo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha satisfação. Há muito tenho esperado este momento de votar esta proposta de emenda constitucional que vai contribuir muito para, primeiro, conceituar no Instituto Nacional de Seguridade Social, quem são os extrativistas. Até hoje, a lei garante a aposentadoria apenas aos trabalhadores rurais, e há uma enorme confusão em relação a isso. Quero parabenizar a nossa querida Senadora e Ministra Marina Silva por essa iniciativa, que, naquela época, apresentou a proposta de emenda constitucional respondendo a um apelo dos seringueiros e seringueiras do Estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar e solicitar ao Plenário desta Casa, aos nossos Senadores e Senadoras o voto “sim” a esta matéria, que é de grande expectativa dos seringueiros e seringueiras de toda a Amazônia brasileira e, principalmente, daqueles poucos que conseguem sobreviver nas florestas do Estado de Rondônia, todos os dias pressionados pelo grande capital, pelo latifúndio e por grandes madeireiras.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar a votação e dizer a V. Ex^a que vou votar “sim”.

Quero dizer ao Senador Sibá que as providências por ele tomadas são úteis, porque o aposentado extrativista merece todas as considerações e o respeito pelas suas atividades.

Mas quero aqui externar, Sr. Presidente, meu sentimento de que todos nós possamos ajudar não só o aposentado extrativista, mas os aposentados brasileiros, que, neste momento, sofrem.

E através do PL nº 58, do Senador Paim, que tramita nesta Casa, todos os Senadores deveriam colaborar. Aqui peço a colaboração do Senador Sibá Machado, que, neste momento, tem o seu projeto encaminhado, projeto que, com certeza, vai ser aprovado, para que o Senador Mercadante possa cobrar do Senador Romero Jucá, exatamente o relator dessa matéria, que essa matéria possa vir para a pauta, Sr. Presidente. E que V. Ex^a tenha condição de colocar essa matéria em discussão, porque ela já está há muito tempo tramitando, e os aposentados brasileiros estão há muito tempo sofrendo.

Era essa a minha consideração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador João Pedro.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Peço a V. Ex^a que me inscreva também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a está inscrito, nobre Senador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar essa iniciativa da Senadora Marina, da Ministra Marina Silva, que é uma cidadã lá da Amazônia, que, com sua sensibilidade, corrige, sem dúvida alguma, essa injustiça contra a categoria de trabalhadores que trabalham com a seringa.

O Brasil assistiu há bem pouco tempo, na televisão, ao seriado *Amazônia, de Galvez a Chico Mendes*, que focava a economia da seringa, o trabalho com o látex, com a borracha. É importante dizer que, até hoje, lá na Amazônia, esses trabalhadores e trabalhadoras continuam trabalhando o látex, a produção da borracha.

Essa categoria de trabalhadores compõem a história da Amazônia e o fazem de forma muito dura. Penso que o Senado da República vai votar essa matéria, corrigindo uma injustiça, reparando um erro histórico. O Senado encontra-se com os seringueiros, encontra-se com a Amazônia, encontra-se com brasileiros e brasileiras que trabalham a borracha na floresta brasileira, que é a floresta da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria mesmo de homenagear a Ministra Marina, autora dessa Proposta de Emenda à Constituição, que vem de uma inspiração dos trabalhadores da floresta lá da região de Rondônia.

Trata-se de uma matéria que diz respeito à proteção social que o Estado brasileiro assegura aos trabalhadores extrativistas. Quem conhece a Amazônia, quem conhece o coração da floresta amazônica sabe a dimensão humana que essa matéria tem.

Estamos falando de vinte milhões de pessoas que moram na nossa região e, desses, algumas centenas de milhares em plena floresta, com uma expectativa de vida muito menor, a uma distância de dias ou quilômetros para chegar a um serviço médico, para buscar informação sobre proteção legal, para ter o direito de ter ajuda para o filho nascer, porque, em regra, a proteção de quem mora na área florestal pura é o acesso a uma parteira, que muitas vezes não teve qualquer treinamento técnico do Estado brasileiro – e aí se somam as dificuldades.

Agora, começa a chegar um programa chamado Luz para Todos a essas regiões mais isoladas, mas em geral o saneamento básico é precário, a informação sobre educação sanitária é precária do mesmo jeito, principalmente em função da distância e do isolamento. Não há possibilidade de conservação dos documentos, em regra pela alta umidade da região, e há pouca informação da importância de que aquilo assegura uma proteção social ao longo da vida dessas pessoas.

Sr. Presidente, tivemos um processo de migração para a floresta amazônica pautado no convite à economia tradicional, gerando riqueza para o País. Foi assim com a borracha, foi assim com os ciclos minerais do ouro, foi assim com os ciclos das reservas minerais que servem à metalurgia, foi assim com outras atividades estratégicas da nossa região, e o Estado brasileiro não

respondeu à altura, em que pesem algumas medidas de avanço na proteção social dessas pessoas.

Entendo que esta matéria vem assegurar uma correção que a norma constitucional não estabelecia adequadamente aos trabalhadores que vivem nas áreas de floresta em plena região amazônica.

Tínhamos isso para trabalhadores que trabalham na pesca e em outras atividades econômicas das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, mas os trabalhadores da atividade extrativista florestal pura da Amazônia não tinham a proteção do Estado.

Então, esta matéria traz uma homenagem a eles quando garante um regime de proteção previdenciária especial, reduzindo em cinco anos a expectativa deles ao direito ao recurso da aposentadoria.

Por essa razão, solidarizo-me com este projeto. Tenho certeza de que o Plenário do Senado Federal saberá fazer homenagem aos homens e às mulheres, aos trabalhadores e às famílias que vivem na região amazônica, em meio à floresta, nos nossos rios, nos nossos Estados.

Meus cumprimentos à Ministra Marina e a todo esse movimento amazônico, que cada vez encontra mais reconhecimento do Brasil.

Parabéns, Senadora Fátima Cleide, porque foi da sua Rondônia que surgiu a inspiração desta Emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lastimavelmente, o Brasil é um país que ainda consagra em sua legislação grandes injustiças.

Temos uma Constituição volumosa, com cerca de 182 mil leis. E, todavia, vamos corrigindo injustiças que se perpetram ao longo do tempo com leis especiais.

Agora, por exemplo, esta é uma lei justa, atende os seringueiros do Brasil, mas se esqueceu dos garimpeiros, garimpeiros que estão também na Amazônia. E são centenas de milhares de garimpeiros espalhados por este País afora que não foram contemplados por uma lei desta natureza.

Temos o Estatuto do Garimpeiro, que acaba de ser votado na Câmara, mas ainda não foi votado no Senado. O ideal é que tivéssemos juntado todas essas categorias merecedoras dos cuidados dos Senadores, dos Deputados e do Presidente da República para praticar de uma só vez a justiça que a elas é devida pelo Poder Público brasileiro.

Cumprimento os autores desta emenda, que estiveram bem inspirados no instante em que puderam apresentá-la ao exame do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Votação da proposta.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pode encaminhar ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, mas, com esse tumulto que está na Casa, às vezes não se percebe o que se está discutindo. Consultei agora o Senador Tião Viana, e a matéria é sobre seringueiros, e não sobre garimpeiros, como disse o nosso Senador Edison Lobão.

Os seringueiros têm uma importância vital, assim como o tem o seu sofrimento, a sua história. Conheço alguma coisa, porque andei muito por aquela região. Outro dia, fiz uma constatação aqui, Senador Edison Lobão, meu querido amigo: a luta do seringueiro pela auto-independência financeira.

Um seringueiro conseguiu fazer a bola perfeitamente sem uso de material poluente. Ele fez a manta artificial para fabricação da bola. Então, aquela comunidade hoje vive da indústria da bola, que não polui e é própria da natureza.

Portanto, se não reconhecemos a atividade do seringueiro e darmos a eles o apoio que eles merecem, sem dúvida alguma o sofrimento será permanente. E vamos discutir depois o problema dos garimpeiros, que também nos preocupa bastante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Não mais havendo quem queira encaminhar a matéria, vamos à votação da proposta.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira orientar as Bancadas...

Senador Sibá Machado.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O PT encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar, lembrando que a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, ou seja, 49 votos favoráveis.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o oftalmologista Cláudio Luiz Lottenberg, que acaba de ser reencaminhado como Presidente do Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Gostaria de dar os parabéns em meu nome, em nome do Senador Tião Viana, em particular, e em nome de todos os Senadores desta Casa. Cláudio Lottenberg presidirá por mais um termo, por mais um mandato, aquele glorioso Hospital Albert Einstein, da terra de V. Ex^a, lá de São Paulo, que presta relevantes serviços à população do nosso País, porque vem gente de todo o Brasil para se tratar ali. É um refúgio, é um abrigo, é um hospital de Primeiro Mundo.

Gostaria de desejar a ele um grande mandato, que seja auspicioso, que seja promissor, que seja efetivo, que seja realizador o mandato do oftalmologista reconduzido à Presidência do Hospital Albert Einstein.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar que, na última votação, estávamos em trânsito e gostaríamos de registrar nosso voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata conterà a manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para encaminhar em nome do Democratas.

O voto do Democratas é “sim”. Essa matéria beneficia os seringueiros do Brasil.

O voto do Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto do Democratas é “sim”.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar V. Ex^a por presidir a nossa Casa.

A escolha foi sábia e cumprimos o seu Partido por nos dar um nome que, com certeza, além de orgulhar o seu Estado, vai orgulhar muito o País.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento e esse documento, inclusive, já foi dado providências pela Mesa, mas, em respeito ao Senador Suplicy e também ao Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de fazer registrar que o voto de aplauso ao grande brasileiro Oscar Niemayer, que estávamos propondo, leva também a assinatura desses dois Senadores, que com certeza, para fazer uma indicação dessa, eu tinha que pedir licença ao Senador Cristovam Buarque. E a assinatura dos dois enriquece muito o nosso requerimento. Eu gostaria, então, de devolver à Mesa o requerimento que tem o número de 1.447 de 2007. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir a matéria. É um assunto ligado à minha região...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para encaminhar a matéria, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma proposta de Emenda Constitucional de autoria da Ministra atual e à época Senadora Marina Silva, proposta justa porque equipara ao nível de trabalhador rural o seringueiro. E o seringueiro não

é outra coisa a não ser um trabalhador rural sofrido, desvalido, abandonado à própria sorte por seguidos governos deste País.

Viveram momentos épicos no Brasil. Conquistaram o Acre, a Bolívia, pela bravura de Plácido de Castro e pela coragem de tantos nordestinos, na sua maioria, cearenses que migraram para aquela região e viveram uma verdadeira epopéia. Veio a debacle dos preços internacionais da borracha. Os seringueiros sofreram! Veio, depois, o período do regime autoritário, a Sudam distribuía dinheiro a rodo para implantarem a pata do boi no local dos seringais. E, se havia a condição de trabalho injusta nos seringais, é verdade que houve a dilapidação ecológica, houve o fracasso econômico de todos daqueles empreendimentos. Eu me lembro de que a Volkswagen tocou fogo em uma área de terras que chamou atenção do mundo já àquela altura e, hoje, nós discutimos, com muita consciência, as queimadas e, à época, nem tanto. À época, poucos tinham a consciência de hoje. À época, se dizia que o desenvolvimento deveria ser a qualquer preço e que se devia queimar a natureza para criar desenvolvimento, como os europeus fizeram com a Floresta Negra, por exemplo. Não havia consciência ecológica.

Mas, até sob esse aspecto, os seringueiros sempre conviveram bem, harmoniosamente, com a natureza. Eles não destruíram a natureza. Ela está intata a depender deles. Se não está intata, é porque a destruição dependeu de outras forças. Portanto, Sr. Presidente, eu aqui, irmanado ao Senador João Pedro, que é colega de Partido da Ministra Marina Silva – minha querida amiga –, encaminho o voto, pelo PSDB, entusiasmadamente a favor da aprovação desta matéria, porque é o resgate de um passado, é justiça que se faz, é abertura de perspectiva de vida para segmentos desvalidos da nossa população.

Portanto, que nós equiparemos os seringueiros à condição de trabalhadores rurais, em termos salariais e em termos de assistência previdenciária, porque eles merecem. Eles fazem parte de uma das horas mais nobres da História que este País já viveu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB/ RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma inversão de ordem na pauta

para que a gente pudesse votar o Projeto de Emenda Constitucional nº 5/2005, pelo qual esperam hoje 3 ou 4 milhões de brasileiros. Trata-se de uma PEC que apresentei dando o direito de criar representatividade no Congresso aos brasileiros que moram no exterior. É o Item nº 8 da pauta. Gostaria de solicitar que o projeto seja votado antes tendo em vista que estamos com tempo, enquanto chegam os assuntos consideramos mais urgentes.

É o pedido que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Cristovam Buarque, vou consultar as Lideranças para saber se concordam com a sugestão de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao mesmo tempo, agradeço a presença do artista Ney Matogrosso, que veio participar da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal. Ney Matogrosso irá participar, ainda, de um debate sobre hanseníase. Dou as boas-vindas a Ney Matogrosso. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero também cumprimentar Ney Matogrosso por sua extraordinária contribuição à música popular brasileira e à causa das pessoas com deficiência.

Gostaria, Sr. Presidente, de também encaminhar favoravelmente à proposta da ex-Senadora Marina Silva, que tem o parecer favorável de nosso ex-líder José Eduardo Dutra. E lembro que, se vamos conceder ao extrativista, o trabalhador na floresta, direitos iguais aos trabalhadores rurais, justamente pessoas que não puderam, ao longo de suas vidas de trabalho, dar a contribuição para o INSS, mais relevante ainda se torna a contribuição de 0,10% da CPMF, que vai para a Previdência exatamente para fazer frente a essas responsabilidades.

Então, como o Senador Arthur Virgílio se entusiasmou tanto pela proposta da Senadora Marina Silva, que ele possa também abrir o seu coração, a sua alma, para a proposição da CPMF, para que pague a contribuição tanto para os trabalhadores rurais quanto aos extrativistas da Amazônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, consulto V. Ex^a se é possível também fazer uma inversão da pauta dos Itens 26 e 27. São dois itens da CLT para os quais há entendimento. São dois projetos da Câmara: um é Relator o Senador Suplicy e o outro eu sou o Relator.

Este é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para cumprir um dever de justiça e o PRB apresentar as congratulações à Ministra Marina Silva por um projeto tão relevante em benefício do povo da sua terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Consulto as Lideranças partidárias sobre se concordam com a proposta de inversão da ordem dos trabalhos apresentada pelo Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador José Agripino.

V. Ex^a não tem objeção?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sobre o que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Sobre a proposta feita pela Senador Cristovam Buarque, de inversão da pauta, do Item 8.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presi-

dente, a minha preocupação é a de que se coloque em pauta de votação a PEC da CPMF. Se começarmos a fazer manobra, inverte-se daqui, inverte-se de lá, vamos chegar às 9 horas da noite sem que essa matéria não tenha entrado ainda em apreciação.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, até pela celeridade dos trabalhos, para que cheguemos, conforme foi acordado ontem, à apreciação e à votação da matéria CPMF.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr.

Presidente, meu pedido era se houvesse um espaço

meio vazio, mas, se já está começando a CPMF, retiro o meu pedido sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Infelizmente, Senador Cristovam Buarque, não existe esse espaço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mui-

to bem. Está retirado o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Aproveitando a proposta de inversão da Ordem do Dia do Senador José Agripino, vamos votar logo a CPMF.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Aplauso

à decisão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Logo após o encerramento deste item, votaremos a CPMF.

Pergunto aos outros Líderes partidários se concordam.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB concorda.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT concorda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Lideran-

ça do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB concorda.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP concorda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN.) – Atenção, como vota o PMDB?

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Lí-

der. Sem revisão do orador.) – Vai-se votar o Item 1, depois a CPMF, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN.) – Não. Vamos votar o item cujo processo de votação já iniciou e, depois, a CPMF.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR concorda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como

Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PT e o Bloco também.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB concorda.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB propõe votar mais um item, mais uma PEC, o Item 3, e depois a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Mais um item, além deste que está sendo votado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Mais um item além deste que está sendo votado e concluído.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Consulto os Líderes sobre se aceitam a proposta do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordamos.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro concorda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que a CPMF fosse votada logo após esta votação. Agora, se eu não tiver a maioria dos Líderes, vou submeter-me à maioria, mas a minha proposta é a de que, encerrada esta votação, entre em encaminhamento de votação, porque a discussão foi encerrada, a Proposta de Emenda à Constituição que trata da prorrogação da CPMF.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Item 3 será de votação rápida, não é Senador Valdir Raupp? Então, acho que até ganharíamos tempo, se não houvesse o debate do encaminhamento e fizéssemos a votação rapidamente, aproveitando o quórum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB entende que a votação da CPMF certamente promoverá uma sessão polêmica e demorada. Por isso, opinamos que V. Ex^a inicie, assim que concluir esse item, imediatamente, o processo de deliberação sobre a CPMF.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos votar a CPMF hoje. Então, votando mais uma PEC ou menos uma PEC... Se o PMDB quer votar mais uma PEC – e concordo que se vote –, acho que não faz diferença para o nosso processo de votação aqui na Casa.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Tem a palavra o Senador Expedito Júnior, pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Líderes do Democratas e do PSDB no sentido de que votemos rapidamente essa outra matéria do PMDB. Em seguida, adentraremos logo a CPMF, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Vou atender o apelo do Senador Expedito Júnior, do PR.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Tem a palavra o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – O PTB concorda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR está de acordo, entendendo que mais meia hora ou 40 minutos... Todos estamos preparados para votar a CPMF, varando a noite, se necessário.

Concordamos que façamos rapidamente essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – A Presidência, depois de ouvir as Lideranças partidárias, comunica que vai encerrar esta votação; depois, votaremos o Item 3 e então votaremos a CPMF.

Todos os Senadores já votaram? (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

Consulto se algum Senador não votou?

Encerrada a votação, vamos apresentar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2001 (1º TURNO)

ALTERA O INCISO II DO § 7º DO ARTIGO 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA REGULAMENTAR A APOSENTADORIA DO EXTRATIVISTA VEGETAL

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 12/12/2007 17:28:13
Encerramento: 12/12/2007 17:45:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM	PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM	PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM	PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM	PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	SIM	PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM	PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	ABST.	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM				
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM				

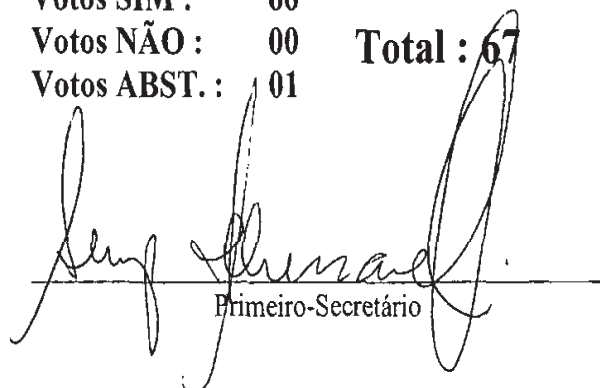
Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 66

Votos NÃO : 00

Votos ABST. : 01

Total : 67



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 66 Senadores; e, NÃO, nenhum.

Houve uma abstenção apenas.

Total: 67 votos.

Portanto, a Proposta de Emenda à Constituição de nº 56, de 2001, no primeiro turno, está aprovada por unanimidade.

Comunicamos que a matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

Vamos passar, agora, ao Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos passar, agora, ao Item 3.

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nº 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria, Sr^{as} e Srs. Senadores, constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que foram apresentados os Requerimentos nºs 67 a 69, de 2007, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando informações aos Ministros de Estado das Cidades, da Integração Nacional e da Fazenda, referentes à matéria, cujas respostas foram encaminhadas através dos Ofícios nºs 11 e 6.124, de 2007, e do Aviso nº 160, de 2007, dos respectivos Ministérios.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.449, DE 2007

Nos termos do art. 315, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13 de 2003, que “altera a redação do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios” de autoria do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e outros Senadores e Senadoras, para que possa ser analisada em reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

Apesar da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania já ter se pronunciado sobre a matéria, inclusive em reexame, a União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE, que elaborou a minuta desta proposta apresentada ao Senado, entendeu haver mudanças necessárias a serem incluídas no texto da proposta, sendo necessário rediscutir estes pontos na Comissão que regimentalmente tem esta prerrogativa.

É preciso dotar a emenda constitucional de mecanismos mais eficazes no combate à criação desnecessária de municípios, criando cidades débeis financeiramente, o que trará prejuízos inestimáveis às populações locais.

Posto isto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, pois acredito ser salutar maior análise, principalmente destas sugestões a serem apresentadas pela UNALE, que merece todo nosso respeito e consideração, desta forma possamos aprovar o projeto de forma totalmente clara e capaz de lograr maior êxito em sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senadora **Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de adiamento da votação da matéria, para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apenas queria saber quem está pedindo o reexame.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Está bem. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item nº 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).*

Pareceres sob nºs 1.080 e 1.183, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), favorável, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu; e 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 1 a 19, de Plenário), contrário, apresentando a Emenda nº 20, de redação, com votos favoráveis dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Kátia Abreu, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati e José Agripino.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço vênica para ler todo o enunciado.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A discussão da matéria, em primeiro turno, Srs. Senadores, já foi encerrada na sessão deliberativa do último dia 3, com a apresentação das Emendas de nºs 1 a 19, de Plenário.

Vamos passar, então, à votação.

Vamos ao encaminhamento da votação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a nos inscrevesse para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria de estar inscrito para fazer o encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, Senador Valter Pereira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR.) – Peço a V. Ex^a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Alvaro Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Marcelo Crivella, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Marcelo Crivella já está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Magno Malta está inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Magno Malta já está inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sibá Machado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sibá Machado já está inscrito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, Expedito Júnior. Já devo estar inscrito.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Fátima Cleide, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fátima Cleide.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Epitácio Cafeteira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Epitácio Cafeteira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eduardo Suplicy, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eduardo Suplicy.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Renato Casagrande, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Renato Casagrande.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – João Pedro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – João Pedro.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, só para checar, já estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Expedito Júnior está inscrito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a quer se inscrever?

Já está inscrito. Já está inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, vou encaminhar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá a palavra para encaminhar pela Liderança do PDT.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, desejo também inscrever-me para falar no encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a já está inscrito.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, por cinco minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no balanço das discussões e de embates acerca da CPMF, o que se vislumbra é o fracasso do diálogo, o triunfo da intransigência e a imprevisibilidade do futuro.

Pela lei do menor esforço, o Governo deixou de lado a reforma tributária, que poderia efetivamente corrigir distorções fiscais e lhe garantir receita permanente; e absteve-se de fazer o seu dever de casa, que era criar alternativas para enfrentar o fim previsto e anunciado da Lei do Cheque.

Acostumado a navegar em águas plácidas, não se apercebeu de que, no Senado, a voz rouca das ruas produz o seu eco.

E o clamor popular resulta das pressões de uma das maiores cargas tributárias do planeta!

Pelo menos, foi isso o que se constatou das audiências públicas realizadas para conhecer os fundamentos de quem veio defender e de quem veio criticar a política tributária nacional.

Ministros de Estado e técnicos do Governo não conseguiram afastar a imputação de que a Fazenda Pública é movida por um insaciável apetite que parece não ter fim.

Já os agentes econômicos que se engajaram nos debates demonstraram de forma cabal que a excessiva incidência de impostos acarreta graves prejuízos, graves seqüelas ao País. A principal delas é a atrofia do desenvolvimento econômico.

Basta comparar o desempenho da nossa economia com a prosperidade dos demais países emergentes.

Nos últimos 10 anos, a expansão do PIB no Brasil foi da ordem de 22%. Nesse mesmo período, o PIB mundial cresceu 44%, ou seja, cresceu exatamente o dobro. Por aí, se conclui que o Brasil ficou 50% mais pobre em relação ao resto do mundo.

Comparar o PIB do Brasil com o dos países da América Latina, incluindo o Caribe, deixa qualquer um desapontado. A taxa de crescimento de 2,35% da nossa economia em 2005 superou apenas a do Haiti, um país destruído pela guerra civil, que não ultrapassou 1,5%.

Na tribuna desta Casa, inúmeros discursos foram feitos, advertindo que, com essa carga tributária, o Brasil vai continuar perdendo a corrida do crescimento econômico.

Em 2006, pela metodologia anterior, o IBGE constatou um crescimento econômico de 2,9%. Com isso, o País está deixando de gerar os empregos que a sociedade reclama. E quanto mais desemprego, maior a necessidade de proteção estatal, mais dependência de programas sociais e maiores gastos públicos para o contribuinte pagar.

A maior indignação da sociedade decorre dessa monumental carga tributária que o brasileiro é compelido a pagar. Daí a minha convicção de que é preciso reduzir o estômago da Fazenda Pública. Só uma carga tributária civilizada poderá liberar as forças produtivas para promover o desenvolvimento econômico nos patamares dos demais países emergentes.

O cerco contra a renovação da CPMF é a trincheira que restou para proteger o lombo do contribuinte, esfolado, contra tantos impostos, taxas, emolumentos, que a Fazenda Pública, em todos os níveis e esferas, não se cansa de criar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a dispõe apenas de um minuto. Desejo a compreensão de V. Ex^a para poder obter a compreensão de todos os oradores inscritos. Já temos 25 Senadores inscritos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, o assunto é da maior relevância. Gostaria que V. Ex^a tivesse um pouquinho mais de tolerância, mesmo que a sessão se arraste por um pouco mais à noite, porque hoje é um dia decisivo para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, vou consultar as Lideranças se desejam elastecer o tempo, porque o tempo regimental é de cinco minutos.

O Senador Valter Pereira está querendo mais tempo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, a opinião do Democratas é que se deve restringir aos cinco minutos regimentais, até porque a quantidade de oradores é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou responder à questão que V. Ex^a levantou: pelo PSDB, o encaminhamento da votação deve ser de cinco minutos, até porque não se trata de sessão de discussão.

A discussão está vencida. O que está sendo feito é encaminhamento da votação. Portanto, cinco minutos sem prorrogação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já estamos com 30 inscritos. Se cada um tem cinco minutos, serão 150 minutos só para encaminhar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Trinta minutos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria encaminha cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Trinta minutos para cada orador?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Temos que intensificar a discussão, Sr. Presidente. É uma noite importante.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os Líderes. Eles não têm poder, não podem mudar o Regimento e agiram de acordo com o Regimento, com a lei e com a prudência, para o bom andamento da sessão. Cumprimento os Líderes pela atitude que tomaram.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência vai dar dois minutos ao Senador Valter Pereira, pedindo sua compreensão.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a e aos Líderes a compreensão.

Mas, Sr. Presidente, a despeito de todas as restrições que faço a essa monumental carga tributária, não

posso me iludir, pensando que a falta da CPMF não vai gerar impacto nas contas públicas, na prestação de serviços, na realização de programas e na construção de obras. Mesmo que se concretize todas as expectativas de excesso de arrecadação, ainda assim serão inevitáveis os efeitos da incerteza, a necessidade de metas, os atrasos nos cronogramas, além de outros fatos imprevistos.

Foi alicerçado em tais convicções que apresentei emenda que previa a extinção da CPMF em quatro anos: para o ano de 2008, uma alíquota de 0,30%; para 2009, 0,22%; 2010, 0,14%; a partir de 2011, 0,08%, com destinação exclusiva para o Fundo Nacional de Saúde.

Lamentavelmente, a ilustre Relatora não acolheu nenhuma proposta de redução gradativa, optando pela extinção abrupta, de uma só vez!

O Governo, por seu turno, age com a mesma rigidez e nega concessões que torne palatável o texto que quer aprovar.

Em resumo, Sr. Presidente: a ilustre Senadora Kátia Abreu, que produziu uma extensa discussão da matéria, na condição de Relatora na CCJ, não abriu nenhuma janela para facilitar a digestão do projeto, e o Governo fechou suas portas para mudanças capazes de agregar apoio social e político, necessário à aprovação de sua proposta.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, não tenho mais possibilidade de conceder tempo. Só um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Estamos numa situação de perplexidade. O que resta é escolher entre derrubar uma receita de R\$40 bilhões de uma só vez, com todas as conseqüências que ela pode acarretar, ou aceitar a negociação apalavrada com o Governo.

Nessa negociação, o Governo concordou com alguns pontos que todos nós conhecemos. Alguns estão praticamente balizando as mudanças de opinião ainda nesta sessão e deverão ser confirmados pela Liderança do Governo.

Em tais circunstâncias, Sr. Presidente, nesta saia justa que estamos vivendo, que estamos passando neste momento, vou anunciar a V. Ex^a que, com muita contrariedade, vou acompanhar a minha Bancada e votar a favor da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda e agradeço ao Senador Valter Pereira a compreensão.

Senador Valter Pereira, V. Ex^a já ultrapassou todos os prazos concedidos. Vou lhe conceder mais um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Nem mais um minuto, Excelência. Não vou abusar do direito dos meus companheiros, dos demais Senadores. Vou passar às mãos de V. Ex^a todo o meu posicionamento, porque isto deverá ficar nos Anais desta Casa, a fim de que amanhã, em eventual cobrança, esteja devidamente registrado o posicionamento que tomei diante deste assunto de tamanha relevância.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR VALTER PEREIRA.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no balanço das discussões e embates acerca da CPMF, o que se vislumbra é o fracasso do diálogo, o triunfo da intransigência e a imprevisibilidade do futuro.

Indiferente aos clamores levantados contra uma obrigação provisória, criada com destinação específica para a saúde, o governo preferiu apostar na subserviência atávica do Congresso.

Pela lei do menor esforço, deixou de lado a reforma tributária, que poderia efetivamente corrigir distorções fiscais e lhe garantir receita permanente;

e absteve-se de fazer o seu dever de casa que era criar alternativas para enfrentar o fim previsto e anunciado da lei do cheque.

Acostumado a navegar em águas plácidas, não se apercebeu que no Senado, a voz rouca das ruas produz o seu eco.

E o clamor popular resulta das pressões de uma das maiores cargas tributárias do planeta!

Pelo menos foi isso o que se constatou nas audiências públicas realizadas para conhecer os fundamentos de quem veio defender e de quem veio criticar a política tributária nacional.

Ministros de Estado e técnicos do Governo, não conseguiram afastar a imputação de que a fazenda pública é movida por um insaciável apetite que parece não ter fim.

Já os agentes econômicos que se engajaram nos debates, demonstraram de forma cabal que a excessiva incidência de impostos acarreta graves seqüelas ao País.

A principal delas é a atrofia do desenvolvimento econômico.

Basta comparar o desempenho da nossa economia com a prosperidade dos demais países emergentes.

Nos últimos dez anos a expansão do PIB no Brasil foi da ordem 22%.

Nesse mesmo período o PIB mundial cresceu 44%, ou seja, cresceu exatamente o dobro.

Por aí se conclui que o Brasil ficou 50% mais pobre em relação ao resto do mundo.

Comparar o PIB do Brasil com os países da América Latina, incluindo o Caribe, deixa qualquer um desapontado.

A taxa de crescimento de 2,35% da nossa economia em 2005, superou apenas a do Haiti um país destruído pela guerra civil, que não ultrapassou 1,5%.

Na tribuna desta Casa, inúmeros discursos foram feitos advertindo que com essa carga tributária o Brasil vai continuar perdendo a corrida do crescimento econômico.

Em 2006, pela metodologia anterior, o IBGE constatou um crescimento econômico de 2,9%.

Com isso, o país está deixando de gerar os empregos que a sociedade reclama.

E quanto mais desemprego, maior necessidade de proteção estatal, mais dependência de programas sociais e maiores gastos públicos para o contribuinte pagar.

Na minha visão pessoal, não é a CPMF em si a fonte da discórdia entre governo e contribuinte!

A maior indignação da sociedade decorre da monumental carga tributária que o brasileiro é compelido a pagar!

Daí a minha convicção de que é preciso reduzir o estômago da fazenda pública!

Só uma carga tributária civilizada poderá liberar as forças produtivas para promover o desenvolvimento econômico nos patamares dos demais países emergentes.

O cerco contra a renovação da CPMF é a trincheira que restou para proteger o lombo do contribuinte esfolado contra tantos impostos, taxas, emolumentos que a fazenda pública, em todos os níveis e esferas não se cansa de criar.

Quando o projeto tramitou na Câmara, o governo foi implacável e impediu qualquer mudança capaz de torná-lo mais palatável.

Conseguiu aprová-lo em sua integralidade.

Não tenho dúvida alguma de que é preciso reduzir o peso dos tributos, mas não posso esconder, também, o profundo receio quanto ao impacto da extinção abrupta da CPMF.

E essa inquietação não é de hoje.

Desde o momento em que a PEC dessa contribuição deu entrada no Congresso entendi que a extinção é necessária, mas precisava ser promovida por etapas, com gradualismo.

O que me levou a esse receio, foi a experiência que adquiri na administração direta e na empresa pública.

Nas duas vezes que tive a responsabilidade de administrar um orçamento conheci os perigos que acarretam a frustração brusca de receitas e os gastos imprevistos ou mal planejados.

Eu sei e todos nesta Casa que passaram pelo Executivo sabem o que pode significar a eliminação de uma só vez de receita de grande magnitude.

Não compartilho com aqueles que ameaçam com a sinistrose da esterilização do governo na hipótese da rejeição da medida.

Passando ou não o projeto, o governo vai sobreviver e continuar exercendo as funções que lhe são reservadas.

Todavia, não posso me iludir de que não haverá impacto nas contas públicas e na prestação de serviços, na realização de programas e na construção de obras.

Mesmo que se concretize toda expectativa de excesso de arrecadação, ainda assim serão inevitáveis os efeitos da incerteza, a necessidade de reprogramação de metas, os atrasos nos cronogramas, além de outros fatos imprevistos.

Foi alicerçado em tais convicções que apresentei emenda que previa a extinção da CPMF, em 4 anos.

Para o ano de 2008, uma alíquota de 0,30%;

Para 2009, uma alíquota 0,22%;

Para 2010, uma alíquota de 0,14%;

e a partir de 2011, 0,08%, com destinação exclusiva para o Fundo Nacional de Saúde.

Lamentavelmente, a ilustre relatora não acolheu nenhuma proposta de redução gradativa, optando pela extinção abrupta, de uma só vez!

O governo, por seu turno, age com a mesma rigidez e nega concessões que torne palatável o texto que quer aprovar.

Em resumo: a Ilustre Senadora Kátia Abreu, que produziu uma extensa discussão da matéria, na condição de relatora na CCJ, não abriu nenhuma janela para facilitar a digestão do projeto.

E o governo fechou suas portas para mudanças capazes de agregar apoio social e político, necessário à aprovação de sua proposta.

Na situação de perplexidade que se criou o que resta é escolher entre derrubar uma receita de 40 bilhões de reais, de uma só vez, com todas as consequên-

cias que ela pode acarretar ou aceitar a negociação apalavrada com o governo.

Nessa negociação, o governo concordou com os seguintes pontos:

1 – Reduzir a alíquota em 0,02% ao ano durante o próximo quadriênio para chegar em 2011 com uma incidência de 0,30%.

2 – Desonerar os contribuintes com renda até R\$ 2.850,00 dessa obrigação. Essa medida desonera, aproximadamente, mais 11 milhões de trabalhadores brasileiros.

3 – Renegociação das dívidas do setor agrícola do país.

No entanto, o governo não cumpriu o compromisso de enviar o projeto de reforma tributária como tinha prometido.

Exatamente aí reside a ferramenta capaz de incentivar os negócios, aliviar o contribuinte da massacrante carga de impostos que hoje pesa sobre ele e resolver em caráter permanente os problemas fiscais do governo.

Se essa ou outra proposta laborada no mesmo sentido tivesse tido acolhida, com certeza o governo não estaria sendo compelido a interromper a tramitação da PEC como está sendo desenhado.

Na esteira dessa instabilidade, medra o risco de incertezas que poderiam ser evitadas caso houvesse uma negociação madura entre governo e oposição.

Mas há tempo para isso. É isso o que se espera.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Agradeço ao Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Por igual tempo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez a tribuna, esta tarde, devesse ser entregue exclusivamente a Senadores e Senadoras que já tiveram a responsabilidade de governar Municípios e Estados em nosso País. Esses compreendem muito melhor o significado da CPMF para programas sociais que têm permitido melhorar – muitos têm dito melhorar pouco, mas melhorar – a vida do povo brasileiro. São recursos destinados à assistência social, à Previdência Social e, majoritariamente, à saúde.

Faz-se uma discussão com o Governo, que propõe que esses recursos para a área de saúde cheguem até a 100% da CPMF.

No repasse, muitas questões têm sido levantadas sobre os efeitos desse tributo, que é regressivo, que é um tributo na forma de contribuição. Portanto, não seria repassado aos Municípios e aos Estados.

Tem-se levantado a idéia da carga tributária elevada em nosso País, com o que todos – absolutamente todos – concordam no Senado Federal.

Mas ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que seria impensável – e digo isso porque passei oito anos na oposição ao governo anterior ao de Lula. Na primeira oportunidade de debate e discussão da CPMF, como sabem aqui os Srs. ex-Governadores de Estado, reunimo-nos com o Ministro da Saúde e o Ministro da Fazenda em debates no Congresso Nacional, lá em 1996. E reafirmamos naquela hora: “Nós somos da oposição. O PCdoB faz oposição ao Governo de Fernando Henrique Cardoso”. Mas, naquela hora e naquele primeiro instante, dissemos: “Nós não fazemos oposição ao nosso País. Não podemos fazer oposição ao nosso País”. E retirar R\$40 bilhões do Orçamento não é oposição ao Governo; essa oposição é ao Brasil, ao nosso povo. Por isso, lá atrás, na primeira oportunidade, nós dissemos: “Temos de votar a favor não de Adib Jatene, mas da saúde; votar a favor de uma contribuição vinculada a essa área da saúde”.

Por isso, Sr. Presidente, nós que já votamos favoravelmente também já votamos “não”, argüindo exclusivamente a política, tendo somente um posicionamento partidário, político, de enfrentamento ao Governo. Nossa votação contrária deu-se nesse episódio, já quando o imposto passava de Fernando Henrique para Lula, já em um período entre 2002 e 2003, para que acabássemos antes que começasse o Governo Lula. Não era mais para beneficiar o Governo anterior porque já havia se beneficiado sobejamente da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Sr. Presidente, talvez pudéssemos dizer que temos de apelar ao bom senso. Ora, a carga tributária é alta? Mas é nesse período que estamos assistindo à desoneração mais larga de determinados setores da atividade econômica do Brasil. Se há uma desoneração larga de determinados setores, por que vamos negar? Negar ao Governo de Lula, agora, a CPMF é negar ao País, é negar ao Brasil. É como se fosse um ato criminoso que quiséssemos cometer sem punição. Não há punição para esse ato. Cometeríamos uma insanidade, Sr. Presidente.

Quero dizer que falo em nome do meu Estado, do povo do Ceará, que me mandou aqui para o Senado. Conversamos com o Governador e com os Prefeitos.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Vou concluir, Sr. Presidente, para dar oportunidade a todos que querem falar.

Muitos que estão aqui são médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, que estão se dirigindo ao Congresso Nacional, ao Senado da República. Não votem para Lula; não votem para este Governo; votem para o Brasil, para o nosso povo, para a saúde pública brasileira, para o Sistema Único de Saúde, que foi uma grande vitória do povo brasileiro.

Por isso estou aqui. Pouco tenho falado sobre este assunto, mas quero me dirigir aos nossos Senadores nesta hora. Não votem para Lula, não votem para o Governo; pensem no povo brasileiro, pensem no Brasil. Se fizerem assim, com certeza haverá grande compreensão do povo brasileiro em relação à posição daqueles que, mesmo contrários ao Governo, foram capazes de dar o seu voto porque pensaram no povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a compreensão do Senador Inácio Arruda e concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que as palavras que o Senador Inácio Arruda acabou de colocar são definitivas. Esse voto não é o voto a favor do Governo ou contra o Governo. Com as palavras do Inácio Arruda deveríamos encerrar a discussão e começar a votação. Ele colocou de uma maneira clara que não está aqui a oposição se digladiando com a situação. Estamos aqui o povo brasileiro inteiro, pelos seus representantes, querendo que um tributo que vai para a saúde, para o social, para a merenda escolar, continue a ser cobrado dos que têm mais para ser levado para os que têm menos. É o tributo *Hobin Hood* a CPMF, pois tira de quem tem muito e leva para quem tem quase nada.

Não estamos aqui, neste momento, discutindo se queremos atrapalhar o Governo, porque não vamos, se votarmos contra, atrapalhar o Presidente Lula. Vamos criar dificuldades para os mais pobres, os mais humildes e sofridos deste País, e o Lula continuará a crescer perante a opinião pública.

Há outro ponto, Sr. Presidente. Quero dizer da minha coerência. Estava como Presidente o Itamar Franco, recebi apelos do PSDB, do Democratas, então PFL – eu do PMDB –, para votar pela CPMF. Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República, e eu no PMDB. O PSDB me convenceu de que era necessário prorrogar e aumentar a alíquota da CPMF. E agora os companheiros do PSDB, que me conven-

ceram solidamente para votar a favor, pretendem me convencer a votar contra. Eles mudaram de opinião, eu continuo coerente com a minha opinião a favor da população do Brasil.

É necessário que os membros de um partido entendam que um partido não é um bloco sólido, que ele é composto de seres humanos e que, neste momento, podemos fazer oposição ao Presidente, mas não podemos fazer oposição ao Brasil e aos brasileiros. É isso que está em jogo neste momento. O partido não pode ficar acima da condição social de milhares de brasileiros.

Ora, dizem que o Governo agora está arrecadando mais. Parabéns para o Governo! Queremos punir o Governo por que ele é eficiente? Queremos punir o Governo por que ele melhorou a arrecadação? Queremos punir o Governo por que está implementando programas sociais? Isso não é correto, isso não é fazer oposição. Temos de aplaudir o Governo que consegue cumprir essas metas e fazer com que ele continue a cumpri-las pelo bem da maioria dos brasileiros.

Não devemos punir a eficiência, mas premiá-la, dar apoio e força à eficiência, para que o Governo continue realizando mais. Nós sabemos que, apesar da melhoria da arrecadação no País, Sr. Presidente, a nossa situação não é das melhores.

Vimos, há poucos dias, o problema das prisões. Temos de melhorar as prisões; precisamos de recursos para melhorar as prisões. Alguns dizem que vão jogar todos os recursos na saúde. Ótimo! A saúde, no Brasil, não é a melhor da América Latina. Temos de ajudar a melhorar a saúde no Brasil.

E a maneira de fazê-lo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente apoiando e aprovando a prorrogação da CPMF, este imposto “Robin Hood”, que vai tirar de quem tem mais e levar para quem menos ou quase nada.

Essa é a posição que temos agora. Vamos fazer oposição ao País? Não podemos. Vamos fazer oposição ao Presidente Lula? Podemos, mas não é o momento, porque não podemos fazer oposição aos mais pobres do Brasil.

Por isso, coerente no voto com Itamar Franco, coerente com o voto do PSDB de Fernando Henrique, coerente com o voto do PT de Lula, voto sim à CPMF, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço ao Senador Gerson Camata. E concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, está chegando o

momento de nós definirmos esta votação. Provavelmente, a votação não vai encerrar esta discussão. Quero chamar a atenção para isso. Esta discussão vai além de qualquer que seja o resultado de hoje da votação da prorrogação da CPMF.

Quero chamar a atenção desta Casa, quero chamar a atenção do Brasil que acompanha este debate, para o fato de que votações iguais a esta já aconteceram aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado da República, por seis vezes, Sr. Presidente. Por seis vezes, esse debate já consumiu o Senado da República e a Câmara.

A primeira Emenda Constitucional, de nº 3, foi de 1993; a segunda Emenda Constitucional foi a de nº 12. A primeira criou o IPMF, o imposto. Três anos depois, em 1996 – e aqui no Congresso Nacional houve a batalha de Waterloo –, a segunda Emenda Constitucional. Em 1999, a terceira Emenda Constitucional. Em 2002, a quarta Emenda Constitucional, e discutia-se a mesma CPMF de agora. Em 2003, mais uma votação, a Emenda Constitucional de nº 42.

E nós estamos mais uma vez votando a prorrogação. Não é novidade. A novidade é não prorrogar pela sétima vez. Essa é a novidade. Porque esta Casa já votou as prorrogações que acabei de mencionar. Cinco vezes. Esta é a sexta votação. A novidade é não prorrogar.

Neste debate, eu gostaria de ilustrar a discussão. O momento importante deste debate. Quero ler, aqui, a carta de Adib Jatene, quando deixou o Ministério da Saúde. Ele escreveu a seguinte carta ao então Presidente da República:

“À Sua Excelência Senhor Doutor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República do Brasil.

Repito a frase aprendida de V. Ex^a: ‘A política não é a arte do possível; é a arte de tornar o possível necessário’.

Estou tranquilo, porque dei minha contribuição com lealdade e no limite de minha capacidade, sem trair os ideais dos que lutam no setor saúde pela equidade e pela garantia de acesso às camadas mais sofridas da população. Outros complementarão o trabalho, sob a liderança de Vossa Excelência, para que seja possível atender ao necessário que detectamos.

Aproveito para manifestar-lhe o meu melhor apreço.

Cordialmente,
Adib Jatene.”

O então Presidente Fernando Henrique responde:

“Meu caro Jatene,

Exatamente porque acredito que é preciso tornar possível o necessário, apoiei a CPMF e fiz, junto consigo, os esforços para aumentar a dotação do Ministério da Saúde. Só assim foi possível quase dobrar, em dois anos, os recursos do SUS. Ainda sim, eles são insuficientes. O que fazer? Continuar lutando, como continuarei: pena que sem você, embora com sua inspiração.

Resta agradecer, muito sinceramente, sua colaboração, sua coragem para diagnosticar os problemas do Ministério e enfrentar as soluções, e o ânimo que você infundiu em todos nós. Tenha a certeza de que suas declarações mostrando a disposição de continuar a luta pela saúde não ficarão nas palavras. O Brasil precisa de gente como você.”

Quero fazer justiça a Adib Jatene, porque continua defendendo a CPMF, porque o Brasil continua com o SUS, porque o Brasil continua com a parcela de sua população pobre, porque 75% da população do Brasil, Sr. Presidente, este País de milhões, freqüente e precisa do SUS. Esse é o suficiente para diminuirmos a politização da CPMF e votarmos aqui em defesa do povo que faz fila na frente dos hospitais.

É preciso que o Senado diminua este debate tão politizado. Lula vai continuar. Quem precisa da CPMF é o povo brasileiro, o povo da Amazônia, os povos indígenas, aqueles que precisam combater a malária, aqueles que precisam combater a hanseníase, aqueles que precisam ter, no Brasil, a esperança.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós debatemos com profundidade; nós debatemos com calor.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quem sabe até exageramos no contraditório, mas é preciso que, nesta hora, e nós, no Senado, que representa os Estados, com a sua serenidade, com o seu olhar de brasilidade, com o seu olhar de Estado, façamos com que uma luz possa romper com a arquitetura de Oscar Niemeyer, sem destruir, e faça iluminar aqui a esperança do povo brasileiro, que quer, sim, votar a CPMF.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe de cinco minutos, com a prorrogação de um minuto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, ouço o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para encaminhar a matéria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, ouço o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero lembrar a V. Ex^a que eu estou inscrito. Eu fui um dos primeiros a pedir a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tentamos tudo o que foi possível para o convencimento daqueles que são contra radicalmente a CPMF e não admitem sequer uma queda paulatina, gradual da alíquota da CPMF até o ano de 2011, quando seria extinta definitivamente. Foi essa a proposta que o Governo recebeu do Senador Antonio Carlos Valadares, no que foi apoiado por todos os Senadores e Senadoras da base aliada. Com essa proposta aprovada, o compromisso do Governo de reduzir substancialmente a carga determinada pela CPMF, uma renúncia da ordem de R\$20 bilhões.

É lógico, Sr. Presidente, que, na época em que esta emenda constitucional foi aprovada, no ano de 2006, de que fui o primeiro signatário – nacionalmente, ela era conhecida como Emenda Jatene, mas, no meu Estado, por motivos estratégicos dos nossos adversários, ela era conhecida como Emenda Valadares –, ela era voltada exclusivamente para a saúde. Dois ou três meses depois de aprovada, no entanto, Sr. Presidente, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais de perto o Ministro Malan, pegou dois ou três bilhões da CPMF e, ao invés de depositar no Fundo Nacional de Saúde como estava previsto na legislação, colocou no cofre do BNDES, para financiar empresários.

A partir dali, ele não só perdeu o Ministro, que renunciou – o Ministro Jatene renunciou ao Governo e saiu do Ministério da Saúde –, como também votei contra todas as prorrogações, inclusive a ocorrida no Governo do Presidente Lula.

Entretanto, Sr. Presidente, enquanto no Governo passado, a alíquota de 0,20% foi aumentada para 0,38%, ou seja, houve um aumento substancial de 0,18%, neste Governo, pela primeira vez, sinaliza com o compromisso que vai ser cumprido: vai haver uma redução paulatina até 2011, chegando a 0,30%; também haverá sua extinção com a aprovação de uma nova reforma tributária, que é o que nós mais queremos.

Sr. Presidente, eu perguntaria se por acaso a CPMF for derrubada nesta sessão – hoje é quarta-feira – de hoje a oito, quarta-feira que vem, o preço do feijão, o preço da farinha, o preço do arroz e o preço da carne do povão vai ser reduzido. O preço vai ser reduzido? Eu aposto meu mandato que, se a CPMF cair nesta sessão, não vão cair os preços dos produtos da cesta básica. Até podem ser aumentados em razão de um ou outro fenômeno da atividade econômica aqui ou no Nordeste do Brasil.

É uma balela dizer que a CPMF, Sr. Presidente, atinge os mais pobres. Pelo contrário. Se a CPMF, neste momento, atinge, atinge sim, de forma positiva, os 140 milhões de brasileiros que dependem do SUS, que não podem pagar o seguro saúde, como podem pagar os mais ricos.

Os mais ricos podem, em função de um seguro de R\$300,00 ou R\$400,00 mensais, ou até de mil reais, pegar um jatinho aqui em Brasília e ir para São Paulo, para o Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro, ser atendidos por um médico especialista.

Entretanto, Sr. Presidente, em uma operação de rins, por exemplo, que custa uma fortuna, o pobre, se estiver na fila, pode extrair o rim, substituir o rim, que é uma operação especialíssima. E quem vai pagar, Sr. Presidente? Quem vai pagar é a CPMF. Quem vai pagar é o SUS, que foi criado única e exclusivamente para atender de forma universal a pobreza do Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, cumprindo o horário religiosamente, quero dizer: lembrem-se de Pirro, que teve uma vitória retumbante contra os romanos, mas depois disse aos seus generais: Se eu tiver uma vitória desse mesmo tipo, eu estarei derrotado.

Este é um recado para a Oposição. Vocês podem ganhar esta batalha.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A Oposição pode ganhar esta batalha. Mas uma outra vitória desse tipo acabará com a Oposição, porque estará toda a Oposição votando contra a pobreza do Brasil.

Eu recebi telefonemas de pessoas que andam nos bairros de Aracaju, no interior do Estado, de pessoas que estão preocupadas.

Quem recebe a cesta básica, que é atendido nos postos lá do interior da zona rural de Sergipe e do Nordeste não tem *e-mail* para passar, não tem nem telefone para falar comigo, não tem nem computador.

Por isso, Sr. Presidente, ouvindo a voz rouca das ruas do interior da zona rural, é que vou votar, pela última vez, na CPMF, porque ela vai ser extinta em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores desta sessão histórica, hoje, tivemos acesso à divulgação da pesquisa CNI-Ibope, relativa a dezembro, feita agora nos últimos dias, de 30 de novembro a 5 de dezembro, da qual quero ler apenas três tópicos: 79% dos brasileiros afirmam que 2007 foi muito bom ou bom, enquanto apenas 20% avaliam o ano como ruim ou muito ruim; 36% dos brasileiros acreditam que 2008 será muito bom e 52%, que será bom, ou seja, 88% de otimismo no povo brasileiro.

Pela percepção dos brasileiros, em 2007, os programas sociais, o desenvolvimento econômico e a qualidade da educação foram os que mais melhoraram.

Esta é a percepção do povo brasileiro. É por isso que o povo brasileiro está muito atento ao que vamos fazer no dia de hoje.

Também no dia de hoje, saiu o PIB do terceiro trimestre, e o acumulado do PIB, que representa o crescimento da riqueza brasileira, de janeiro a setembro é de 5,3%.

Manchetes de jornais agora do dia 10 de dezembro dão conta de que a massa salarial teve 30% de ganho real, 30% de ganho real nos últimos três anos. Portanto, o brasileiro está vivendo melhor, está tendo uma condição de vida mais digna. Este País cresce e distribui renda. É a primeira vez que temos essa conjugação.

Houve outros momentos em que o Brasil cresceu mais. Houve ano em que o Brasil chegou a crescer 14% do PIB, mas não teve distribuição de renda. O crescimento da riqueza ficou para poucos e não foi distribuído com a grande maioria da população. Eu já trouxe para a tribuna vários relatórios de organismos internacionais que comprovam o Brasil liderando no continente latino-americano a inclusão social, a distribuição de renda pelas políticas públicas adotadas de recuperação do salário mínimo, bolsa família, atendimento às necessidades básicas da população. É por isso que não tenho dúvida: todos vão estar observando que cada um vai votar.

Hoje o Brasil cresce e distribui renda.

A arrecadação que vem da CPMF é: 72% vem de empresas, 28% vem de pessoa física; mas desses 28%, 17% vem de pessoas que ganham mais de R\$100 mil por ano. Portanto, é uma arrecadação que vem dos que mais detêm a riqueza. A CPMF sustenta o SUS, 85% da rede hospitalar, as aposentadorias rurais da nossa população pobre e humilde de todo o País e o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza.

Se não prorrogarmos a CPMF, este País continuará crescendo e distribuindo renda. Não tenho dúvida, porque o Presidente Lula não mudará a sua política de fazer o País crescer distribuindo renda. Talvez o ritmo não seja este que tanto está animando e deixando a população brasileira otimista, com esta avaliação de que o Brasil pode, sim, ainda ser melhor. Mas no ritmo em que está, nós alcançaremos muito mais rapidamente condições dignas para a maioria da população e não apenas para alguns. Não voltaremos mais à época de que era preciso primeiro crescer para depois distribuir. Queremos continuar neste ritmo, crescendo e distribuindo renda, atendendo ao anseio e à expectativa da maioria da população.

Por isso, prorrogação da CPMF, com tudo o que já foi negociado: aumento da isenção de R\$1.200,00 para R\$2.800,00; ou seja, quem ganha até R\$2.800,00 não pagará mais CPMF; diminuição da alíquota: 0,36%, 0,34%, 0,3% e 0,3%; recursos a mais já aprovados na Câmara para a regulamentação da PEC nº 29, dos gastos da saúde. Tudo isso que já foi negociado até agora, inclusive o compromisso de destinar toda a arrecadação da CPMF para a saúde, é um avanço significativo e portanto não há justificativa para não prorrogar junto com todas as medidas já apresentadas e de concordância do Governo. A não ser que não se queira que este País continue crescendo e distribuindo renda para manter o otimismo da população brasileira, que está com grande expectativa em relação ao que vamos decidir na noite de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado vota hoje a prorrogação da CPMF e da DRU até o ano de 2011.

Vários Senadores já abordaram com profundidade o tema CPMF, e meus comentários sobre ele serão muito breves.

Reconheço as disfunções da CPMF, mas reconheço também que o compromisso do Governo Federal de não cobrar a CPMF de pessoas com renda mensal de até R\$2.900,00 elimina a regressividade direta dessa contribuição, fazendo com que aproximadamente 30 milhões de pessoas fiquem isentas do pagamento da CPMF.

A CPMF responde por uma arrecadação de aproximadamente R\$40 bilhões, o correspondente a 6% da arrecadação do Governo Federal, e a sua eliminação, neste momento, 20 dias antes do início do ano fiscal, traria enormes dificuldades para a administração financeira do País, exigindo três posicionamentos: um corte drástico nos investimentos, com reflexos extremamente graves no processo de crescimento, com reflexos também nos Estados e Municípios; um corte também drástico nos programas sociais do Governo, atingindo as pessoas de baixa renda; um aumento do endividamento, com reflexo sobre a taxa de juros e o equilíbrio fiscal.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre a prorrogação da DRU. Nos anos 80, aproximadamente 70% da arrecadação da União provinha de dois impostos: o Imposto de Renda e o IPI. O capítulo Da Seguridade da Constituição abriu caminho para contribuições que, na realidade, são impostos disfarçados.

A União, com base no capítulo mencionado, criou uma série de contribuições que hoje propiciam uma arrecadação maior do que aquela derivada dos impostos. Foi no bojo dessas contribuições que foram criadas a Cofins, a Contribuição sobre os Lucros e a CPMF.

Posteriormente, foi criado o Fundo Social de Emergência, conhecido como DRU. Para o seu orçamento vêm sendo destinados 20% das receitas vinculadas. Isso permitiu que o percentual das receitas das mencionadas contribuições fossem alocadas ao orçamento fiscal. Isso significa que a não prorrogação da DRU traria enormes dificuldades para setores que não têm receitas vinculadas, como é o caso das áreas da defesa nacional, da segurança, da habitação, do saneamento e da infra-estrutura.

A não aprovação da CPMF e da DRU traria um déficit do orçamento da seguridade podendo afetar a área da saúde, o Bolsa-Família, o Programa de Combate à Fome e provocaria também um déficit do orçamento fiscal, afetando fortemente os investimentos.

Isso significa, Sr. Presidente, que a não prorrogação da CPMF e da DRU exigirá uma profunda engenharia financeira o que impedirá, de imediato, a aprovação do orçamento ainda este ano, entrando 2008 sem ter o orçamento aprovado, trazendo enormes incertezas para a administração financeira do País e para a trajetória do ajuste das contas públicas.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu me posiciono favoravelmente à prorrogação da CPMF e da DRU.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Tião Viana, antes de V. Ex^a usar da palavra, eu queria que V. Ex^a me desculpasse pela omissão que cometi no meu discurso, quando deveria ter registrado a passagem de V. Ex^a por esta Presidência, com um descortino que deixou todos os Senadores admiradores de V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, V. Ex^a não tem que se desculpar em absolutamente nada, porque a emoção de V. Ex^a, a homenagem que fazia ao povo do Rio Grande do Norte, a história do Senado brasileiro e as responsabilidades que assumia são mais do que compreensíveis para qualquer pessoa que não se lembre de um amigo em determinado segundo. V. Ex^a tem todo o respeito e todo o desejo de êxito de minha parte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho pela primeira vez debater este assunto porque a condição de estar na Presidência até o dia de hoje me impedia de debater, pelo menos em razão da elegância que deveria ter nessa função, embora Ulysses Guimarães, na Constituinte, tenha ido à tribuna e debatido alguns temas. Mas eu me reservava o direito de não entrar no debate de maneira direta.

Falo com muita tranqüilidade sobre o tema CPMF, Senador Renan Calheiros, porque as duas vezes que votei essa matéria eu votei “sim”. Então não tenho absolutamente qualquer dívida, Senador Mário Couto, com a minha coerência e com a minha construção em defesa da saúde pública.

Esta matéria, em minha opinião, não é uma matéria de ordem econômica; é uma matéria de ordem humanitária. É uma matéria de Estado. É uma matéria de responsabilidade absoluta do Poder Público com a vida das pessoas.

O debate econômico tem seu lugar quando o assunto é CPMF, mas, quando se envolve a sobrevivência do sistema de saúde deste País, tenho certeza de que esse envolvimento deve ser muito maior, deve ser uma questão suprapartidária; não deve ser uma disputa eleitoral, não pode se pautar em uma luta de vaidades ou na luta de um enfraquecer o outro.

Eu compreendo todas as dificuldades por que pode estar passando a Oposição em uma relação com o Governo na hora em que está bem. Acho que a Oposição tem uma história. Faz parte do destino dela

momentos de não estar tão forte e momentos de virar o jogo e ocupar o seu espaço.

Tenho certeza de que a alternância de poder está em curso neste País. Não tenho nenhuma dificuldade em compreender isso. Agora, tenho dificuldade, sim, por ser um médico, por conhecer a alma de qualquer doente deste País, o sentimento de qualquer doente deste País, de compreender o que seria a perda da aprovação da CPMF. Conheço de uma pneumonia a um cálculo renal, à ruptura de um aneurisma, a um enfarte, a um acidente vascular cerebral, a uma encefalite, a uma septicemia, a uma tuberculose, a uma Aids, a uma doença hemorrágica grave. Conheço a fundo a história da Medicina e a situação de saúde por que passam todos os brasileiros. Sou um idealista quando o assunto é política de saúde neste País. E olhem os números! Senador Antonio Carlos Valadares, como seria possível um Estado, por exemplo, como a nossa querida Bahia, do Senador César Borges, que recebe R\$2,524 bilhões por ano de CPMF e só arrecada R\$2,036 bilhões, pode ficar sem os recursos da CPMF? Como a Bahia vai ficar sem R\$2,5 bilhões por ano, que a CPMF gera para ela? É um Estado que não gera aquilo que a CPMF dá. Quando eu olho para o poderoso Estado de São Paulo, fico pensando como São Paulo vai ficar sem R\$6,649 bilhões que a CPMF gera todos os anos para que sejam investidos.

Olho para o Estado do Pará, dos meus amigos Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro, que gera anualmente R\$797 milhões de receita e recebe da CPMF R\$1 bilhão por ano. Como vai sobreviver e manter a saúde pública funcionando sem R\$4 bilhões nos próximos quatro anos? Como vão ficar os hospitais? Oitenta e cinco por cento do financiamento da estrutura hospitalar do Brasil corre por conta dos recursos da CPMF. Vemos 6 mil unidades hospitalares no Brasil, 63 mil ambulatorios, 150 milhões de pessoas tratadas em alta complexidade neste País. São trezentos milhões de exames laboratoriais, 12 mil transplantes por ano. Quem vai financiar isso?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT) – Vou pedir os sete minutos – V. Ex^a deu-me dois a mais – só para concluir o meu raciocínio, contanto os cinquenta e um segundos que estão aí.

A história da saúde pública é penosa para quem a conhece a fundo. O Ministério da Saúde só surgiu neste País em 1953. Até 1975, apenas os funcionários públicos eram atendidos pelo Estado brasileiro. Se não fosse funcionário público, o paciente teria de contar com a generosidade de governantes, porque não era uma norma legal obrigatória. Foi a criação do sistema

nacional de saúde em 1975, foi a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1977, que demarcaram a separação para que o Brasil pudesse olhar, de maneira formal e responsável, para a saúde de todas as pessoas, não importando a condição social, não importando se eram funcionários públicos ou se eram pessoas indigentes. E pegamos o quê naquele momento, em 1977? Todo o dinheiro para financiar a saúde pública no Brasil foi transferido para o Ministério da Previdência Social. O sistema de saúde, por meio do Ministério da Saúde, não tinha fonte de financiamento. Foi uma luta deste Congresso Nacional, dos partidos políticos, da Oposição e do Governo, que construiu uma busca de financiamento da saúde.

E vem uma das mais belas histórias da Medicina do mundo: o Dr. Adib Jatene engenhosamente cria a CPMF, cuja contribuição era de 020%, para a área de saúde. Depois, no Governo do Presidente Fernando Henrique, em 2001, a Proposta de Emenda à Constituição – art. 76, incisos I, II e III – transferiu para o Fundo de Combate à Pobreza um aditivo; depois, recursos para o Fundo de Combate à Miséria. Então, esse recurso foi dividido, indo uma parte dele para a saúde e outra não, em virtude da aprovação de uma emenda constitucional por este Congresso.

E o que temos agora? Podemos tirar R\$160 bilhões do orçamento da saúde deste País? Quem conhece um hospital, quem sentou na enfermaria de um hospital ao lado de um doente, que muitas vezes chega ali com uma sacolinha de plástico, com uma sandália de borracha, deixou cinco filhos para trás e, se sua vida não for salva, não haverá quem salve seus filhos. Pode entender que se possa tirar R\$160 bilhões em quatro anos da CPMF, que seriam destinados essencialmente à saúde pública?

Como Estados que arrecadam menos do que aquilo que a CPMF gera, como a Bahia, que arrecada R\$2 bilhões e recebe R\$2,5 bilhões...

(Interrupção do som.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma questão humanitária, é um questão de Estado, uma responsabilidade com a vida dos hospitais brasileiros.

Erros o nosso Governo tem. A CPMF impõe riscos. Há o risco da cumulatividade e outros riscos com a incidência progressiva de imposto, que pode trazer prejuízo. Nessa questão econômica não entro. Estamos sujeitos a concordar, mas votar contra a CPMF hoje é votar esquecendo o valor que esse dinheiro tem para a vida. Eu não condenaria qualquer Senador pelo seu voto de consciência. Eu condeno a consequência do voto no dia de hoje.

Então, pelo respeito que tenho à Oposição, pelos amigos que tenho na Oposição do Senado Federal, pela confiança nos homens de grande importância que não são em nada inferiores aos que fazem parte da Base do Governo – alguns admiro até mais – é que acho que esse imposto deveria contar com o “sim” no dia hoje, para que a briga política ficasse num canto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Valdir Raupp, ao Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, saí daqui ontem, depois de uma longa sessão no Senado, com a certeza de que iríamos votar rapidamente porque os que estão contra a CPMF disseram ontem no plenário que os seus correligionários estavam prontos para votar.

Eu me lembro de que o Senador José Agripino proclamou que estava pronto para votar. Então pensei: “Não vai ter ninguém contra; só a favor.” E me espanto hoje porque a lista dos que são contra é igual à dos que são a favor.

Espero ser breve, Sr. Presidente. Espero não usar nem o tempo que me foi destinado.

Olho a CPMF de maneira diferente. Olho a CPMF como um imposto que fiscaliza os sonegadores, cobra de quem ganha muito, de quem utiliza muitos recursos e dá a quem não tem muito, a quem não tem nada, a quem não tem um hospital, a quem não tem sequer onde cair morto.

Vejo na televisão os hospitais deste País cheios de gente em macas. E a CPMF vai ajudar essa gente. Então, quero dizer a V. Ex^a que não tenho dúvida de que não podemos fechar questão em torno de um imposto humanitário.

É uma contribuição humanitária. Então, o PTB não fechou questão. O PTB deixou a questão em aberto. Temos Senadores que são contra e os que são a favor.

Então, penso em ajudar os brasileiros, aqueles que precisam de ajuda do Governo. Ajudarei Governadores que nem elegi e até fui contra, mas sei que o dinheiro não é para o Governo, mas para ajudar a saúde pública dos Estados.

Sr. Presidente, eu me emociono com essas coisas, porque já fui Governador. O atual Governador do Maranhão foi meu Secretário de Saúde e sei quanto custa cuidar do povo, cuidar da saúde do povo. Se eu puder fazer algum apelo para os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras... Sei que é difícil fazer o apelo. Estamos, aqui, chovendo no molhado. Os que são a

favor já estão a favor; os que são contra até fecharam questão.

Mas quero dizer ao Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se eu pudesse dar uma parte minha em benefício do povo do Brasil e do Maranhão – porque, exatamente, os Estados mais pobres são os que mais precisam – eu daria.

Concluo, portanto, dizendo que o meu voto será “sim”, será a favor. O voto é aberto e meu voto é a favor do povo de minha terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eptácio Cafeteira e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho ouvido argumentos de bom coturno e argumentos que trazem a política para seu nível menor: essa história de que vai acabar o País, de que vai acabar a saúde. Já houve negativa de aprovação da CPMF no Governo passado e o País não acabou e ele estava cercado de crises sistêmicas internacionais. Aqui está o Senador Geraldo Mesquita, em cujo lugar eu falei, com o compromisso de dizer que V. Ex^a se mantém firme com a idéia de votar contra a aprovação desta PEC.

No quadro que aí está, com excesso de arrecadação acima de R\$60 bilhões, crescimento do PIB estimado para este ano em 5%, na contrapartida de gastos correntes que vão à média de 9% acima do Produto Interno Bruto, na média de cada ano do Governo do Presidente Lula, na contrapartida e na contramão de uma carga tributária que é extorsiva e que não deixará o Brasil pensar em crescimento sustentável. Nós discutimos com o Ministro Guido Mantega de maneira muito humilde. Ele vem aqui? Não, nós vamos lá. Propusemos redutor de gastos públicos, que, aliás, foi prometido ao Senador Jefferson Péres, e eu não vi até agora a materialização dessa promessa. Prometeram-nos desonerações que não vieram; ofereceram-nos desoneração no próprio imposto da CPMF, que equivalia a praticamente nada.

Se multiplicarmos 5% de crescimento econômico por 42 bilhões, que será o piso de arrecadação da CPMF, se aprovada aqui, nós temos cinco vezes quatro, dois bilhões de crescimento vegetativo, ou seja, zero, na verdade, de qualquer efetiva desoneração. E o meu partido, pagando o preço de ser um partido de diálogo, tem vivido momentos muito tensos. Não que o DEM não seja um Partido de diálogo, porque é. Mas o meu partido, pelos seus cacoetes próprios, tem passado momentos muito tensos.

Nós, hoje e ontem e pela madrugada de ontem, inclusive conversando com pessoas do Governo, como o Governador Eduardo Campos, como o ex-Ministro Antonio Palocci – não nos digam que não negociamos –, procuramos, o tempo inteiro, quaisquer janelas que nos abrissem possibilidades efetivas de credibilidade na negociação.

O Governo opta pela prepotência, opta por imaginar que há uma hierarquia e que, a partir dela, Senador obedece ao que diz Governador. Eu quero respeitar os meus Governadores sempre, mas jamais abrirei mão da autonomia da minha bancada, enquanto Líder dela for. Eu posso ser Líder dela por dez minutos ou por um ano inteiro, eu que já sou por cinco anos Líder do PSDB, mas quebrar a minha coluna dorsal, ninguém quebra.

A negociação foi equivocada. Numa hora de bonança, o Governo “cigarra” se recusou a fazer o papel de “formiga” e quer deste Congresso, que ele colocaria de joelhos, o direito de gastar o máximo e o direito de arrecadar tudo, sob a chantagem de que vai retaliar Governadores da oposição, sob a chantagem de que hospital vai paralisar. E não vai paralisar, até porque o Governo tem remendos a fazer, ser quiser, entre este momento de uma eventual derrota e uma negociação efetiva conosco a partir de janeiro, sentar, com honestidade, sem demagogia, sem tergiversar em relação a seus propósitos.

E digo mais: de minha parte, se começarem amanhã os dichotes, os desrespeitos, aí, fica impossível negociar. Eu não consigo negociar com quem não fala a verdade, não consigo negociar com quem não me trata com seriedade, não consigo negociar com quem me chantageia, não consigo negociar com quem me ameaça!

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa bancada teve momentos muito duros.

Peço ao Sr. Presidente um mínimo de tempo, porque quero fazer aqui uma clara explicação ao Plenário desta Casa.

A nossa bancada viveu momentos bastante tensos, que eu, inclusive, debito parte ao nosso caráter democrático e parte à forma sibilina, meio de réptil com que o Governo gosta de fingir que negocia. Parte da bancada queria abrir para um acordo agora. E o acordo era tecnicamente ruim? Eu nem acho. Seria, Senador Geraldo, um ano de prorrogação da CPMF. Bom, seria alguma redução de alíquota da CPMF; seria um reforço neste ano à saúde, e teríamos o ano inteiro para obrigar o Governo a fazer uma reforma tributária. A mesma proposta fizemos ao Ministro Mantega e ele disse que não podia aprová-la, porque dois meses e meio atrás não havia tempo hábil para fazer tudo isso, e

agora quer nos convencer de que há tempo hábil hoje, quando estamos às vésperas do Natal, às vésperas do encerramento da sessão legislativa.

Eu, pessoalmente, negocio com o Governo na hora que o Governo quiser. Aqui está o benefício concedido à sociedade brasileira. Eu quero saber qual é a medida provisória, qual é a medida legislativa, qual é o compromisso respectivo que vai...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...garantir a palavra empenhada pelo Governo. Queria saber exatamente isso. Não vou cair em canto de se-reia, não vou cair em conto de CPMF, não vou cair em conto qualquer.

Pensei, e para mim foi doloroso, está sendo doído. Tenho contrariado figuras estimadas, Governadores do meu Partido. Tenho tido conversas que não têm sido as melhores com companheiros que são estimados e que me têm dado um prestigiamento absolutamente excepcional ao longo da minha passagem pelo Senado. Isso tudo pode ser verdade. Agora, é verdade também que eu deixei todas as condições na mão da bancada para que facilitassem, se quisessem, de outro jeito, até mesmo com a minha ausência da Liderança do PSDB aqui. Não sou obrigado a continuar Líder do Partido por mais nem um segundo. Não sou obrigado. Não nasci Líder do PSDB, não preciso continuar como Líder do Partido para falar para o meu País.

Eu digo com o que eu possa ter de boa fé no meu coração, e eu tenho muita boa fé no meu coração: eu não consigo dar para trás da palavra que empenhei. Não consigo dar para trás do compromisso que assumi. Eu não teria moral de olhar para as pessoas...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...o que seria desnecessário se o Governo cortasse gastos públicos – se eu hoje aparecesse com qualquer desculpa. Haja o que houver, se eu estiver certo, essa posição deve ser dividida com a minha Bancada. Se eu estiver errado, se acontecer um caos no País, se houver uma invasão de Marte, se acontecer alguma coisa muito grave, a responsabilidade é completamente minha. Minha e só minha.

Mas o fato é que não dou para trás e recomendo à minha Bancada que, com muita honradez, dê o seu voto firme, de coerência, no que combinou: a favor da derrubada desse imposto, para que o Governo seja obrigado a descer ao nível terrestre e negociar conosco o que seria uma verdadeira reforma tributária, o que seria o corte de gastos, o que seria a disciplina fiscal, o que seria um tratamento sério à sociedade brasileira, que está sendo enganada e não sabe que

esses números fictícios todos desaparecerão se sobrevier uma crise sistêmica ao que está se desenhando no horizonte.

De minha parte estou aliviado. Estou aliviado. Fiz exatamente o que eu sabia que tinha que fazer. Fiz aquilo que eu deveria ter feito. Se for algo muito ruim para o País, repito, a culpa é completamente minha. Se ao final e ao cabo eu estiver correto, eu devo dizer que isso é para ser partilhado com o meu Partido e com as pessoas dos diversos partidos que acreditaram que tem horas que se paga qualquer preço, mas não se ajoelha; paga-se qualquer preço, menos o de quebrar a espinha dorsal; paga-se qualquer preço, menos o de desmontar as nossas crenças. Não desmonto as minhas crenças, ainda que isso possa ser nocivo à minha própria carreira pública.

Então, pela minha crença, voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Paulo Duque; logo a seguir, o próximo inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Duque está aqui aprendendo as lições econômicas que estão sendo proferidas desta Bancada.

Desisto da minha inscrição; assim, terminaremos mais cedo esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Em seguida, ao Senador Wellington Salgado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Presidente da Casa, Senador Garibaldi, quero ser muito rápido.

Eu gostaria, Senador Arthur Virgílio, de dizer que, hoje, pela manhã, fiquei muito feliz porque eu ouvia, na Rádio Gaúcha, no programa Ana Amélia, uma entrevista brilhante do Governador Aécio Neves, com o qual tive a alegria de ser Deputado Federal no Congresso Nacional. Ele defendia com força, com respeito e com carinho ao povo brasileiro que esta Casa, no dia de hoje, não rejeitasse a CPMF. Eu queria me dirigir ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. Senador, estou na Casa há vinte e um anos. Convivi com o seu pai, com o qual sempre tive uma grande relação e tive a alegria de estar na comissão montada por ele. V. Ex^a conhece o respeito que tenho por ele. É a ele que devo – pois não houve nenhuma obstrução e ele descumpriu todos os prazos – a aprovação do Estatuto do Idoso, a meu pedido, o da Igualdade

Racial, a meu pedido, e o dos Deficientes, também a meu pedido.

Foi numa comissão montada por ele, sob a orientação dele, que aprovamos o Fundo de Combate à Pobreza. Acabando a CPMF, acaba o Fundo de Combate à Pobreza, ninguém tem dúvida quanto a isso. Eu quero fazer essa reflexão com todo carinho. Quero dizer também que todas as entidades relacionadas às cinco mil prefeituras deste País, todas, todas, remeteram requerimento pedindo a aprovação da CPMF.

Não me recordo aqui de um único Governador que tenha pedido para que derrubássemos a CPMF, porque eles conhecem a repercussão da CPMF nos seus Estados. Não vejo uma única entidade ligada aos trabalhadores, do campo ou da cidade, nenhuma associação de bairro que não tenha consciência do que significam mais de R\$ 40 bilhões de investimento na área social.

Eu diria mais aos senhores e senhoras: nós temos planos de saúde. Eu tenho plano de saúde. Eu poderia até não pagar plano de saúde, porque o Senado garante tudo o que gastarmos com saúde. O Senado nos repõe. Mas tenho um plano de saúde e isso não quer dizer que eu não use o Senado quando preciso. Pergunto: e quem não tem plano de saúde? Como disse Aécio Neves, tirem 15 bilhões... Ele falava em 15 bi. Nós vamos falar em 20 bi. Quando temos a oportunidade de regulamentar as Emenda 29 e ter mais 25 bilhões – são 45 bilhões para a saúde – o Senado vai dizer “não”, “não aceitamos”. Porque na luta agora não está em jogo o povo brasileiro, mas Oposição contra a Situação.

Não consigo entender, com todo o respeito que tenho por todos os meus amigos da Oposição! Fiz um discurso escrito, estou pegando alguns tópicos somente. Alguém aqui nesta Casa – e eu vi Senadores que respeito, como a Senadora Kátia, eu respeito muito V. Ex^a e V. Ex^a sabe disso – Senador Mão Santa, que, reduzindo a CPMF, vai reduzir o preço do arroz, do feijão, do leite, do pão. Isso é história da carochinha, quando sabemos que imposto criado incorpora no valor final e não volta mais. Ou alguém acredita nisso? Duvido! Duvido que alguém acredite que vai baixar. Não ouvi ninguém que defende a CPMF dizer para mim que vai baixar o preço do pão, do leite.

Ora, meus amigos, ouvi também: “Ah, de cada R\$ 30,00 na compra de um produto, R\$10,00 são impostos” Realmente é imposto, mas deveriam dizer que a CPMF ali é R\$0,09, e não R\$10,00.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo apenas: sobre o nosso salário, a CPMF pega. Ah, pega sim o nosso salário. O nosso salário, que quer dizer R\$6,5 mil, claro que a CPMF dói. Dói por uma causa justa,

e pago com muito orgulho. Agora, o que quero saber é o que está na proposta: que quem ganha até R\$2,8 mil não vai pagar CPMF. É isso que me interessa, e não quanto meu salário vai pagar.

Quero terminar com essa parte: quando o Governo diz que é o sonho do Jatene, o homem que criou ou que articulou a CPMF, é que daqui para frente todo dinheiro da CPMF vai para a saúde. E assim mesmo há quem não queira votar a favor! E o Governo diz: bom, vamos prorrogar para mais um ano, quem sabe. Também não querem votar a favor! Não dá para entender!

Por isso, meus amigos e minhas amigas, com o maior carinho que tenho a todos vocês, faço um apelo, um apelo não de quem tem razão, de quem não tem, mas um apelo em nome do povo brasileiro, dos mais pobres, que estão assistindo a esse debate. Eles estão sonhando que amanhã as filas dos hospitais, as filas do SIS, como diz o meu companheiro do Rio Grande do Sul, e que me disse: “Paim, diga lá, por favor, que é em nome de todos os secretários de Estado que estamos pedindo a aprovação da CPMF e exigindo que todo o dinheiro vá para a saúde”.

Senador Garibaldi, sei que falei muito alto, forcei a voz, mas a causa é justa. Por isso, com muita força, com muita garra, faço um apelo a todos os senhores e senhoras: vamos votar a favor não do Governo, não me interessa aqui governo nenhum. O que me interessa é o interesse do povo brasileiro. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim e concedo a palavra...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Paulo Paim e peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a foi citado pelo Senador Paulo Paim e invoca o benefício do art. 14.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, de acordo com o art. 14, por três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Pois não. É o bastante. Tenho pelo Senador Paulo Paim uma estima enorme. E S. Ex^a fala como se o PT, em época de crise brasileira, tivesse colaborado com a votação da CPMF.

Vou ler para o Senador Paulo Paim algumas coisas, Sr. Presidente:

Em 1998, ele saqueou o dinheiro dos municípios com o FEF, saqueou com a CPMF, com a Lei Kandir e com o Fundo da Educação – Lula, em Fortaleza, se referindo ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. *Folha de São Paulo* (13/05/2002)

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o nosso sistema tributário tem muitos defeitos. Eles começam pelo alto grau de cumulatividade, impostos em cascata, como a CPMF, a COFINS e o PIS. Lula, de novo.

Antes do fim do prazo legal para o término da CPMF, nosso governo vai encaminhar projeto para que essa contribuição seja mantida em nível simbólico, para efeito de fiscalização do processo de arrecadação. Programa de Governo do PT sobre a reforma tributária.

A CPMF hoje arrecada 0,38% das movimentações financeiras. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza fica com 0,08%. Com essas alíquotas, a CPMF vai durar até 2004. A partir daí, somente o valor de 0,08% destinado ao combate à pobreza será mantido. (*Site do PT*. 29/10/2002. José Graziano).

A CPMF é um imposto válido até 2004, a partir de então, Lula pretende mantê-lo como taxa simbólica para efeito fiscalizador com uma quota de 0,08% destinados à educação e à saúde. (26/09/2002. Lula em entrevista ao *Jornal Nacional*).

Sr. Presidente, outra balela que tem que ser desmontada de que a CPMF é boa para o pobre, como se pudéssemos fazer algo parecido com a mediocridade chavista, como se pudéssemos imaginar que o empresário, sendo prejudicado, e os custos Brasil crescem na medida em que se mantém um imposto injusto como esse, como se isso não afetasse o emprego, não afetasse a competitividade, não afetasse o crescimento econômico.

E mais, aquele que não tem conta em banco, quando ele recebe uma gorjeta enrolando carne para os outros no supermercado, quando ele vai pagar a própria carne com a qual ele sustentará a sua família, ele não sabe que, mesmo não tendo conta em banco, ele está pagando CPMF naquela carne que está comprando depois de ganhar dinheiro com pessoas que têm conta em banco.

Sr. Presidente, eu creio que, já posso imaginar se acontecer a derrota do Governo qual será o nível da discussão. Se uma figura cavalheiresca, como o Senador Paulo Paim, diz isso, imagine o que não será o próprio Presidente Lula, se contrariado. E digo mais, se o Presidente Lula não se portar como Presidente da República, ele não dialoga conosco nunca mais. É bom que fique claro, que ganhar ou perder é do jogo

democrático. Ditador é que não aceita perder. Se o resultado der favorável ao Presidente Lula, ao Governo, eu me curvo ao resultado, eu me curvo à soberania do Plenário.

Agora, não vou aceitar dialogar com quem tem a chantagem como proposta fundamental.

Vou ler aqui, Sr. Presidente, pesquisa da USP:

A carga tributária sobre a renda das famílias pobres representa 51% na renda das mais pobres, dos quais 2,19% se devem ao pagamento da CPMF. Nas famílias mais ricas, esses percentuais são de cerca de 27% e 0,96%, respectivamente. Ou seja, ocorre exatamente ao contrário do que diz o Presidente Lula. A CPMF penaliza proporcionalmente mais os pobres do que os ricos, portanto, votar a favor da CPMF é votar contra os pobres.

Não foi nenhum Tucano que escreveu, não foi nenhum Democrata. Quem escreveu isso foi pesquisador da USP em trabalho científico, para ser discutido no debate econômico, para ser trazido ao conhecimento da Nação. Mas o fato é que eu quero propor argumentos sérios, e aqui disse. O Brasil já viveu sem CPMF. Se houver decência, se houver compromisso e isso aqui não passar hoje, eu estou aberto para negociar a partir de janeiro, com as desconfianças naturais e com a exigência da comprovação de que o Governo vai cumprir a palavra empenhada, porque, se nós fôssemos aqui avaliar quantas vezes o Governo não cumpriu com a palavra que empenhou, nós estaríamos aqui, sinceramente, a nos perder em contas de Malba Tahan.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro agradecendo – e muito – a oportunidade que me dá V. Ex^a para dizer à Casa que, ao contrário dessa balela de que tem imposto de rico e tem imposto de pobre, este imposto aqui penaliza mais os pobres. Se tem imposto justo neste País é o Imposto de Renda. Este penaliza os mais ricos e não cobra de quem não tem renda. Então, vamos procurar, neste debate, seja qual for o resultado a ser espelhado no painel eletrônico, vamos procurar respeitar a verdade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Fora do microfone.) – ... o debate, elevá-lo e procurar combater, porque esse não é o parlamento de Hugo Chávez e tem que ser respeitado! O Brasil é democrático. E haja o que houver, custe o que custar e doa a quem doer, estamos defendendo a verdade...

Por enquanto, falo minhas verdades e delas não arredo o pé.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado. Depois, concederei a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tentar falar bem calmamente porque acho que os discursos estão muito inflamados. Com 1, 95m não vale a pena. Creio que meu tamanho já declara minha força. Então, irei bem devagar. Estou até com medo de tomar a água que o Senador Arthur Virgílio deixou aqui.

Quero dizer, Sr. Presidente, que tudo o que está acontecendo diz que o Presidente Lula está errado. Sua Excelência está errado e sobe na pesquisa? Como é que alguém pode estar errado e ganhar mais o apoio do povo? Não consigo entender.

Durante os debates, comecei a participar, comecei a estudar a CPMF, comecei a mostrar a origem da CPMF. De repente, virei inimigo da Oposição. Quer dizer, inimigo, não, porque são meus amigos, mas alguém que deveria ser atacado. Só porque eu disse onde nasceu, como aumentou, como foi instituída, atacaram-me na CCJ.

O Presidente Lula tentou de tudo para negociar, verdade seja dita. Todo mundo está chegando aqui e falando que está sendo enganado, que está sendo passado para trás. Isso não é verdade. O Presidente Lula negociou e ainda está negociando porque há telefones tocando aí. Há telefones tocando. Sua Excelência ainda está negociando. Até abrirem o placar, a negociação está aberta. Aqui tem gente falando muita coisa, mas não é verdade. Minas vai perder R\$3 bilhões. O Governador Aécio Neves, uma grande estrela do PSDB, está ligando toda hora aqui para os Senadores tentando um acordo, tentando ver se a gente aprova isso.

No meu Partido, no PMDB, ninguém diz como é que eu tenho de votar. O meu Líder, Senador Raupp, me orienta, mas ninguém me agarra e diz: “Tem de votar assim.” Ninguém pega na minha mão e diz qual é o local onde tenho de votar.

Pelo menos, desta votação, saio orgulhoso do meu Partido.

O meu Partido discute. E olha que, no meu Partido, há ex-Vice-Presidente, há tudo, todos que já passaram por lá, e sentamos à mesa. Há, inclusive, gente que faz gol contra e corre para a torcida adversária. No entanto, é sempre respeitado.

Ninguém diz para mim como vou ter de votar ou que tenho de votar em bloco. Isso é o maior absurdo do mundo! Estou aqui representando os votos que os mineiros deram para o Ministro Hélio Costa, 3,5 mi-

lhões de votos! E não vai ser ninguém que vai dizer para mim como é que tenho de votar. Vou votar, ouvindo o Ministro Hélio Costa e Minas; não vou vir aqui para votar por menos R\$3 bilhões para Minas.

E Minas se enforcou pela liberdade. Então, ninguém me diz como tenho de votar; voto como quero. Já votei contra o Governo, como queria. Agora, aqui todo mundo faz acordo e diz assim: “Tem que me seguir”. Vou cair como camicase, vou morrer, e todo mundo tem de morrer comigo?

Quem tem responsabilidade é o Presidente Lula. A responsabilidade do Governo é do Presidente Lula; é ele que ganhou para Presidente e que conduz o povo. Há gente falando pelo povo que tem 3% nas eleições. Que povo é esse? Eu estudo, vejo. Quem é que representa o povo? O homem só sobe. Está aqui a pesquisa, Sr. Presidente. O homem só sobe.

Está aqui, a Senadora Ideli Salvatti já falou: subiu de 48% para 51%; regular, caiu de 32% para 31%; ruim e péssimo, recuou de 18% para 17%. E vão falar o quê? Que o Presidente Lula está errado?

Pelo amor de Deus, tem de ter a coragem de liberar a Bancada! Tem-se de deixar o Senador de Minas, que tem quatro milhões de votos, votar como é bom para Minas. Tem-se de votar como o Governador quer, o Governador que é uma estrela da Oposição e que pode ser um dia Presidente.

Mas isso não acontece. Isso não acontece!

Aqui é todo mundo juntinho: “Para cá”. Vamos para o inferno? Vamos juntinho. Vamos para o céu? Vamos juntinho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não é mole não, Sr. Presidente! Não é mole não! Esta Casa está difícil de entender. Está difícil de entender, Senador Heráclito, está difícil de entender. Quanto mais falam mal do Presidente... O Presidente foi humilde, ao tentar negociar pessoalmente, mas tudo bem. Na hora de procurar o votinho, não vai achar, não vai achar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Wellington Salgado.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos. Em seguida, daremos a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não procede esta discussão de que se vai votar, mais uma vez, uma questão fundamental com a Casa dividida ou quase dividida entre Governo e Oposição. Nunca

ouvi dizer, na minha vida, que votar pela redução da carga tributária fosse uma luta contra Governo, contra Lula, contra o PT.

A oportunidade que se tem agora é de extinguir a CPMF, que tem validade até o dia 31 deste mês. E, se alguém perguntar por que não o Imposto de Renda, este não está em discussão. Quando estiver, vamos reduzir essas alíquotas, pois faz tempo que nelas não se mexe.

Esta é a terceira vez em que subo a esta tribuna para tratar da prorrogação da CPMF. Do primeiro discurso no dia 22 de agosto passado até hoje, o Governo Federal manteve a mesma estratégia: mentir, manipular, mentir e, ao contrário do que disseram outros oradores aqui, agredir a Oposição. Agrediu a Oposição de todas as formas, dizendo que, há 500 anos, determinados partidos de Oposição mantêm a elite no poder.

É preciso enfrentar essa falsa discussão, porque esse falso palavreado é uma tentativa de que isso vire verdade, aqui neste Plenário, nesta Casa de discussão.

O Governo diz que precisa da CPMF, Sr^{as} e Srs Senadores, para combater a sonegação. É lorota! Se o objetivo fosse esse, o Presidente deveria enviar uma nova mensagem, fazendo uma proposta de 0,001%, para que a Casa toda votasse. O Governo não precisa de 0,38%, se o objetivo é simplesmente combater a sonegação.

Há mais de dez anos, quando foi criada a CPMF, temporária, destinada apenas à saúde, lá em Pernambuco, por exemplo, ninguém levantou a voz para dizer que o Presidente Lula estava defendendo sonegadores, que o PT era um partido que abrigava e defendia sonegadores. Agora, o Presidente da República, na sua soberba, diz – e ameaça a Oposição – que a população deve guardar os nomes daqueles que vão votar. “Guardem os nomes!” Essa perseguição já foi feita na eleição próxima passada.

Quem não se lembra aqui – o DEM, os tucanos – de pessoas que não eram simpáticas ao Governo e que sentiram na pele, lá nos seus Estados, quando o Governo, de forma irresponsável e mentirosa, dizia que determinado candidato era contra o Bolsa-Família? Ele vai repetir esse mesmo expediente, e o fará mais ainda, se a Oposição entender que essa luta para reduzir a carga tributária é de Governo contra Oposição. Aqui devemos votar contra a CPMF, para reduzir minimamente a carga tributária.

O Governo também afirma que só paga CPMF quem tem conta corrente. É outra mentira, outra lorota! Todo mundo paga CPMF, e quem paga mais é o pobre. Hoje, uma pesquisa da USP divulgada em São Paulo revela isso, como disse ontem, em brilhante comentá-

rio, o colunista de *O Globo* Merval Pereira, mostrando, por intermédio de estudos, que é a classe mais baixa, a classe mais despossuída que paga mais CPMF.

Também faz parte da argumentação governista a justificativa de que a manutenção da CPMF é essencial para melhorar a qualidade do serviço público de saúde. Aqui foi dito por vários Senadores que me antecederam, Senadores da base do Governo, Senadores que votarão a favor da manutenção da CPMF: o mais importante para o Sistema Único de Saúde é a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, Estados e Municípios. Esta, sim, Sr. Presidente, é uma solução permanente e não-provisória e precária, como a CPMF. Tenho certeza de que a Oposição se unirá no esforço para aprovar a Emenda nº 29 no menor tempo possível.

O Governo Federal garante que ampliará seus investimentos na área da saúde. Difícil acreditar, pois a verdade é que, até o final de outubro, o Ministério da Saúde executou apenas 27% dos R\$4,6 bilhões que estão previstos no Orçamento Geral da União para este ano.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, é que encaminho contrariamente à prorrogação da CPMF, dizendo que não será nenhum fim de mundo, nenhuma coisa ruim votar contra a CPMF, para que um Governo gastador como é o Governo Luiz Inácio Lula da Silva procure ajustar-se, gastar menos.

Vamos procurar, inclusive, reduzir outros impostos, quando chegar a época de reduzi-los, porque a carga tributária, esta sim, é que está imoral, indecente e insuportável, na casa dos 38%. E ninguém está acusando Lula, nem o PT, de que ambos são responsáveis por essa carga tributária. Ela se formou ao longo dos anos, ao longo de Presidentes da República que passaram pelo Palácio do Planalto, mas isso não serve de argumento. Nesta oportunidade, derrubemos isso pelo voto livre e soberano desta Casa, que precisa, sim, reafirmar-se perante a opinião pública, impor uma derrota ao Governo, impor uma derrota à carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de receber o telefonema de uma figura respeitável, o

Deputado e ex-Ministro Paulo Renato, dizendo que acompanhava os pronunciamentos e que grande parte de vários deles, inclusive dos meus, não teria sido reproduzida pela televisão. Não vou nem entrar em sinistrose de censura, mas simplesmente peço a V. Ex^a, que está entrando com o pé direito na Presidência do Senado, que providencie para que não aconteçam erros técnicos que pareçam uma censura, porque esta Casa tem de ser aberta nas suas entranhas para a sociedade e tem de ser a expressão da vontade democrática, livre e soberana dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, determino providências urgentes no sentido de apurar a denúncia de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Sibá Machado. Em seguida, usará da palavra o Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tenho a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a observação do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, tendo em conta que o Deputado Paulo Renato Souza observou que, por alguns instantes, o Senador Arthur Virgílio falou sem que houvesse a transmissão da sua voz, é importante que seja esclarecido que V. Ex^a, parece-me, está procurando ser bastante rígido na disciplina, em igualdade de condições para todos os Senadores.

Portanto, o tempo dado ao Senador Arthur Virgílio foi o regimental. O tempo além, pela disciplina que V. Ex^a está impondo, é que saiu sem som. Salvo engano, foi isso que aconteceu e é importante que o Deputado Paulo Renato possa compreender.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu, por outro lado, Sr. Presidente, já não me importo que V. Ex^a conceda tempo além do regimental para o Senador Eduardo Suplicy. Pode fazê-lo à vontade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou técnico, mas eu aconselharia ao Dr. Renato que ele ligue o volume da televisão. Quem sabe ele vai escutar tudo que estamos falando aqui.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de 1º Secretário, para ajudar a Mesa e para que não haja nenhuma dúvida em relação à questão da comunicação, solicito que seja encaminhada, de imediato, no final desta sessão, a fita para que a Mesa tome conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a intervenção do Senador Efraim Morais.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Antes, Senador Sibá Machado, eu gostaria de prorrogar os nossos trabalhos, tendo em vista a necessidade que temos de ouvir todos os oradores inscritos.

Assim, prorrogo por mais duas horas a sessão de votação da CPMF.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não tinha vindo à tribuna até agora para tratar do assunto por considerá-lo extremamente técnico, e, como não faço parte dessa área e entendo quase nada, minha contribuição ia ser muito insignificante. Hoje, porém, o que me traz à tribuna é a emoção do debate que está sendo feito. Acredito que a emoção do Senador Paulo Paim e de outros Senadores que aqui vieram é muito válida, porque estamos tomando uma decisão que vai mexer, inevitavelmente, com a vida de muitos brasileiros.

Todo o esforço de argumentação aqui apresentado ao longo dos debates nesta Casa, na CCJ e, especialmente, no plenário, não foram suficientes para esclarecer as dúvidas e para que ambas as partes já pudessem estar aqui com o assunto amadurecido e com a certeza do voto favorável ou contrário. Portanto, é natural que hoje nos estendamos o máximo possível para externar senão a compreensão lógica do assun-

to, pelo menos nossa emoção. É a respeito disso que quero tratar, Sr. Presidente.

Acompanhei, como tantos outros brasileiros, durante as décadas de 1970 e 1980, a cultura da inflação, a cultura da dívida externa, a cultura da fraca balança comercial brasileira, o problema da instabilidade da moeda e tantas outras coisas que chamavam, diariamente, a atenção do povo brasileiro.

Era freqüente a chegada de missões do FMI ao Brasil para ditar as regras das aplicações financeiras do País na área da saúde, na área da educação, na questão social, etc.

No penúltimo debate que fizemos na CCJ, houve uma conversa muito qualificada entre o Senador Tasso Jereissati e o Senador Wellington Salgado, quando o Senador Tasso Jereissati fez uma excelente retrospectiva da história da CPMF, desde sua criação até o dia atual.

Foi muito interessante, porque pudemos entender – eu não havia acompanhado até então – todo o trâmite da CPMF naquela apresentação que S. Ex^a fez. Na base da argumentação, o que S. Ex^a nos disse naquele momento? Que o País passava por todos estes problemas aqui, falou dos percalços da economia interna e, principalmente, dos percalços da economia externa e que, portanto, justificava-se, à luz do Governo de então, de Itamar Franco, e de dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a CPMF.

Inauguramos nossa presença aqui no Senado Federal em 1990, com o Senador Eduardo Suplicy. E qual foi a nossa posição até então? Em 1993, em 1994, no ano de 1996, no ano de 1999 e no ano de 2002, a participação do PT em todas as votações, com exceção do ano de 2002, foi contrária, e tenho aqui o resultado de cada uma das votações, nominais, com a posição de cada Senador.

Em 2002, entendeu-se que a prorrogação, já de 0,38%, se fazia necessária porque se instalava ali a aplicação da base social dos recursos da CPMF.

Quando se decidiu que a alíquota seria de 0,38%, 0,20% iriam para aplicação na área de saúde, mesmo com a participação da DRU nesse pedaço da área da saúde; 0,10% seriam para investimentos, para cobrir o problema do rombo da Previdência, especialmente porque há trabalhadores, no Brasil, que não têm como comprovar a sua contribuição para a Previdência, principalmente trabalhadores do campo; e 0,08% seriam destinados ao programa de transferência de renda, ao Bolsa-Família.

Devolvo a pergunta que o Senador Tasso nos fez naquele momento: o Brasil já pode abdicar desses recursos? É claro que a cultura da inflação alta, dos percalços da economia mundial, das dificuldades por

que o Brasil estava passando está superada em tese; o que não sabemos é se a saúde do País já comporta uma turbulência que poderá chegar em breve, embora esperamos que não venha nunca.

Então, nós, da base do Governo do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que é impossível o Brasil abdicar desses recursos, porque ainda precisamos, minimamente, de mais 15 anos de investimentos assegurados nessas lógicas para que o Brasil possa chegar a 2022 ou 2025 como um País de fato promissor no cenário mundial.

É preciso fazer um grande dever de casa. E o grande dever de casa que está sendo feito, Sr. Presidente, é o investimento principalmente nos mais pobres. O dinheiro da CPMF é, inevitavelmente, para os mais pobres, porque vai para a saúde, para o SUS; parte dele vai para a Previdência e parte vai, por meio de transferência, para o Bolsa-Família.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só mais um instante.

A outra pergunta é: quem paga a CPMF?

Quando o Governo acenou que haveria uma desoneração da ordem de R\$2.892,00, cerca de 30 milhões de brasileiros deixariam de contribuir com a CPMF – 30 milhões de brasileiros. Quanto isso ia se somar em dinheiro, Sr. Presidente? Três bilhões de reais. Então, se estamos falando de R\$40 bilhões de receita da CPMF, os mais pobres do Brasil contribuem com R\$3 bilhões; e R\$37 bilhões ficam com os mais ricos. Portanto, a CPMF dá uma de Robin Hood do século XXI.

Qual é o Robin Hood do século XXI? É a transferência de recursos dos que têm mais para aqueles que têm menos. Então, Sr. Presidente, neste momento, não se trata mais de querer agredir ninguém.

Digo ao Senador José Agripino, ao Senador Arthur Virgílio e à Senadora Kátia Abreu que admirei a forma da argumentação que S. Ex^{as} utilizaram, especialmente a Relatora, a Senadora Kátia Abreu, porque defendeu brilhantemente as teses apresentadas pelo Partido Democratas, o Partido de S. Ex^a. Mas, hoje, o Partido que foi Governo, que é o PSDB, sabe perfeitamente que nós ainda precisamos da CPMF por um período não tão pequeno – ainda imagino cerca de, no mínimo, 10 anos –, para que o Brasil atinja o estado necessário, para que tenha as condições necessárias para, de fato, abdicar de um tributo dessa natureza.

O que o Brasil está precisando, e é justo para todos nós, é de uma redução da carga tributária linear, porque o empresariado brasileiro, todas as pessoas que participam, que contribuem com recursos para

que se financie este País, todo mundo reivindica a redução da carga tributária.

Portanto, o Brasil dos nossos sonhos, Sr. Presidente, precisa que a gente transfira recursos para que os mais pobres entrem nas universidades, para que os mais pobres tenham saúde de qualidade, para que os mais pobres tenham renda no seu bolso, para poder comprar o mínimo para o seu filho ou filha.

Portanto, a emoção do Senador Paulo Paim, com certeza, é a emoção dos mais pobres do Brasil.

Parabéns, Senador, pela brilhante defesa que fez pela manutenção da CPMF.

Encaminho, Sr. Presidente, o voto favorável à prorrogação da CPMF.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço o cancelamento de minha inscrição, uma vez que os Senadores já usaram os argumentos. Vou votar contra a CPMF. Então, já está plenamente declarado o meu voto. Acho que devemos votar o mais rapidamente possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, que é o quadragésimo inscrito.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

Em seguida, falará a Senadora Serys Slhessa-renko.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho, cumprimento-o, inicialmente, pela condução correta desta sessão.

Gostaria de começar por onde o Senador Sibá Machado, meu dileto amigo, terminou. Passaram para ele um papel com algumas informações sobre Robin Hood, referindo-se à que a CPMF era um imposto em que o rico subsidiava o pobre. Deixe-me responder com números.

A Federação do Comércio de São Paulo, instrumentalizada com boa equipe de estatísticos, de compiladores de elementos, levantou recentemente, há uma semana, dados que o Brasil todo – acho, Senador Sibá, que o Brasil todo está nos vendo e nos ouvindo, inclusive os pobres – deve ter tomado conhecimento, ou muitos brasileiros.

São dados curiosos e interessantes: a arrecadação, este ano, da CPMF deve chegar beirando os R\$40 bilhões. V. Ex^a sabe que rico come filé, peixe

de boa categoria, come até caviar, come espaguete italiano; pobre come arroz e feijão e toma leite. Sabe o quanto significa o consumo do Brasil inteiro de arroz, feijão e leite? Vinte e cinco bilhões de reais, dos brasileiros todos – que é comida do pobre. Quarenta bilhões é a arrecadação da CPMF. A comida do pobre – arroz, feijão e leite – chega a R\$25 bilhões. Ou seja, a União arrecada mais em CPMF do que o pobre naquilo que come.

Então, esse dado mostra a V. Ex^a que nossa discussão precisa ser conceitual e embasada em números.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a fez uma belíssima oração, uma emocionada oração, falando sem precisar justificar. V. Ex^a e seu Partido não têm que justificar nada, têm história e altivez para tomar posição e vê-la respeitada.

Quero dizer a V. Ex^a que o meu Partido foi o primeiro a fechar questão sobre a CPMF por motivos de ordem programática.

Senador Paulo Paim, nos estatutos do meu Partido está escrito que a luta do Democratas se fará em torno de alguns campos, entre eles a luta contra o aumento de carga tributária. Por isso, nós lutamos contra a MP nº 232, nos batemos contra as propostas da Cofins de importados, de aumento da CSLL sobre prestadores de serviços, porque entendemos que quem está puxando este País para baixo é carga tributária.

Há os que acham, Senador Lobão, que governar é arrecadar e gastar. Há os que arrecadam e gastam bem e há os que arrecadam e gastam mal. Eu acho que governar é, fundamentalmente, hoje, para uma Nação como Brasil, tornar o País competitivo, Senador Expedito.

O mundo está globalizado, Senador Papaléo, e, analisando os parceiros do Brasil, aqueles com quem o Brasil disputa oportunidade de emprego, não de Bolsa-Família, não de emprego com paternalismo e dependência, mas emprego em que você se emprega para ganhar um salário pela sua competência, pelo serviço prestado – o país gera emprego quando é competitivo –, lamentavelmente o Brasil, que está crescendo muito menos do que poderia, mas está crescendo, está caindo no **ranking** da competitividade no plano internacional.

De 2005 para 2006 e para 2007, caiu de 56º para 66º e para 72º lugar. Está caindo, enquanto aqueles que competem conosco na geração de emprego, Rússia, Índia, China, Argentina, Colômbia, México, estão subindo no **ranking** da competitividade. Por quê? Carga tributária.

É a nossa vez de dar oportunidade ao Brasil de ter não um vôo de nambu, mas de ter um vôo de águia. É agora, depende de nós, depende do nosso voto.

É mudar a Constituição, é encerrar a contribuição da CPMF – que é provisória – no dia 31 de dezembro. A mais, é irresponsabilidade.

Senador Papaléo Paes, a luta da CPMF, para nós, é conceitual. Infelizmente, o Presidente da República entendeu que era uma luta entre governo e oposição. Não é. Para nós, não é luta entre governo e oposição. É uma luta conceitual, é uma luta que objetiva dar ao Brasil a oportunidade de vôo de águia, diminuir a carga tributária por meio de um gesto dos Parlamentares, dos Senadores.

Por essa razão, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é que o meu Partido não aceita os argumentos que vêm sendo usados, inclusive pelo Senhor Presidente da República, quando diz que quem está a favor do fim da CPMF é sonegador e irresponsável. Sonegador e irresponsável. Então, é irresponsável quem quer que o Brasil cresça com vôo de águia? Dizem, com atitude de terrorismo, que, se a CPMF acabar, a saúde se arrasa.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a sabe tanto quanto eu que, até outubro, desprezando a arrecadação de Estados e Municípios, o excesso de arrecadação só da União, aquilo que a União não esperava arrecadar e arrecadou atingiu R\$36 bilhões. A CPMF atingiu R\$30 bilhões. Se a CPMF não tivesse existido nunca ou se tivesse sido encerrada, só com aquilo que o Brasil não esperava arrecadar e arrecadou tinha arrecadado tudo que a CPMF deveria ter destinado para a educação, para a saúde, para o Fundo de Pobreza, para a Previdência, para tudo, e ainda sobravam R\$6 bilhões.

Então, se a saúde vai acabar porque a CPMF vai acabar, é porque o Governo pretende aplicar o excesso de arrecadação, certamente, em coisas que não nos interessam: TV pública; contratação de 26 mil petistas; criação de 38 Ministérios. Aí não! Aí é ganância irresponsável. Aí é irresponsabilidade de quem não sabe governar. E cabe a nós criticar e aplicar as reprimendas e as correções de rumo.

Ah, vai acabar o Bolsa-Família! O Bolsa-Família está dentro desses 36 bilhões de excesso de arrecadação. O Governo tem condições de abrir mão da CPMF, porque está com excesso de arrecadação, porque a economia vem crescendo graças a Deus e ao plano internacional.

Ah, os investimentos vão diminuir! Senador Papaléo, deixe-me dar um dado aqui a V. Ex^a. Senador Arthur Virgílio, os investimentos programados no Orçamento até dezembro de 2007 atingiram 14,37% do programado – 14.37%. Isso porque foram puxados

para cima pelos investimentos na área da educação, que atingiram 14,98%; na área da fazenda, 53,7%; na área de trabalho e emprego, 38%; na área de Relações Exteriores, 33%; na área de Ciência e Tecnologia, 24%. Deputado Pannunzio, no rol dos 14,37% do que o Governo foi capaz de gastar, sabe quanto foi investido em saúde? Três vírgula oitenta e nove por cento. E é esse o Governo que nos acusa de estar solapando o instrumento para melhorar a saúde do Brasil.

Eu quero que o Governo – está desafiado! – conteste esses números, que são do Siafi, são do Governo. Estamos agindo, Sr. Presidente, com responsabilidade. Nós queremos ver este Brasil crescendo competitivo. E o direito de votar é nosso.

O meu Partido, por questões conceituais, e não por luta de governo com oposição, vai votar “não”! Vai votar pelo fim da prorrogação da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, mais uma vez estamos nesta tribuna falando de CPMF. Já disse aqui algumas vezes: Imposto é ruim! Ninguém gosta de imposto. E precisamos da reforma tributária. Ponto. Vamos estabelecer isso aí. Mas os recursos da CPMF são investidos na saúde e em programas sociais. E programa social é saúde, sim! Se há impostos que não contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população não é a CPMF. Ela contribui clara e definitivamente para a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente dos mais necessitados.

Eu vou repetir aqui algumas perguntas que já venho fazendo. Primeiro: Por que a CPMF é importante? Porque o equilíbrio fiscal concorre para a elevação da confiança dos investidores e para a redução da vulnerabilidade da nossa economia a choques externos. Contribui para a redução do risco país e dos juros internos e externos.

O aumento da arrecadação dos últimos anos não torna a CPMF financeiramente dispensável porque quase a totalidade do aumento de arrecadação é absorvida, Srs. Senadores, pelo aumento dos programas sociais e pelo aumento dos investimentos.

Reclama-se muito que precisamos aumentar os programas sociais. Reclamamos que precisamos aumentar os investimentos. Na hora que essa possibilidade existe concretamente tentam negá-la ao povo brasileiro.

Quero ainda dizer quais são as vantagens da CPMF. Sr^{as} e Srs. Senadores, atentem para o fato de

que a CPMF promove a redistribuição de renda; combate a lavagem de dinheiro; combate a sonegação; tem baixo impacto nos preços dos produtos; tem facilidade de recolhimento e facilidade de fiscalização.

O fim da CPMF comprometeria, se viesse a acontecer, a estabilidade fiscal e a política de redução de juros; exigiria um ajuste de despesas em programas sociais e em investimentos; principalmente, colocaria por terra o adicional de R\$24 bilhões da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, assim como a possibilidade de retirar a educação da DRU; comprometeria o combate à sonegação e à lavagem de dinheiro.

Nós que combatemos tanto a corrupção, a lavagem de dinheiro e a sonegação, temos de votar pela continuidade da CPMF. A Contribuição é realmente um imposto que não permite a sonegação e a lavagem de dinheiro.

A CPMF é redistributiva sim. Setenta e dois por cento da CPMF é arrecadada pelas empresas. Dos 28% arrecadados pelas pessoas físicas, 17% são arrecadados entre as pessoas com renda anual superior a R\$100 mil, os 10% mais ricos deste País. Quem tem mais paga mais sim. E a CPMF é o único imposto que permite fazer esse tipo de distribuição. Cinquenta por cento da classe mais pobre é responsável pelo pagamento de somente 2% da CPMF arrecadada. Dois por cento! Cinquenta por cento do povo mais pobre deste País só paga 2% da CPMF!

As regiões Norte e Nordeste, as mais pobres, são responsáveis por 24% da arrecadação da CPMF, porém são beneficiadas por 42% dos recursos, que são direcionados à saúde e aos programas de transferência de renda. Os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, por exemplo, contribuem com 5,6% do total arrecadado e recebem 11,7% dos recursos da CPMF aplicados em saúde e no Bolsa-Família. Os Estados do Pará e Amazonas são beneficiários de 5,2% dos recursos da CPMF para o Fundo de Combate à Pobreza e para o Fundo Nacional de Saúde e contribuem, no entanto, com 3,4% do total arrecadado.

É importante realmente frisar aqui que precisamos manter a CPMF. Votar pela CPMF é votar pela redistribuição da renda. Não adianta ficarmos fazendo discursos de que os pobres e os necessitados estão com carência de políticas sociais se querem derrubar, no momento da votação da prorrogação de um imposto, uma contribuição que concretamente traz essas políticas sociais para os mais despossuídos deste País. Querem derrubar por que, meus senhores e minhas senhoras? Por quê? Não é Lula que vai ganhar com isso, não. É o povo mais pobre deste País, é o povo

que precisa realmente que a distribuição da renda seja feita. Chega de egoísmo!

Não há um Governador que tenha se aproximado de mim, um Prefeito, um Vereador ou entidade organizada neste País que não nos dissesse da fundamental importância da aprovação da CPMF.

Vou votar pela distribuição de renda neste País! Vou votar pelo povo brasileiro, que necessita de programas públicos de saúde! Vou votar pelo Bolsa-Família! Votarei pelos mato-grossenses, pelo povo do meu Estado, principalmente o povo mais pobre, o povo que realmente precisa das políticas públicas. Quem não precisa de políticas públicas realmente tem de ser contra a CPMF, e quem precisa de políticas públicas, quem sabe da necessidade daqueles mais despossuídos, precisa votar a favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A hora é decisiva, senhores e senhoras. O momento é importante.

Faço um apelo à Oposição – que eu diria que é vitoriosa, sim, porque, no Senado da nossa República, trabalhou para que se aperfeiçoasse a CPMF, e ela está mais aperfeiçoada. Então a vitória também é, com certeza, da Oposição. Não tenho dúvida disso.

Precisamos dizer com clareza ao povo brasileiro a quem serve a CPMF. A CPMF serve realmente para distribuir a renda. CPMF é distribuição de renda. Outros impostos, não; muitos deles não. Vamos trabalhar juntos a reforma tributária, para reduzirmos para dois, três ou, no máximo, quatro os impostos, mas vamos colocar lá, sim, um imposto do tipo da CPMF, para que não possa haver sonegação e que, realmente, possa haver distribuição. Quem ganha muito paga muito; quem ganha pouco paga pouco; quem tramita pouco recurso no banco não paga nada.

Estará livre de pagar a CPMF quem ganha até R\$2.800,00. Isso tem de ficar claro para a população brasileira. Você que está nos ouvindo: se você ganha até R\$2.800,00, não vai pagar nada de CPMF. Agora, quem ganha mais do isso, como eu ganho... Quero pagar, sim! Quero pagar CPMF. Chega de egoísmo! Vamos buscar a fraternidade e a solidariedade. Chega! É a cooperação, é a solidariedade, é a fraternidade que têm de contar. Chega de egoísmo! Porque eu tenho muito quero mais e mais!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Em seguida, o Senador Osmar Dias usará da palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, ouvimos argumentos de toda natureza no dia de hoje, mas principalmente ameaças e enganos. Quero acreditar que alguns Senadores possam ter tido informações erradas e truncadas por parte do Governo Federal.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de repetir aqui o quanto a CPMF é nociva à sociedade brasileira. Ela não distribui renda! Nós não estamos sendo egoístas! Egoísta é o Governo, que tem uma arrecadação a mais de R\$60 bilhões e ainda quer ficar com R\$40 bilhões do trabalhador, da trabalhadora, do pai e da mãe de família brasileiros.

Ela é regressiva, sim! Está aí a pesquisa da Fipe, encomendada pela Fecomércio de São Paulo, que demonstrou claramente que quem ganha dois salários mínimos, R\$760,00, no final do mês, quando passa pela mercearia, pela farmácia, pela loja de roupa para os filhos, deixa, em todas essas lojas, R\$387,00, Senador Paulo Paim. São 51% de impostos indiretos sobre quem ganha dois salários mínimos.

Lembro aqui aos brasileiros e brasileiras que lhes estão prometendo que será isento da CPMF quem ganha R\$2.700,00. Lembro que essa mesma pesquisa da Fipe, ligada à FGV, encomendada por uma instituição de respeito deste País, mostra que você, brasileiro e brasileira, que ganha R\$2.700,00 e estão lhe prometendo isentar sua conta bancária da CPMF, vai gastar, ao final do mês, quando for à loja, ao supermercado, à farmácia, à padaria, ao açougue, deixará, nesse percurso todo, R\$760,00. Ou seja, 33% do seu dinheiro, do seu salário ficará nas lojas, e o comerciante vai recolher, pagar ao Governo Federal a parte que lhe cabe e ficar com a outra parte, para continuar comercializando. É assim que se cobram os impostos. Os impostos estão no consumo!

Estamos lutando contra a CPMF. Não apenas contra ela em si, isoladamente, apesar de ser nociva, regressiva, fascista, pois é cobrada indiretamente, sem o cidadão brasileiro notar. Mas queremos uma reforma tributária. E quando ouço, desta tribuna, um Senador do Governo dizer que quando abaixarmos os impostos o preço do produto não baixar, fico escandalizada!

É um sinal de que esse Senador não conhece a livre concorrência e nunca ouviu falar dela, nunca ouviu falar em livre mercado, nunca leu os boletins de economia, que demonstram que apenas menos 0,38% da CPMF, apenas essa pequena alíquota, significa um crescimento do PIB de 0,4% e a criação de meio milhão de empregos neste País. A cada 1% tirado na carga

tributária, temos a criação de um milhão de empregos. É a isso que nós temos de visar, e não ficar atrás das chantagens que aqui ouvimos no dia de hoje. Não é o rico que paga o imposto, não. Está provado pelos estudiosos, pelas pesquisas que é muito simples o raciocínio. O que existe mais no Brasil em número de pessoas? Existem mais pobres ou existem mais ricos? Pelo que me consta e que o Brasil inteiro sabe, o número de ricos é muito menor e o número de pobres e da classe média é muito maior. Então, minha gente, isso é o sinal de que a maioria dos pobres, a classe média brasileira é a grande maioria que consome neste País e, portanto, é a grande maioria esmagadora pagadora de impostos.

O restante que aqui foi dito está enganando o povo brasileiro e nós não podemos fazer isso. Agora há pouco, um colega Senador da base do Governo ameaçou, dizendo que em vários Estados vão faltar os recursos para a saúde. Não é verdade, Senador César Borges, como foi citada a sua Bahia. Fique tranquilo, porque a Emenda Constitucional nº 29, votada por nós, Senadores e Deputados, garante à Bahia, no ano que vem, R\$2,4 bilhões, Senador Antonio Carlos Júnior. Porque, neste ano, foram para a Bahia R\$2,2 bilhões, não porque o Presidente da República quis, mas porque a Constituição exige e obriga que ele mande esses recursos para os nossos Estados.

Da mesma forma, o Rio Grande do Sul, dos nossos colegas Senadores. Este ano, a Emenda Constitucional obrigou a destinação de R\$2,3 bilhões para a saúde do Rio Grande. E, no ano que vem, o Presidente Lula, querendo ou não, os recursos para o Rio Grande, graças à emenda constitucional nº 29, serão R\$2,5 bilhões para a saúde.

Mas aqui, Sr. presidente, não quero apenas fixar na carga tributária como um todo, mas na CPMF, que é cobrada em cascata. Para o Governo arrecadar R\$36 bilhões de CPMF, ele tem de tributar o PIB quatro vezes, ou seja, tributar R\$10 trilhões.

É confiscatória, porque o pobre, pai de família, vende a sua casa por R\$10 mil, e, quando ele vai comprar outra casa, pois ele depositou o dinheiro em sua conta, ele não teve ganho financeiro, mas a CPMF abocanha um pedaço do seu patrimônio. Isso é confisco de patrimônio das famílias pobres do Brasil. E ainda tributa imposto, tributa o IPVA, tributa o ISS, tributa o IPTU, tributa a Cofins. É tributo em cima de tributo. E agora vêm dizer os Senadores da base do Governo que a CPMF não é nociva ao País e que não é regressiva, como mostrou a pesquisa que aqui citamos.

Vêm aqui os Senadores da base alegar a saúde no Brasil, quando nós, principalmente nós Senadores

do interior deste País, que conhecemos muito bem os nossos Municípios. Os 139 Municípios de Tocantins, de Axixá a Talismã, conheço todos, e sei como está a saúde. Os hospitais, abarrotados, não têm equipamentos. Quando os têm, são obsoletos, quebrados, sem manutenção. Faltam remédios nas farmácias básicas. Mas eu não preciso dizer isso aqui.

As pesquisas estão aí e o povo brasileiro está respondendo à altura. A saúde no Brasil, apesar dos bilhões e bilhões tirados do bolso dos brasileiros, está um caos. Não é falta de dinheiro, não, colegas Senadores e Senadoras. É falta de competência, é falta de gerência. Aqui, quero lembrar o PAC e os investimentos neste País. O Governo vem ameaçando que vai findar com o PAC. Quero lembrar ao Presidente da República e aos seus Ministros que, à disposição do PAC, têm R\$16 bilhões. Não temos culpa de que, pela ineficiência, pela incompetência do Governo, tenham-se executado apenas R\$3 bilhões. O problema não é dinheiro! O problema é competência, o problema é eficiência, Sr. Presidente, que o Governo, infelizmente, não tem demonstrado.

Eu quero que o Governo venha aqui, ao Congresso Nacional, não para nos chantagear e ameaçar. Eu quero que o Governo explique ao Congresso Nacional, com números e dados, como pode um País suportar, com um crescimento de despesas em 9% e aumento de receitas em 7%, crescer 4,7%. Expliquem-me apenas esses três números que vão me convencer do contrário do que estou fazendo agora.

Estamos votando, porque os impostos são importantes. Todos os países do mundo cobram impostos, mas o imposto não pode custar o sangue do brasileiro. Ele só pode custar o nosso suor e estamos dispostos a dá-lo. Todos aqui que são médicos sabem que, se os impostos custarem o sangue, morreremos de anemia profunda logo, logo.

Estamos perdendo a competitividade em relação aos países em desenvolvimento. Apenas no ano passado, Senador Tuma, perdemos em exportações para os Estados Unidos, perdemos para a China, o nosso concorrente, R\$1 bilhão, em exportação para os americanos. Por quê? Porque a China já sai de lá com seus produtos com a carga tributária de 19%, e o empresário brasileiro, esse herói, sai daqui com uma carga tributária de 36%. É desumano o que estamos fazendo com a economia nacional. Nós estamos propondo, neste momento, essa grande reforma tributária, justamente porque...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, faço um apelo a V. Ex^a

para que possa encerrar o seu pronunciamento. Vou dar um minuto agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente, pela compreensão.

Apenas para encerrar. O que queremos é liberdade para crescer, porque, quando nós temos e damos ao Brasil liberdade para crescer, o empresariado responde como respondeu até agora, o empresário rural e urbano. Os empregos serão gerados para milhares, milhões de brasileiros que não têm onde ir de manhã cedo, que não têm trabalho, que não têm a garantia de renda no final do mês. A cada 1% a menos, não se esqueçam, são milhares e milhares de empregos criados neste País. E por isso nós, Democratas e o PSDB e os Senadores independentes, vamos votar, não pelo gosto do Governo Federal nem dos Governadores dos Estados. Vamos votar pela vontade da maioria. Vamos votar com a sociedade brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu. Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Mário Couto com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma informação a V. Ex^a. Qual é a minha colocação por ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito no 36º lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Falo amanhã, então.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já falaram 18. Vão falar mais 18, e aí V. Ex^a nos brindará com a sua palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ao amanhecer, eu falo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, leio para V. Ex^a noticiário da **Folha Online**, do **blog** de Jo-
sias de Souza:

STF derruba medida provisória que Lula reeditou

Num instante em que tenta evitar uma derrota no Senado, o governo padeceu um sério revés no plenário do STF. Por sete votos contra dois, os ministros do Supremo derrubaram na tarde desta quarta-feira uma das medidas provisórias que, a pretexto de acelerar a votação da CPMF na Câmara, Lula revogou e reeditou em seguida. A manobra foi considerada pelo tribunal como uma fraude ao texto da Constituição.

A medida provisória revogada pelo STF trata da prorrogação dos prazos para o registro de armas de fogo. A MP trancava a pauta da Câmara no momento em que o governo decidiu priorizar a votação da emenda que prorroga o imposto do cheque até 2011. Para desobstruir o caminho da CPMF, o governo revogou a medida, reeditando-a depois que os deputados aprovaram o tributo”.

Deve-se ao PSDB o recurso ao Supremo. Ao julgar a ação, os ministros consideraram que a Constituição veda “a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo”. Prevaleceu o entendimento de que, por analogia, as regras constitucionais aplicam-se também às medidas provisórias revogadas.

Ou seja, Sr. Presidente, uma vitória das minorias. E vitória das minorias, numa República que se pretende democracia, é uma vitória das liberdades, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

Em seguida, teremos a palavra do Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pertencço ao PDT, e o PDT, através da sua Executiva Nacional, fechou questão há mais de um mês, há dois meses: vota o PDT favorável à CPMF.

Indignei-me com a posição do PDT e expressei aqui, durante várias oportunidades, que não aceitava que a executiva do PDT fechasse questão sem antes permitir que a bancada de Senadores debatesse esse assunto e esgotasse com o Governo todas as possibilidades de negociação séria daquilo que pudesse ser publicado, daquilo que pudesse ser anunciado e escrito, porque o PDT, em nenhum momento, por

meio de nenhum Senador, pediu cargo ao Governo ou aprovação de qualquer “emendinha” para trocar o seu voto em troca disso. De jeito nenhum! Aliás, o que o PDT fez é a regra que faz jus à sua história, de fazer política séria, de negociar com o Governo avanços em relação ao tema e que pudessem significar ganhos para a população brasileira.

Falam aqui de pressão para votar a favor, mas o tamanho da pressão que recebi para votar a favor é o mesmo da que recebi para votar contra. Pressão dos dois lados; quem não quiser receber pressão tem que procurar outra coisa para fazer na vida, porque pressão, para quem faz política, é todo dia, o dia todo.

E estou aqui na tribuna para fazer um anúncio de uma coisa muito séria que aconteceu. Segunda-feira, fiz um pronunciamento aqui, daquela tribuna, e disse que se o governo não documentasse os compromissos com o PDT, não assinasse os compromissos com o PDT, eu não teria condição de voltar para o meu Estado e dizer:

“Votei a favor da CPMF porque o Governo prometeu que vai fazer tal e tal coisa”. Não!

O PDT decidiu, com a liderança do Senador Jefferson Péres, a participação da Senadora Patrícia, do Senador Cristovam Buarque, do Senador João Durval que tínhamos uma agenda, uma agenda para atender os interesses nacionais, do País. Pedi licença ao meu líder para colocar aqui algo que atende os interesses do Paraná, dos paranaenses, mas atende o interesse também dos brasileiros.

Disse aqui que, se não obtivesse um documento assinado pelo representante indicado pelo Presidente Lula, eu não votaria a CPMF. Recebi um documento hoje assinado pelo Senador Romero Jucá, líder do Governo. Disse: “Esse não é o Governo, é o líder no Senado, mas quero de um Ministro”, e o Senador Romero Jucá, ele próprio, que, para mim, não precisava assinar porque comigo cumpriu todos os compromissos sempre, buscou a assinatura do José Múcio, o Ministro das Relações Institucionais.

O que traz esse documento? E aí que se diferencia aquele negócio de disserem: “Ah, virou uma feira, virou uma barganha”. Não. O PDT escreve, o PDT assina e o PDT exige compromisso por escrito, que pode ser publicado na imprensa. Isso aqui pode ser publicado em qualquer jornal do País.

O que exigimos? Exigimos a redução da alíquota da CPMF, emenda apresentada por mim. Claro que apresentei uma emenda que reduzia até 0,15% em 2011 e, depois, acabava com a CPMF. Depois de muita negociação, conseguimos uma redução de 0,02 que vai chegar em 0,30 em 2011.

O Governo atendeu, portanto, parte da nossa reivindicação.

O PDT entrou com uma proposta séria de redução da incidência da DRU na verba de educação até acabar com a incidência da DRU. E conseguimos. Está aqui assinada pelo Governo. O Governo assinou que vai reduzir até acabar com a incidência da DRU. O que significa isso para quem está me vendo e me ouvindo em casa? Significa que, a partir de 2011, não vai ser mais tirado 20% da educação. Isso significa R\$5 bilhões a mais por ano na verba da educação. Então, todos aqui não defendem mais recursos para a educação? São R\$5 bilhões a mais. Conseguimos negociando seriamente.

E o PDT, por proposta do Senador Jefferson Péres e apoiada pela bancada, conseguiu que o Governo dissesse como fará, não a redução dos gastos correntes, mas a contenção dos gastos correntes. Queremos que o Governo cumpra o que estabeleceu e tinha prometido. Nós não nos conformamos com a promessa, mas fomos buscar um documento assinado e aqui está. O Governo se compromete a aprovar na CAE a Mensagem nº154, de 2000, que coloca limites globais para o montante da dívida consolidada da União. Isso é muito importante. E atende, inclusive, a apelos de Senadores que estão dizendo que é preciso reduzir os gastos correntes.

O Governo assinou que vai apresentar o PRS 83/2007, que dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo, ou seja, endividamento. O Governo assinou que vai aprovar na CAE o projeto que estabelece que os gastos com pessoal não vão mais crescer acima da inflação mais 2,5% ao ano. Coloca um limite. E o Governo assinou que, na LDO de 2008, vai estabelecer limites mais específicos para a redução das despesas correntes da União – na proposta da LDO.

Pontualmente, pedi que o Governo atendesse o Hospital de Clínicas de Curitiba, que o Senador Flávio Arns também defende. Não podemos permitir que o Hospital de Clínicas feche as portas; um hospital que fazia quarenta cirurgias e hoje faz cinco e atende gente que precisa da CPMF. Estamos falando de dinheiro da saúde? Que o Governo então resolva o problema do Hospital de Clínicas de Curitiba. Isso aqui está assinado. Quero que a Mesa guarde isso e fique como avalista desse compromisso assumido pelo Governo.

Para finalizar, Sr. Presidente, vou entregar isso aqui assinado pelo Governo para que a Mesa seja avalista, mas quero também dizer, ao encerrar, que o compromisso do Governo que está sendo negociado e que pode avançar para ser concretizado, colocar todo o dinheiro na saúde, é aquilo que a sociedade brasileira

espera. Mais: também dentro da CPMF, estão os recursos que pagam a aposentadoria dos trabalhadores rurais, e ainda não me disseram de onde vão tirar os recursos para pagar a aposentadoria de trabalhadores rurais se acabar a CPMF.

Também é preciso dizer aqui, para encerrar...

Sr. Presidente, meu tempo vai acabar, mas peço a V. Ex^a só mais um minuto, tempo que já foi concedido a outros, só para eu dizer uma coisa até para lavar minha alma.

Estão dizendo o seguinte: tem que forçar o Governo a fazer a reforma tributária, acabando com a CPMF. Mas será que o raciocínio é lógico? Acabando com os R\$40 bilhões, o Governo vai fazer uma reforma tributária para tirar mais R\$40 bilhões ou para colocar R\$40 bilhões em outros impostos? Não entendo essa lógica, essa matemática.

Outra coisa: estão dizendo que a saúde está um caos – e está; mas ela vai melhorar, tirando-se dinheiro da CPMF, ou vai piorar? Vai piorar. Mas não vai piorar para quem pode pegar um avião e ir para a Europa ou para os Estados Unidos fazer tratamento ou cirurgia; vai piorar para quem precisa de dinheiro da CPMF, para quem precisa ser atendido pelo SUS.

Então, Sr. Presidente, o Partido fechou questão, e todo mundo é a favor da fidelidade partidária, mas, quando se diz que o Partido fechou questão, dizem que isso não significa nada. Significa, sim. No meu Partido, fidelidade partidária tem que ser obedecida. Quem não obedecer é expulso e pode ter o mandato cassado. Quero manter o meu mandato para continuar defendendo o povo do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Osmar Dias e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior. Em seguida, falará o Senador Magno Malta.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o crescimento do Brasil, que é aquilo que todos mais querem, depende de investimento, e investimento depende de infraestrutura – e a nossa é caótica –, de marcos regulatórios, que também temos fracos, de carga tributária adequada e de juros mais baixos.

Vamos pegar esses dois últimos pontos.

A carga tributária nossa é brutal, é estúpida, e os nossos juros são altos porque as nossas contas públicas estão numa situação extremamente frágil. As nossas contas públicas não estão bem, por isso os juros são altos. Precisamos de reforma tributária para baixar essa carga e precisamos de ajuste fiscal para fazer com que os juros baixem.

Ora, o Governo não quer fazer nem ajuste fiscal, nem fazer reforma tributária. Por quê? Por que tem a CPMF para dar colchão ao caixa do Governo e continuar expandindo gastos correntes sem investir.

Ora, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nós temos a oportunidade de ouro para provocar ajuste fiscal e reforma tributária. E qual é essa oportunidade de ouro? É hoje, é agora. Temos toda a chance do mundo de forçar um ajuste fiscal e uma reforma tributária. Isso vai induzir uma menor carga tributária, juros menores e, aí, investimentos maiores no setor privado.

Temos a faca e o queijo na mão para operar uma mudança radical na economia brasileira. E, já que o Governo não faz, temos condições de começar a fazer isso hoje. Chegou a hora de fazer. Além do mais, o Senado tem a grande oportunidade hoje de se afirmar, depois de momentos não muito bons para o Senado durante este ano. Chegou a hora de o Poder Legislativo se afirmar. A Câmara não consegue. Tudo se aprova na Câmara. A Câmara não se opõe a nada que o Governo quer, mas chegou a hora de o Poder Legislativo se afirmar. Hoje teremos a grande chance de mostrar que, sem negociar com o Poder Legislativo, as coisas não são tão fáceis, com o Senado principalmente.

Então, o Senado precisa ser respeitado, e o momento é este. Nós temos a grande chance de fazer com que o Governo passe a nos respeitar, passe a negociar conosco medidas polêmicas, para que então o Poder Legislativo passe a exercer efetivamente o seu papel de legislar e não ser legislado por meio de medidas provisórias.

Chegou a hora, chegou o momento de fazer ajuste fiscal, reforma tributária e de o Senado se impor, impor respeito, colocar-se no mesmo nível do Executivo. Nós não somos subordinados ao Executivo. Isso pode mudar, e vai mudar.

Chegou a hora. É só os Srs. Senadores quererem. A vontade dos Senadores é decisiva para isso. Chegou o momento da mudança radical de procedimentos do Governo. Está em nossas mãos essa mudança, depende das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Vamos sentir orgulho do Senado. Essa decisão está nas nossas mãos, depende das Sr^{as} e dos Srs. Senadores! Eu não espero outra coisa desta Casa hoje. Eu tenho certeza de que nós vamos mudar radicalmente o posicionamento do Executivo frente a nós. Nós vamos agora discutir, de igual para igual, com o Executivo. Nós não somos subordinados ao Executivo. Nossa independência começa hoje.

Gente, vamos votar “não” à CPMF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e

concedo a palavra ao Senador Magno Malta. Em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PRB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a importância deste momento obriga e faz com que todos nós, por mais cansativa que seja esta sessão, nos dirijamos à tribuna para apresentar à Nação nosso posicionamento.

Uns têm o viés técnico e o fazem com muita competência, apresentam com competência, até por conhecerem Economia, conhecerem contas e conhecerem o técnico desta discussão. Outros o fazem com seu entendimento. E alguns com o coração, com o viés do sentimento, principalmente aqueles que vieram e que tiveram origem muito pobre e simples, como é a minha. Em uma matemática dessa natureza, por mais que tentem provar à minha cabeça, meu coração rejeita.

Eu fico imaginando. Eu era Deputado Federal. A lógica é muito infame, e acho que, por isso, a sociedade, a cada dia, debita credibilidade na classe política. Porque a mim me parece que quem está na Oposição não tem compromisso em manter a sua verdade no dia em que for Situação. E quem é Situação não tem compromisso de manter a sua verdade no dia em que for Oposição.

Digo isso porque, quando eu era Deputado Federal e o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou para o Congresso o projeto de reforma da Previdência, todos os Parlamentares que defendiam a matéria na Câmara se manifestaram de modo contrário quando aqui chegou o projeto de reforma enviado pelo Presidente Lula; os que eram contrários à reforma da Previdência proposta por Fernando Henrique, depois, defendiam a reforma do Lula.

Acho que um debate como esse precisa nos ensinar que a nossa verdade tem de valer sempre, estando nós na Oposição ou na Situação.

Todo partido tem um projeto de poder, caso contrário não seria um partido. O partido que criou a CPMF o fez muito bem, interpretando um sentimento do coração de Jatene, não imaginando os números, mas imaginando o sentimento do coração dele, pensando que certamente esses recursos atingiriam os menos favorecidos, aqueles que mais precisam da visão e da direção daqueles que estão no poder e têm a chave do cofre. Ela veio e foi bem recebida, foi bem abraçada, com alguns discursos contrários de quem hoje está na Situação. Veio interpretando o sentimento dele.

Imagino que todo partido tem um projeto de poder. Ao final dos oito anos do mandato do Presidente Lula, os projetos de poder do PSDB e do DEM se manterão os mesmos, bem como os de outros partidos que que-

rem chegar ao poder. Penso que é por isso que Serra, quando fala, se posiciona a favor de uma CPMF que seja totalmente para a saúde. Aí alguns fazem a interpretação que querem de saúde. Alguns dizem que alimentação, feijão e arroz, faz parte da saúde. Leite em casa faz parte de saúde. E distribuem o dinheiro, como disse o Presidente Lula, com o Bolsa-Família. E ele disse que o Bolsa-Família contribui para a saúde. Eu também creio, porque o meu viés é do coração, por mais números que me dêem, interpretações de técnicos e de pesquisas feitas por brilhantes que estudaram em Harvard e fizeram cursinho no Brasil com carro importado e nunca pisaram no chão e são brilhantes e voltam com um plano na cabeça. Se der certo, eles são gênios; se não der certo, o povo não contribuiu com nada. O povo não colabora nunca.

Então, vejamos: se há um projeto de poder, acho que é mais razoável votar a CPMF agora, manter a CPMF, do que depois fazer uma medida provisória para ela voltar. Acho isso mais razoável. E, se Deus quiser, se for da vontade d'Ele e eu estiver aqui...

Eu agora dei uma risada, porque me lembrei de uma conversa no telefone com um político, ex-Governador do Rio de Janeiro e candidato a Presidente da República, meu amigo Garotinho. Na primeira eleição, ele teve 17 milhões de votos. E ele me perguntou, no telefone: "E, aí, você vai votar a favor?" Respondi: eu vou. "Mas por que você vai votar a favor?" Eu disse: vou votar a favor porque, se você tivesse sido Presidente da República, talvez hoje eu estivesse defendendo você e o seu plano para manter o cheque-cidadão que você distribuía no Rio quando era Governador.

A Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital Santa Rita de Vitória, o Hospital Evangélico, a Santa Casa de Vitória e o Hospital Infantil sabem como é importante a CPMF, e jamais as mães, e jamais as pessoas simples do meu Estado, que dependem da Santa Casa e do Hospital Evangélico, entenderiam essas lógicas e essas pesquisas feitas pelos técnicos dos institutos, que têm seus números e suas colocações, porque as pessoas só entendem o gesto, e o gesto é que, em havendo dinheiro, certamente elas serão atendidas.

Eu queria manifestar aqui, Senador-Presidente, as minhas razões como representante do Estado do Espírito Santo, embora, nesses dois ou três meses que antecederam este momento, tanta especulação, tanta piada, tanto gracejo tenham surgido.

Uns dizem: "É para liberar uma emendinha". As emendas do Orçamento são postas para serem liberadas. Não vamos tratar disso hipocritamente, porque, quem não quer emenda liberada poderia nem colo-

cá-la. Por que coloca? Todo mundo coloca. Poderia nem colocar. Não podemos tratar essas coisas com leviandade, com hipocrisia. A emenda é colocada para ser liberada, razão pela qual seu pai, Senador Antonio Carlos Júnior, votou o Orçamento impositivo, para que se libere o recurso, independentemente de qualquer coisa.

O Município menor do meu Estado, Presidente Kennedy, ou o Município de Pedro Canário, precisam, sim, de uma emenda de R\$100 mil. E ela foi colocada foi para ser liberada. E faz-se uma tremenda hipocrisia, dizendo que as pessoas votam para favorecer o Palácio. E quem já esteve no poder votava para favorecer quem, o povo ou o Palácio?

Não podemos brincar com essas coisas, porque as pessoas que ouvem entendem. Elas sabem, elas não são néscias. É preciso lidar com seriedade com essas coisas. Para tanto, é necessário que as emendas sejam liberadas, sim. Presidente Kennedy precisa; Olho D'água das Flores precisa; Castelo precisa; Pedro Canário precisa; Vitória precisa; Vila Velha precisa que as emendas de Gerson Camata sejam liberadas, que as emendas de Casagrande sejam liberadas, que as minhas também sejam.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O seu Mato Grosso precisa, Senador Delcídio, das suas emendas. Todo mundo precisa. Por que as colocaram, se não precisa liberá-las?

E aí se faz jogo, se empurra para lá e diz que fulano está pedindo isso, sicrano está pedindo aquilo. Este é um momento de se tratar a matéria com consciência. Eu precisava dizer isso para o Estado do Espírito Santo.

Se Deus quiser que eu esteja de volta a esta Casa para ter mais oito anos... Não sei se essa é a vontade d'Ele. Se a vontade de Deus não for de que eu esteja aqui, será de que eu esteja em outro lugar, porque Deus quer sempre o melhor para mim. Mas, se eu estiver aqui, não quero ter o dissabor de ter de votar uma medida provisória que traga de volta a CPMF.

Sei que o Aécio, se for Presidente, vai querer a CPMF; o Serra, se for Presidente, vai querer a CPMF. E eu vou votar. Vou fazer um discurso triste, dizendo que eu estive aqui anos atrás, que disse isso, mas que iria votar. Sei que R\$40 bilhões, por mais conta que se faça, pobre não entende; pobre entende é o gesto, é o sentimento do coração.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes no plenário, Brasília é mesmo essa forja onde se retempera a nacionalidade brasileira.

Este debate tem sido, eu diria, um debate de posições, um debate sincero e honesto. Porém, todos sabemos que a Economia não é uma ciência exata. Não é como a minha Engenharia, pois sabemos exatamente que, construindo aqui, na Ásia ou na África, a resistência do concreto, da madeira, do vidro, do alumínio, do ferro, do que for, será a mesma. Sabemos que a tração, a compressão, a torção, a flexão... Não é isso! Economia é uma ciência humana e tem, sim, Sr. Presidente, variáveis imprevisíveis na sua equação. Eu diria que a pior delas é retirarmos do orçamento do Governo R\$40 bilhões, de uma hora para outra.

Sr. Presidente, artigo assinado pelo lúcido jornalista Merval Pereira diz o seguinte: “Pobre paga mais CPMF”. E publica, encomendado pela Fecomércio, um estudo de economistas, matemático, cartesiano, inegável. Porém números percentuais acabam iludindo, Sr. Presidente, o leitor incauto, porque uma coisa é número percentual, outra coisa é número absoluto.

Diz ele que, nas famílias que recebem até dois salários mínimos, o imposto representa 2,9%; acima de trinta, menos de 1% – 0,94%. Em números percentuais, é mais do que o dobro. Em número absoluto, basta uma análise simples para vermos que quem ganha R\$760,00 vai pagar R\$16,64, enquanto quem ganha 30 salários mínimos, ou seja R\$11.400,00, vai pagar R\$113,00. Isso mostra, Sr. Presidente, que é muito mais!

E tenho outro argumento: se nos fixarmos em números proporcionais contra os absolutos... Também não dissemos, por razões de argumentação, onde se vai gastar isso. E vai-se gastar com os pobres.

Mesmo que percentualmente paguem mais, o resultado da arrecadação toda será gasto com eles, com os pobres.

A proposta do Governo de isentar aqueles que ganham até R\$2,9 mil perde a pequena regressividade que tem, e é, portanto, imposto na nossa carga tributária dos mais progressivos.

E digo mais, Sr. Presidente: nós não podemos deixar de reafirmar aqui que os Estados brasileiros vão perder muitos recursos. E é por isso que os Governadores reclamam. Nós não podemos acreditar que esses recursos serão garantidos pela Emenda 29, porque a Emenda 29 tem seus recursos retirados

em grande parte da CPMF que vamos tirar agora, que vamos cancelar.

De onde virão esses recursos, Sr. Presidente? Virão de onde? Ninguém é a favor de carga tributária. Ela é anômica, muito grande, muito alta. Mas por que não discutirmos, Sr. Presidente, o imposto de renda? A maioria dos brasileiros paga 27,5%, mas os muito ricos, que, talvez neste ano, com esta nossa taxa de juros muito alta... E, se nós reduzirmos a arrecadação do Governo dessa forma desastrosa, será um argumento fatal, fulminante, no mercado para subir a taxa de juros, porque vão dizer que o Governo perdeu o controle fiscal. Vamos ter que pagar juros mais altos, que é a maior transferência de recursos de pobre para rico na história do capitalismo mundial.

Sr. Presidente, nós vamos seguramente levar o nosso País ao caos. Nós vamos, sim, Sr. Presidente, tirar recursos dos Estados. O meu Rio de Janeiro vai perder R\$4 bilhões.

O que será, Sr. Presidente, daqueles hospitais do meu Estado, onde filas de pessoas carentes aguardam hoje, com esses recursos, pelo tratamento? O que será da Bahia, que vai perder R\$3 bilhões? O que será do Pará, que vai perder mais de R\$2 bilhões? E repito, Sr. Presidente, vão perder para valer. Não terão recursos de outras fontes para suprir a CPMF.

Portanto, Sr. Presidente, desde que o Vice-Presidente da República, José Alencar, esteve no Senado Federal, falando em nome do meu Partido – ele que é a nossa maior Liderança, a Liderança maior da minha legenda –, o Partido fechou questão, e os dois Senadores votarão, como sempre, fechados em uma questão de interesse nacional. É bem verdade que temos disputas com o Governo; é bem verdade que temos questões a resolver no Governo, mas isso jamais, Sr. Presidente, seria argumento para votar contra os interesses nacionais.

Então, quero reafirmar aqui, Sr. Presidente, que hoje vamos tomar uma decisão histórica no plenário desta Casa. Nós não podemos deixar de aprovar a CPMF. Eu clamo, Sr. Presidente, em nome do Bolsa-Família; eu clamo em nome da saúde pública do meu País; eu clamo em nome do PAC; eu clamo em nome dos bons resultados da nossa política econômica, que levou o País a voltar a crescer com distribuição de renda; eu clamo em nome de uma inflação controlada, que não é só a deste Governo, mas vem do Governo anterior; eu clamo, Sr. Presidente, por um ajuste fiscal que nos deu a oportunidade de reduzir os juros de 24% para 11%; eu clamo em nome do superávit comercial que temos, série inédita, e que já acumulamos quase US\$200 bilhões como saldo da nossa balança comercial acumulada, e que nos dá uma folga fiscal.

Portanto, lamento que um espaço nobre de um jornal tão – eu diria – lúcido traga um artigo no dia da votação, sem os dados reais, comparando números...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade de V. Ex^a.

Comparando números percentuais com absolutos – ainda que, apenas em números percentuais, pobres paguem mais que ricos, embora, em números absolutos, seja incomparavelmente menor –, não é citado, nesse artigo, que o resultado dessa arrecadação é, na grande parte, na maior parte, na totalidade, com exceção da DRU, gastos com os mais pobres do nosso País.

O PRB, Sr. Presidente, vota a favor da prorrogação da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, falará o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois dos dois pastores que me antecederam, devo falar com pureza de alma. É assim que procedo nesta hora.

Creio, Senador Magno Malta, que podemos, nesta noite, marcar o nosso reencontro com a sociedade brasileira, proclamando a independência do Legislativo em relação às imposições do Executivo e nos reencontrando com as aspirações da sociedade.

O debate se prolonga há tanto tempo, os argumentos, repetitivos, cansam, mas, necessariamente, são repetitivos em razão do momento de tensão que vivemos, sobretudo em razão da necessidade que todos temos de justificar nossa posição. A CPMF foi instituída para acabar e não para permanecer. Se foi instituída para acabar, deve acabar agora, porque não há momento mais adequado do que este para extinção da CPMF: equilíbrio fiscal, equilíbrio orçamentário, superávit e, sobretudo, excesso de arrecadação. Já se falou inúmeras vezes, mais de R\$60 bilhões de receita excedente nos cofres da União.

Por que acabar? Esse imposto foi instituído provisoriamente, e o foi exatamente por não ser ideal, por não ser adequado. Se foi instituído provisoriamente, não organiza, não oferece segurança. Ao contrário, o que é provisório pode desorganizar e semear a insegurança.

O Brasil, por intermédio do Parlamento, precisa ousar; a Oposição precisa aceitar a convocação

do Governo para debater um novo modelo tributário para o País.

E nós não vemos como o Governo nos convocar para esse debate se assegurarmos a ele os recursos oriundos da CPMF, um imposto injusto, porque em cascata, e, sobretudo, porque penaliza, sim, os mais pobres, ao contrário do que se falou aqui.

Robin Hood? A CPMF Robin Hood, que tira dos ricos para beneficiar os pobres? Ao contrário. A CPMF é Robin Hood às avessas, porque penaliza, sim, mais os pobres, proporcionalmente, em benefício, quem sabe, dos ricos que podem embutir nos preços dos produtos que comercializam aquilo que recolhem de impostos para o Erário.

O Brasil tem um sistema tributário ultrapassado, que impede o crescimento econômico. O que cresce o Brasil é muito pouco diante das suas potencialidades. Não há como nos conformarmos com um crescimento que suplanta apenas um país como o Haiti. Não crescemos sobretudo em razão da exorbitância da carga tributária brasileira. Todos reconhecemos ser exorbitante, todos devemos contribuir para reduzi-la. A cada 1% de aumento da carga tributária corresponde 6,7% de prejuízo no Produto Interno Bruto do País.

O nosso horizonte temporal não pode ser o de um mandato. O nosso horizonte deve ir muito além do que o término do mandato do Presidente Lula e de qualquer Governador deste País.

O futuro deve ser a razão das nossas decisões de hoje. As alternativas que buscamos agora dizem respeito ao que viveremos amanhã. O Brasil precisa de um modelo tributário que estimule o crescimento econômico e que distribua melhor a riqueza entre todos os brasileiros; um modelo tributário que se aproxime daqueles modelos praticados na Europa, nos Estados Unidos, nos países avançados. O nosso modelo é de quinto mundo; precisamos dar um salto de qualidade e instituir um modelo de primeiro mundo, até para que aqueles que produzem e comercializam não o façam com a desvantagem de termos aqui que pagar impostos que exorbitem.

Sr. Presidente, ouvimos muito que esse dinheiro é para a saúde. Onze anos! Duzentos e cinquenta e oito bilhões de reais confiscados do povo brasileiro! Com esses recursos, foram comprados hospitais, reformados hospitais, compraram remédios, pagaram melhor os médicos, compraram UTIs, instrumentos cirúrgicos? Ou esse dinheiro pagou os juros da dívida e alimentou a burocracia?

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente!

Certamente, pagou os juros da dívida, pagou o pessoal, alimentou a burocracia estatal e estimulou o aparelhamento do Estado brasileiro.

Falar que todo o dinheiro da CPMF vai agora para a saúde? Esse dinheiro, quando chega aos cofres da União, não tem carimbo. Não há carimbo de CPMF, ICMS, PIS, Cofins, Pasep, Imposto de Renda – é um caixa só.

Os recursos para a saúde são obrigação constitucional, dizem respeito a um dispositivo constitucional que estamos regulamentando no Congresso Nacional. E este ou qualquer outro Governo terá que repassar os recursos para a saúde independentemente desse ou daquele imposto. Portanto, essa argumentação, Sr. Presidente, não pode nos convencer.

O que nós queremos é que o Governo nos convoque para um entendimento no ano que vem, para discutirmos, de forma elevada, envolvendo a sociedade, um novo modelo tributário para o nosso País. E, certamente, estaremos plantando um futuro melhor para o povo brasileiro, com desenvolvimento econômico, justiça social e melhor distribuição de renda.

O voto do PSDB, o voto do Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, é o nosso voto, exercitando a liberdade de convicção pessoal e pensando, sobretudo, no futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, falará a Senadora Fátima Cleide.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estou entre aqueles que consideram que a CPMF e a DRU são absolutamente indispensáveis à estabilidade econômica do País e ao crescimento econômico que atravessamos.

Ouvi de Lideranças da Oposição a menção de que o cenário internacional é um cenário que aponta para a possibilidade de uma crise financeira. Hoje mesmo estão os grandes bancos centrais do mundo tomando medidas para evitar que esse quadro se aprofunde. E a recessão nos Estados Unidos, na União Européia e no Japão demonstram que estamos em um momento da história econômica quando este País, que sabe o passado que teve de instabilidade, de inflação, de crise fiscal, não pode abdicar do conceito de responsabilidade fiscal, de equilíbrio das contas públicas. Não vi uma única menção desta tribuna a uma dívida pública de R\$ 1,2 trilhão, que não foi este Governo que fez, mas que veio sendo construída ao longo da história. E temos que saber administrá-la com competência. Seremos competentes, se conseguirmos continuar

rebaixando a taxa de juros. E ela não cairá, se o mercado, o sistema financeiro, os credores desta Nação não olharem para as contas públicas com a segurança da solvência do Estado brasileiro.

Pergunto, com alguma racionalidade, como abrir mão da DRU? Como abrir mão de R\$40 bilhões de receita em um País que saiu há pouco tempo da grave vulnerabilidade? É verdade, a estabilidade econômica que aí está começou no Governo anterior, o conceito de responsabilidade fiscal também, mas foi preservado neste Governo e é indispensável para a estabilidade econômica da Nação.

Dizem aqui tribunos da Oposição: “Há um excesso de arrecadação. Vamos abrir mão da CPMF”. O excesso de arrecadação era uma conjuntura econômica internacional muito favorável e muito especial. Não é sustentável, não é garantido e, portanto, não podemos abrir mão da CPMF como fonte de tributo.

Há outro debate fundamental neste plenário: o debate se a CPMF é ou não um instrumento de distribuição de renda na Nação. O argumento básico dito é que, como é um imposto indireto e incide sobre os produtos, ele é regressivo. É verdade o argumento. Mas se esquecem de dizer que o ICMS é sete vezes mais regressivo que a CPMF, que o PIS e o Cofins são quatro vezes mais regressivos que a CPMF. Ou seja, quanto mais regressivo for o imposto, mais são os pobres que pagam mais do que os ricos. E também se esquecem de dizer que, no sistema financeiro, os 10% mais ricos desta Nação recolhem 61% da receita da CPMF. E nisso ela é progressiva. E muito mais progressivo – como grande instrumento de distribuição de renda – é o destino desse imposto. O destino é o Bolsa-Família, que foi construído pelo Congresso Nacional no Fundo da Pobreza por Antonio Carlos Magalhães, quando Presidente desta Casa, o Bolsa-Família, que é o prato de comida de 11 milhões de famílias desta Nação.

Vamos olhar o que representa essa CPMF para os hospitais públicos. E pergunto aos Senadores do Nordeste. O Nordeste contribui com 24% da receita da CPMF, mas recebe, junto com a Região Norte, 42% do que é repassado. Todos os Estados do Nordeste ganham mais do que contribuem. O seu Maranhão, Senador Edison Lobão, recebe o dobro do que contribui. O Ceará, R\$500 milhões a mais. E mesmo o meu São Paulo, que contribui muito mais do que recebe, não tem como abrir mão de R\$4,5 bilhões para os hospitais públicos. Vá na Zona Leste e veja quanto tempo demora um cidadão, uma mulher grávida para fazer um exame de tomografia ou de ecografia, ou veja uma fila do câncer no hospital de Barretos. E as pessoas não podem esperar na fila porque elas não

vão ter tempo até janeiro. O tempo da doença, o tempo da cirurgia, o tempo do parto, é o tempo da vida. Por que adiar essa decisão? Por que não construímos o entendimento nesta Casa? E tivemos um pré-acordo com a Bancada do PSDB.

Houve uma evolução na redução das alíquotas, na isenção de quem recebe até R\$2.840,00 – em quatro anos menos R\$20 bilhões. Houve uma evolução no gasto da saúde. Cada um que apertar “não” não estará só tirando os R\$16 bilhões dos hospitais, das cirurgias; estará também impedindo que os R\$24 bilhões pactuados na PEC 29 deixem de existir nesta noite.

Com que direito nesta Nação este Plenário pode retirar dinheiro da saúde? Cada um aqui já foi à porta de um hospital e já viu o depoimento de mães da periferia para chegar num posto de saúde. Cada um sabe a responsabilidade que é defender a saúde pública.

Termino e peço desculpas pela minha veemência. Poderia citar – não para constranger, mas para ajudar a argumentar – o Governador Cássio Cunha Lima: “A saúde está ruim com a CPMF, pois ficará muito pior sem a CPMF”. Posso citar Yeda Crusius: “A CPMF é uma necessidade indispensável à saúde”. Posso citar o Governador José Serra, que hoje no Jornal Nacional pedia: “Se houver vinculação à saúde, vamos votar”. Ou o Governador Aécio Neves: “É na verdade uma vitória do País a CPMF voltar às origens e complementar os investimentos na saúde”.

Faço aqui um apelo público, primeiro ao procedimento: vamos votar a DRU separado da CPMF, porque se derrubarmos a DRU e a CPMF, vamos viver uma instabilidade financeira absolutamente preocupante e que este Congresso não pode patrocinar.

E, segundo, faço um apelo ao meu Governo, ao Líder Romero Jucá: que o Governo assuma o compromisso público de colocar integralmente os recursos da CPMF na saúde. Essa é uma negociação que foi pública, porque ouvi de vários Senadores daqui do PSDB, quinta-feira passada, que, se essa vinculação fosse feita, votariam a favor da CPMF.

Peço, portanto, àqueles que são médicos, que deixem o terno e a gravata e vistam seu jaleco, que falem para onde saíram e que, sobretudo, este Plenário, com esse debate plural, rico – e, aqui, ninguém quer quebrar a espinha, aqui ninguém quer que se ajoelhe, aqui ninguém quer constranger; cada um, na sua convicção, quer construir o melhor para o Brasil. E o melhor para o País, neste momento, é a oposição demonstrar que ajudou a reduzir a carga tributária, ajudou a vincular verba para a saúde, ajudou a proteger os mais pobres da carga tributária.

E o Governo tem o instrumento. E quando falo Governo, não falo só do Governo Federal, falo de to-

dos os Governadores desta Nação, todos os Secretários de Saúde desta Nação. E todos os Prefeitos deste País sabem o preço que o povo pagará se amanhã de manhã já não tiver no caixa do Brasil R\$40 bilhões de reais, que estão integralmente vinculados à saúde do povo, ao Bolsa-Família e à Previdência Social.

O meu apelo é veemente, mas espero sinceramente, ainda que tenha dúvida disso, que essas palavras possam mover alguma coisa neste Plenário, no sentido do diálogo, da negociação e do interesse nacional, que é suprapartidário.

Quem pode votar contra o entendimento que já foi construído por Lula, José Serra, Aécio Neves, Roberto Arruda e todos os Governadores da Nação? Eles representam seus Estados, eles estão governando o hospital, o posto de saúde. Cada um deles sabe, e sabe muito, o que representará para a Nação a decisão desta noite. Votem, vamos construir um acordo no debate, vamos aprofundar, mas não vamos jogar o País numa situação que eu diria de grave crise na saúde pública, de risco de instabilidade financeira num momento em que nós poderíamos construir um amplo entendimento nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide. Em seguida, falará o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB nesta Casa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é uma responsabilidade muito grande a que nós temos hoje nesta noite, aqui no plenário do Senado Federal. E é uma dupla responsabilidade falar logo após o discurso veemente e emocionado do Senador Aloizio Mercadante.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer da voz das ruas que não tem voz aqui dentro. Eu tenho participado, no meu Estado, de eventos relacionados ao Bolsa-Família, seja entrega de cartões, sejam novos cadastros, e tenho participado, também, na minha cidade, Porto Velho, que tem o maior programa de regularização fundiária deste País, o maior programa de habitação de moradia popular deste País, na ajuda ao Governo Federal.

Sr. Presidente, eu tenho tido a oportunidade de discutir com a mulherada que deixa sua casa, carregando três ou quatro filhos no colo e mais um na barriga, a questão da prorrogação da CPMF. O que eu escuto dessas mulheres, dos donos-de-casa, dos homens de baixa renda que levam sua família até esses eventos, o que eles nos cobram é que nós aproveemos, o mais

rápido possível, a prorrogação da CPMF. Porque o povão, esse que precisa, Senador Paim, de moradia popular, esse que precisa do Bolsa-Família, não quer saber de muitos dados técnicos, não. Eles querem saber é que o Governo e a Nação não podem abrir mão da arrecadação de R\$40 bilhões, porque eles estão recebendo o benefício da moradia, eles estão recebendo o benefício do Bolsa-Família, que – como bem disse o Senador Aloizio Mercadante que me antecedeu – é o que garante um prato de comida dentro de casa em muitos lares brasileiros.

Essas famílias também querem saber, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, como acessar uma vaga no Programa Universidade para Todos, porque os seus filhos não tiveram, durante a educação básica, informações suficientes que os faça disputar uma vaga em uma universidade federal e não têm, também, recursos para manter o filho em uma universidade privada. Portanto, essas pessoas sabem e compreendem muito bem o que significa uma política pública bem desenvolvida como as que estão sendo desenvolvidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, eu quero dizer aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, que sou representante de um Estado onde a saúde é um caos. No meu Estado, não há atendimento de alta complexidade. Na maioria dos Municípios, a saúde funciona em um táxi-ambulância. Joga-se o cidadão ou a cidadã dentro de uma ambulância com destino à capital, Senador Flexa Ribeiro, que fica no extremo norte do Estado. V. Ex^a conhece. Essas pessoas arriscam as próprias vidas durante o trajeto. Temos muitos casos em que as pessoas, em busca de um atendimento melhor, morreram em acidentes de trânsito.

Os recursos da CPMF, para a saúde, hoje, destinam para o Estado de Rondônia cerca de R\$90 milhões. As pessoas ficam extremamente preocupadas com a possibilidade de faltar essa quantia para a saúde.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui dizer que o programa Bolsa-Família, na minha cidade, Porto Velho, atende mais de 20 mil famílias. Esse recurso está em torno de R\$1,6 milhão, que circula na capital do Estado de Rondônia. Todo mundo que está no programa Bolsa-Família sabe que, na hora em que pega o dinheiro, vai fazer circular a economia no boteco próximo à sua casa, na periferia da cidade. Portanto, o recurso da CPMF que atende o Bolsa-Família, implementa a economia da nossas cidades, implementa a economia do nosso País.

Sr. Presidente, quero reafirmar aqui, pela saúde do nosso povo, pelo programa Bolsa-Família e pela implementação de quantas políticas públicas sociais forem necessárias neste País, o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, vota “sim” para a prorrogação da

CPMF. Eu voto “sim”, convicta de que isso é o melhor para a população do meu País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por permuta com o Senador Valdir Raupp.

Em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou fugir do tradicional discurso de improviso e vou fazer um discurso escrito. Acho que o momento merece reflexões dessa natureza. Portanto, vou discorrer sobre o porquê de ser contra a CPMF.

Primeira questão: votamos contra a CPMF porque não confiamos no atual Governo. Como consequência, nem que fosse arrecadado todo o imposto previsto sobre o cheque esse recurso seria aplicado na saúde. A história mostra que o Governo é especialista em aprovar um tributo e destinar essa verba para outro fim.

De mais a mais, poderíamos ainda citar, no mínimo, várias razões que nos levariam a votar contra esse famigerado imposto. Primeiro, o Governo não prioriza os investimentos públicos nessa área, porque não quer. Seu projeto, diferentemente de um ano atrás, é privatizar. Vou reduzir um pouco, para não cansá-los.

Acreditar num Governo que tem pautado sua atuação sobre verdade divulgada – divulgando dados enganosos – e que usa o dinheiro do Fundo de Emergência menos para sobrevivência e, além disso, comete o crime de banalizar o uso de medidas provisórias? Nunca nenhum Governo, Sr^{as} e Srs. Senadores, banalizou mais a medida provisória do que o atual, que chegou, por motivos banais, a emitir mais de uma medida por dia, batendo todos os recordes.

Sr. Presidente, na verdade, o trabalhador, somente ele, pagará essa conta. Afirmamos que ele será prejudicado três vezes – Senador Paulo Paim, três vezes vamos prejudicar o trabalhador; V. Ex^a é um defensor dele –: quando receber seu pagamento, quando fizer uma compra ou quando precisar de tratamento na área de saúde – evidentemente não será atendido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu poderia continuar, mas vou suspender este discurso. A única coisa que não quero, Senador Aloizio Mercadante, na minha vida, é apropriar-me das idéias alheias, dos discursos dos outros. Trago aqui a transcrição de um discurso feito por uma figura extraordinária, por quem tenho o maior apreço; feito com muita empolgação pelo meu querido amigo Paulo Paim, que perdeu a voz, em uma terça-feira, 16 de julho de 1996. O discurso é exatamente contrário ao que V. Ex^a disse hoje

– V. Ex^a, que sensibilizou a todos nós na questão da contribuição sindical.

Este aqui, Senador Paulo Paim, é o discurso que me dá argumentos para votar contra a CPMF. Baseado na coerência dos mais de 20 anos de mandato de V. Ex^a, pergunto: o que mudou de lá para cá? Daí por que não podemos enganar o povo brasileiro. Os argumentos de ontem não servem para hoje? O que mudou? Será que esse imposto não continua saindo do bolso do trabalhador, aliás, como disse V. Ex^a três vezes? Estou mostrando isso pelo apreço e pelo carinho que tenho por V. Ex^a. Fiquei preocupado com sua saúde.

V. Ex^a chegou a emocionar-se, defendendo hoje a prorrogação da CPMF, como naquela data se emocionou – tive o prazer até de ver a fita hoje –, como naquele discurso de 1996.

Daí por que, brasileiros que nos escutam neste momento, é preciso que se veja que a questão da CPMF está posta de maneira perversa pelo Governo, que não fala a verdade, que diz que é um imposto do rico. E Paulo Paim, profeticamente, naquela época, já previa que era um imposto que massacrava o pobre. Ninguém com mais autoridade, pelas origens, do que V. Ex^a.

Se o tivesse ouvido naquela data, Senador Paulo Paim, eu o teria seguido. Lamentavelmente, não tive essa oportunidade. Mas o assunto é o mesmo. O assunto é exatamente este, meu caro Senador João Pedro, alguns anos depois.

Portanto, falece aos representantes do Governo nesta Casa criticar quem quer que seja; condenar quem quer que seja pela posição que se vai tomar nesta noite.

Senador Paulo Paim, a Líder do Governo disse aqui – cantou em prosa e verso – o excesso de arrecadação. Senador Aloizio Mercadante, pensei que V. Ex^a, como economista, tivesse sido escalado para tal. Mas o discurso da Líder aqui mostra que esse imposto é supérfluo e que o problema no Brasil, hoje, não é de arrecadação, mas de gestão: o caos aéreo vem atormentando o Brasil, há tempo; as estradas, esburacadas; a educação, envergonhando a todos. E nenhum desses setores dispõe da CPMF. Será que o Governo agora, com essa sua fome arrecadatória, criará impostos específicos, para salvá-lo de um buraco que ele mesmo criou? Não aceitamos isso, nem concordamos com isso, Sr. Presidente.

Minhas senhoras e meus senhores, o que estamos vendo aqui é uma corrida da insensatez. O Governo não tem o direito de acusar a Oposição – essa Oposição que pediu ao Governo, desde quando o projeto estava na Câmara, alternativas para que ele fosse votado. E o que vimos foi o Governo virando as costas, esse mes-

mo Governo, Deputado Miro Teixeira, que paralisou a votação da CPMF na Câmara, até que uma demanda política de ocupação de cargos em Furnas fosse preenchida. Quanto custa Furnas por ano ao Governo? Digam V. Ex^{as}. E o que vi aqui durante esses dias de discussão? O que se discutiu aqui? Cargo para fulano votar, pressão na Bancada, liberação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está com o tempo esgotado, mas lhe dou um minuto a mais, para que conclua seu raciocínio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Graças a Deus, não esgotei sua paciência.

Vejam bem: o que vemos aqui é exatamente um Governo sem argumento, usando da prepotência, de argumentos falsos e de meias verdades, para tentar jogar a opinião pública contra a Oposição.

Quanto àquele argumento da Avenida Paulista, dito aqui pelo meu amigo João Pedro – o imposto da Avenida Paulista –, fiz um desafio: vamos andar na Avenida Paulista; vamos ver quem está de braços dados com a Avenida Paulista, se somos nós, do Democratas, ou se é o PSDB, ou se é o Partido dos Trabalhadores, que hoje abarrota as suas burras de dinheiro nos financiamentos públicos de campanha dos banqueiros e dos abastados da Avenida Paulista.

Portanto, não venham com este argumento; não venham com o argumento de que é um imposto do rico ou do pobre. Ele é um imposto de todos. Apenas temos mais capacidade de fiscalizar um do que o outro.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou finalizar, Sr. Presidente.

A insensatez é porque o Governo não apresentou proposta. E a Oposição não quer acabar com esse imposto, por acabar; quer a reforma tributária. Exatamente essa será a salvadora e que resolverá, de uma vez por todas, o problema deste País. Daí por que lá atrás o imposto foi transitório.

Na primeira campanha, o Presidente Lula garantiu que faria, em um primeiro momento, a reforma tributária. Se tivesse cumprido, hoje não estaríamos aqui, passando por este constrangimento.

Diante disso, meu caro amigo Paulo Paim, na sua coerência, seguindo V. Ex^a, vou votar “não” pela CPMF. Ninguém entende mais de bolso de pobre e do trabalhador do que o caro amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como fui citado algumas vezes, menciono o art. 14. Tenho o maior carinho pelo meu amigo e Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, o art. 14 só pode ser invocado duas vezes e já foi, pelos Senadores Ideli Salvatti e Arthur Virgílio.

Porém, eu concedo dois minutos a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, porque temos 46 inscritos e só falaram 26.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso de menos de um minuto.

Nós já tivemos, no Congresso Nacional – estou aqui há mais de vinte anos –, cinco votações da CPMF. Votei uma vez contrariamente e quatro vezes favoravelmente. Mas quem ouve o meu amigo na tribuna tem a impressão de que quem inventou a CPMF foi o PT. Esses que hoje são contrários é que a inventaram e a defenderam ao longo da história!

Sr. Presidente, eu sempre soube – e votei contra na primeira vez, naquele momento – que a CPMF acabaria sendo um imposto permanente. É um imposto permanente, mas, felizmente, no Governo Lula, ele está indo para o social. Isso para mim é fundamental, Sr. Presidente!

Hoje, apresentamos uma proposta revolucionária: todo o dinheiro para a saúde. Na primeira vez, quando votei contra, eu me lembro do Ministro Jatene. Houve um debate na Bancada do PT e eu fui contrário, mas disse que votaria a favor por uma única razão: se fosse garantido que todo o dinheiro iria para a saúde. Hoje, isso está proposto, Sr. Presidente, e faço um apelo ao meu amigo Heráclito Fortes para que vote conosco. O sonho dele será realidade. O Governo Lula está mandando, neste documento, ao Plenário do Senado Federal, um documento garantindo que todo o dinheiro vai para a saúde.

Heráclito, vote comigo desta vez! Tu sabes o carinho que eu tenho... Pela quinta vez, vamos votar juntos, mediante essa posição.

Sr. Presidente, valeu o aparte. Ganhei o voto do meu amigo Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou atender ao Paulo Paim e dizer que hoje serei ele ontem.

Serei você ontem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Garibaldi Alves, solicito que V. Ex^a seja tão rigoroso comigo quanto foi com o Senador Arthur Virgílio se porventura eu exceder o meu tempo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ver se é possível que venhamos a trazer aqui, em homenagem ao Senador Arthur Virgílio, o Governador Mário Covas, porque ele diz que tem muito conversado com Mário Covas, que foi objeto de diálogo hoje com Bruno Covas, seu neto, que lembrou que muito dificilmente teriam o Presidente Lula e o Senador e Governador Mário Covas uma relação que não fosse da maior amizade, respeito e construção. Acredito que, como os Governadores Aécio Neves e José Serra, que hoje estão recomendando que possa o PSDB fazer um entendimento com respeito à CPMF, que também Mário Covas hoje estaria assim se pronunciando e recomendando ao PSDB e ao Líder Arthur Virgílio.

Eu gostaria, Sr. Presidente, com a maior respeito pelos Senadores do Democratas e do PSDB, de, primeiro, dizer que respeito seus argumentos. É fato o que, muitas vezes, eles têm apontado, de que nós, do Partido dos Trabalhadores, votamos contrariamente – eu próprio – à criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira e à CPMF ao tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, naquela época, não havia a garantia, como hoje há, de que os recursos captados com esse tipo de contribuição seriam destinados, como são hoje, para a saúde, para a Previdência Social e para o Programa de Combate à Pobreza, com a clareza e efetividade que hoje acontece.

Não estive na análise dos Senadores do PSDB e do Democratas, inclusive na da Relatora Kátia Abreu, não foi enfatizado que, ainda que possa haver alguma regressividade na forma como são captados os recursos, na hora de se examinar como eles são utilizados, não cabe dúvida de que 0,20% destinados à saúde, 0,10% destinados para a Previdência e, sobretudo, e mais ainda, 0,08% destinados ao Fundo de Combate à Pobreza vão, efetivamente, para os mais pobres.

Para salientar, com maior ênfase, o que é feito do programa Bolsa-Família, hoje, em 2007, nada menos do que 11 milhões de famílias, pelo menos 44 milhões de brasileiros – número de famílias relativamente mais pobres que não alcançam uma renda familiar **per ca-**

pita da ordem de R\$120,00 por mês –, têm direito a esses recursos, sendo que 92,11% são financiados pela CPMF.

Principalmente, há que se salientar que Estados mais pobres, como os Estados do Piauí, do Pará, de Tocantins, do Maranhão, e assim por diante, Estados do Nordeste e do Norte, são, em termos líquidos, os mais beneficiados.

Eu, que sou do Estado de São Paulo, estou perfeitamente consciente de que São Paulo arrecada muito mais recursos do que obtém no que diz respeito aos gastos destinados pela CPMF. Mas é importante que tenhamos a consciência de que essa é a nossa contribuição para uma maior equidade e justiça no País.

Presidente Garibaldi Alves, eu gostaria apenas de perguntar se, tal como os demais, em termos de equidade, V. Ex^a considera só um minuto a mais para concluir, porque eu gostaria de convidar todos os Senadores para examinar o seu extrato bancário desde o início de novembro até o dia 12 de dezembro.

Eu, que tenho uma remuneração, no extrato do Banco do Brasil, depositada mensalmente, da ordem de R\$16.500,00, aproximadamente, como todos nós Senadores, tive uma cobrança de CPMF, nesse período, da ordem de R\$160,00, o que me parece perfeitamente razoável no que diz respeito àquilo que é minha própria contribuição para maior equidade, para que haja gastos de saúde muito importantes para o povo brasileiro, para a Previdência e para o Fundo de Combate à Pobreza, o Programa Bolsa-Família.

Por isso, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a encerrou e eu agradeço a sua colaboração, que foi generoso comigo, que estou presidindo hoje, pela primeira vez, os trabalhos desta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. Em seguida, falará o Senador Jefferson Péres.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate sobre a CPMF promove um esclarecimento profundo sobre a política fiscal do Governo. Acho importante. Tivemos um grande debate na Câmara dos Deputados e estamos tendo um grande debate no Senado da República.

É verdade, não podemos discordar que a carga tributária no Brasil é elevadíssima. Há concordância de quem é do Governo, de quem é da Oposição. Mas também é verdade que o Governo faz muito poucos investimentos em infra-estrutura. E o Governo precisa de mais recursos para a política de assistência social. Também é verdade que o Governo e os governos gastam com pouca qualidade. Às vezes, gastam muito em

alguns itens de despesa, sem necessidade, esbanjam, exageram e não gastam onde há necessidade.

Então afirmativas são verdadeiras e merecem, por parte do Governo, uma reflexão com relação ao perfil e à qualidade do gasto da Administração Pública.

Também é verdade que, sempre que houve a prorrogação da CPMF ou o seu debate, pela primeira vez se coloca itens, interesses, claramente apontados e conquistados, interesses da sociedade brasileira. Por exemplo, chegou-se, até o presente momento, à extinção gradativa da Desvinculação da Receita da União vinculada à Educação. Trata-se de uma luta de muitos anos do setor de educação, de professores, de lideranças da área da educação do Brasil. Pela primeira vez, coloca-se isso como uma alternativa.

Pela primeira vez, o Governo aponta efetivamente para uma possibilidade de redução da alíquota da CPMF de 0,38% para 0,30%. Também nunca se discutiu a redução da alíquota.

Pela primeira vez também, discute-se efetivamente um aumento de recurso para a área de saúde. Agora estamos efetivamente num debate, que está ocorrendo no Senado, com relação à aplicação desse recurso na área da saúde. Havíamos conquistado, a Base Aliada, no debate com o Governo, um aumento, uma ampliação de R\$24 bilhões para a área da saúde para os próximos quatro anos. Agora, com o debate que se faz, a notícia que nos chega, que naturalmente deverá ser anunciada pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e que já está circulando é que o Governo se compromete com a aplicação de todo o recurso da CPMF para a área da saúde.

Então, essa conquista é importante para nós, porque ela aponta uma melhora na qualidade de gasto de um recurso importante.

Outra questão que acho relevante é que, quando, de forma repentina, se retira R\$40 bilhões do Orçamento da União, primeiro, a União não vai poder efetivamente se comprometer com uma ampliação de recurso para a saúde, e vamos continuar sobrevivendo e convivendo com o subfinanciamento na área da saúde.

Segundo, Sr. Presidente, a União certamente terá dificuldade em aprovar o Orçamento este ano, porque o Orçamento terá que ser reajustado, refeito.

O Orçamento da União certamente só será aprovado no início do ano que vem ou no meio do ano que vem, porque o Governo terá que refazer o seu orçamento, e refazer orçamento é, primeiro, cortar despesas necessárias para poder equilibrar a redução da sua receita; terá que verificar como poderá aumentar a sua receita. E acho que esse é o tempo que o Governo terá para poder tentar ajustar. Terá que fechar

por alguns meses para balanço em 2008, com a ausência de R\$40 bilhões.

Outro ponto que eu acho fundamental é que, naturalmente, numa retirada de R\$40 bilhões, haverá uma redução do tempo da implementação de programas importantes na área de infra-estrutura, especialmente, como o Programa de Aceleração do Crescimento e outros programas importantes que foram lançados.

Hoje, de fato, pesquisa sobre o crescimento da economia brasileira mostra que, comparado com o mesmo período do ano passado, crescemos quase 6%. Então, o Brasil está num ritmo adequado.

Acho importante que todos nós possamos entender que é necessário que tenhamos condições de fazer a redução da carga tributária, mas é necessário também, Sr. Presidente – mais um minuto e encerro –, que, além da redução da carga tributária, nós possamos melhorar o gasto da Administração Pública. E melhorar o gasto da Administração Pública é fazer mais investimentos em infra-estrutura, na área da saúde e na área de educação, e, pela primeira vez, o debate sobre a CPMF nos leva a essa melhora do perfil do gasto da Administração Pública.

Então, o que estamos pretendendo neste momento é fazer com que o Governo possa assumir compromisso efetivo de mais investimento e desse aperfeiçoamento dos gastos da Administração Pública.

A área de saúde precisa desse investimento. Se conseguirmos fazer uma negociação, vamos estabelecer um fato histórico de aprovação de um recurso para a área de saúde que nunca tivemos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres.

Antes de ouvirmos a palavra do Senador Valdir Raupp, prorrogo sessão por mais uma hora e trinta minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso está diante de uma decisão crucial para a política econômica do País: se aprova ou não a prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, CPMF.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este não é o momento para eliminarmos, de uma só vez, essa contribuição, sob pena de prejudicarmos toda a população brasileira que utiliza o Bolsa Família e os serviços de saúde pública, em especial os Estados e Municípios.

Todos hão de concordar que, infelizmente, nenhum imposto é bom. A CPMF não é o único tributo

ou contribuição que distorce as decisões de alocação na economia brasileira.

Há outros impostos sobre o investimento e sobre a folha que podem ser considerados piores. São os impostos indiretos e as contribuições que mais oneram os preços dos produtos que são consumidos pelos pobres. Nesse grupo, temos o Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI; o Imposto sobre a Importação, a CONFINS, o PIS/PASEP, a Contribuição para a Previdência, o ICMS, e assim por diante.

Atualmente, os impostos indiretos e as contribuições representam cerca de 70% da nossa carga tributária. Não é somente a CPMF! Dos 37% do PIB de carga tributária, apenas 1,4% do PIB representam a arrecadação da CPMF. A CPMF é disparada o menor tributo contribuição deste País.

Eu estou vendo que a carta que deve ter chegado do Palácio do Planalto está desviando toda a atenção dos oradores da tribuna. Já começou com o Casagrande, e está acontecendo agora comigo. A discussão, daqui para frente, vai ser a carta. Espero que essa carta realmente venha a resolver o problema da CPMF.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o aumento dos gastos sociais nos últimos cinco anos mais do que justifica a maior arrecadação da CPMF.

A saúde consome 1,7% do PIB, acima da receita de CPMF, que é de 1,4%.

De 2002 até 2008, a arrecadação da CPMF terá aumentado em R\$20,4 bilhões. Esse é o mesmo valor do aumento dos gastos com saúde no mesmo período. Isso sem contar o novo aumento, que estava sendo combinado, de mais R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões que estavam sendo acordados no âmbito do Orçamento para 2008. Que está vencido, Sr. Presidente! A carta, agora, pelo que me informaram, vem dizendo – o melhor compromisso do Palácio do Planalto – que 100% da arrecadação da CPMF irá para a saúde. Essa já foi uma proposta do Senador Aloizio Mercadante há poucos minutos aqui desta tribuna e deve ser anunciada pelo Líder Romero Jucá daqui a pouco.

A despesa com o Bolsa-Família aumentou significativamente nos últimos anos. Para 2008, estão previstos gastos da ordem de R\$10,4 bilhões com o Programa. Portanto, Bolsa-Família e Saúde, que são programas sociais, apresentaram aumento de despesa maior do que o aumento da receita com CPMF.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho anulado todos os finais de semana pelas ruas nas cidades do meu Estado. Tenho recebido cobranças quanto ao preço da energia elétrica, quanto ao preço do telefone e até mesmo, por parte dos comerciantes, quanto ao aumento da carga de ICMS. Mas nunca recebi uma

cobrança para não votar pela CPMF. A CPMF não está sendo cobrada para não ser votada pelos mais fracos, e sim pelos mais fortes. Isso é a pura verdade!

Assim, acredito que a CPMF deve ser rediscutida no bojo de uma reforma tributária que deve acontecer o ano que vem no Congresso Nacional. Temos de elaborar uma nova estrutura de impostos, principalmente de impostos indiretos. A simples eliminação da CPMF não garante uma carga tributária mais justa porque há outros impostos que também são perversos e prejudiciais às pessoas de baixa renda. Todos os impostos indiretos são repassados aos preços e oneram mais os pobres e a classe média deste País.

Então faço um apelo, em especial à minha Bancada, aos Senadores do PMDB para que dêem um voto de confiança ao seu Líder e a toda a Bancada deste Partido, porque no ano que vem vamos discutir a reforma tributária e poderemos resolver a questão da CPMF. Que se discuta, Sr. Presidente, a reforma tributária. Agora não é o momento de se eliminar a CPMF de uma única tacada, e sim de garantirmos mais recursos para a saúde, para o combate à pobreza. Não existe nada mais justo do que investir na saúde e no combate à pobreza neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero fazer um apelo para que todos os líderes e todos os Senadores e Senadoras abram mão das inscrições de encaminhamento do voto, para podermos iniciar efetivamente a votação da PEC da CPMF. Eu gostaria que V. Ex^a consultasse as Lideranças para que pudéssemos iniciar imediatamente a votação.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar o meu voto contrário à prorrogação da CPMF – e o Brasil inteiro já conhece o meu voto –, mas eu abriria mão da minha fala se todos o fizessem, para adiantarmos os trabalhos e entrarmos direto na votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São 47 inscritos; falaram 28. Só dois pediram para retirar a inscrição. Mas eu consultaria as Lideranças.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se os outros aceitarem e abrirem mão, eu também aceito. E acho que a maioria o fará, porque o assunto está desgastado já há muito tempo, ninguém vai mudar o voto. Eu concordo plenamente e acho que é uma questão de bom senso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu seria o próximo orador, mas os Senadores e até os telespectadores devem estar literalmente saturados. A minha posição é conhecida, o PDT vai votar conscientemente a favor da prorrogação. Eu abro mão da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de manter a minha inscrição. Minha posição é notória, clara, contra a CPMF, mas gostaria de dizer algumas breves palavras até por imperativo de consciência.

Aprendi com os romanos que a consciência vale por mil testemunhas, **conscientia mille testes**. Por isso eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marco Maciel, por coincidência, depois do Senador Jefferson Péres, V. Ex^a é o próximo inscrito.

Já que o Senador Jefferson Péres desistiu de usar a palavra, concedo a palavra a V. Ex^a.

O próximo orador é o Senador Flexa Ribeiro. Consulto se V. Ex^a desiste de usar da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desisto, para votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desiste de usar a palavra.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para encaminhar votação. Com revisão do orador.) – Caro Presidente Garibaldi Alves Filho, quero aproveitar a ocasião para cumprimentá-lo pela eleição à Presidência

do Senado. Sufraguei o seu nome certo de que V. Ex^a se desincumbirá adequadamente no desempenho das elevadas funções.

Desejo fazer apenas três raciocínios. O primeiro, Sr. Presidente, é lembrar que o Senado, além de compartilhar com a Câmara a função legiferante, possui uma característica que lhe é peculiar: ser a Casa da Federação. Ou seja, uma instituição preocupada com os chamados entes federativos: a União, os Estados e os Municípios. Além disso, exercita peculiarmente a condição de Casa revisora, competindo-lhe examinar as proposições vindas da Câmara dos Deputados.

Essa função revisora cresce de importância, de transcendência quando se sabe que estamos discutindo uma emenda à Constituição. A Constituição, segundo os romanos, é a lei fundamental, a *lex fundamentalis*. Ou seja, a lei das leis. Por isso, em qualquer alteração da Constituição se exige uma tramitação especial prevista não somente no seu próprio texto, mas até no Regimento Interno da Casa. Daí por que é uma matéria que não pode ser votada sem ampla reflexão, sem interstícios e submetida a dois turnos. Com isso quero chamar a atenção para a importância da decisão que vamos tomar a seguir.

Em segundo lugar, eu gostaria de entrar no mérito da proposta de emenda constitucional, que diz respeito à DRU e à CPMF. É bom lembrar o passado que fica do que passou.

Eu me lembro dos idos de 1994. Eu era Senador, estava na Liderança do meu Partido e acompanhei o surgimento do mais bem sucedido programa de estabilização que o País já conheceu, o Plano Real, que indubitavelmente transformou a economia brasileira.

Aquela ocasião, como convivíamos com taxas – para usar a expressão de Mário Henrique Simonsen – não civilizadas de inflação, era fundamental que as colocássemos sob controle. Para isso foi necessário que aprovássemos uma emenda constitucional de revisão chamada Fundo Social de Emergência, que não tinha outro objetivo senão o de promover a desvinculação de recursos da União, sigla que, tecnocraticamente, passou a ser chamada de DRU.

A DRU não é outra coisa senão a possibilidade que tem o Executivo de, em caráter excepcional, poder remanejar recursos da União, para que, por esse caminho, venha a colocar a economia sob controle. Então, àquela época, isso era fundamental para a implementação do Plano Real. E o foi, na verdade, na medida em que o Congresso Revisor entendeu que não poderíamos ter outra conduta. Isso permitiu que o Plano Real, em 1º de julho de 1994, entrasse em vigor.

Uma vez a economia estabilizada, robusta, como hoje é a economia brasileira, depois que aprovamos o

Plano de Estabilização Econômica, fizemos um significativo processo de privatização e votamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a DRU perdeu significação, porque, na realidade, hoje convivemos com taxas de inflação de primeiro mundo. E aí não poderemos deixar de reconhecer o grande trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Analisemos agora, em rápidas palavras, a questão da CPMF. A CPMF, inicialmente surgida como um imposto, o IPMF, e depois transformado em contribuição que não se transfere a Estados e Municípios, diferentemente do que acontece, por exemplo, com o IPI ou com o imposto de renda da pessoa física e jurídica. Ela é apropriada integralmente pela União, o que penaliza os demais entes federativos – e é bom lembrar aqui na Casa da Federação –, os Estados e Municípios. A CPMF – evidentemente, alguns afirmaram isso, mas é bom reiterar – é uma contribuição altamente regressiva, isto é, penaliza os pobres, que a pagam, muitas vezes sem perceberem...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me assegurasse concluir meu raciocínio.

Pois bem, penaliza os pobres. Por isso que, além de regressiva, é insidiosa, pois os pobres pagam CPMF muitas vezes sem saber que estão pagando um tributo que afeta a sua sobrevivência. Não vejo outro caminho senão rejeitarmos esta Proposta de Emenda Constitucional e criarmos condições para que, a partir daí, possamos pensar num verdadeiro ajuste fiscal com redução da carga tributária e criando condições para que o País possa crescer a taxas mais elevadas.

Por fim, Sr. Presidente – estou fazendo uma síntese –, gostaria de dizer que, muitas vezes, se alegou que a CPMF ajudava a combater a sonegação. O Governo Federal tem instrumentos para combater a sonegação.

Em fins do ano de 2001, ainda na administração de Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 105, que permitiu e que permite, sobretudo nos seus arts. 5º e 6º, se não estou equivocado, o acesso do Fisco às informações protegidas pelo sigilo bancário, o que chamam de controle sistêmico da arrecadação, para usar uma expressão utilizada pelos tributaristas, como também um acesso chamado incidental sobre pessoas que estejam sob fiscalização da Receita Federal.

Então, os instrumentos necessários para combater a sonegação prescindem da CPMF. Temos já um aparato legal para assegurar que não haja sonegação. Daí por que concluo minhas palavras, renovando a mi-

na expectativa de que o Congresso Nacional rejeite essa Proposta de Emenda Constitucional, mesmo porque os economistas têm dito – economistas de grande reputação nacional, e eu não vou citá-los aqui – que uma revogação da CPMF não será o fim do mundo. Eu diria até que será o início de um mundo novo, porque, somente com a rejeição da CPMF, poderemos ter o ajuste fiscal que a sociedade reclama e, quem sabe, fazer as reformas institucionais. Sem isso, Sr. Presidente, não vai haver governabilidade.

Por isso, tenho mais do que convicção, tenho certeza de que, se o Congresso deixar de acolher esta emenda, vamos iniciar um novo dia, vamos iniciar novos tempos e, certamente, vamos melhorar a governabilidade do País, criando condições para que a sociedade cresça a taxas mais altas, como é da vocação do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer ao povo brasileiro que o Senador Mário Couto, por muitas vezes, esteve nesta tribuna, defendendo os interesses deste povo querido e amado do Brasil.

Mão Santa, nós fizemos aqui desta tribuna mais de quinze pronunciamentos, em favor da derrubada desse imposto maldito. Nós suamos as nossas camisas em favor da sociedade brasileira. Nós estamos cumprindo nosso verdadeiro papel. Eu vi muitos oradores hoje – e não sei por que – muito diferentes daqueles oradores normais, no dia-a-dia, forçando uma eloquência e até batendo nesta tribuna, Senador Mão Santa, como nós – temos de cobrar os nossos direitos autorais, Mão Santa –, na ansiedade, Senador Valdir Raupp, de conquistar alguns votos. Os votos estão definidos. Nós dissemos aqui, Mão Santa, por muitas vezes, que a sociedade brasileira poderia acreditar em nós. Dissemos aqui desta tribuna por muitas vezes que nós íamos, de verdade, não de mentirinha, como muitos fizeram em épocas passadas, ouvir a voz da rua.

Vou mostrar, Sr. Presidente, por que falo assim. Esse negócio de dizer aqui que temos de aprovar a CPMF porque, senão, acaba o Bolsa-Família é balela, é historinha para inglês ver. O que se precisa fazer neste País é uma coisa muito simples, Presidente Sarney: é o Presidente Lula diminuir seus gastos. Esses, sim, esse gastos, sim, Valdir Raupp, é que deveriam ir para o Bolsa-Família, não aquele que está saindo do bolso

do brasileiro, que é o imposto. Não assim! Quem está pagando as despesas do Presidente Lula...

Se formos somar, Presidente Sarney, o total dessas despesas dá para pagar três vezes o Bolsa-Família, Presidente Sarney! Como é que querem culpar a CPMF pela perda do Bolsa-Família?

Olhe, Sr. Presidente, R\$1,5 bilhão com propaganda. R\$1,3 bilhão com gastos de viagem e diárias; 37 ministérios. Calculem quanto custa cada ministério, calculem quanto custa cada ministério!

E eu pergunto, Cristovam Buarque: “Será que o Presidente Lula não poderia diminuir tantos ministérios?” Quando Geisel bateu o recorde de 19 ministérios, foi um escândalo na sociedade brasileira. Hoje há 37 ministérios, e o Presidente Lula quer tirar mais dinheiro do bolso da população, da rica e da pobre.

E ouçam o que diz a rua, as vozes da rua, Presidente Garibaldi. Ouçam as vozes da rua, Senador Flexa Ribeiro, na minha mão. Aqueles que diziam, lá quando eram oposição – já vou terminar, Sr. Presidente –, que votavam com a voz da rua, olhem aqui, Senadores, peço à TV Senado que mostre este gráfico tirado agora do *site* da Globo, agora, às 18h40, Senador Romero Jucá. Olhe o que diz a população brasileira. O eleitor vota, Senadores e Senadoras: 78,14% não querem a CPMF – *site* da Globo, agora, quentinho. Como é que eu não vou votar com essa voz, Senadora Kátia Abreu?

Querem aqui defender o indefensável. Não tem defesa! Olha o que é que diz a minha cidade querida do Estado do Pará. Olha o que é que diz Belém, Senador Jarbas Vasconcelos. Em Belém, as ruas dizem, *Jornal Liberal*: “Não à CPMF!” Essa é a verdadeira voz da rua, que nós estamos aqui defendendo. Quando aparecer naquele painel o nome de um paraense, de um humilde paraense, filho da Ilha do Marajó, quando aparecer ali Mário Couto “Não à CPMF”, é o Mário Couto dizendo que defende cada um, que defende cada cidadão deste País, que está cansado, cansado de pagar tanto imposto e de ver o Lula gastar tanto dinheiro. Esse dinheiro que o Lula gasta deveria ser dado aos pobres; não é o dinheiro tirado do bolso da sociedade.

Não há mais o que discutir, Senador, prometemos à sociedade brasileira que iríamos derrubar esse imposto. Lutamos, lutamos, lutamos, e quero gritar bem ali na frente: viva o Brasil, porque nós vamos ganhar hoje essa discussão. Não à CPMF!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. Em seguida, falará o Senador José Sarney.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a havia anunciado o meu nome em seguida ao Senador Mário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas, a bem do andamento da nossa sessão, ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Eu peço desculpas a V. Ex^a. O Senador César Borges já concordou que V. Ex^a é quem deverá ocupar a tribuna.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não. Com certeza absoluta, o Senador César Borges falará. Eu queria apenas, para o bem da nossa sessão, renunciar ao meu tempo, não sem antes, reiteradamente, declarar aqui, com toda responsabilidade, meu voto contrário à CPMF. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de apresentar aqui algumas avaliações muito pessoais sobre a questão que tanto está “emocionalizando” este Plenário, a da CPMF, agora que se aproxima a votação do primeiro turno.

Eu quero começar, Sr. Presidente, dizendo que lamento que o debate tenha tomado esse viés tão emocional. Infelizmente, a negociação em torno da prorrogação dessa contribuição foi muito politizada. O debate que poderia ser eminentemente técnico sobre o que era possível ao Governo ceder, sobre o que era possível obter de redução da carga tributária em favor da sociedade não houve. Pelo menos, não houve no momento oportuno. Comenta-se em chegada de propostas de última hora, mas não houve no momento oportuno. Ao contrário, o País assistiu a uma verdadeira queda-de-braço entre o Governo e a Oposição, porque pareceu sempre que ninguém estava disposto a ceder verdadeiramente.

Esse reducionismo não ajuda a melhorar o País, Sr. Presidente. A nosso ver, leva a uma radicalização que inviabiliza um acordo que possa favorecer o País e seu crescimento.

Acho que estamos perdendo um momento único de dar um passo importante na direção de um projeto de reforma tributária, de um projeto tributário racional para o País, que permita, por um lado, a redução da carga fiscal e que estimule a iniciativa privada por outro lado.

Como está colocado aqui hoje ou o Governo ganha tudo ou o Governo perde tudo; ou a Oposição ganha tudo ou a Oposição perde tudo. Mas vejo a verdade de outra forma: quem deve ganhar ou perder é o País. E se o País perde, o Governo ganha, e ganha tudo, aí perde a sociedade. E se o Governo perder, também prejuízos poderão existir.

O que queremos e sempre defendemos é o equilíbrio. Nós, Senadores, vamos fazer aqui uma escolha difícil hoje, uma “escolha de Sofia”, pois vamos decidir por um mal menor, quando poderíamos reduzir as perdas e melhorar as condições de atendimento para o nosso País.

Sabemos também que o Governo, se não ganhar os recursos da CPMF aqui no Congresso, vai compensar a sua receita no aumento de alíquota de outros impostos e contribuições que não dependam da aprovação do Congresso. Isso já conhecemos, já foi feito no passado. E receio que seja feito novamente agora.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este era o momento para o Congresso e o próprio Governo darem um passo para a nova política fiscal para o País.

O Brasil vive um bom momento econômico, com crescimento, com equilíbrio fiscal, com acumulação de reservas acima da dívida externa, com sucessivos recordes de arrecadação. Aí pergunto, Sr. Presidente: por que o Governo, então, não divide com a sociedade os ganhos fiscais que o País vem obtendo?

Meu temor é que o Governo, decidindo sozinho – como fariam todos os governos, de qualquer partido –, prefira flexibilizar a política fiscal pelo lado dos gastos, não pelo lado da redução da carga dos impostos. O que poderíamos fazer era chamar a decisão para o Congresso. Pactuar, talvez, uma redução efetiva da alíquota da CPMF, em médio prazo ou curto prazo, permitindo que o Governo tivesse tempo de melhorar a qualidade de gastos públicos sem comprometer um equilíbrio que pudesse trazer prejuízo ao País.

Vejo que não se trata de punir este ou aquele Governo. Os gastos correntes, especialmente pagamento de pessoal, cresceram acima do PIB nos últimos 17 anos. Entra governo e sai governo, e sempre o povo brasileiro paga a conta. A carga fiscal, nos últimos 20 ou 30 anos, sempre avançou no Brasil. Nos anos 80, era em torno de 20% do PIB. Ela cresceu, e vamos em direção aos 40% do PIB no próximo governo, se não colocarmos um freio nisso.

É fato também que as despesas correntes aumentaram bastante nos últimos anos sem proveito para a sociedade. Vejamos a situação da saúde, da educação, da conservação das estradas. O País não

está melhorando porque o Brasil não precisa de mais arrecadação, precisa é de melhor gasto público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu saí do Democratas e me filiei ao Partido da República no mês de outubro e nunca me foi cobrada nenhuma posição prévia sobre a questão da CPMF, um imposto a que, pelo caráter injusto de alcançar igualmente ricos e pobres, sempre me coloquei contrário aqui neste Senado, durante cinco anos.

Ao mesmo tempo, o meu Partido é liberal e tem a percepção de que o Estado não pode ser maior que a sociedade. O papel do Estado é dar condições para que a sociedade produza a riqueza de que o País necessita.

Sempre defendi, nesta Casa, a redução da carga fiscal, não por ser contra o Governo, mas por acreditar na força da livre iniciativa para criar riquezas. Fiz isso como Governador diminuindo impostos e aumentando as receitas.

Por isso, Sr. Presidente, mantendo a minha coerência, votarei contra a CPMF.

Há quatro anos, votei pela prorrogação, Sr. Presidente, com a promessa do Governo de realizar uma transição para um sistema mais racional de tributos. Fiz, na época, uma concessão com muitos dos companheiros que aqui estão, mesmo com a certeza de que havia impostos demais no País. Junto com outros Senadores, dei uma prova de confiança a este Governo. Infelizmente, a expectativa não foi atendida.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador César Borges, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Por isso, essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar o prazer em vê-lo presidir esta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero esta questão não uma questão política, mas uma questão de Estado e, por isso, resolvi fazer estas breves considerações. O assunto politizou-se e, ao mesmo tempo, passionalizou-se. Isso fez com que desaparecesse a racionalidade na discussão da matéria.

Quando a CPMF foi criada, pelo Senador Antonio Carlos Valadares na sua emenda constitucional, eu era Presidente desta Casa. Havia uma certa dúvida sobre a qualidade deste imposto, que não é uma boa qualidade.

Sr. Presidente, todos nós desejamos reduzir a carga fiscal. Quando Presidente da República, na votação da Constituição de 1988, tive a oportunidade de advertir que, da maneira como estava sendo formulada, o País iria se tornar ingovernável. E o que houve foi a necessidade de uma disparada constante para os gastos que foram acrescentados pela nova Constituição.

Se não estou errado nos números, se me minha memória não falha, naquele tempo, a carga fiscal era de 24%, hoje ela está em 38%, e a tendência é realmente crescer porque os gastos criados pela Constituição de 88 tornaram o País, sem dúvida, de difícil governabilidade. Os diversos Presidentes têm, na realidade, procurado maneiras de realmente encontrar esse caminho da governabilidade.

Hoje, Sr. Presidente, eu quero dizer que não se pode reduzir carga fiscal por um decreto, nem pela extinção de uma lei. Esse é um trabalho que se tem que fazer em termos de Estado, permanente, organizado. Não é a suposição que se pode acabar por uma simples recusa de um projeto de lei, e com isso se retirarem R\$40 bilhões do Orçamento da República.

Com o tempo, Sr. Presidente, verificamos que este imposto passou a ser um imposto de boa qualidade, passou a ser um imposto justo. Vou dizer por quê. Sr. Presidente, falou-se muito aqui sobre a incidência deste imposto. Eu quero ser muito objetivo: 72% da arrecadação deste imposto é feito por empresas, não por pessoas físicas; são empresas que pagam 72%. Dos 28% restantes, Sr. Presidente, a população mais pobre paga somente 1,8%. Então, o imposto passou a ser, na realidade, um imposto que foi e está sendo bem empregado.

E está sendo destinado a que, Sr. Presidente? Primeiro, pelo lado social, ele está sendo destinado ao Bolsa-Família, ele está sendo destinado à saúde, ele está sendo destinado à transferência de renda, ele está sendo destinado à aposentadoria rural e a outros programas sociais de grande necessidade.

Também, Sr. Presidente, devo dizer o outro caráter que tem tido este imposto: ele tem sido usado para melhor redistribuição entre os vários Estados da Federação, entre as regiões mais pobres e as regiões mais ricas. E vou dar um número: 42% da CPMF vai para o Nordeste, embora a arrecadação dele seja muito maior em outras regiões. Isso significa que ele passou a ser também um imposto que tem o seu lado de redistribuir recursos entre as diversas regiões do

País. Assim, Sr. Presidente, ele também evitou R\$6,1 bilhões de sonegação fiscal a partir de 2001. E nós não podemos deixar de considerar esses aspectos.

Ele não foi criado agora; ele foi criado há bastante tempo. Como eu disse, eu era Presidente desta Casa quando ele foi criado. E não é, de repente, que se diz: “Vamos reduzir a carga fiscal”. Isso não vai acontecer. Isso vai apenas desarticular a Administração Pública. Por isso, eu digo que é uma questão de Estado e que se deve ter um pouco de razão nesta discussão.

Como é que, a 18 dias do novo orçamento, podem-se retirar R\$40 bilhões desse orçamento e querer que ele seja cumprido? Vamos criar uma desorganização federal, estadual e municipal.

Então, sinto-me na obrigação, com as responsabilidades que Deus já me deu neste País, de advertir que não estou votando politicamente; estou votando por razões de Estado, acreditando que, na realidade, não podemos encarar esta questão somente em uma base política e irracional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Sarney.

Concedo a palavra ao Relator. S. Ex^a pediu para falar neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estava inscrito para me pronunciar ao final do debate, mas resolvi antecipar a minha fala. Gostaria de pedir a atenção de todos, especialmente dos Líderes da Oposição, dos Partidos que estão encaminhando a votação contra a CPMF.

Não quero aqui repetir os argumentos econômicos de que a CPMF permeia toda a economia na cobrança de 0,38%, que evita a sonegação, que evita o achaque fiscal, que já está incluído na matriz econômica de custos de nosso País. Não quero falar nada disso. Nem quero falar na destinação dos recursos da CPMF, que já foi aqui definida.

Quero começar as minhas palavras registrando o respeito do Governo para com o Senado, porque foi aqui no Senado que abrimos o debate e conseguimos avançar na discussão da votação da CPMF. A proposta chegou aqui, da Câmara dos Deputados, com a cobrança de 0,38%. Tivemos reuniões com o PSDB, com diversos partidos da Base, houve o bom debate e conseguimos, até essa votação, avançar em pontos importantes para a sociedade brasileira.

Negociamos e aprovamos, no entendimento, o limite de isenção da CPMF para assalariados até R\$2.894,00; aprovamos, no entendimento, a redução da carga tributária da CPMF, reduzindo 0,02% a cada

ano nos próximos quatro anos; aprovamos, no entendimento, a redução da DRU da educação em debate comandado pelo Senador Cristovam Buarque, importante para o País – quem sabe da importância da educação no Brasil hoje sabe que essa medida é extremamente importante –, e avançamos mais na regulamentação da Emenda nº 29, com o PAC para a saúde, que aloca então R\$24 bilhões a mais do que o PIB nominal por ano, nos próximos quatro anos, para investimentos na saúde pública.

Tudo isso foi feito aqui no Senado. Então não é verdade que não houve o debate, que não houve a abertura e que não houve a busca do entendimento. Fechamos esse entendimento, mas, mesmo assim, o Governo continuou aberto em busca do entendimento, não simplesmente por conta do voto, mas por conta de uma prática. Aqui, no Senado, temos votado as matérias importantes para o País com o apoio da oposição, com a contribuição da oposição, com o voto da oposição. A nossa ação aqui não é dobrar a oposição; nossa ação aqui é construir com todos. Nós fizemos isso e estamos tentando continuar a fazê-lo.

Nesta semana, outras questões foram levantadas. Duas propostas permearam a ampliação do debate. A primeira delas, do Conselho de Secretários de Saúde. Qual é o desafio da saúde? É tirar dinheiro? Vamos melhorar a saúde do Brasil reduzindo recursos da saúde? Vamos melhorar a saúde do Brasil mantendo o Orçamento da Saúde somente com o PIB nominal? Não. Vamos ter de fazer um esforço e colocar mais recursos na saúde, assim como teremos de colocar mais recursos na educação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Foi isso a que o Governo se dispôs.

A proposta dos Secretários de Saúde era de mais recursos do PAC para a saúde, de R\$24 bilhões em quatro anos para R\$29 bilhões em três anos, nos próximos três anos do Governo Lula, e, mais do que isso, a destinação de todos os recursos da CPMF para a despesa em saúde. Essa proposição foi estudada pelo Governo.

Surgiu outra proposição: vamos discutir a reforma tributária. É importante, temos nos batido. Fui relator da reforma tributária quatro anos atrás.

O País tem que fazer uma reforma tributária. O Governo quer fazer uma reforma tributária. Lançou-se o desafio: então, vamos aprovar a CPMF apenas por um ano, enquanto se faz a reforma tributária, e, nesse ano, daremos à saúde o recurso que está previsto na proposta dos Secretários de Saúde. Mais recursos para a saúde neste ano.

O Governo também estudou a proposta. Quero aqui registrar e colocar na mesa estas duas propostas: ou renovamos por um ano a CPMF, dando à saúde os recursos propostos pelos Secretários de Saúde, para o exercício de 2008, ou renovamos a CPMF por quatro anos, dando todos os recursos de arrecadação da CPMF para a saúde. Destinamos 0,30% no final para a saúde e discutimos paralelamente na reforma tributária um mecanismo que garanta recursos para a saúde, a fim de enfrentarmos o desafio que o Brasil está vivendo.

Não é cortando recursos da saúde que vamos melhorar a situação. E quero registrar, Presidente Garibaldi Alves, que trago em mãos duas cartas: uma carta do Ministro da Fazenda Guido Mantega e outra, do Ministro da Coordenação Política do Governo José Múcio Monteiro, que concorda, que aprova e que apóia a proposta do Conasem para destinar todos os recursos da CPMF para a saúde.

E tenho aqui uma carta do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destinada ao Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, que eu quero ler porque é curta.

É a seguinte:

Exmº Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para informar-lhe que determinei ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Ministro Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República que por intermédio do Comunicado Conjunto anexo divulgassem a posição do Governo relativa à PEC 50/2007 e aos recursos para a saúde.

Atenciosamente,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do
Brasil

Vou entregar esses documentos à Mesa e pedir que se tirem cópias para serem entregues aos Líderes.

Quero, aqui, com o coração completamente aberto, dizer que sei que esse é um fato novo. Foi conversado com segmentos da oposição. Não quero, aqui, retomar que tipo de conversa teremos; ou tivemos. Mas quero propor, para frente, uma sistemática.

É um fato novo. Se é um fato novo e se há boa vontade na discussão, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, Senadores e Senadoras dos partidos de oposição, proponho, se houver boa vontade na dis-

cussão, que encerremos os encaminhamentos, para discutir as propostas e votar amanhã esta matéria, se os senhores concordarem.

(Manifestação de Senadores fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Essa é uma proposição que estou fazendo. Se eu precisar de tempo para discutir essa proposta... Fica a sugestão. Se não, nós votaremos hoje. Eu estou dizendo isso com muita tranquilidade: poderemos perder? Poderemos perder. É uma decisão que o Senado vai tomar. Se essa decisão é a melhor ou a pior para o País, a sociedade brasileira vai avaliar. O Governo vai respeitar a decisão do Senado.

Está aqui, sem dúvida nenhuma, para quem milita na saúde, principalmente, uma oportunidade ímpar de se investir recursos e retomar uma ação de saúde pública condizente com as necessidades deste País. Uma oportunidade ímpar!

O Governo cedeu. O Governo avançou e avançou muito. Está aqui a palavra do Presidente da República. Espero que os senhores e senhoras levem isso em conta. Pensem na situação dos Estados e Municípios.

Registro que a ausência de recursos... Não me venham falar em PIB nominal, porque o PIB nominal será cumprido, mas nós já estávamos avançando no PAC mais R\$24 bilhões além do PIB nominal e acrescentando no limite para daqui a quatro anos ser um limite de mais de R\$80 bilhões, definidos constitucionalmente para a saúde. Nós estaremos perdendo a oportunidade grande e estaremos, de certa forma, condenando Governos Estaduais e Municipais, que têm responsabilidade com a ponta do Sistema Único de Saúde, a terem menos condições na atuação para atender à população.

Então, fica aqui este apelo. Creio que todos os Senadores e Senadoras têm sua consciência, sua circunstância política. Respeitamos isso, mas neste momento eu pediria a reflexão, porque não podemos desperdiçar esta oportunidade de dar uma volta grande na recuperação da saúde em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino e, depois, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho o maior apreço, estima pessoal e

consideração pelo Líder Romero Jucá. Tenho-os franca e sinceramente.

A proposta que V. Ex^a traz e que parece simpática deveria ter sido apresentada lá atrás, na época em que esta matéria foi discutida na Câmara dos Deputados, quando o Governo, de forma intransigente, negou-se a discutir qualquer tipo de abertura, qualquer tipo de negociação.

Os entendimentos foram levados a efeito, as tratativas, as tensões se estabeleceram, as posições partidárias foram colocadas.

A essa altura, Sr. Presidente, o meu Partido não tem a menor condição. Já conversei e senti a manifestação individual de cada um deles: de recuar da posição que estamos prestes a tomar, de votar, sem que isso signifique indisposição para dialogar o interesse nacional num futuro próximo ou distante. Repito: num futuro próximo ou distante. O meu Partido estará sempre à disposição da discussão tempestiva do interesse nacional. Agora, entendo que essa proposta que chega na última hora, nos últimos minutos, é intempestiva e, por parte do Democratas, não deve merecer apreciação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nem tecerei comentários a respeito das razões que delongaram por tanto tempo uma efetiva negociação. Eu diria apenas que, na Câmara, só com o Deputado Eduardo Cunha foram dois meses. E nada parecido com isso chegou à mesa de conversa com o Ministro Guido Mantega e a direção do PSDB, quando nos dispusemos a atravessar a rua para conversar com S. Ex^a, compelidos pelo nosso cacoete, que eu julgo benigno, de negociar e de discutir o que seja legítimo.

Eu recebo com respeito e simpatia a carta dos Ministros. E vejo que o pleito é justo. Eu recebo com o máximo respeito e a máxima reverência a carta do Presidente da República. Eu não a leva pouco a sério; eu a levo muito a sério.

E digo mais: o PSDB, tão logo se fira esta votação, abrirá, se for este o desejo do Governo, do Líder Romero Jucá, imediato processo de negociação, visando a adaptarmos à realidade concreta dos fatos o que vem arrolado pelo Senador Romero Jucá. Portanto, eu digo que isso é uma homenagem que faço ao Presidente da República, neste momento. Acredito perfeitamente em sua boa intenção.

Digo que, a partir de amanhã, se votarmos hoje, que estou às ordens, que o PSDB estará às ordens para discutirmos o que são as conquistas, colocando

no papel o veículo que vai viabilizar a efetivação daquela conquista. Nada etéreo, nada no ar, nada que não seja palpável, tudo que seja absolutamente bem compreensível a olho nu de qualquer cidadão brasileiro. Vamos manter a nossa preocupação com a questão social. E não é por falta de preocupação social que estamos votando contra a CPMF hoje. Foi um debate bonito, em que cada um arrolou aqui a sua razão.

Espero, por outro lado, do Presidente da República, um gesto de respeito, porque eu tenho disposição e sei que isso se aplica aos meus companheiros de Bancada e se aplicará certamente a qualquer Senador – ninguém aqui é melhor do que ninguém. Eu tenho muita dificuldade em dialogar com quem me agride, muita dificuldade em dialogar com quem usa armas subalternas, tentando criar inimigos fictícios para fazer valer seus princípios políticos. Eu me sinto um democrata para valer, da raiz dos cabelos a ponta dos pés. Respeito meus adversários.

E é, portanto, dentro destas condicionantes – cobrança de respeito por parte do Senhor Presidente da República e, ao mesmo tempo, demonstração de máximo respeito por ele – que eu digo que o PSDB, sem dúvida, aceita, tão assim o painel, espelho resultado desta sessão, eu me disponho a negociar imediatamente.

E, sendo isso praticável, sendo isso transformável em letra de lei, em letra de verdade prática, o PSDB ajudará em tudo: em quebra de interstícios, em corte de prazo, o PSDB estará pronto para procurar agilizar, a partir da votação desta sessão, o que for necessário para que se chegue a essa conquista. Estamos – e disse bem o Senador José Agripino – em processo avançado. A esta altura, não caberia. Entendo e não menosprezo, não.

O Presidente da República manda uma carta. Isso é pouca coisa? Não. Para mim, é muito; recebo com humildade e com reverência. Agora, essa carta do Presidente é o marco inicial para começarmos a negociação. Ela em si não traz a negociação. Ela é um marco inicial para começarmos uma conversa, que será respeitosa, e, desta vez, acredito que vai dar certo. Até porque agora tem a palavra e o empenho de Sua Excelência o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem homenageio, neste momento, e com quem me disponho a dialogar tão assim tenhamos o resultado desta votação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, vou prorrogar novamente o tempo da sessão, desta vez, pelo tempo que for necessário.

Vou retomar o encaminhamento da votação, cedendo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O próximo orador será o Senador Marconi Perillo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de saudar essa iniciativa do Governo de enviar essa carta, principalmente a carta do Senhor Presidente da República, como uma iniciativa que recebemos também com a maior simpatia e à qual damos a importância devida. O nosso Líder, Arthur Virgílio, fez muito bem em colocar que nós estamos à disposição para iniciar um processo de negociação sério, amplo e que seja feito de maneira abrangente e profunda.

É importante essa iniciativa, porque eu mesmo estava disposto a abrir mão da minha palavra em função do adiantado da hora. Mas como eu participei de um processo de discussão da CPMF e da reforma tributária e ouvi aqui alguns discursos bastante eloquentes feitos sobre esta questão, eu gostaria de fazer um pequeno histórico para os Senadores que não acompanharam esse processo de discussão que tivemos aqui em 2003 com o Governo Federal, com as lideranças da base do Governo nesta Casa.

Aquela época, no ano de 2003, o Governo Federal enviou para esta Casa um projeto de reforma tributária e o pedido de prorrogação da CPMF. Vivíamos então um momento de extrema crise fiscal e não se apontava para nenhuma solução de curto prazo. O crescimento do País era medíocre, o crescimento externo era medíocre, e as perspectivas de resolver a questão fiscal não apresentavam nenhuma solução.

Nós, do PSDB, então, juntamo-nos ao Governo, com o Senador Rodolpho Tourinho, do DEM, que hoje já não é mais Senador, fizemos uma proposta e votamos a aprovação da prorrogação da CPMF, junto com todas as propostas de aumento de carga tributária, enviadas e colocadas pelo Governo Federal nesta Casa. Implicava o aumento de carga, aumento de alíquotas, criação de alguns impostos, de algumas tarifas, e nós demonstramos ao Governo Federal a boa vontade e o sentido de grandeza que a Oposição tinha, fazendo com que isso fosse possível.

Nessa mesma ocasião, o Governo Federal, por meio do seu Ministro da Fazenda e da sua Liderança aqui nesta Casa, concordou conosco que a CPMF era um imposto maléfico, um imposto que fazia mal à economia brasileira por dois motivos principais: era regressivo e tinha efeito cascata, acumulando-se um sobre o outro, provocando o encarecimento dos produtos, principalmente dos produtos que se destinavam

à exportação, àquela época tão importantes para a economia brasileira.

Fizemos, então, um acordo, não de iniciativa do PSDB, mas de iniciativa nossa, PSDB, DEM e Governo Federal, em que faríamos uma redução gradual da CPMF, à medida que determinados parâmetros fossem alcançados, por exemplo, se a arrecadação subisse mais do que o PIB, ou se a relação dívida/PIB fosse positiva na sua evolução. E assim foram criados vários outros parâmetros.

Essa CPMF teria uma redução gradativa e sairia de 0,038% até chegar a 0,08%, quando seria um imposto meramente fiscalizatório.

Repito aqui que foi feito um acordo entre Governo Federal, Sr. Ministro da Fazenda; Base do Governo, pelo seu Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; Senador Rodolfo Tourinho, do DEM; e, pelo PSDB, eu, Senador que agora vos fala.

Esse acordo, no entanto, não foi cumprido, apesar de que, de lá para cá, ao contrário daquilo que esperávamos, todos aqueles parâmetros que colocávamos como mínimos para que o gatilho de redução da CPMF fosse começado a ser acionado estouraram positivamente, muito mais do que se esperava.

Para se ter uma idéia, a arrecadação total do Governo com a CPMF naquele ano equivale à arrecadação total do Governo hoje sem a CPMF. Essa é uma demonstração eloquente da mudança que aconteceu daquele momento para o dia de hoje. No entanto, o Governo Federal, infelizmente, ignorou de maneira solene toda aquela discussão e todo aquele acordo que foi feito naquela época.

Por outro lado, também tivemos do Ministro da Fazenda da época e do próprio Governo Federal, dentro daquelas tratativas, a promessa de que não haveria 0,001% sequer de aumento da carga tributária e que, se isso viesse acontecer, o Governo imediatamente reduziria a carga tributária por meio da CPMF. Não aconteceu. O aumento foi feito. Aumentou-se a carga tributária, e a CPMF, cuja PEC está ainda tramitando entre esta Casa e a Câmara Federal, foi parada e paralisada pelo Governo Federal.

É inaceitável qualquer argumento do Governo favorável à prorrogação da CPMF em função da necessidade de recursos. O próprio Governo foi quem montou o esquema e o planejamento dizendo que não necessitaria desses recursos se aqueles parâmetros acontecessem.

E vou aqui demonstrar que isso é verdade mesmo no dia de hoje, mesmo que o Governo tenha gastado muito mais do que deveria. Existem hoje, Senador Arthur Virgílio, Senador Flexa Ribeiro, mais de R\$200 bilhões de reservas financeiras, de superávit financeiro.

Na LDO de 2008, o próprio Governo previu – e gostaria de ter a atenção de todos aqueles Senadores que estão preocupados com a questão da saúde, Senador Paulo Paim, por obséquio –...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Ex^a me dá dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder um minuto a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) –... Senador Paim, R\$200 bilhões de reserva financeira. E existe, com a liberação da DRU, que é defendida pelo Senador Cristovam, cerca de R\$36 bilhões fiscais para que sejam aplicados em recursos sociais.

Quem previu isso, Senador Paim, foi o próprio Governo Federal, quando tomou a iniciativa de incluir regra inédita: que o superávit do Tesouro será, automaticamente, alocado para os programas que no Orçamento têm como fonte a CPMF. Aqui estão! E eu gostaria que alguém pudesse me dizer que isso não é verdade.

Existem os recursos para a saúde continuar tranquilamente recebendo seus recursos, para que os hospitais recebam seus recursos e, muito mais do que isso, possam até ter recursos aumentados, tranquilamente. Enquanto isso, teremos a oportunidade, como disse o Senador Arthur Virgílio, de proximamente, assim que o Governo quiser, discutir essa questão de maneira tranqüila, equilibrada e profunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra. O próximo orador será o Senador Marconi Perillo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o dia de hoje não é um dia qualquer. Nosso voto é extremamente importante. Não decidimos sobre R\$2 bilhões, R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões; decidimos sobre R\$40 bilhões, sobre como vai ser o Orçamento de 2008, qual vai ser a real condição financeira do Estado e dos Estados, no plural, em 2008.

Tenho a consciência tranqüila, nos limites da minha autoridade, de que fiz todo o esforço para que essa questão tivesse um encaminhamento racional e lógico, com a minha consciência limpa, sem me afastar um minuto das minhas atribuições, sem invadir um centímetro das atribuições dos outros. Fiz o que estava ao meu alcance para que tivéssemos condições de resolver essa questão de forma construtiva, de uma

forma que nos levasse a uma reforma tributária, que nos conduzisse a uma situação de redução da carga fiscal e a uma transição positiva para a economia brasileira.

Não sou levado pelo vento nem sou sensível a ele. Sou hierarquizado, sou subordinado, mas tenho a minha própria consciência, da qual não me afasto. Penso que cometemos vários erros nesse processo. O primeiro e principal erro foi a primeira negociação havida, negociação na qual estivemos nós do PSDB no Ministério do Planejamento, e houve uma evidente subestimação, senão do problema, da força que poderia se reunir aqui contra a CPMF.

As propostas que foram apresentadas eram elementares, insuficientes, não tinham, de forma alguma, condição de justificar uma mudança de atitude do PSDB e do DEM, que é nosso aliado e que consideramos.

Ao término de três ou quatro sucessivas reuniões, absolutamente públicas, eu disse ao Senador Tasso Jereissati, que era Presidente do Partido nesse momento, e disse ao Ministro Guido Mantega, ao Senador Arthur Virgílio, que estava junto conosco, evidentemente, ao Senador Romero Jucá e ao Senador Aloizio Mercadante, que, por mais que o desejasse, o Senador Tasso Jereissati não teria como andar um centímetro com a proposta que lhe tinha sido apresentada.

E usei uma expressão muito simples, mas muito clara: “O Governo não botou a mão no bolso”. Era uma proposta que não teríamos condições políticas gerais de sustentar, nem na Casa, nem para nós mesmos, nem para a sociedade, nem para o DEM, que é o nosso aliado.

Aconteceu efetivamente a confirmação dessa expectativa. Nossa Bancada se reuniu e decidiu por nove votos contra quatro. Dos quatro Senadores vencidos, um era o Presidente do Partido e o outro era o provável Presidente do Partido, e nós acatamos a decisão dos nove democraticamente para mantermos a nossa unidade como Bancada de Senadores.

Depois daí, houve efetivamente extrema dificuldade no encaminhamento da proposta. A emoção cresceu, as palavras avançaram além da emoção, e chegamos ao dia de hoje.

Penso que a lição desse tempo deve nos levar a um outro padrão. Seja qual for o desdobramento desses acontecimentos de hoje, que eles não se reflitam em truculência, em agressivamente, em radicalização.

Que todos entendam que estamos tratando de um País que está muito longe de se desenvolver, muito longe de se estruturar, País no qual milhares de pessoas estão morrendo de fome de um lado, e outras tantas estão aí nas portas de hospital sem ter serviço médico. De uma saúde que não corresponde a um mínimo

de conceito de dignidade para a população brasileira. Estamos diante de uma situação, de fato, de extrema dificuldade. Não vou entrar nos pormenores desses desentendimentos, que isso é uma lição de como não devemos fazer de novo.

Mas eu faço o meu apelo, não somente aos companheiros do PSDB, não somente aos nossos Governadores que legitimamente deram o seu ponto de vista ao Partido e aos Senadores, e o fizeram muito bem. Eu quero dizer, com toda a tranquilidade, que não vamos repetir os fatos que nos levaram ao dia de hoje, com essa situação de emergência, com falta de planejamento que faz o Presidente da República, legitimamente, escrever uma carta a 30 minutos da votação.

Por que não há dois meses, por que não há quinze dias? Por que não antes? Por que chegarmos a esse ponto? Por que tantas pessoas sensatas se desentendem tanto? Sinceramente, para mim, isso não serve. Eu não gosto do aplauso fácil, não gosto de falar o que os outros querem ouvir apenas. Até prefiro. Mas importante falar é que cometemos muitos erros e que não devemos transformar esse cenário de hoje num cenário que possa construir no futuro uma sociedade democrática entre nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra e concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo. Em seguida, falará o Senador Delcídio Amaral.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não resta dúvida de que esta é uma sessão histórica. Sobretudo, Líder Arthur Virgílio; Presidente Sérgio Guerra, porque, caso se confirme o resultado desta votação, com certeza, esta decisão será uma decisão pedagógica para a Casa e para o futuro relacionamento entre a Oposição e o Governo. Eu estou seguro disso, Líder Agripino.

Até uma semana atrás, não havia disposição alguma do Governo em negociar quaisquer termos que pudessem trazer à mesa, concretamente, a Oposição para um diálogo que resultasse em uma saída, em uma solução que, efetivamente, pudesse resolver algumas questões que nos afligem e que nos trazem, permanentemente, a esta tribuna para o debate democrático, colocando, com clareza, nossas opiniões e nossas idéias.

Não havia, portanto, nenhuma disposição para o diálogo. Os Deputados tentaram o tempo todo buscar o entendimento com o Governo. Não foram ouvidos. Muitas foram as tentativas da Oposição, na Câmara, para que pudéssemos construir uma saída que resultasse, efetivamente, na destinação dos recursos para

a saúde. Os Deputados não podem ficar desmoralizados com suas posições.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Governo não acenou, em nenhum momento, com a viabilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, em nível federal, com o objetivo de colocar um freio na gastança, de limitar as despesas, de reduzir as despesas correntes. O Governo traz hoje à tribuna o discurso de que não haverá recursos para o Bolsa-Família, mas se o Governo acena com a possibilidade de destinar todos os recursos da CPMF para a saúde é porque existem outras fontes para financiar o Bolsa-Família.

Fui Governador de Goiás por oito anos. Atendia, com transferência de renda, a 300 mil famílias. Nunca precisei criar imposto para garantir a continuidade dos repasses às famílias necessitadas. Portanto haverá, sim, dinheiro para que o Governo continue a custear o Bolsa-Família.

É importante registrar que hoje os pobres gastam 1,8% de seu orçamento com a CPMF, enquanto os ricos gastam apenas 1,2%. Um outro dado, Senador Arthur Virgílio, é que, em 1998, quando a CPMF foi criada por conta da realidade econômica do momento, 80% dos recursos eram destinados à saúde. Hoje, apenas 40% dos recursos são destinados à saúde. Não houvera a radicalização, a disposição da Oposição em buscar até a última hora um entendimento e depois radicalizar nessa posição, o Governo não teria enviado para cá esse tipo de proposta, submetendo à apreciação o repasse total dos recursos para a saúde.

O Governo terá, no ano que vem, quase R\$70 bilhões de excesso de receita. Portanto terá dinheiro suficiente para cobrir os R\$40 bilhões, caso efetivamente não tenhamos uma outra negociação a partir da data de hoje, em caso de derrota do Governo. Os investimentos públicos caíram, entre 2001 e 2006, 57%; as despesas do Governo subiram 112%; portanto, há um descompasse claro que precisa ser corrigido. A CPMF mascara o déficit previdenciário e o Governo não envia para cá um pacote de emendas que possa significar efetivamente a conclusão das reformas tão demandas pela sociedade brasileira. É preciso recuperar a eficiência do Estado. O Governo gasta muito e gasta mal.

É preciso também destacar o caráter cumulativo e autofágico, é um imposto de baixa qualidade; é preciso recuperar a liquidez do mercado, prejudicado pela migração das aplicações financeiras para os fundos. É preciso, por fim, Sr. Presidente, colocar para valer em discussão uma reforma tributária que signifique redução da carga, aumento da competitividade do produto brasileiro, redução do Custo Brasil. Enfim, é necessário que o Governo efetivamente acene com a possibilidade

de termos uma situação tributária em que quem produz, em que quem trabalha, em que quem gera empregos tenha condições de competir com a China, com a Índia e com outros mercados emergentes. O Brasil efetivamente não tem feito o seu dever de casa.

Eu tive a experiência de, como Governador, conseguir, com a parceria do setor produtivo, com a redução dos impostos em mais de 200 produtos, multiplicar por três, em sete anos, o PIB do Estado do Goiás; tivemos condições de saltar do último lugar, em termos de dívida com a União, para o sétimo lugar entre os oito Estados mais endividados, graças aos ajustes fiscais sistemáticos que realizamos.

Portanto, há condição sim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fazer ajustes. O Governo precisa gastar melhor, gastar com mais eficiência. O Governo precisa efetivamente fazer o seu dever de casa, como os Governadores Aécio Neves, como Tasso Jereissati fez no Ceará, como Serra faz em São Paulo, como eu fiz em Goiás, e Yeda Crusius, Teotônio Vilela e Cássio Cunha Lima fazem em seus Estados. Enfim, é preciso tirar das lições do Governo de Mário Covas as lições para, efetivamente, reduzir gasto público e garantir eficiência, para que possamos oferecer os serviços que a sociedade espera de Governos eficientes, sem onerar o bolso do empreendedor, sem onerar o bolso do pobre e sem tirar condições de competitividade para aqueles que carregam esse Brasil na mão.

Ouvi aqui hoje vários discursos emocionados. Procurei fazer um discurso equilibrado e racional. Não dá para ficarmos apenas no racional, Senador Arthur Virgílio, porque efetivamente vemos as potencialidades deste País, o quanto este País pode crescer, o quanto este País pode ser competitivo, e ficamos no debate que, na minha opinião, tem apenas o objetivo jogar para a platéia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Estamos aqui, queremos sentar à mesa, dispostos a sentar à mesa, mas precisamos de tempo. Não dá para gente levar em consideração uma proposta que chega aqui no último minuto do segundo tempo. Tivemos o ano inteiro para negociar a CPMF, para negociar uma saída com o Governo. O Governo quer que o PSDB resolva o seu problema em um dia apenas; o Governo quer que a Oposição resolva um problema que ele não conseguiu resolver em um ano. Em um dia apenas, não dá. Há disposição para discutir.

Precisamos de tempo. Precisamos dialogar com os nossos Pares; precisamos efetivamente ter ciência e convicção de que o Senado hoje não vai ficar joga-

do ao vento, como em outras vezes, como em outras negociações.

Por isso, Sr. Presidente, mantendo a coerência que Mário Covas teria nesta sessão, meu voto será contra a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo e concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Em seguida falará o Senador Flávio Arns.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo e desejar muito sucesso. Que Deus o ilumine na Presidência do Senado.

Quero cumprimentar também o Senador Tião Viana pelo trabalho que fez na interinidade.

Sr. Presidente, vários Senadores abordaram esse assunto da CPMF com profundidade. Portanto, meus comentários serão muito breves.

Entendo que o momento que vivemos hoje é uma autêntica marcha da insensatez. Quando vejo, e normalmente procuro ter bom senso nas avaliações que faço... Mas imaginemos que o Brasil fosse uma empresa. Que empresa resistiria a um corte imediato de R\$40 bilhões? Que empresa constrói seu orçamento para 2008, projeta seu orçamento para os anos subsequentes e, de uma hora para outra, vê-se absolutamente sem parte dos recursos que são fundamentais para seu desenvolvimento e, acima de tudo, para sua saúde e seus programas sociais?

E nós estamos hoje, no meu ponto de vista, cometendo um grande equívoco, independentemente dos erros que foram aqui comentados, das duas partes: os do Governo e também os que cometemos aqui no Senado Federal.

Precisamos buscar a racionalidade nesta discussão. Não podemos perder esta oportunidade. Recebemos aqui uma carta do Ministro da Fazenda e do Ministro da Coordenação Política, endossada a proposta pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se ela veio agora, ou se ela poderia ter vindo antes, infelizmente foi uma sucessão de erros que ocorreram nessa discussão entre o Governo e o Senado Federal. Mas quero, mais do que nunca, pedir aos Senadores e às Senadoras que façamos um esforço, ainda ao longo desta e da próxima semana, para buscar a aprovação da PEC que hoje aqui votamos, compatibilizando a aprovação desta PEC com as propostas apresentadas pelo Governo.

É um grande avanço direcionar todos os recursos da CPMF para a saúde. Ou, então, atender um ano, Senador Garibaldi, e apresentar e discutir a reforma tributária.

Eu me surpreendo quando vejo os debates aqui. Parece que a CPMF é o fim do mundo, quando o grande problema que estamos enfrentando é a reforma tributária – esta, sim, absolutamente necessária para o Brasil.

Não podemos desperdiçar, a despeito dos erros, dos equívocos cometidos, esta oportunidade. A proposta está na Mesa. E não tenho dúvida, como qualquer empresa, Senador Papaléo, de que, se cortarem os recursos, vamos perder na saúde. Ou será que o Brasil é um país de Primeiro Mundo, que pode dar-se ao luxo de perder R\$40 bilhões da noite para o dia?! Vamos perder na saúde, nos programas sociais e na infra-estrutura, no momento em que o País, neste último trimestre, comparado com o último trimestre do ano passado, cresceu 5,7% – um recorde, uma coisa que não se via no Brasil há muitos e muitos anos.

Portanto, meu pedido é o de que venhamos a discutir essas questões com razoabilidade, a aproveitar esta oportunidade a despeito de todas as falhas, de todos os erros na condução desta discussão.

E, Sr. Presidente, quero aqui afirmar que vejo como altamente temerário o seguinte: se a decisão for votar a medida provisória hoje, existe a DRU nesta medida provisória, que são exatamente os 20% das receitas que vão ser investidas em infra-estrutura, em saneamento, na defesa nacional. Não podemos cometer essa verdadeira insensatez.

Portanto, Sr. Presidente, minha posição é clara: pela votação favorável à CPMF, à DRU.

Para concluir, digo que estou com o meu Estado. O meu Estado enfrenta uma situação financeira de extrema dificuldade. E é importante registrar, Sr. Presidente, que hoje a CPMF representa para o meu Estado R\$232 milhões.

Então, a despeito desta discussão política – e procurei fazer uma abordagem técnica, isenta –, eu fico com o meu Estado; eu fico com a população do Mato Grosso do Sul; eu fico com o meu povo.

Portanto, vou votar favoravelmente à CPMF e à DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que esta noite de discussão da CPMF é principalmente de aprendizagem para todos nós, qualquer que seja o nosso Partido.

A discussão da CPMF começou aqui no Senado, na verdade, há cerca de um mês e meio, com a presença do Vice-Presidente José Alencar, por iniciativa

do então Presidente Tião Viana e com a participação maciça de todos os Senadores e Senadoras.

E, naquela reunião, ficou evidente a disposição do Governo de negociar com a Oposição. Esse já foi um grande equívoco, porque a primeira negociação, sem sombra de dúvidas, deveria ser com os Partidos da base de sustentação do Governo. Os Partidos da base, naquele momento, foram colocados de lado, como já o haviam sido na própria Câmara dos Deputados. A grande aprendizagem que tem de haver é no sentido de valorização da base aliada.

O PSDB, como relatado pelo Senador Sérgio Guerra, foi ao Ministério do Planejamento, a pedido do Planalto, e a negociação se estabeleceu em bases superficiais, ou seja, não com a profundidade e com as orientações que estão vindo no dia de hoje. Isso também dificultou a convergência para um resultado final.

Se estamos vendo mudanças hoje na CPMF, temos de dizer que isso é fruto do trabalho dos Partidos da Oposição: PSDB, PFL. Apesar de o PFL não ter participado da negociação, a posição de ser contra a CPMF obrigou que acontecesse um processo de negociação com o Senado Federal. Isso a sociedade tem de saber. Ela tem de perceber com clareza como é importante, num sentido de convergência, de buscar soluções, de achar caminhos, ter uma oposição atuante, uma Oposição que obrigue quem esteja no poder a se sentar, dialogar, conversar e achar as melhores soluções. Isto é uma aprendizagem, algo que devemos aprender, não só com partidos de oposição atuantes, mas no sentido da construção de um diálogo, de uma prática entre Executivo e Legislativo numa situação de democracia, o que nunca aconteceu de uma maneira tão intensa no Brasil como está acontecendo neste episódio da CPMF.

Contudo, também quero dizer que o que foi negociado é fundamental: R\$7 bilhões para a área da educação, essencial para o Brasil, R\$20 bilhões a mais por ano para a área da saúde, R\$80 bilhões em quatro anos. Posso assegurar que isso vai para a área da saúde, para um direito fundamental, que vem sendo negado há décadas em nosso País. É tanto que o ex-Ministro Jatene disse que uma das razões que o levaram a sair do Governo foi o fato de se retirar da saúde o dinheiro regular do Orçamento, o normal, já que a CPMF foi para a saúde.

Há disposição de negociar a carga tributária, há disposição de discutir os gastos que são aprovados por nós aqui no Congresso, criação de ministérios, criação de cargos em comissão e tantas coisas contras as quais temos que nos insurgir. Não poderia pensar em novos aspectos que pudessem ser negociados.

Por isso, todos nós que somos contra a CPMF, mas que reconhecemos a importância desse processo de negociação e dos seus resultados, temos de pensar, na minha opinião – este é o apelo que faço aos Partidos de Oposição e também ao PDT, que já manifestou o voto favorável, que teve uma participação fundamental nesse processo –, em dar uma chance ao processo de negociação, em dar uma chance à saúde, em dar uma chance à educação, em abrir uma perspectiva para o Brasil, para não colocar o Brasil numa situação de dúvida no momento em que o Brasil tem perspectivas de crescer, de se desenvolver, de criar novas oportunidades, de ter saúde, de ter educação. Não vamos criar essa dúvida. Nós temos condições, dentro do Senado Federal, pela correlação de forças, de fazer que esses compromissos sejam seguidos no próximo ano.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que, conversando com os Partidos de Oposição, vejo dois argumentos principais que são levantados.

O primeiro deles é de que não dá para se confiar na palavra do Executivo. Existem muitos exemplos que confirmam essa preocupação. Inclusive, os jornais dizem e também usam a expressão “vamos nos fazer novamente de bobos nessa negociação, vamos dar uma chance, pela correlação de forças, pelos compromissos assumidos”.

O outro argumento que escuto é que isso é uma coisa simbólica. Acho que não pode ser simbólico. O povo precisa de coisas concretas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flávio Arns, lamento comunicar a V. Ex^a que o tempo está esgotado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, um minuto para concluir.

Não podemos dizer para o povo que é simbólico o problema da saúde: R\$20 bilhões por ano resolvem o problema da saúde, R\$7 bilhões melhoram a questão da educação. A negociação tem que ser estabelecida e nós temos condições de fazer isso no Senado, pensando não no Governo, mas nos desafios que o Brasil tem que enfrentar neste momento importante de desenvolvimento para a nossa Pátria.

Por isso, faço um apelo à Oposição para aprovarmos a CPMF e estabelecermos, com firmeza, com autoridade, uma marca no sentido do entendimento, da negociação, de se forçar a busca de soluções.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. O próximo orador será o Senador Raimundo Colombo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, Parlamentares, brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, temos fato novo, Senador Romero. Trouxe uma carta, fato novo.

Fato novo é o Presidente novo aqui. E eu perdi, perdi o melhor vizinho que tive em sessenta e cinco anos, meu vizinho, mas vamos ganhar aqui, em nome do povo do Brasil, enterrando essa CPMF.

Fato novo é o Senado aqui, ó Demóstenes, com moral, com força, liberto. Este é que é o fato novo; não é aquele Senado envergonhado, das medidas provisórias, que impedem... Rui: “a salvação é a lei e a justiça”. Não fazemos leis, o Governo, o Executivo não deixa. Isto é que é fato novo. Fato novo quando o Presidente, meu vizinho do Nordeste, buscar o veto do Presidente, que vetou a lei boa e justa para os aposentados velhinhos, que era de 16,4% e o Presidente Luiz Inácio baixou e vetou, inspirado pelos aloprados, para 4%.

Aí sim é que a dificuldade fazer esse orçamento para os nossos velhinhos. Não, Luiz Inácio, pois o Tasso disse que tem R\$200 bilhões no cofre.

Então, ó Delcídio, uma das melhores inteligências... Cadê o Delcídio? Eu disse que ia falar nele. Delcídio, inteligência. Ele disse que vamos perder. Delcídio, V. Ex^a é um homem inteligente. Olha que para pinçar inteligência no PT é difícil. Lavoisier: “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Como ousa contestar? Não vai perder nada não, César Borges. O dinheiro vai sair da mão irresponsável dos aloprados para as mãos das mães de família.

Garibaldi, nós fomos prefeitos. Luiz Inácio, confia aqui no PMDB de verdade. Isso não vai desaparecer não, Luiz Inácio. Estão lhe enganando, Luiz Inácio. Na natureza, nada se cria, nada se perde. O dinheiro vai ficar com a dona de casa, a mãe, honesta, honrada, vai comprar pães, comprar remédios, vai dar proteção, vai melhorar a alimentação. O dinheiro vai circular. Luiz Inácio, aí tem o ICMS. A maioria de nós foi prefeito. Aumenta o ICMS: 25% vão para os prefeitos e 75% vão para os governadores de Estado.

Agora, a vergonha, eu posso dizer. Ô aloprados que estão aí! Eu, Governador do Estado – ô José Agripino, V. Ex^a era Senador –, fui chamado, o César deve ter sido chamado, os Governadores, o Azeredo, o próprio Garibaldi – Medida 29. Eu gastava 7% como Governador de Estado para a saúde. E quase todos. A Emenda 29. E apenas disse aos Senadores: não vamos abruptamente elevar para 12%; vamos devagar. E hoje é uma vergonha! Atentai bem! Hoje, ô Inácio Arruda, dos 27 Estados, 17 continuam nos 7%. Os Prefeitos, eram para 15%, e ninguém obedece.

Olha, nesta Casa, por isso que Rui disse que só há um caminho: a lei e a Justiça. Deus: Moisés, toma as leis, para o mundo melhorar. Deve haver lei. Por que há uma lei para a educação – 25% do Orçamento –, e não há uma lei para a saúde?

Há Copa do Mundo, de quatro em quatro anos, não há? Agora é a copa da malandragem, da pilantragem, da picaretagem. De quatro em quatro anos. Em 2003, vieram aqui. Demos crédito, porque Luiz Inácio disse que ia fazer uma reforma tributária. Há 76 impostos no Brasil. Setenta e seis! O brasileiro e a brasileira pagam cinco meses de tributos e um mês, ao banco: a metade do ano. Essa é a verdade.

E vamos enterrar, Sr. Presidente, porque é mentira que a CPMF vai para a saúde. É mentira que é provisória e é mentira que eles quiseram defender que só branco paga. Negócio de branco... Pelé paga mais do que nós. Quiseram enganar o povo. Uma mentira não vence a verdade. A verdade vence a mentira. Vamos enterrar. Não vai haver apocalipse, não.

Eu, testemunho da história, estive aqui em 1976. Ô Jefferson, um apocalipse. Ô Garibaldi, aprenda, Petrônio Portella Presidente desta Casa, houve, como hoje, ô Mercadante, reforma do Judiciário. Petrônio mandou votar, os militares não queriam. Fizeram, fecharam o Congresso com canhões. Eu, do lado do Petrônio, ouvi o que ele disse: “Este é o dia mais triste de minha vida”.

Os militares mandaram reabrir este Congresso. E houve a reforma judiciária que possibilitou a anistia, a transição democrática...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, o que queremos dizer é o seguinte: um quadro vale mais do que dez mil palavras. Eu os convido, Luiz Inácio: dia 16 de dezembro, eu faço 41 anos de médico, médico mesmo de Santa Casa. Aqui, brasileiros e brasileiras, somos quatro médicos – e falo por Mozarildo Cavalcanti, que não está aqui, mas queria enterrar. O destino quis que ele enterrasse o melhor homem público do PSDB de hoje. Mas vamos fazer um enterro maior aqui da CPMF. Mão Santa, Papaléo Paes e outros: quatro médicos aqui, Luiz Inácio. Agora, eu me ofereço ao PMDB e ao Raupp para, em 60 dias, fazer uma lei boa e justa para a saúde. Não a essa mentira, mentira que é provisória, mentira que vai para a saúde e mentira que só pagam brancos e ricos.

Vamos dizer – Cícero dizia: “O Senado e o povo de Roma” –, que possamos gritar: o Senado e o povo do Brasil vão enterrar a mentira da CPMF e fazer nascer uma lei boa e justa neste País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo e, em seguida, ao Senador Leomar Quintanilha. E teremos os quatro oradores finais.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria cumprimentar o Senador Mão Santa, que, a esta hora, ainda mantém a energia e, sobretudo, a mesma posição, o que agrada a todos nós.

Na verdade, é uma questão de coerência, para mim, a manutenção do meu voto contra a CPMF. É da ideologia do nosso Partido, é a forma que vejo de construir uma sociedade melhor: diminuir a carga tributária.

O nosso Partido, em Santa Catarina, fez um trabalho já há bastante tempo. Está aqui o Paulinho, que liderou esse movimento. Fomos às ruas e tentamos conscientizar as pessoas. No começo, era até meio engraçado, as pessoas ironizando, mas este debate chegou aqui. O Senador Flávio Arns falou muito bem: a Oposição cumpre muito bem o seu papel.

É importante para a sociedade que a Oposição adquira respeito e construa credibilidade com as propostas.

A grande verdade é que o Governo achou que iria, como fez em todas as outras votações, levar goela abaixo. Esta é uma Emenda Constitucional, que impõe um **quorum** de três quintos, e este **quorum** o Governo não alcançou. Como nosso aliado, funcionou também o elemento da fidelidade partidária, que impediu a compra individual de quem quer seja e passou-se a respeitar e valorizar os Partidos políticos. Esse é, de fato, um dos resultados que nós estamos colhendo aqui.

O Governo diz que está perdendo ou estão lhe tirando R\$40 bilhões – vezes quatro anos, R\$160 bilhões. Está bom! Tirando de quem? Se esse dinheiro fica com o povo, está em muito boas mãos. Aliás, nas melhores mãos. E é exatamente isso que acontece, porque o cidadão comum, quando vai à farmácia comprar um remédio e dá um cheque, ele paga CPMF; e, quando a farmácia compra do distribuidor, ela paga o CPMF; e, quando o distribuidor compra do laboratório, ele paga CPMF. E é na gasolina, é no telefone e é em qualquer operação, sobre qualquer produto. Portanto, toda a sociedade é penalizada. Essa é a verdade.

O Governo teve cinco anos para apresentar uma proposta de reforma tributária. Como os outros que passaram, essa reforma não veio. E os índices chegam a números absurdos para um País com a qualidade do serviço que presta. E o que nós vemos é inchar o custo do Legislativo, do Judiciário e, sobretudo, do

Executivo, em todos os níveis. Essa é a realidade. O serviço público, o Estado brasileiro está de costas para as pessoas, sobretudo, para as pessoas mais pobres. E essa mudança se impõe acima das ideologias, como uma forma prática, porque democracia não é só o ato de votar, mas, sobretudo, o resultado que se devolve à sociedade. E o resultado é muito ruim.

No dia-a-dia, nas comunidades mais pobres, é comum a gente ver o pessoal fazer jantares beneficentes, para poder assistir àquele membro da família, que, doente, está a três, seis, nove meses, esperando na fila para poder ter um exame de maior complexidade e não é atendido.

Falar da saúde é falar da saúde que é prestada à sociedade brasileira, sobretudo àqueles que dependem do SUS, que são carentes. É a remuneração que se paga ao médico, que é vergonhosa; é a remuneração que se paga aos hospitais, sobretudo os filantrópicos, que estão todos falidos.

Aprovar a CPMF e não discutir, não permitir a transformação é dizer que está tudo bem. E não está bem! É necessário ter a coragem de impor a mudança, e o Governo está tendo esta oportunidade. Não é uma carta que chega agora, ao apagar das luzes, no desespero de uma derrota, que vai mudar nosso posicionamento. Pelo contrário, ela confirma que nós estamos certos. Agora estamos também abrindo mão e estendendo a mão para que se construa o diálogo, para que se construa o entendimento e para que se possa, de fato, apresentar à sociedade um projeto moderno e eficaz, que, principalmente, reduza a carga tributária e distribua melhor a renda.

Esse é o subproduto deste debate que aqui se faz na Casa correta, onde se constroem, com o debate contraditório das idéias, as propostas que sentimos no dia-a-dia do povo.

Estamos abertos! De minha parte, não há nada contra o Governo nem o desejo de impor derrota a qualquer Governo; pelo contrário, há o desejo de contribuir para a sociedade. No Brasil, a Oposição tem sido uma resistência, e nós estamos aqui cumprindo, na trincheira democrática, nosso dever. Acho que hoje mudam a figura e a relação de forças entre o Governo e esta Casa, e é possível que se construa uma nova proposta, não com uma carta aos 48 minutos do segundo tempo, mas com a intenção de, em fevereiro, conseguir, por meio do diálogo, construir uma nova forma, transparente, com índices bem definidos de recursos que, de fato, vão para a saúde, mas a saúde lá na ponta da linha, a saúde para os Municípios, para os hospitais filantrópicos, que são aqueles que, de fato, atendem o povo.

É este o nosso dever. Estou confiante de que estamos cumprindo bem o nosso compromisso. Para mim é muito claro, é absolutamente coerente. Vou votar contra a CPMF e tenho certeza de que estou falando em nome do povo que represento. Foi com esse discurso, durante toda a campanha, que consegui a maior votação que um político conseguiu em Santa Catarina, dizendo que ia lutar para reduzir a carga de impostos. Estou aqui cumprindo com o meu dever. Meu voto é consciente; a escolha é bem amadurecida. Tenho a certeza de que, assim, estamos contribuindo para que, de fato, as coisas se aperfeiçoem. Que a gente deixe de dar as costas às pessoas, ao povo. Que o Estado brasileiro tenha a noção de que não adianta apenas mudar de governo, fazer alternância de poder. É fundamental manter o Estado e os princípios que o sustentam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Raimundo Colombo.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. Em seguida falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas homenagens ao Presidente Garibaldi. V. Ex^a acaba de assumir e o faz com uma prova de fogo, um debate muito interessante e inflamado que toma conta da Casa. Trata-se de um debate no qual podemos ouvir as manifestações oportunas, as mais variadas, com posições diversas, algumas inflamadas, mas que nos remetem a uma verdade inarredável: o País clama e espera por uma reforma tributária; o País clama e espera por desoneração da produção; o País clama e espera pela redução da carga tributária. Estou consciente, Sr. Presidente, de viver debates ricos como o de hoje em tentativas anteriores de promovermos uma ampla reforma tributária neste País, e vi que não foi possível. Tenho um sentimento muito forte de que a desconstrução, a redução dessa brutal carga tributária somente conseguiremos da maneira como foi construída, de forma gradual, aos poucos. E é só dessa forma que acredito que poderemos resolver esse grande problema fiscal que o País tem.

Com relação à CPMF, Sr. Presidente, voto com muita convicção pela aprovação da sua renovação. E o faço por várias razões, por perceber que é um imposto que impacta muito menos do que a grande maioria dos impostos hoje praticados neste País. Um imposto que o rico paga e o pobre também, o pobre paga menos e o rico paga mais. E o resultado dos recursos auferidos com a CPMF beneficia sobretudo os mais pobres. Vai

para a área da saúde, vai para os programas sociais, cuida especificamente daqueles que precisam mais da ação do Governo. E também, Sr. Presidente, por entender que a retirada abrupta de um recurso tão expressivo do Orçamento federal pode provocar uma desorganização administrativa, pode provocar uma desorganização financeira, cujos resultados podem ser inimagináveis, cujos prejuízos podem ser inimagináveis, atingindo principalmente a população mais pobre e a mais necessitada.

É por essa razão, Sr. Presidente, que voto pela prorrogação da CPMF, acreditando que este debate polêmico e acalorado de hoje nos estimulará a continuar esta discussão, para que possamos fazer uma ampla reforma administrativa no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, falará o Senador João Ribeiro, já que o Senador Almeida Lima renunciou ao seu direito de falar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a esta hora da noite o mais sábio seria renunciar de fato à fala, mas creio que esta é uma eleição em que não gostaria que o meu voto ficasse escondido. Daqui a alguns dias, semanas, meses, anos esta sessão será analisada pelas conseqüências que ela vai trazer, e quero que o meu voto fique registrado, para que se saiba se eu errei ou se acertei.

E vou votar com algumas razões que uso sempre quando quero tomar uma decisão na hora do voto. A primeira é o meu sentimento de responsabilidade com o futuro do meu País.

E eu não estou convencido, absolutamente, de que este País pode abrir mão de R\$40 bilhões e nada vai acontecer. Ninguém me convenceu disso.

Segundo, é uma questão de compromisso. Ninguém me convenceu de que a CPMF tira dinheiro dos pobres e dá para os ricos. O meu sentimento, as minhas análises são exatamente ao contrário. Mesmo que seja a mesma proporção para todos na hora de pagar. Não consigo entender os argumentos que dizem que esse é um imposto perverso do ponto de vista social, que a CPMF é um Robin Hood ao contrário.

Terceiro, é uma questão de coerência. Eu não sou uma metamorfose ambulante. Eu defendi a CPMF quando foi criada. Eu falei a favor disso. Eu falei com o Dr. Adib Jatene que esse era um projeto positivo. Não mudei de lado.

Mas havia uma razão pela qual, apesar da responsabilidade, apesar do compromisso social, apesar da coerência, eu não votaria na CPMF. É o fato de que o Governo criou a armadilha de amarrar a CPMF e a tal da DRU. E esta, sim, é perversa, porque tira dinheiro diretamente dos projetos que, ao longo de anos, por lutas, se conseguiu vincular na Constituição.

A DRU é a segunda morte de João Calmon, que conseguiu vincular e pôr na Constituição, no art. 212, que 18% da receita tem que ir para a educação. A DRU baixava os 18% para 14,6%, e eu disse: não posso votar pela prorrogação da CPMF, porque está vinculada à DRU.

Mas, felizmente, conseguimos, ao longo desse período, negociar. E o Governo assumiu o compromisso de que a DRU será reduzida, na educação, ao longo dos próximos anos, até desaparecer. E os primeiros 5% que caem – de 20% para 15% – já são suficientes para fazer com que os 18% sejam cumpridos.

Aí, alguns argumentam que não podemos confiar no Governo do Presidente Lula. Eu até entendo esse sentimento, mas até 2010 o Presidente é Luiz Inácio. Eu não posso negociar com outro.

Alguns dizem que se fizermos isso teremos problemas, porque a CPMF será um imposto que tirará dinheiro dos pobres. E isso não é o que me convence.

Por isso, vim aqui dar o meu voto sem me esconder, a favor da CPMF, assumindo o compromisso do Governo de que a DRU da educação desaparecerá. E lamento que outros não tenham colocado essa condição também para a saúde e para as outras receitas vinculadas.

Eu quero aqui, primeiro, votar aberto. Segundo, cobrar do Governo, dos Líderes do Governo, Senador Raupp, Senador Jucá, Senador Mercadante e Senadora Ideli, o compromisso que foi assumido. Esse compromisso, espero que seja cumprido.

Mas vim aqui também para outra coisa. Não para convencer nenhum de vocês. Ninguém vai ser convencido nessa idade e nessa hora da noite. Mas vim fazer um pedido para que, na hora de votar, se dispam dos preconceitos. Não votemos pensando no partido, mas no Brasil.

Não votemos pelas mágoas dos descompromissos passados do Governo. Votemos pensando no Brasil. Vim aqui pedir que a gente seja capaz inclusive de abrir mão da raiva, da arrogância do Governo, que deixa para ler uma carta aqui, propondo que o dinheiro se destine à saúde, Senador Romero Jucá, a essa hora do campeonato. Isso podia ter sido feito há 15 dias. Isso podia ter sido feito há um mês. Foi uma arrogância.

Mesmo assim, faço um apelo: não votem por causa da arrogância do Governo. Votem pela necessidade do Brasil e, por essa necessidade, creio que, apesar de tudo, ainda vale a pena votar pela prorrogação da CPMF, com o compromisso de acabarmos com a DRU, pelo menos na educação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e concedo a palavra, sucessivamente, aos Senadores João Ribeiro e Pedro Simon.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já no adiantado da hora, faltando apenas dez minutos para a meia-noite e depois de ouvirmos muitas argumentações técnicas, políticas, uma coisa me deixou muito preocupado. Ovi a oposição dizer que o Governo não apresentava uma proposta que fosse boa para o País.

E ninguém, nesta Casa, pode dizer que a saúde vai bem no Brasil. Eu posso falar principalmente do meu Estado, o Tocantins. Se a saúde não está boa no Brasil, no Tocantins ela está péssima, está horrível. Falta até esparadrapo nos hospitais. E quando eu vejo, Sr. Presidente, o Governo fazer uma proposta de que o dinheiro da CPMF vá todo, toda a sua arrecadação, para a saúde, eu vejo a oposição radicalizar e não aceitar a proposta, dizendo que foi de última hora.

Ora, Sr. Presidente, esta é a Casa do diálogo e do entendimento. Nós ainda não apertamos o painel de votação. Qualquer entendimento pode ser feito até na hora de se apertar o painel de votação. O importante é que esse entendimento seja bom para o País.

Sr. Presidente, como Líder de um partido da base – e tenho dito sempre que o meu partido é pequeno no Senado, porque nós somos apenas quatro –, eu disse, esta semana, nas várias conversações que tivemos com os Senadores César Borges, Expedito Júnior e Magno Malta, que o nosso bloco no Senado cabe no velho fusca, e não precisa nem de motorista. E, se tiver motorista, ainda assim, cabe dentro do fusca, nós, infelizmente, vamos ficar divididos no meu partido, lamentavelmente. Apesar de todos os apelos que fiz ao Senador Expedito Júnior, ao Senador César Borges, não pude, infelizmente, convencê-los.

Sei que o Governo não termina, nem o nosso relacionamento. Não vai ser a primeira vez que o Governo e o País vão precisar de nós. Que cumpramos com o nosso dever e com a nossa obrigação.

Portanto, vejo com tristeza. Estou fazendo um relato do meu partido, para dizer que nós fizemos o maior esforço, que o Governo fez o maior esforço, ao ponto de, hoje, o Presidente da República encaminhar uma carta a esta Casa, fazendo duas propostas inte-

ressantes à oposição, para que se resolvesse o problema da prorrogação da CPMF.

Sr. Presidente, há dois anos, fui relator dos programas sociais do Governo. Eu, que sou de um Estado pobre, que sou um Parlamentar que vivo muito no Município – sou muito ligado à base –, que acompanho a importância dos programas sociais do Governo, Senador Renan, que relatei esses programas sociais há dois anos, fico triste ao ver que nós poderemos ter problemas de recursos para os programas sociais, já que nem mesmo a proposta do Governo, colocando todos os recursos para a saúde, foi aceita pela oposição. O radicalismo chegou a este ponto. Não podemos, Senador Raupp, dar outro nome a não ser o de radicalismo político, do embate político. “O Governo precisa perder”, é isso, parece-me, que pensa a oposição. “Nós temos de impor uma derrota ao Governo”, mesmo que isso custe caro ao País. É o que percebo.

Portanto, Sr. Presidente, eu também não poderia, já que os três companheiros meus de partido usaram da tribuna para declarar o seu voto e a sua posição. Eu que sempre fui muito claro e transparente, até nos momentos mais difíceis, nas votações mais impopulares, eu sempre me posicionei de forma clara e transparente. Por isso, vim à tribuna para dizer que voto favoravelmente à CPMF, voto favoravelmente à melhoria da saúde no Brasil, voto favoravelmente ao Bolsa-Família e àqueles, os mais carentes do País, que precisam verdadeiramente do apoio do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador João Ribeiro e concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Pedro Simon se dirige à tribuna, quero comunicar ao Senador Romero Jucá que ele obtém agora a primeira vitória, o que mostra inclusive que a oposição não é intransigente. Ele pediu, há poucos minutos, que a votação fosse realizada apenas amanhã, e será atendido, fique absolutamente tranquilo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria, se fosse possível, que, antes de me conceder a palavra, V. Ex^a suspendesse por alguns minutos, para terminarem as reuniões que estão sendo realizadas, porque eu vou atrapalhá-los e eles vão me atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu faço um apelo aos Srs. Senadores para que colaborem com esta Presidência, para que possamos ouvir o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há uma pessoa que tinha de estar tranqüilamente, nessa altura, com uma posição definida, se votassem questões pessoais, é o Senador Pedro Simon.

Agora era hora de eu falar, de falar deste Governo, de seus equívocos. E, segundo dizem, inclusive com muita propriedade o Líder do PSDB, eu mandei uma carta ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e inclusive a S. Ex^a, dizendo que eu tinha sido retirado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas que, no plenário, eu votaria contra. É.

E S. Ex^a pergunta se eu mantenho ou se eu não mantenho. Em primeiro lugar, é a primeira vez que me fazem esse tipo de pergunta. Eu tenho 77 anos. S. Ex^a não tinha nascido e eu estava junto com o pai dele na luta política e todo mundo me respeita e sabe quem eu sou.

Mas o que eu vou dizer aqui é muito simples. Nós não podemos fazer aqui uma vitória de Pirro: ganhe quem ganhar. A oposição: Mas o Lula está mandando agora! Ficamos 10 dias, 20 dias esperando, e ele não falou, não deu bola, não respondeu, não deu atenção a nós.

A oposição tem razão, é um absurdo o que o Governo fez. Perdoe-me, Líder do Governo, perdoe-me, mas é um absurdo. Eu sempre dizia: O Governo vai ganhar tranqüilamente. Vai ganhar porque tem argumento, argumento daqui e argumento de lá. Vai ganhar.

E nunca imaginei que chegasse a essa altura, e até os votos que já estavam garantidos, de um lado, como o do Senador, ex-Democratas, da Bahia, e outros tantos mudaram de voto. O Governo agiu mal!

Mas será que é por isso que não vamos parar agora para pensar e refletir? Uma época, o Dr. Fernando Henrique ia privatizar a Petrobras, ia porque ia. E deu uma guerra aqui no Congresso. Foi nesta época do ano tal. E deu uma confusão. E nós exigimos: “Não, para votar, tirar da Constituição, porque já está na lei, e depois tira da lei e não tem mais nada!”, porque a Petrobras era um monopólio. Ele mandou uma carta e assumiu um compromisso de honra. Ninguém vai mexer na Petrobras, e nós acreditamos. E eles, que já falavam em mudar, que já davam outro nome para a Petrobras, já estavam mudando tudo, pararam, e nunca mais se falou nisso.

Então eu acho que, querendo ou não querendo, aqui tem documentos que, para mim, valem. Eu acredito, mas o Lula diz que não acredita, que eu sou um cara que muda, e não sei o quê, mas eu acredito na palavra dele, ainda mais escrita!

O que está escrito aqui? Que nós vamos dedicar esse imposto todo para a saúde, primeiro; segundo, vale um ano. Ano que vem, vamos discutir a reforma tributária. Nós estamos discutindo isso há dez anos, e não acontece. Não aconteceu no Governo anterior, não aconteceu neste Governo, não aconteceu na Constituinte, porque a Constituinte deveria ter feito na Constituição a reforma tributária, mas não teve coragem de fazer. E agora nós temos um compromisso. Vamos decidir agora. Vamos decidir o quê? Primeiro, vai tudo para a saúde.

Ora, pelo amor de Deus, tudo para a saúde quando o nosso querido Senador de Sergipe... Votamos a emenda, era para tudo ir para saúde e não foi. E até hoje não foi. Agora, ele dizendo que vai. É uma grande vitória.

Segundo, é um ano. Terceiro, nesse ano, vamos fazer a reforma tributária. Mas será que isso não vale? Será que isso não é importante? Isso não tem significado?

O Senador Arthur Virgílio “mas tu prometeu!”. “Sim, mas eu não tinha isso aqui”. Vai dizer: “mas o Governo prometeu, prometeu e agora que mandou”. Mas mandou. A verdade é que mandou antes da última hora, mas mandou.

Eu faço um apelo que é o mais singelo. O Heráclito Fortes disse uma grande verdade: o líder do Governo já conseguiu uma vitória. Estamos a um minuto da quinta-feira. Quem está a um minuto, fica mais doze horas, e marcamos uma reunião para as duas horas da tarde de hoje. É o apelo que faço, é o mínimo que temos que fazer é levar esse documento para casa, ler, reler, reunir os líderes, debater. Não deu nada? Não deu nada. Não deu nada? Vamos votar.

Agora não querer... Isso aconteceu no Rio Grande do Sul. No Governo da querida Yeda... A Yeda tinha uma proposta de reforma para o Governo. Os líderes da Oposição fizeram um apelo para ela dar mais uns dias de prazo. Ela deu. Ela era contra. Eu estava na reunião e disse: “Mas, Governadora, a senhora tem que ser a favor. Se a Oposição está pedindo [não digo tanto como o meu querido amigo Arthur Virgílio] mais um pouquinho”. Ela deu. Foi para o Plenário, a Oposição não concordou em adiar e votou à revelia, derrubou o projeto. Derrubou o projeto.

Achei um absurdo. Falei desta tribuna.

Acho que votar agora ou votar daqui a 14 horas, mentira, 13 horas e 57 minutos não vai mudar. Agora,

nessas 13 horas e 57 minutos, eu vou dormir, o meu querido Arthur Virgílio vai dormir, nós vamos raciocinar, vamos refletir, vamos ler isso, vamos debater e vamos votar amanhã.

É um apelo que faço, porque achei... Podemos não gostar do Líder do Governo ou do seu Lula. Ele diz que não acredita em mim, pois eu acredito nisso, porque é uma palavra séria e é uma carta endereçada ao Presidente do Congresso Nacional numa hora como essa em que estamos vivendo talvez – e até isso é muito bonito depois de um ano trágico, cruel, cheio de mil coisas – uma sessão histórica neste Senado. Parece até que estamos numa democracia; até parece que é um baita Senado e é um baita Congresso. É uma grande sessão esta que estamos vivendo! (Palmas.) É uma grande sessão, é da maior importância. Estamos mostramos, debatendo, analisando, mostrando que o Congresso Nacional, que os políticos brasileiros têm classe, têm respeito, têm credibilidade.

É no meio disso que faço um apelo, meu querido Líder. Vamos deixar para amanhã, vamos deixar para amanhã. Eu mesmo quero ler isso com calma, quero analisar, quero debater, quero ouvir a opinião de V. Ex^a, e vamos votar. É pedir demais? Ah, é hoje, perdão, não é para amanhã, já falei bobagem, para daqui a 12 horas, mentira, 11 horas e 56 minutos.

É um apelo, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o Líder do PSDB está entendendo, que o Presidente do PSDB está entendendo, e que a Oposição está entendendo.

É uma votação de Pirro. Ninguém ganha, seja qual for o resultado. Não quero saber qual é o resultado. Ninguém ganha! Agora, amanhã, amanhã todo mundo refletiu. Todo mundo refletiu. Hoje, todo mundo refletiu. Faço um apelo dramático, modéstia à parte, com a autoridade que tenho. Porque se há uma pessoa que tem que estar machucada aqui, hoje, é o Pedro Simon. Se há uma pessoa que tinha que está com uma outra linguagem, hoje, é o Pedro Simon. Que devia está falando diferente, era o Pedro Simon. Mas, na hora mais dura, mais cruel do MDB do Rio Grande do Sul, da ditadura, da violência, eu sempre dizia na tribuna da Assembléia Legislativa: o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para o MDB. E temos que dizer agora: o que é bom para o Brasil é bom para o Senado da República.

É o apelo de irmão que faço, como irmão mais velho, aos meus irmãos de todos os partidos. (Palmas)

Se eu puder dar o aparte, com todo o prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, lamentavelmente não podemos dar a V. Ex^a a oportunidade de conceder apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Se, revisão do orador.) – Sr. Presidente... E o Senador sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas, logo depois...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente. Isso é uma questão de justiça, já que não tenho direito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Logo depois da intervenção de V. Ex^a, ouviremos os Líderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não. Já está esgotado o art. 14. Então, eu falarei a seguir por uma questão de justiça, e V. Ex^a vai me ouvir como eu o ouvi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Será um prazer. O normal é V. Ex^a me ouvir de vez em quando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria um prazer se ele permitisse...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O normal é V. Ex^a me ouvir de vez em quando. Ouço V. Ex^a dez, quinze vezes ao dia sempre com a maior alegria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez V. Ex^a esteja trabalhando menos do que devia. Se trabalhasse o que devia, talvez falasse tanto quanto eu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço aos Senadores que colaborem com esta Presidência, que inclusive está começando hoje. Não podemos ter apartes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para dizer, Sr. Presidente, que o PRB apóia a proposta do Senador Pedro Simon. Acho lúcida, acho que devemos votar isso daqui a pouco.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu não tenho direito ao art. 14. Por uma questão de justiça, e V. Ex^a abriu uma exceção...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não posso mais conceder a palavra pelo art. 14.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, eu não tenho direito. Peço por uma questão por uma questão de isonomia já que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, mas V. Ex^a terá dois minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, enquanto ele se dirige à tribuna, uma pergunta: quantas páginas compõem esse documento que o Presidente Lula mandou e que precisa de 12 horas para ser lido pelo inteligente Senador Pedro Simon? Quantas páginas? Curiosidade minha, Sr. Presidente, V. Ex^a recebeu. São quantas páginas?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou fazer chegar às mãos de V. Ex^a os documentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Gostaria de saber, porque pode ser que, na realidade, precise de uma junta para decifrá-la. É a metamorfose ambulante na prática.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, a decisão é grave. A voz da experiência nos dá um chamamento ao bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon poderia se assumir como uma pessoa parecida com as demais. S. Ex^a se acha acima do bem e do mal, e não é. S. Ex^a comete equívocos, S. Ex^a estava decidido a votar esta matéria muito antes de a carta do Presidente da República chegar aqui. Nós sabemos disso, sabe disso a Governadora Yeda Crusius e sabe disso a consciência dele, no seu mais recôndito esconderijo.

Agora, fiquei feliz porque, por duas vezes, eu o provoquei para um debate quando eu tinha tempo de sobra para que eu o aparteasse e ele me aparteasse, e ele me concede um aparte quando eu não podia apartear-lo.

Mas fico feliz com os minutos que V. Ex^a me concede para dizer que, Senador Pedro Simon, peço muito respeito para o Senado. V. Ex^a continua merecendo meu respeito pelo seu passado. E não precisaria ficar se justificando: vote a favor da CPMF, porque tem muita gente decente que vota a favor da CPMF por achar que é bom fazê-lo.

Não fique dando justificativa. V. Ex^a foi o único Senador que deu explicação. Não dê. Vote com a sua consciência. Vote achando que isso é bom para o

equilíbrio fiscal. Vote dizendo que isso é bom para a economia. Vote dizendo que isso é bom para a saúde – vou desmontar isso quando chegar no debate sobre a DRU. Agora, não arranje desculpas para V. Ex^a, porque senão o Senador Heráclito Fortes vai lhe trazer um tradutor de hieróglifos para V. Ex^a compreender qual foi a mensagem tão magnificamente complicada enviada pelo Presidente Lula.

Portanto, Senador, digo a V. Ex^a que prezo muito as coisas frontais. Por duas vezes, tentei e não consegui este debate com V. Ex^a. Hoje, infelizmente, ele não foi completo. Amanhã tem sessão. Se V. Ex^a quiser amanhã esmiuçar, amanhã estaremos juntos. A gente pede a alguns colegas para nos cederem tempo, e vou poder ouvir V. Ex^a de maneira maviosa, vou ficar encantado.

Agora, faça algo. Não é conselho, não posso dar conselho a um homem da sua maturidade. Se eu pudesse dar uma opinião a um homem que admirei, um dos que me estimulou a entrar na vida pública, eu diria: não arranje desculpas para suas atitudes! Vote, pura e simplesmente, e não invente essa história de adiar, porque não há nenhum Senador aqui que possa mudar sua opinião por causa de telefonema de Casa Civil. Não vai acontecer isso. Cada um vai votar com a sua consciência. A hora de votar é esta. V. Ex^a é digno, e seja digno confiando em V. Ex^a mesmo. Seja digno do jeito que V. Ex^a é, e respeito V. Ex^a como tal. Não se explique, diga simplesmente: eu vou votar a CPMF porque é bom para o País.

V. Ex^a diz assim: eu voto a CPMF, apesar de não ser boa para o País. Isso está doído no Pedro Simon; como é doloroso no Pedro Simon!... Como se V. Ex^a estivesse acima daqueles que, como V. Ex^a, vão votar a favor da CPMF. V. Ex^a não é melhor do que nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, eu não ouvi a campanha. Mas encerro, Sr. Presidente.

Portanto, eu gostaria muito de não ter ouvido V. Ex^a dar justificativas. V. Ex^a deixa mal os outros. Parece que o Mercadante não foi convicto, e eu sei que ele foi convicto. Parece que a Ideli não foi convicta, e não tem ninguém mais convicta do que ela aqui. Parece até que V. Ex^a, em nome do País e por ser uma figura tão especial, abriu um exceçãozinha. Aí o velho Pedro Simon dessa vez conseguiu votar “não”.

Encontramos-nos amanhã e vamos debater. V. Ex^a me apartando, eu o apartando; será um prazer.

Posso garantir a V. Ex^a que debater não faz mal. V. Ex^a não deve correr...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB –RS) – Sr. Presidente, pela ordem, fui citado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, em nome do Pcdob, eu quero dizer que nós concordamos com a proposta defendida pelo Senador Pedro Simon de adiarmos a votação, já oferecida aqui pelo Senador Romero Jucá, porque há uma proposta absolutamente nova do Presidente da República que merece a nossa atenção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A minoria não concorda, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito aos Srs. Senadores...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu não fui citado! Eu fui agredido e peço o direito de responder. Não é citado; é agredido. E quero o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Solicito aos Srs. Senadores tranqüilidade.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra por dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Sr. Presidente, outros dois minutos para mim, para ficarmos iguais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é verdade! V. Ex^a já falou; eu falo em seguida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu peço pela ordem depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Srs. Senadores, não me deixem em uma situação constrangedora de encerrar esta sessão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja como é a diferença de sorte, veja como esta sessão é interessante. Hoje de manhã, eu fui à tribuna para não aceitar essa afirmativa do Senhor Presidente da República com relação a mim; e hoje eu estou aqui para responder ao Líder da Oposição com relação a mim.

S. Ex^a se dirigiu a mim, Pedro Simon! Por que eu? Eu não me dirigi a S. Ex^a! Eu falei ao líder da Oposição, ao importante Líder que é! Não é V. Ex^a quem vai ditar o meu comportamento, Senador! V. Ex^a era um gurizinho de calças curtas; seu pai já era um grande homem... E eu vivia... O que eu tenho de errado e de certo o Brasil conhece! Não é V. Ex^a quem vai dizer o

que é e o que não é! Não é V. Ex^a quem vai me ditar o que eu devo fazer e o que eu não devo fazer.

O que eu falei hoje não é nem a favor nem contra a CPMF. O que eu disse é que o Presidente da República agora, tarde ou cedo, mas antes de votar, apresentou uma proposta nova que é a que nós defendíamos há 11 anos: tudo para a saúde! Uma! Duas: o Líder do Governo diz que é para valer durante um ano. Neste ano, vamos fazer a reforma tributária... Se isso não é novo, pelo amor de Deus! Mas isso não é um fato importante? Do maior significado? Da maior importância?

Ora, meus amigos, pelo amor de Deus!... Agora, levar picuinhas!? “Não, porque é isso aqui, porque é não sei o quê!” Eu podia ficar na picuinha. Podia dizer a esta altura também: “Este Governo mandou na última hora! Tinha um mês, tinha quinze dias, tinha vinte dias e agora foi que ele mandou?” Não é por aí... Pelo amor de Deus, não é por aí!

E se, de repente, vamos ter um imposto só para a saúde? E se, de repente, for por um ano só? E se, de repente, formos ter um ano decisivo em que poderemos votar a reforma tributária! Estou pedindo doze horas para pensarmos sobre isso. Onde é que está o crime? Por que mereço a agressão que recebi aqui? Qual foi o pecado que cometi?

Esta sessão estava muito bonita, bonita demais, em um termo elevado demais! Não vou baixar. Vou ficar no estilo em que ela estava.

Nobres Líderes, é o apelo que faço. Não é a picuinha de que temos de votar hoje. Ninguém vai ganhar, votando hoje. Ganhe quem ganhar. Todos vão ganhar de agora até às 14 horas se refletirmos e viermos aqui votar, se as Lideranças sentarem-se à mesa e analisarem a carta que veio para cá, a proposta que veio para cá. Tudo para a saúde e um ano de prazo. Neste ano, faremos a reforma tributária. Analisem se vale ou se não vale. Dá para acreditar ou não dá para acreditar; mas analisem. Negar-se a analisar não tem lógica! Negar-se a debate não tem justificativa! Podem até dizer que não querem. Amanhã, venham para esta tribuna e digam: “Analisei, vi. Não acredito nesse tal de Lula, não sei o quê.” Podem fazer isso. Agora, negar-se a analisar, juro por Deus, não entendo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, vamos ordenar melhor os nossos trabalhos

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É por isso peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu também peço pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, fazendo um apelo aos Líderes, principalmente, para que eles dêem o exemplo, e possamos continuar esta sessão com a maior tranquilidade e serenidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se por um lado fiquei triste de o mensageiro dessa manobra ter sido o Senador Pedro Simon, fico feliz por V. Ex^a, porque, se ele tivesse feito esse discurso ontem, o Presidente teria sido ele, e não V. Ex^a; ele teria tomado o seu lugar pelo ângulo da confiança que passaria a merecer do Planalto. Mas o importante mesmo é dizermos que o PSDB e o DEM estão aqui para votar.

Se o Governo achar que não é hora de terçar suas armas, se acreditar em alguma poção mágica que possa sair da Casa Civil, se achar que tem algum Senador aqui que pode mudar de idéia porque tem o cargo tal vago não sei onde, que faça obstrução, é um direito que lhe cabe. Agora, nosso papel é este: é o de estar aqui para votar e cobrar que seria então a segunda vez que estariam inadimplindo com o acordo. Terça-feira era para terem votado e não votaram; estamos hoje na quarta-feira, e não se esqueçam de que o prazo está se esgotado. Daqui a pouco, entra em cena uma figura muito mais importante do que todos nós, se continuar este trabalho de obstrução, que se chama Senador Marco Maciel; daqui a pouco, o Senador Marco Maciel será dono dos prazos e das situações a partir do poder que detém como Presidente legitimamente eleito da Comissão de Justiça.

Mas V. Ex^a é um homem de sorte: um pouco mais adiantado esse discurso do Senador Pedro, o Presidente seria ele, e não V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com toda atenção a palavra do Senador Pedro Simon, como ouvi com atenção a palavra de todos aqueles que falaram, nem com mais atenção, nem com menos atenção. Ele me merece respeito, mas não me merece respeito mais do que nenhum outro Senador. A palavra de S. Ex^a, portanto, para mim não significa nenhum dogma, não significa nenhuma palavra nem nenhuma opinião especial. O que eu queria é ouvir a opinião do Líder do Governo. Esse sim, porque com este temos entendimentos de fazer no dia de hoje, quarta-feira, a votação da CPMF.

Quero dizer a V. Ex^a que em jogo está aqui a credibilidade da palavra entre Líderes. Se não votarmos agora, quem perde é o Senado, quem perde é a instituição Senado. Não é que ganhe Lula ou perca Lula, não é que ganhe a Oposição ou ganhe o Governo. A instituição Senado perde, porque se pactuou, depois de cinco, seis, sete horas de discussão, uma votação combinada e, de repente, um Senador entre 81 propõe o adiamento para amanhã...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...e de repente surge uma polêmica como se isso fosse um dogma.

Quero ouvir a palavra do Líder do Governo e quero dizer desde já: se não votarmos esta matéria hoje, as relações, pelo menos entre Democratas e Governo, vão azedar definitivamente. Quero dizer e deixar bastante claro: fomos magnânimos, colocamo-nos à disposição. Se ganharmos a tese da CPMF encerrada em 31 de dezembro, em nome do interesse nacional, estamos prontos para sentar à mesa de negociação.

Agora, se é para esticar a corda, se é para blefar, se é para combinar coisas e descombinar com desfaçatez, não contem conosco. As relações ficam desde já anunciadas como definitivamente azedadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon fez um apelo a esta Casa. É um apelo que chama obviamente à reflexão e à possibilidade de realizarmos no dia de hoje – e estamos falando no dia de hoje, desta quinta-feira, não agora, não daqui a alguns minutos –, mas daqui a algumas horas, para que uma proposta que chegou oficializada, mas que já

estava colocada, que já houve reunião, que já houve debate, que já foi inclusive apresentada anteriormente a vários representantes da Oposição, que essa proposta possa ser não lida, porque obviamente a leitura se faz em 30 segundos, mas não é em 30 segundos que se mede a consequência de acatar ou não uma proposta assinada pelo Presidente da República.

Portanto, o apelo que o Senador Pedro Simon fez tem lógica, que tem bom senso e que não modifica em nada a disposição de que nós tenhamos o resultado desta votação para o bem do País, de forma tranqüila, calma e amadurecida, e não no clima que está instalado hoje, agora, neste momento, no Plenário, porque os Líderes vêm aqui, manifestam a sua posição. E todos nós sabemos, aqui dentro deste Plenário, que não há tranqüilidade, mesmo nas palavras mais firmes dos líderes que vêm aqui e dizem que está tudo certo dentro das suas Bancadas, porque todos sabem que não está.

Por isso, estava certo o Senador Pedro Simon quando propôs que a gente tivesse algumas horas para apreciar uma proposta que já estava sendo debatida e que veio agora oficializada pelo Presidente da República.

Por isso, é uma proposta que tem coerência e bom senso. E aqueles que têm esse compromisso com o País, não podem se recusar...

Por isso, nós estamos acolhendo integralmente o apelo feito pelo Senador Pedro Simon. E que tenhamos tranqüilidade para as decisões que precisamos tomar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder do PSB, Senador Renato Casagrande. Depois, falará o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para fazer uma observação sobre esse momento de ânimos mais acirrados aqui no Senado.

Primeiro, achei natural o Senador Pedro Simon, da tribuna; fazer um apelo, pela sua experiência. Isso não desmerece a biografia dele, em nada. Não o coloca numa posição de inferioridade, em nada.

Então, é natural que um Senador como Pedro Simon se manifeste, pelo que já acompanhou aqui – não tenho a idade dele, estou aqui pelo primeiro ano – mas vejo que ele tem a legitimidade de ter a sua posição. Achei que o Senador Arthur Virgílio extrapolou na agressividade ao Senador Pedro Simon. Sou amigo do Senador Arthur Virgílio. Tenho o direito de, num episódio público como este, manifestar a minha opinião. O apelo que o Senador Pedro Simon fez pode

ser acatado ou não por todos nós. Eu, pessoalmente, o acato, mas é um direito que ele tem de tomar essa medida e essa posição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria da atenção dos Líderes da Oposição, Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, dos Líderes da Base do Governo e todos os Srs. e Sr^{as} Senadores.

Construímos o entendimento para votar esta matéria hoje. E tentamos, de todas as formas ampliar o debate e construir uma votação que pudesse ter a participação dos membros da Oposição.

O Senador Pedro Simon, cujas palavras agradeço, procurou, na minha visão, colaborar dentro de um clima de entendimento. Lamento, inclusive, os fatos que ocorreram a partir dessa fala do Senador Pedro Simon. Mas ressalto o seguinte, Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, quero votar hoje, honrar o compromisso que nós fizemos. Temos que ter elegância para ganhar ou para perder. O adiamento seria uma forma de buscar o entendimento. Se os Partidos de Oposição entendem que não há espaço para buscar esse entendimento, postergar esse clima não faz bem ao Senado. Estamos indo por um caminho que não é bom para nenhum de nós.

Agora, faço o apelo para que se cumpra o entendimento no sentido de votarmos hoje; de votarmos separadamente os artigos para votarmos a DRU. Faço um apelo para que aprovemos a DRU, porque é a fonte para o superávit primário do Orçamento. Se a DRU cair, nós não teremos como fazer o superávit primário, e para que nós possamos votar hoje com tranqüilidade.

E, retomando o começo da minha fala e da fala dos Líderes, que amanhã possamos retomar um clima de entendimento, para continuar a discutir os problemas deste País. O Brasil não vai acabar hoje. Nós vamos ter um problema sério se rejeitarmos a CPMF, mas eu acredito no poder da convergência e do entendimento da política.

Portanto, Sr. Presidente, se depender de mim, em não havendo o entendimento dos Líderes, nós iremos votar as matérias hoje, tanto a CPMF, como a DRU, separadamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Aloizio

Mercadante. Eu faço um apelo para que, pela ordem, só se possa falar por dois minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Eu gostaria de ser muito objetivo. O Senador Arthur Virgílio, anteriormente, quando veio à tribuna, reconheceu que essa carta e a proposta que estava sendo feita era um passo importante, que deveria ter sido feita com antecedência, mas era um passo relevante; um passo que, pelo menos o PSDB, e imagino que a Oposição, levaria em consideração e permitiria a retomada de uma negociação, a partir de um futuro próximo. Mencionou inclusive que, com a retomada dos trabalhos em janeiro, seguramente já a partir de amanhã, as negociações começariam a se processar.

Eu acho que o Senador Pedro Simon, com a vivência e a experiência dele, que são muito longas – acho que todos aqui reconhecem -, fez uma mediação importante. Se há possibilidade de conversarmos e construirmos uma alternativa, num ambiente de diálogo e de respeito mútuo, a partir do início do próximo ano, por que não podemos antecipar isso, para saber exatamente a decisão que vamos tomar?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria ponderar, para concluir, Sr. Presidente, duas questões. A DRU representa R\$80 bilhões do superávit primário do País – insisto -, num cenário financeiro internacional delicado, num País que está tentando atingir a condição de grau de investimento. É uma decisão que tem implicações sobre a rolagem da dívida pública. Tomarmos uma decisão como essa, junto com a outra decisão, que é a de termos possibilidade de avançar na reforma tributária e de vincular integralmente os recursos para a saúde, é um fato novo. Talvez seja uma proposta que poderia ter sido apresentada anteriormente. Infelizmente, não foi, mas foi apresentada neste momento e a Oposição a reconheceu como uma proposta relevante.

Eu não sei se amanhã, mas pergunto, sinceramente, se não deveríamos dar mais um tempo, para vermos se conseguimos construir um entendimento público, transparente, de um grande debate político que tivemos nesta noite.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Para concluir, Sr. Presidente.

Eu acho que não devíamos apequenar o momento político que o Senado viveu hoje, um debate intenso, político, programático, de construção de saídas, de alternativas, com cada um apresentando sua

convicção. Nós deveríamos esgotar a possibilidade de entendimento.

Termino, portanto, reconhecendo, publicamente, que a intervenção do Senador Pedro Simon foi absolutamente relevante, assim como a proposta que o Governo apresentou.

Peço a consideração das Lideranças se nós não poderíamos dar um prazo, se não é amanhã, para tentar ainda esgotar o processo de negociação e de construção política. Acho que seria um gesto de grandeza e um gesto necessário, do meu ponto de vista, ao País, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, que renunciou à renúncia de não falar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, para encaminhar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu havia pedido pela ordem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá a palavra na oportunidade devida.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^{as} terão a palavra pela ordem na oportunidade devida.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu havia renunciado ao direito de uso da fala até porque imaginava que, depois de tantos pronunciamentos, nada mais havia a ser dito. Mas entendo que a palavra do Senador Pedro Simon merecia o devido acatamento, pois um minuto a mais de reflexão, horas a mais de reflexão para buscar o entendimento fazem muito bem ao País e à democracia.

Mas sinto que até o presente momento não há clima para aceitação dessa ponderação do nobre Senador Pedro Simon, embora o tempo não esteja ainda esgotado.

Portanto, eu quero trazer à tribuna, basicamente, como um dos últimos oradores, ou o último orador a encaminhar,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O último orador é V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...o fato de que basicamente eu não vi na tribuna do Senado,

no dia de hoje, discutirem as despesas, como cortar as despesas. Eu só ouvi aqui discussão quanto às receitas. Eu só ouvi falar aqui de tributos, de contribuições, e que o Governo já tem superávit. Eu ouvi atentamente o pronunciamento dos senhores, e especialmente o do nobre Senador José Sarney, quando S. Ex^a disse aqui da tribuna que via essa questão não como uma questão de Governo, mas como uma questão de Estado. E eu quero ratificar o raciocínio de S. Ex^a, dizendo que nós que integramos a classe política é que devemos saber qual é o tamanho do Estado que nós queremos.

Ora, definido o tamanho do Estado, definida a despesa é que iremos buscar a receita. Como estamos querendo eliminar uma receita do Estado brasileiro, sem antes estabelecer quais as despesas que deveremos cortar, diante da anulação da prorrogação da CPMF?

Ouvi aqui Senadores justificarem os gastos do Governo, inclusive o número excessivo de ministérios, embora eu não me esqueça de que, em 2003, quando da votação de medida provisória criando o número de ministérios que hoje existe, o Democratas, antigo PFL, votou a favor, por unanimidade; o PSDB votou a favor, por unanimidade; e, nesta Casa, registrou-se apenas um único voto contrário àquela proposta.

Como os partidos de oposição votam para criar despesas e para aumentar o tamanho do Estado, criando um montante de despesa que hoje aí se encontra, e agora deseja falar no corte de receitas?

Com toda certeza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem vai perder é o povo, embora entenda que quem deveria perder com o corte da CPMF deveria ser a classe política, Sr. Presidente.

E a classe política, aqui representada na noite de hoje, poderia muito bem dar o grande exemplo, aproveitando um projeto que tramita por esta Casa, que diminui o Parlamento do ponto de vista numérico, de forma a contrabalançar essa receita, se porventura for negada a prorrogação da CPMF na noite de hoje.

Os Senadores poderiam aprovar, sim, a redução do Senado Federal de 81 para 54 Senadores, 25% na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, e de sessenta mil Vereadores para 27 mil, eliminando 5.560 Vice-Prefeitos. Não seria bonito? Mas não vejo a opinião do Democratas nem do PSDB nesse sentido. Eliminar a receita, tudo bem? Poderíamos, sim, negar a receita da CPMF, dizendo que nós iríamos cortar a despesa executada pela classe política, diante da estrutura que essa mesma classe política ao longo dos anos criou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Almeida Lima, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Vou-lhe conceder um minuto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, para dizer de forma conclusiva: nós da classe política daríamos um bom exemplo à população brasileira. Temos de cortar receitas e tributos? Há uma carga tributária elevada? Sim, existe. E a fórmula é diminuí-la? Sim, mas não o povo pagando a conta, porque tenho certeza, Sr. Presidente, que, rejeitada a prorrogação da CPMF, nesses próximos oito dias nenhum brasileiro vai sentir a sua extinção no bolso, nem a partir de janeiro, pois o custo de vida continuará o mesmo, mas tenho certeza de que a população brasileira vai sentir a diferença nas filas dos hospitais e dos postos de saúde porque elas estarão, sem dúvida alguma, aumentadas em seu volume, em sua grandeza.

Pois bem, é esta a conclusão do meu pronunciamento e do meu encaminhamento. Se desejam não prorrogar a CPMF, cortando tributos, porque temos muitos tributos no País, concordo sim. Mas e a despesa? Qual será cortada? Aquela que se destina aos benefícios do povo? Não! Que se corte na própria carne, diminuindo a estrutura do Estado brasileiro, cortando na própria classe política. Era esse o exemplo que gostaria de ver neste Plenário, sobretudo daqueles que fazem oposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrado o encaminhamento da votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes. Em seguida, darei a palavra ao Líder Valdir Raupp e ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, permita-me que me dirija a V. Ex^a não como partidário, mas pelo coração, pela amizade que temos, pelo respeito que nutro por V. Ex^a, por toda a trajetória política que V. Ex^a percorreu neste País. Fiquei bastante preocupado com a proposta feita por V. Ex^a e peço que reflita sobre ela.

O pedido de adiamento de 12 horas feito por V. Ex^a foi movido pela melhor das intenções. Quem lhe conhece sabe disso. Mas tenho uma preocupação. Vamos admitir que, na pior das hipóteses, nesse intervalo, um ou dois votos sejam mudados. Vamos admitir. Eu não acredito. Recairá a responsabilidade sobre V. Ex^a, perante a opinião, de ter participado, de ter colaborado para a inversão desses votos. As versões serão as mais variadas possíveis. E aí pergunto: por que não partiu de alguém do Governo essa proposta? Fizeram

com que partisse logo de V. Ex^a, que apanhou o dia inteiro deste Governo. E V. Ex^a, conheço bem, não tem vocação para mulher de malandro.

Daí por que apenas quero que V. Ex^a, quero que o amigo reflita sobre a responsabilidade de assumir esse adiamento, por esse simples fato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o amigo que lhe pede: reflita sobre isso. Sua biografia e sua história não merecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com todo o respeito ao Líder do PSDB, com quem tive muitas conversas nos últimos dias, inclusive no entendimento, no consenso para eleger V. Ex^a como Presidente desta Casa, para o que contamos com a compreensão de todos os partidos, inclusive os da oposição, quero dizer que acredito que o Senador Pedro Simon foi à tribuna com as melhores intenções, pedindo o adiamento, não de ontem para hoje, mas de hoje para hoje mesmo, pois já não é mais o dia que começou esta sessão, já é o dia seguinte, já é quinta-feira, no sentido de que, quem sabe, com a cabeça fria, com algumas horas, os Senadores pudessem raciocinar um pouco melhor, porque esta sessão, Sr. Presidente, está muito tensa.

Eu que nunca discuti nesta Casa com ninguém, mas quase que tive um desentendimento com a Senadora Kátia Abreu quando ela falou que, se o Senador Pedro Simon fosse à tribuna, ele seria vaiado. Eu falei: “Senadora, é um direito do Senador Pedro Simon ir à tribuna e pedir o adiamento da sessão”. Já outros Senadores, como Papaléo e o Tião Viana, tiveram um pega aqui, se estranharam e outros fatos já ocorreram aqui.

Então, quero fazer a defesa do Senador Pedro Simon que foi à tribuna com as melhores das intenções no sentido de adiar esta sessão para que pudéssemos votar, com a cabeça fria, algumas horas à frente.

Sr. Presidente, era esse o apelo que desejava fazer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira. Em seguida, darei a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Faço um apelo aos Srs. Senadores porque precisamos iniciar a votação, a não ser que as Lideranças cheguem a uma decisão em contrário.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um nome político só se consegue com atitudes. E esse é o caso de Pedro Simon. Pedro Simon tem um nome. Por quê? Porque ele tem uma história, ele tem uma vida. Sofreu na oposição, agüentou tudo e não mudou.

Então, quando vejo um homem como Pedro Simon fazer um apelo a esta Casa, eu me sensibilizo. É verdade que já iria votar a favor, mas foi tão importante que o Senador Marcelo Crivella imediatamente mudou seu voto. E a posição do Senador Marcelo Crivella estremeceu a base da oposição.

Pedro Simon concorreu à Presidência da Casa. Não ganhou, mas, quando quiseram fazer dele o estandarte da oposição à eleição de V. Ex^a, ele se recusou, se recusou porque ele não anda atrás de cargos nem de honrarias.

Quero me congratular com Pedro Simon. É bom saber que ainda existem políticos como Pedro Simon, que vale à pena seguir.

Sou aqui o Senador mais antigo e conheço de perto a história de Pedro Simon. E como gostaria de um dia na minha vida ter o mesmo respeito que hoje tem Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a disposição do PSDB é votar, mas eu não me sentiria bem se não fizesse aqui uma reposição. A gente sempre diz que “chumbo trocado não dói” e o debate às vezes leva a um certo calor. Mas eu quero aqui, de público, ressaltar e repetir o meu respeito pelo Senador Pedro Simon e dizer que, de fato, ele tem toda razão, diante do seu passado, de sua vida e, se Deus quiser, do seu presente e do seu futuro. Eu tenho a honra de me sentir um político de calças curtas perto dele. Quero dar um abraço no Senador Pedro Simon e reconhecer que o seu passado de democrata, que ajudou a implantar essa democracia que me permite hoje debater com ele, faz com que isso mereça ser dito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valter Pereira. Em seguida iniciarei a votação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa, pelo perfil de seus componentes, é a Casa que deve ser orientada pela serenidade. O que nós ouvimos hoje do Senador Pedro Simon foi exatamente o resultado da sua experiência de vida e da serenidade que, a essa altura da sua idade, deve sempre prevalecer. Não há dúvida nenhuma, Sr. Presidente, que oposição e governo aqui agem de boa-fé. Há uma inquietação, sim, e é essa inquietação que leva à busca de uma solução.

No momento em que chega um documento da Presidência da República, é claro que ele precisa ser analisado e refletido.

Não morro de amores pela CPMF, como todos aqui testemunham. Mas há uma proposta que muda, substancialmente, a orientação que vinha sendo dada à tramitação do projeto aqui nesta Casa. No momento em que se tem um documento, é preciso, sim, analisá-lo com a frieza necessária para entender sobre sua viabilidade, se é efetivamente possível ser utilizado dentro desta discussão e dentro do processo de votação que se vai instalar. De sorte que a proposta do Senador Pedro Simon tem toda pertinência e deveria ser devidamente analisada pelas Lideranças, a fim de que a decisão que nós venhamos a tomar seja a mais acertada para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos iniciar o processo de votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Inácio Arruda.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 300, inciso 12 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam votadas separadamente, por artigos, a PEC nº 89, de 2007.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as Lideranças se há acordo para que possamos votar a matéria de acordo com este requerimento do Senador Romero Jucá. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu voto é contrário, Sr. Presidente.

Voto contra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o voto do Democratas é a favor de que se vote, em primeiro lugar, a CPMF e, em seguida, a DRU, conforme o requerimento do Líder do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, do mesmo modo, o PSDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, infelizmente, apesar do risco de a CPMF ser reprovada, essa é a maneira mais salutar de votarmos essas duas matérias. Estamos correndo o risco de perder dinheiro para a saúde e, por outro lado, para a educação.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, confio na tradição de moderação desta Casa. Confio nas mais altas tradições de bom senso, de equilíbrio, de diálogo, na controvérsia das idéias, da defesa e, acima de tudo, do interesse nacional.

Sr. Presidente, um Governo que numa noite perde R\$80 bilhões – R\$40 bilhões de CPMF e R\$40 bilhões de DRU – sofre uma instabilidade no sistema econômico e financeiro, nos investidores, com risco de haver uma forte evasão cambial, de os juros subirem e de termos problemas de toda ordem com a volta da inflação, com a volta do processo inflacionário, desarrumando todo o sacrifício que fizemos ao longo do Governo Fernando Henrique e deste Governo.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o último apelo, o último momento, o último suspiro de quem não perde a esperança.

O PRB votará a favor da renovação da CPMF e da DRU, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto a Senadora Ideli Salvatti se concorda com o requerimento. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres, o requerimento pede a votação artigo por artigo, e a proposta do Senador José Agripino é para que se vote inicialmente a CPMF.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT não tem objeções, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança concorda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Liderança do Governo concorda.

Então vamos iniciar a votação pelo art. 2º.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho acompanhado atentamente este debate e, no momento do encaminhamento da votação, percebo que há aqui uma manobra que, para mim, é das mais perversas com o País: ao discutir o projeto que trata da CPMF e da Desvinculação das Receitas

da União, votar aqui um requerimento para que esta votação seja feita artigo por artigo e até inverter, ou seja, votar primeiro a DRU e depois a CPMF.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O contrário.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Tanto faz. O certo é que, se a CPMF tem os seus efeitos danosos, a DRU é um instrumento, o mecanismo mais perverso que permite que os recursos públicos sejam drenados para pagar a dívida pública impagável.

Portanto, o Senado tem de dizer ao País que aceita e se ajoelha diante dos banqueiros para pagar juros impagáveis e se recusa... Aqui quero estabelecer claramente um posicionamento: o P-SOL é contra a CPMF, é contra a Desvinculação das Receitas da União.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta que apresentou aqui o Senador Pedro Simon, para que pudéssemos refletir e votar o projeto no início da tarde, garantindo, segundo a carta que enviou o Governo, que...– peço respeito ao que estou expondo, assim como ouvi atentamente a todos.

Então, a questão fundamental é: se há uma proposta que diz que 100% da CPMF em 2008 deve ser vinculada à saúde, com o compromisso de efetivamente fazer a reforma tributária, que é o essencial nessa questão, em 2008, acho que os Líderes deveriam pensar... Sei que estamos aqui no momento de encaminhamento da votação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, Sr. Líder, estamos na votação, na consulta aos Líderes.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Certo. Mas queria dizer que, se a CPMF tem aqui a avaliação e o voto contrário de vários Partidos – e creio que, no atual momento, da maioria dos Senadores –, se o Senado aceitar aqui e agora votar este requerimento, aprovar este requerimento, permitindo que 20% dos tributos, de todos os tributos que arrecada a União, sejam drenados para pagar os juros dívida, para pagar os banqueiros, este Senado estará fazendo o maior desserviço ao País, às políticas sociais, que é de onde são retirados esses recursos.

Portanto, Sr. Presidente, não é questão de votar contra ou a favor. É questão de analisar uma proposta, que está sobre a mesa para exame de todos. Portanto, Sr. Presidente, voto contra este requerimento, porque ele é muito mais danoso do que o conjunto que se quer aprovar aqui.

Portanto, DRU e CPMF...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a V. Ex^a, Senador José Nery, que conclua.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Sou contrário à aprovação do requerimento, porque, se a CPMF é perversa, a DRU é nociva, porque é ela que retira 20% do orçamento da República, para pagar os banqueiros. Isso, aqui, será a declaração de que o Senado prefere os banqueiros a discutir efetivamente as políticas sociais que servem ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino e, especialmente, o Senador Pedro Simon, gostaria muito que V. Ex^a, Senador Pedro Simon, prestasse atenção no motivo por que temos as maiores restrições em acreditar nas propostas desse Governo.

Eu, agora, chamada a atenção por um colega, fui ler, com mais atenção, a carta que chegou do Ministério, assinado pelos Ministros Guido Mantega e José Múcio Monteiro Filho.

Vou ler com atenção o seguinte parágrafo:

Uma vez aprovada a prorrogação da CPMF, nos termos da PEC 50/2007, o Governo respaldará um acordo parlamentar que dirija valores correspondentes da CPMF [atenção, Srs. Secretários de Saúde aqui presentes], que não são dirigidos hoje à saúde, para que possam sê-lo, a partir de 2008, de forma progressiva até 2010, à exceção dos recursos abrangidos pela DRU.

Senador Pedro Simon, aquela proposta que V. Ex^a...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu recebi, com o maior respeito, a proposta de V. Ex^a. Por isso eu disse: “Vamos esperar até às duas horas para ler e decidir.” Não disse que temos de aprovar. Se acharmos que não devemos aprovar, não aprovamos. Agora, V. Ex^a foi ler. E leu bem, mas a maioria ainda não leu. Quero que todo mundo leia e tome uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não pode ser concedido aparte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É progressiva. A proposta que nos foi encaminhada era a proposta no primeiro ano do total, tudo para a saúde. O Senador Pedro Simon conversou comigo, e eu disse que a proposta era muito interessante. Não, não é. A proposta que foi feita a nós, do PSDB, e que foi dita aqui: era tudo para a saúde. Confirma, Senador? Há uma desinformação aqui. Tudo para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Desculpe-me, mas isso é importante. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, é isto que eu queria ponderar: há um erro fundamental na informação que nos foi dada, o que demonstra que é difícil confiar no que está sendo proposto pelo Governo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, vamos à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, para apresentar uma proposta.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a retirada das Emendas de Plenário nº 16 e 17, de minha autoria. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendida.

Vamos à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves Filho, de maneira muito objetiva, respeito a intenção do Senador Romero Jucá. Ele tem sido um gigante nessa caminhada a favor de um entendimento, tem respeitado tudo, o diálogo e o debate com a Oposição. Então, não faria qualquer crítica a ele. Entendo apenas que este procedimento de separação dos itens vai antecipadamente facilitar a intenção da Oposição aqui de exterminar a CPMF. Entendo que é muito triste olharmos o fim do financiamento dos hospitais em R\$40 bilhões e facilitarmos a vida dos

banqueiros internacionais, pagando os juros da sua DRU na desvinculação.

Entendo que o dinheiro da seguridade social – o Senador Tasso Jereissati tem a preocupação que tenho – deveria ter outra destinação. Nós deveríamos dar outra condução ao financiamento da dívida. Temos essas obrigações e temos de ter responsabilidade com elas. Mas estamos facilitando a precipitação do fim da CPMF e facilitando a vida do sistema financeiro. Gostaria apenas de registrar isso.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Abri mão de duas inscrições minhas para encaminhamento do voto. Todos sabem que vou votar contra a CPMF. É para que pudéssemos ter a votação imediata. Então, peço a V. Ex^a que abra o painel de votação e continue concedendo a palavra pela ordem aos Senadores que querem usar da palavra. Mas vamos abrir o painel de votação.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abri mão, assim como o Senador Flexa Ribeiro. Vamos encaminhar a votação; caso contrário, vamos passar a noite inteira aqui, discutindo um assunto que já está requentado, esquentado, esfriado. Vamos votar; caso contrário, também vou inscrever-me para falar, como outros Senadores que gostariam de falar, mas que, em consideração ao adiantado da hora e em respeito a V. Ex^a, que pediu, abriram mão.

Todavia, não vamos ficar também a noite toda, ouvindo oradores. Há outras pessoas que pediram pela ordem e já falaram seis, sete, oito, dez vezes. E não chegamos a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com o entendimento das Lideranças, vamos passar à votação.

Em votação a Proposta que, de acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Em votação o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, que trata da CPMF.

A aprovação depende do voto favorável de três quintos da composição da Casa, constituindo-se em 49 votos, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação do art. 2º da PEC.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel...

(Procede-se à votação)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor da PEC que renova a CPMF e destina recursos para a saúde.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, o PC do B encaminha o voto “sim”. Vamos votar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O PR encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota, unanimemente, “não”, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela Liderança do PT, Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para os Democratas, essa matéria é questão fechada. Foi decidida na Executiva do Partido – antecipada de reunião das Bancadas na Câmara e no Senado, que votaram e por unanimidade decidiram fechar a questão, por uma razão simples: a luta contra o aumento da carga de impostos é parte dos estatutos do Partido, é formulação programática dos Democratas.

Por essa razão, quanto à matéria, trata-se de questão fechada para os Democratas, e votamos “não”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB, Sr. Presidente, tem questão fechada em favor da saúde, do equilíbrio fiscal. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT encaminha o voto “sim”, confiante em que o Governo cumprirá os compromissos assumidos formalmente com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, por entender que a CPMF não é uma contribuição perversa e que ela vai beneficiar os Municípios e os Estados brasileiros, sobretudo seu povo, o PMDB fechou questão, mas, como um partido democrático, não vai aplicar sanções aos Senadores que votarem contra.

Faço um apelo aos Senadores da minha Bancada para que votem favoravelmente.

O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR faz um apelo aos seus Senadores para que acompanhem a orientação do Partido. Embora entendamos a posição de cada um, fazemos um apelo aos Senadores para que votem “sim”

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras se já votaram.

(Procede-se à apuração.)

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PTB não fechou questão, porque trata-se de foro íntimo, mas aconselha a Bancada a votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto se algum Senador ou Senadora ainda não exerceu o direito de voto. (Pausa.)

Está faltando apenas um Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Falta o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou anunciar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ART. 2º DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

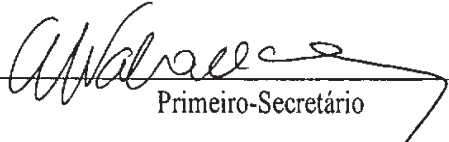
Abertura: 13/12/2007 01:07:28
Encerramento: 13/12/2007 01:11:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	NÃO
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 34 Total : 79
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 34. Não houve abstenção.

Total: 79 votos.

Portanto, o art. 2º foi rejeitado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer à Mesa a proposta de que pudéssemos votar em conjunto o art. 1º e o art. 3º. Já há entendimento com as Lideranças para que ocorra desse jeito e possamos economizar votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as Lideranças para que se manifestem.

Ainda estamos em processo de votação! Ainda estamos em processo de votação, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Em votação os arts. 1º e 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que trata da DRU.

Os Srs. Líderes devem orientar suas Bancadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor da DRU, a favor da estabilidade, do superávit, para que tenhamos o cumprimento das metas fiscais do País. O voto é “sim”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, a Minoria libera o voto. Eu, particularmente, vou votar “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto.

O fim da DRU significa a liberação de R\$33 bilhões que hoje são, de certa forma, contingenciados porque o Governo retém esse dinheiro, é um direito assegurado pela Constituição, para aplicar no que ele quiser e ele aplica em equilíbrio fiscal, em juros, em pagamento de dívida, em superávit primário. Em detrimento de quê? Das destinações a que esse dinheiro se fazia, para a saúde, para a Previdência, para o Bolsa-Família.

Na medida em que a DRU seja encerrada, vai-se deixar de dispor de recursos para o equilíbrio fiscal, mas vai-se garantir dinheiro para o Bolsa-Família, para a saúde e para a Previdência Social.

Assim, com esses argumentos, o meu voto pessoal será pelo fim da DRU. Mas entendo que na minha Bancada há pensamentos divergentes. Por essa razão a questão é aberta neste caso.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu solicitaria que V. Ex^a abrisse o painel.

A orientação do Governo é o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, chamo a atenção dos secretários e secretárias de saúde aqui presentes. Ouvimos, a tarde inteira, que estávamos tirando dinheiro da saúde para beneficiar a população pobre do País. Estudando a DRU, percebemos que ela confisca dinheiro da saúde para efeito de superávit primário, ou seja, para arcar com despesas junto à banca internacional. Não sou contra superávit primário, entendo que é necessário para que não se perca de vista a boa relação dívida pública/PIB. Mas veja como cai por terra a inverdade, veja como cai por terra a falácia, veja como cai por terra o argumento de baixo calibre. Então estamos vetando a CPMF, porque, supostamente, não somos a favor de saúde para os mais pobres. Agora, no entanto, estamos diante de um Governo que nos pede para não derrubarmos a DRU, que garante dinheiro para os banqueiros internacionais, retirado da saúde.

Voto, Sr. Presidente, pela derrubada. Minha Bancada tem pessoas que podem pensar diferente. Portanto, não há questão fechada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pediria a atenção da Casa...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O voto encaminhado é não. Agora, evidentemente, não é igual à outra matéria. Já ouvi companheiros que disseram algo diferente do que estou proferindo. Portanto, não é de se fechar questão neste episódio.

Encaminhamos o voto “não” e expusemos a razão. Daqui para frente, não digam nunca mais que estamos tirando dinheiro de CPMF de pobre para a saúde, porque estão tirando dinheiro da saúde para

dar a banqueiros internacionais. Essa é a verdade. Que fique bem claro para todos aqueles que estão nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pediria a atenção da Casa, inclusive do ilustre Senador Arthur Virgílio.

O que é destinado à DRU é 20% de contribuições sociais e econômicas. Não existe dinheiro da saúde destinado à DRU. Ao contrário, uma parte da DRU é que é destinada à saúde. A DRU recebe 20% de contribuições. Não existe contribuição específica para a saúde. Vinte por cento dessas contribuições vão para a DRU, e a DRU destina recursos para a saúde, para o Bolsa-Família e para várias despesas da área fiscal, como segurança, saneamento, estradas... De modo que não existe essa situação.

Compreendo perfeitamente o problema político que surgiu em relação à CPMF. Mas a não-aprovação da DRU vai tornar inviável a administração financeira do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar o voto “sim”. A Desvinculação das Receitas da União é importante para a Administração Pública, é uma folga fiscal que o Governo tem para atender inclusive ações emergenciais.

Portanto, Sr. Presidente, ficaria ingovernável este País se não mantivéssemos os 20% da DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o PMDB, como sempre, votando com responsabilidade. Eu não estava no Congresso, mas fez assim na época do Governo Fernando Henrique e está fazendo com responsabilidade agora no Governo do Presidente Lula.

O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, a rejeição da CPMF já foi um duro golpe nas contas públicas. Estou convencido de que isso, somado à rejeição da DRU, pode se tornar um desastre. Por isso, o PDT recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, alguns dados. A DRU desvia hoje R\$36,5 bilhões da seguridade social para o fiscal e voltam apenas R\$3 bilhões para cobrir o déficit da Previdência Social, ou seja, este Orçamento perde líquido R\$33,5 bilhões. Sem a DRU, aumenta a disponibilidade da Cofins, da CSLL, do PIS, para tudo ser realocado em favor da Previdência, Saúde e Assistência, bem assim como para o FAT, Seguro Desemprego e BNDES.

A CPMF, aplicada na saúde, poderá ser substituída, com folga, pelo que sobra da DRU e da Cofins, além do que imaginamos que vá acontecer num ano de bonança e excesso de arrecadação. Em suma, se por ventura for extinta a DRU – vamos acabar com o terrorismo –, o ajuste das contas federais terá que ser feito em cima do orçamento fiscal, nada que afete Bolsa-Família, nada afete hospitais e nada que afete aposentados.

Vamos ser bem francos: quem votou assim o fez com legitimidade a favor ou votou com legitimidade contra, mas cai por terra o argumento falacioso de que estamos tirando dinheiro de pobre extinguindo a CPMF, porque, na verdade, estamos agora, se derrubarmos a DRU, devolvendo o dinheiro que está sendo destinado a banqueiros internacionais.

Isso é importante que seja bem marcado e bem remarcado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo hoje um dia histórico no Senado, e V. Ex^a inicia o seu mandato, e quero aqui parabenizá-lo pela condução desta sessão. Hoje, com a derrubada da CPMF, iniciamos a reforma tributária, reduzindo a carga sobre a sociedade brasileira.

E o Governo tem que reconhecer, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, tem que mudar o discurso, dizer que quem votou contra a CPMF tira dinheiro dos pobres para dar aos ricos. Quem faz isso é a DRU, é a DRU que, quando tira dinheiro da seguridade social, tira dinheiro da saúde, tira dinheiro da Previdência, tira dinheiro da assistência social, para o superávit primário. O superávit primário deve ser corrigido por meio da redução dos gastos, por meio do excesso de arrecadação. Só neste ano, na LDO, já está previsto um superávit de R\$200 bilhões e mais reservas disponíveis de R\$22 bilhões, fora o aumento de arrecadação reestimado de R\$15 bilhões.

E o Senador Romero Jucá tem que reconhecer que, no Orçamento de 2008, não há um real da DRU para a saúde. Então, não podemos tirar o dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo. Não podemos retirar o dinheiro da seguridade social e levarmos esse dinheiro para o pagamento da dívida, para os banqueiros. Temos que fazer, daí, os ajustes necessários, na gestão deste Governo.

Vamos votar também “não” para a DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu falo a pedido do Líder Jefferson Péres e em nome de todos os companheiros do PDT para dizer que o voto “sim” que vamos dar é no entendimento de que, em quatro anos, a DRU sobre a educação estará extinta. É o acordo feito com todos os Líderes do Governo de que, já em 2008, cai de 20% para 15%, depois para 10%, depois para 5%, depois para 0%.

Então, nós votamos “sim” por uma questão de responsabilidade, pelo risco de desarticulação das contas públicas, se, além da CPMF, acabar a DRU de repente. Mas é um “sim” para a extinção da DRU ao longo de quatro anos. Que fique bem claro isso nos registros do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, não é um grande dia para o Senado, eu tenho certeza, e não é um bom dia para o Brasil. Os que sorriem hoje vão poder chorar muito breve,

porque apostaram na tese e na teoria do quanto pior melhor. Isso nunca deu certo. É uma pena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes e, em seguida, o Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, para mostrar à Base do Governo que não há intransigência por parte da Oposição, quero comunicar que votarei “sim”. Votarei pela Região a que pertencço, a Região Nordeste. E acho que o Governo, após essa derrota pedagógica que teve com relação à CPMF, também tem o direito de sobreviver. Agora precisa juízo, juízo. E espero que essa tenha sido uma lição, e, dando uma demonstração de boa vontade, eu votarei a favor da DRU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu acho que a marca do bom debate é o respeito entre todos nós. Mas eu confesso a V. Ex^a que acabo de não entender mais nada de toda base de argumentação que eu ouvi ao longo desses dias todos, porque, seja a CPMF, seja a DRU, são receitas que o Governo do PSDB utilizou para atravessar aquela maré difícil da crise econômica nacional e internacional. Para abdicar dos R\$40 bilhões e mais R\$33 bilhões da DRU, para abdicar de R\$73 bilhões, é preciso que o Brasil esteja muito bem para se dar ao luxo de não arrecadar esse recurso.

Sr. Presidente, dizer que o dinheiro da DRU é para pagar banqueiros, eu vou admitir. Mas devo lembrar a V. Ex^a e aos demais Senadores, com todo o respeito pelo que já ouvi, que caminho parecido como este a Argentina tomou há não muito tempo. E qual foi o resultado, Sr. Presidente? Deram calote em nome do crescimento nacional e, depois, estavam de joelhos pedindo ajuda a todos, inclusive ao próprio Brasil, para resolver o problema de um crescimento falso, que foi o da economia daquele país. E não desejo isso para a Argentina e para país nenhum! Caminho parecido foi também o do México; caminho parecido foi também o da Coréia do Sul.

Então, mal sinal do que o mundo já viveu nestes últimos dez anos. Eu temo pelo sucesso de nosso País...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu vou já concluir, Sr. Presidente. Eu só pediria que V. Ex^a garantisse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço a V. Ex^a e lembro que V. Ex^a precisa votar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu vou depositar o meu voto.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas eu gostaria só, Presidente... Eu estou com a palavra. Pediria que os Srs. Senadores me permitissem pelo menos isto: fazer um breve comunicado.

Então, esse dinheiro que é dito “para os banqueiros” é o mesmo dinheiro que ajudou a derrubar essa questão do medo que o investidor internacional tinha do Brasil. Saímos de 2.400 pontos para apenas menos de 200 pontos de risco Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, peço-lhe que conclua.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir. Já vou concluir.

Não posso aceitar que, de repente, a gente passe em brancas nuvens sem poder dizer nada. Sou da Base do Governo e concordo com as palavras que foram ditas aqui pelo Senador Tião Viana, em nome dessa unidade, em nome do sucesso de que o País precisa e não apenas de um governo. Outros governos virão e beberão nessa mesma fonte.

Por isso, Sr. Presidente, digo que a DRU é o mesmo remédio utilizado pelo PSDB. O Brasil precisa muito disso.

Quero dizer ao Senadores e, inclusive, ao Líder do PSDB que vou encaminhar dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Peço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, que exerça o direito de voto.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aconselho que não sejam repetidos discursos dessa natureza, senão vão perder a DRU também. Mais um discurso com esse radicalismo, e vão perder também. É um conselho que estou dando. Diminua esse radicalismo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, votamos, nas duas votações, em nome

do PCdoB, com a maior responsabilidade para com o Brasil, como fizemos no Governo anterior. No Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mesmo nos opondo, votamos favoravelmente, duas vezes seguidas, em duas emendas, à CPMF. Fizemos isso e não nos arrependemos, achamos que fizemos correto, assim como fizemos agora.

No meu Estado, temos a responsabilidade de conduzir a saúde pública, e tenho a convicção de que cometemos um equívoco coletivo ao derrotar aqui a CPMF.

Vamos analisar mais à frente, vamos ver mais à frente. Nem por isso o meu Partido, que se opôs veementemente à DRU, vai deixar de votar a favor da matéria, para não criar um embaraço ainda maior. Não é para Lula, não é para seu Governo, é para o nosso País e o nosso povo.

Por isso que a nossa atitude, a atitude do PCdoB é de responsabilidade com o Estado brasileiro e com o seu povo. Por isso nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Magno Malta. Em seguida, vou proclamar o resultado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, nós da bancada do Espírito Santo, o Senador Gerson Camata, o Senador Renato Casagrande, votamos a CPMF com muita consciência, entendendo da necessidade de fazê-lo em favor do Brasil, dos menos favorecidos e da saúde.

Vamos votar a DRU porque entendemos que, se não o fizermos, com essa desarrumação que já vai acontecer com a queda da CPMF, certamente vai acontecer uma grande desarrumação nas finanças do Governo. Para que não aconteça um embaraço maior com a perda da DRU, vamos repetir o nosso voto, Sr. Presidente.

Agora, se derrubar a CPMF e comemorar a sua morte é comemorar o fim do Bolsa-Família e um ataque à popularidade do Presidente Lula, acho que isso é uma grande bobagem.

Sr. Presidente, vamos continuar firmes onde estivemos, com o discurso que sempre fizemos e entendendo que a morte da CPMF hoje trará uma desarrumação tremenda. É necessário que aprovemos a DRU, embora gente da base do Governo não queira votar, dizendo que está dando dinheiro para banqueiro, mas acho que criaremos um embaraço muito maior se assim não fizermos e vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Vamos proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ART.1º E 3º DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 13/12/2007 01:15:07
Encerramento: 13/12/2007 01:31:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
DEM	MG	ELISEU RESENDE	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 60
Votos NÃO : 18
Votos ABST. : 00

Total : 78



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e NÃO 18 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 78 votos.

Estão aprovados os art. 1º e 3º da proposta.

Com a rejeição do art. 2º, a Emenda nº 20 está prejudicada.

Votação, em globo, as emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

(Procede-se à votação)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto “não”. Essas emendas foram rejeitadas e têm parecer contrário. Portanto, o voto agora é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, demonstrando a sua isenção, desta vez o PSDB acompanha o Governo e vota “não” também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, a minoria vota “não”.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “não”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pelar ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já imaginava que depois da votação da CPMF nós seríamos responsabilizados pela retirada dos recursos do Bolsa-Família. O Senador Magno Malta acabou de dizer exatamente isso. Não é verdade; isso é uma inverdade. É tão inverdade que o próprio Presidente da República, o Governo, fez a proposta de transferir todos os recursos da CPMF para a saúde. Ou seja, ele também, o Governo, o Presidente da República sabe que não precisa dos recursos da CPMF para atender ao Bolsa-Família.

Então, é bom que fique registrado para todo o Brasil que nos assiste pela TV Senado e que nos ouve pela Rádio Senado que não é verdade isso.

Nós votamos a favor dos pobres, somos a favor do Bolsa-Família. E há recursos para manter os programas sociais do Governo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, tenho direito a falar pelo art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há condições mais de conceder a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu fui citado pelo Senador Flexa Ribeiro. Eu quero dizer a ele que Bolsa-Família...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta, não é possível, já foi concedida a palavra em duas oportunidades pelo art. 14.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu entendo. Quero cooperar com V. Ex^a. Desculpe-me, mas quero dizer a ele que comida é saúde, e Bolsa-Família tem comida no meio. Ele disse que votou a favor dos pobres?! Pobres dos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos apurar o resultado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Magno Malta, quem votou a favor dos banqueiros votou “sim” na DRU. Verifique meu voto, lá, se foi a favor dos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, não há possibilidade de V. Ex^a usar a palavra neste momento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Está vendo, Sr. Presidente? Ele fica me provocando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Da mesma forma que o Senador Magno Malta não podia usar a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele fica me provocando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum dos dois, Sr^{as} e Srs. Senadores. Vamos anunciar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

EMENDAS NºS 1 A 19 (PARECER CONTRÁRIO) À PEC Nº 89, DE 2007 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/12/2007

Num.Votação: 6
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 13/12/2007 01:32:38
Encerramento: 13/12/2007 01:35:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	NÃO
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	NÃO
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO
PTB	DF	GIM ARGELLO	NÃO
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	NÃO
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	NÃO
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	NÃO
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO
PTB	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 02
Votos NÃO : 59 Total : 61
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Votaram SIM 02 Senadores; e, NÃO, 59.

Não houve abstenção.

Total: 61 votos.

Estão rejeitadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho.

PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno para a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 1.265, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados), que prorroga os prazos previstos no **caput** dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, consolidando a decisão aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de dezembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 1.665, DE 2007

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados).

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2007

Prorroga o prazo previsto no caput do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria constará da Ordem do Dia, para o segundo turno, na sessão deliberativa ordinária do dia 20 de dezembro próximo.

São os seguintes os itens transferidos:

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dis põe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável,

vel, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e*

Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002;
90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002;
90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de
2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;
26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, e *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *instaura o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão de Diretora, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre proce-*

dimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões— de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio; e — de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador

Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.*

Parecer nº 159, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azevedo, favorável.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) que apresenta.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.*

Pareceres sob nºs 192 e 750, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário): favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 65, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella.

38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o*

Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.451, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Louvor a Srª Raimunda

Nonata da Silva, pela aprovação com destaque, no vestibular do Centro Universitário Luterano de Santa-rém/PA. Requeiro, ademais, que o Voto de Louvor seja levado ao seu conhecimento.

Justificação

Vovó Noca de 81 anos, como Raimunda é conhecida, passou na 26ª colocação entre 200 candidatos, vale ressaltar que apenas 38 das 50 vagas foram preenchidas.

D. Raimunda passou 64 anos sem estudar. Quando pôde retornar, terminou o ensino médio pelo programa Educação para Jovens e Adultos do Serviço Social da Indústria do Estado do Pará (SESI/PA), entidade vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), a qual já tive a honra de presidir.

Essa homenagem é mais do que merecida, pois mostra que não a limite de idade para quem quer melhorar e tem força de vontade.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.
– Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2007

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família de João Calazans, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Pingo D'Água – MG, assassinado no dia 11 de dezembro de 2007.

Justificação

O trabalhador rural João Calazans, 50 anos, foi assassinado por volta das 21 horas da noite do dia 11 de dezembro, no quintal de sua casa, quando ele estava com a família, no Assentamento Chico Mendes, do Município Pingo D'Água (MG). Calazans levou um tiro do lado direito da nuca, chegou a ser encaminhado ao Hospital de Ipatinga, mas estava morto.

As terras do Assentamento Chico Mendes foram ocupadas em 1999, e mesmo após a criação do assentamento, as famílias convivem com conflitos devido à morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em nove anos ainda não finalizou o parcelamento da área.

João Calazans dedicou sua vida à luta em defesa dos trabalhadores rurais, incomodou os latifundiários do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço. Ele denunciou as péssimas condições de trabalho e a super-exploração de trabalhadores rurais nas carvoarias da região, que sustentam as siderúrgicas.

Calazans era presidente da Associação do Assentamento Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pingo D'Água, Conselheiro da Mata do Parque Estadual Rio Doce, ex-Secretário

Municipal de Meio Ambiente, e ex-Coordenador do Pólo Regional Rio Doce da FETAEMG.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o editorial publicado no último dia 5 de dezembro do corrente pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, sob o título “A resposta do presidente da FIESP”.

O referido editorial trata da polêmica entre o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Paulo Skaff, sobre a aprovação ou não da CPMF. “Com argumentos bem fundamentados, o dirigente da maior federação industrial do País liquidou as alegações do ministro a favor da renovação da CPMF”.

O editorial mostra, ainda, como o Ministro Guido Mantega foi infeliz nas suas ameaças de abandonar a nova política industrial e de recorrer à elevação de alíquotas de alguns impostos, aumentando a carga tributária, caso a CPMF não seja renovada.

Enfim, Sr. Presidente, pela relevância e oportunidade do editorial acima citado, requeiro que ele seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria também de comentar o editorial publicado no último dia 7 de dezembro do corrente pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, sob o título “O comício da saúde”.

O referido editorial mostra como o Governo federal improvisou um pacote de promessa velhas e novas, grudando-lhe um rótulo de PAC da saúde para, ao anunciá-lo em um grande comício animado pelo próprio Presidente Lula, fazer um apelo para a renovação da CPMF.

Segundo o editorial, “Ao declarar-se disposto a ser uma “metamorfose ambulante”, o Presidente tentou justificar sua mudança de opinião quanto à CPMF, combatida quando militava na oposição”. Esquece-se

o Presidente Lula que essa não foi a única mudança. Ainda segundo o editorial, “também mudaram a situação do País e a do Tesouro e já não há, como nos anos 90, uma justificativa razoável para um tributo ruim como a CPMF. Sobre esta mudança, a mais importante, o presidente se cala”.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, venho à tribuna para solicitar que seja inserida nos Anais desta Casa a matéria intitulada “Mendonça de Barros ataca fundo soberano”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 5 de dezembro do corrente.

Segundo a matéria, o ex-Ministro das Comunicações Luis Carlos Mendonça de Barros afirmou que

a criação do fundo soberano pelo atual Governo do Presidente Lula é uma idéia inadequada, pois seu desenho original pode gerar como efeito colateral a ampliação da dívida pública líquida.

Sr. Presidente, pela relevância e oportunidade do comentário acima citado, requeiro que a matéria seja também considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserida nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A resposta do presidente da Fiesp

O imposto do cheque estaria condenado ao lixo da história, onde já deveria estar há alguns anos, se o seu futuro dependesse apenas da polêmica entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. Com argumentos bem fundamentados, o dirigente da maior federação industrial do País liquidou as alegações do ministro a favor da renovação da CPMF, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. De passagem, ainda se permitiu lembrar ao governo, com muita pertinência, a diferença entre política industrial, um assunto de interesse público, e favores barganhados em mesas de negociação.

Seguindo o estilo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda havia personalizado a controvérsia com o presidente da Fiesp e posto em dúvida suas motivações. Mantega atribuiu a interesses políticos a oposição de Skaf à renovação do tributo. Acusou-o de ser contrário aos programas sociais e descreveu como um tiro no pé a campanha da Fiesp contra o imposto do cheque. Sem esse dinheiro, argumentou, o governo deixará de executar uma nova política industrial. Essas alegações – e acusações – foram apresentadas numa entrevista ao *Estado* e repetidas no programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

O ministro acusou Paulo Skaf de se comportar “como não se comporta um presidente da Fiesp” e questionou sua representatividade para falar em nome da indústria paulista contra a renovação da CPMF.

Sem perder a linha, o presidente da Fiesp respondeu a cada um desses pontos. Quanto à representatividade, lembrou ter sido reeleito para o comando da federação e eleito para a presidência do Ciesp com 99,5% dos votos. Além disso, recordou, a campanha contra o imposto do cheque foi decidida não só pela Fiesp, mas por quase três centenas de entidades empresariais e de outros setores da sociedade civil.

Mas o ministro, como ficou claro na entrevista de Skaf, não escorregou somente nesses detalhes. Foi igualmente infeliz nas ameaças: além de abandonar a “nova política indus-

trial”, o governo, segundo Mantega, poderá recorrer à elevação de alíquotas de alguns impostos, aumentando a carga tributária.

“De que política industrial o ministro está falando?” – perguntou Skaf. De uma tirada da cartola às vésperas de votação da CPMF? “Política industrial não é para empresários e, sim, para o País. Ter uma política industrial, buscar a competitividade para atrair investimentos, é de interesse da Nação”, respondeu o presidente da Fiesp. “Não pode ser colocada na mesa em troca de coisa nenhuma.” Com essa resposta hábil, Skaf mostrou a confusão, cada vez mais comum em Brasília, entre questões de interesse público e objetos de barganha com grupos de interesse. Políticas públicas, tem razão Skaf, merecem um tratamento mais nobre e não se pode condicioná-las a um rasteiro toma-lá, dá-cá.

Quanto ao aumento de impostos, não há como justificá-lo. Não se pode falar em necessidade financeira, lembrou o presidente da Fiesp, porque a receita federal tem aumentado sem interrupções e deverá continuar crescendo no próximo ano, com ou sem CPMF. Legalmente, caberia ao governo ter-se preparado: o fim desse tributo está previsto na Constituição, mas o texto constitucional não estabelece nenhuma alteração de outras alíquotas para compensar a perda dessa receita.

Igualmente frágil, mostra o presidente da Fiesp, é a defesa da CPMF como indispensável à execução das políticas sociais. Não falta dinheiro para isso, no orçamento federal, nem faltará, se o governo cortar a ganância e destinar os impostos a aplicações mais nobres e mais úteis ao desenvolvimento social e econômico. Os números são claros e basta confrontar o aumento da arrecadação e dos gastos com o crescimento do PIB. Skaf mostrou conhecer as cifras de cor e estar mais preparado que o ministro para usá-las de forma convincente.

Quanto às motivações políticas, não teve dificuldade para negá-las. Mas lembrou, além disso, seu apoio pessoal à candidatura de Lula, em 2002, e seu antigo vínculo com o petista – desde antes de sua ascensão à Presidência da República. Apesar disso, acrescentou, a Fiesp tem mantido a independência política, como “agora em relação ao fim da CPMF”.

O comício da saúde

O governo federal improvisou um pacote de promessas velhas e novas, grudou-lhe um rótulo de PAC da Saúde e apresentou-o num grande comício em defesa da renovação do imposto do cheque, também conhecido como CPMF, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. O comício foi animado por ninguém menos que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com apoio de uma claque de 20 governadores, todos ansiosos por mais alguma verbinha federal, e 18 prestimosos ministros. Apesar desse apoio todo de políticos interessados em aproveitar uma casquinha do tributo, o governo ainda não considera a partida ganha e preferiu deixar a votação da proposta para a próxima semana. Até lá, tentará arrebanhar mais alguns senadores para garantir os 49 votos necessários à sua vitória.

O presidente e seus aliados na defesa da CPMF repetiram a ladainha já recitada muitas vezes: sem a renovação do tributo, o povo será prejudicado, porque faltará dinheiro para os programas sociais – no caso, o “Mais Saúde”, pacote setorial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como outros projetos do PAC, também este é um pacote mal-ajambrado e muito mal explicado. A implementação das medidas anunciadas envolverá, até 2011, gastos de R\$ 88,6 bilhões. A maior parte desse dinheiro, R\$ 64,6 bilhões, está prevista no Plano Plurianual (PPA), enviado ao Congresso em agosto. A parcela adicional, R\$ 24 bilhões, dependerá da regulamentação, já em exame no Congresso, da Emenda Constitucional nº 29. Essa emenda, de setembro do ano 2000, estabelece a vinculação de verbas para ações e serviços públicos de saúde, em proporções sujeitas a révisões periódicas.

Parte das ações incluídas no pacote já havia sido proposta ao Congresso. O incentivo à produção nacional de remédios e equipamentos hoje importados e a portabilidade do plano de saúde – mudança de seguradora sem novo prazo de carência – estão nessa categoria. Outras são novas, como a premiação de Estados com melhor desempenho no setor de políticas de saúde. O pacote mistura, portanto, projetos conhecidos e já em tramita-

ção e medidas novas, mas ainda sem detalhamento, como aquela premiação.

Noutras ocasiões, o governo tomou como reféns as famílias pobres assistidas pelos programas de transferência de renda: sem a CPMF, faltará dinheiro para ajudá-las, têm dito o presidente da República e seus ministros. No comício de quarta-feira, no Palácio do Planalto, os ameaçados foram os clientes, na maioria pobres, dos serviços públicos de saúde. Quando se somam as ameaças, fica muito difícil evitar algumas perguntas. Por exemplo: toda a receita da CPMF é mesmo destinada ao financiamento dos chamados programas sociais?

Os ministros da Saúde, desde o tempo de Adib Jatene – que, aliás, é o “pai da criança” e participou do comício de quarta-feira –, têm-se queixado de nunca receber as verbas prometidas. Nesses casos, as verbas “Jesviadas” devem ter ido para outras ações também “sociais”, embora não haja nenhuma evidência que confirme isso. Além do mais, para que tem servido o aumento da arrecadação de outros impostos e contribuições?

Esse aumento, assim como o da própria CPMF, tem servido para financiar tanto os gastos econômica e socialmente úteis quanto desperdícios de toda espécie. O governo simplesmente não pode acomodar-se num orçamento mais enxuto porque nunca fez o mínimo esforço para racionalizar seus gastos e trabalhar com prioridades bem estabelecidas. O comportamento-padrão é reclamar mais dinheiro para alguns objetivos elogiáveis e continuar gastando mal a maior parte do dinheiro disponível.

Ao declarar-se disposto a ser uma “metamorfose ambulante”, o presidente Lula tentou justificar sua mudança de opinião quanto à CPMF, combatida quando militava na oposição. Mudar de idéia pode ser sinal de inteligência e o presidente está sendo honesto quando reconhece que a perspectiva muda quando se passa da oposição para o governo. Mas essa mudança não é boa por si mesma. Sua ascensão ao poder não foi a única mudança relevante nesse caso. Também mudaram a situação do País e a do Tesouro e já não há, como nos anos 90, uma justificativa razoável para um tributo ruim como a CPMF. Sobre esta mudança, a mais importante, o presidente se cala.

Mendonça de Barros ataca fundo soberano

Fx-ministro diz que opção aumenta a dívida pública

Ricardo Leopoldo

O ex-ministro das Comunicações Luis Carlos Mendonça de Barros afirmou que a criação do fundo soberano pelo governo é uma idéia inadequada na atualidade, pois seu desenho original pode gerar como efeito colateral a ampliação da dívida pública líquida – que está em 43,7% do PIB –, por causa da necessidade de esterilização dos dólares que ingressam no País. “Talvez fosse mais relevante adotar medidas que permitissem o livre fluxo de recursos do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, o que poderia conter movimentos de excessiva valorização do câmbio, especialmente motivada por questões conjunturais”, afirmou.

Mendonça de Barros avaliou que o governo deveria eliminar a obrigatoriedade dos ingressos de receitas externas obtidas por empresas no exterior, pois as companhias não têm plena liberdade para realizar operações comerciais com esses recursos, como o pagamento de fornecedores estrangeiros. “A companhia que exporta precisa trazer os dólares obtidos lá fora para o Brasil para depois realizar outras operações, como compra de equipamentos fabricados em outros países, o que aumenta seus custos financeiros. Imagine o quanto isso eleva

as despesas para uma empresa como a Embraer, que importa muitos componentes no exterior”, comentou.

O ex-ministro ressaltou que o fundo soberano também não serve como a melhor opção de funding para o BNDES, que precisaria de pelo menos R\$ 30 bi-

lhões para completar as estimativas orçamentárias ao redor de R\$ 80 bilhões para 2008. “O BNDES poderia captar diretamente recursos no exterior via emissões, o que já faz hoje”, comentou. “Além disso, o problema fiscal que seria provocado por esse fundo seria ainda pior,

pois a instituição repassa os créditos a empresas por juros bem menores do que os registrados pelo mercado”, comentou. O banco oficial concede financiamentos com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, a TJLP, que está em 6,25% ao ano, marca inferior aos 11,25% registrados pela Selic.

CÂMBIO

Para Mendonça de Barros, o câmbio tem problemas, pois seu nível de sobrevalorização pode provocar dificuldades graves à sobrevivência de alguns segmentos produtivos. Contudo, ao fazer um balanço dos fatores estruturais e conjunturais que provocam a apreciação do real ante o dólar, entre eles, o superávit comercial e o forte ingresso de divisas por meio de

PIB deve ficar mais próximo de 5% este ano e de 4,5% em 2008

investimentos diretos estrangeiros e pelo mercado de capitais, ele ponderou que a tendência é de a moeda brasileira ficar estável num patamar ao redor de R\$ 1,80 de agora até o final de 2008. “Além disso, o País deve receber o investment grade no próximo ano, o que pode manter o alto nível do ingresso de dólares no Brasil nos próximos trimestres”, afirmou.

O ex-ministro avaliou que os juros reais, que estão ao redor de 7% ao ano, estão dois pontos percentuais acima do adequado, mas o processo de redução da taxa não pode ser rápido. Na sua avaliação, o Banco Central está certo ao temer um grande aquecimento do nível de atividade da economia, que pode ser

deflagrado com rapidez por alguns fatores, como o intenso ciclo de expansão da concessão de crédito na economia. “O crédito está muito forte e é preciso ter cautela, porque a demanda pode provocar pressões fortes sobre a inflação, o que não é nada desejável”, comentou.

Mendonça de Barros dirige hoje a Quest Investimentos, uma empresa gestora de investimentos que administra R\$ 3,2 bilhões. A instituição prevê um cenário de estabilidade para o IPCA até o fim do próximo ano, que deve atingir 3,9% em 2007 e repetir a marca em 2008.

O economista-chefe da empresa, Paulo Pereira Miguel, avalia que o crescimento do PIB deve ficar mais próximo de 5% este ano. Para 2008, a estimativa é de 4,5%. O ex-ministro ressaltou que esse é o principal cenário da

companhia, pois avalia que a economia mundial pode registrar um movimento de expansão razoável em 2008, dado que não acredita numa desaceleração brusca do nível de atividade americano.

O ex-ministro destacou que o mercado financeiro internacional registra incertezas que devem perdurar até o começo de 2008 – a divulgação de balanços de grandes bancos dos EUA vai expor quanto as instituições foram prejudicadas pela crise do segmento de hipotecas subprime. “Há temores de que no médio prazo possa ocorrer uma piora da concessão de crédito por parte do setor financeiro, o que pode afetar a economia no geral. Há esse risco, mas as perspectivas gerais para a economia mundial no próximo ano são positivas”, disse. •

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Na moita com o MST”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 9 de novembro de 2007.

A matéria destaca que no mesmo dia em que o Movimento dos Sem-Terra (MST) radicalizava sua ação criminosa contra a Companhia Vale do Rio Doce, no Pará, ocupando pela enésima vez a Ferrovia de Carajás, o Presidente Lula, recebia na Granja do torto, o Estado-Maior dessa força “badernosa de forma quase secreta, visto que o encontro nem constava da agenda

presidencial, que indicava apenas uma reunião com o secretário geral da Presidência.”

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na moita com o MST

No mesmo dia em que o Movimento dos Sem-Terra (MST) radicalizava sua ação criminosa contra a Companhia Vale do Rio Doce, no Pará, ocupando pela enésima vez a Ferrovia de Carajás, bloqueando a saída de trens, depredando duas locomotivas, mantendo quatro funcionários da companhia em cárcere privado e praticando outras violências que lhe são rotineiras, na Granja do Torto, em Brasília, numa reunião à sorrelfa (ou na moita, para usar termo mais adequado ao caso), o presidente da República recebia o Estado-Maior dessa força badernosa de forma quase secreta – visto que o encontro nem constava da agenda presidencial, que indicava apenas reunião com o secretário-geral da Presidência.

Certamente, nem o vandalismo do MST nem a recepção presidencial a uma organização fora da lei (pois o MST até hoje não regularizou sua existência para continuar não se submetendo a controles legais, como os referentes aos subsídios oficiais que recebe) constituem novidade, a não ser pela coincidência do dia e algumas circunstâncias. Quanto à agressão à Vale do Rio Doce, trata-se da segunda ocupação, em 30 dias, da estrada de ferro da companhia, em desrespeito total à liminar da Justiça Federal, de 17 de outubro (por ocasião da primeira invasão), que determinava a retirada dos invasores. Mais uma vez a Vale suspendeu as operações da ferrovia, pediu a intervenção do Ministério da Justiça e da governadora do Pará – para que se cumprisse a ordem judicial.

O resultado disso, até agora, foi o aumento da violência, a depredação dos trens e a tomada de reféns.

Apesar do brutal desrespeito à Justiça, às leis e à ordem pública praticado por esse movimento, o ministro do Desenvolvimento Social ainda entrou em contato com suas lideranças “pedindo tempo” para avaliar suas reivindicações. Mas os manifestantes não aceitaram o pedido do ministro e decidiram só negociar com a presença de autoridades no local. Pouco se lixando com a ordem judicial de desocupação, o coordenador do MST já disse

Nada justifica uma reunião do chefe do governo com uma entidade ilegal

que os invasores pretendem continuar no local até que os governos federal e estadual atendam às suas “reivindicações” – entre as quais a construção de escolas e o asfaltamento de estradas vicinais de acesso a assentamentos.

Quanto à reunião do presidente da República com os foras-da-lei do MST, aí também não há qualquer novidade – a não ser o fato de ser a primeira no segundo mandato presidencial e de ser quase clandestina, para não atrair para o presidente a animosidade da bancada ruralista, num momento em que se trava a complicada negociação em torno da prorrogação da CPMF (no que a relatora do projeto no Senado, senadora Kátia Abreu, é da bancada ruralista e tem posição contrária à do governo). Enten-

de-se por isso que essa reunião Lula-MST – a quarta, desde 2003 – também tenha sido a primeira sem fotos. Bem diversa, por exemplo, da primeira reunião, em que houve a famosa cena do chefe de Estado e governo colocando na cabeça um boné com o logotipo de uma organização ilegal.

Mas a reunião quase secreta não impediu que chegasse à mídia um momento de constrangimento do presidente, quando ouvia as reivindicações dos sem-terra e recebeu um telefonema, de um assessor, com um recado do Gabinete de Segurança Institucional, dando conta de que o MST invadira as instalações ferroviárias da Vale do Rio Doce. Antes Lula tinha se declarado “chocado com algumas das questões” cobradas pelo MST, que julgava já resolvidas. As informações que lhe chegaram sobre os acontecimentos no Pará serviram para lembrá-lo de que tinha outra reunião urgente para comparecer...

De forma alguma se justifica a reunião de um chefe de Estado e governo com uma organização que tem como prática usual o esbulho da propriedade privada, afora outras violências contra pessoas e bens. Mas já que o presidente se dá tão bem com seus companheiros emessetistas, como se explica que não tenha procurado convencê-los, até agora, a tornarem-se uma organização não-governamental legalizada, de objetivos claros e formas de operação não contrárias às leis do País?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “Mundo, mundo, vasto mundo”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 7 de outubro do corrente.

O artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso é uma análise sócio-econômica da situação do mundo depois do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e da política belicista do governo Bush. O sociólogo alerta que a crise econômica, apesar da calma atual, ainda não foi superada. “Nos próximos meses a economia real dos países desenvolvidos sofrerá os efeitos do que ocorreu”, somada à “fanfarro-

nice de uma vitória no Iraque e a ameaça de invasão do Irã, afasta qualquer esforço de pactuação por uma melhor ordem global e em consequência geram uma desordem política mundial sobre os mercados.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mundo, mundo, vasto mundo

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ex-presidente da República

O outono na Nova Inglaterra é esplêndido. Final de setembro ainda é quase verão, ou, como chamam por aqui, indian summer. Antes de vir cumprir minhas obrigações com a universidade de Brown — que me exige a permanência de pelo menos um mês contínuo recebendo estudantes, fazendo seminários e conferências — passei por Londres para participar de um encontro sobre o sistema financeiro. Lá, então, o calor estava mais forte ainda.

Se o clima da natureza, apesar das reais ameaças que vem sofrendo pela emissão dos gases estufa, ainda nos dá a sensação aparente de bem-estar, o clima econômico e político já provoca calafrios. Os efeitos mais dramáticos da mudança climática virão no longo prazo. No caso da política e da economia mundiais, o prazo é mais curto.

Em maio, em outra reunião de que participei, naquela feita em Nova York, estava claro que a oferta descontrolada de crédito para comprar casas, que sustentava o boom imobiliário e o preço astronômico dos imóveis, produziria efeitos negativos muito além do setor imobiliário. E não só nos Estados Unidos. É que o ultradinâmico mercado financeiro havia absorvido as hipotecas imobiliárias e as transformado em novos papéis negociados em volumes crescentes nos mercados globais. Construiu-se, assim, uma pirâmide de apostas sobre uma base frágil, uma vez que muitos dos créditos imobiliários eram de baixa qualidade devido à duvidosa capacidade de um número cada vez maior de compradores de imóveis honrar os compromissos.

O mais incrível não é que as companhias que emitiram as hipotecas originais, não controladas pelos bancos centrais nem por outras agências regulatórias, tenham emitido papéis hipotecários com descaso, sem verificar se quem comprava as casas tinha capacidade de pagar. O mais incrível é que os bancos de investimento e mesmo bancos comerciais tenham entrado tão vorazmente no negócio de gerar derivativos com base nesses créditos duvidosos e embarcar em apostas altamente especulativas por meio de hedge funds próprios, aproveitando a brecha legal que lhes permitiu

criar sociedades de propósito especial fora do balanço da instituição bancária.

Bastou que uma empresa de hipotecas nos Estados Unidos desse a conhecer que seus créditos eram podres ou que um pouco conhecido Northern Rocks da Inglaterra ficasse em dificuldades, para soar o alarme. Que dizer, então, quando grandes bancos da França, da Alemanha, da Suíça ou dos Estados Unidos, bem como os bancos de investimento mais famosos do mundo, tiveram que reconhecer grandes prejuízos, como alguns já fizeram e outros estão na iminência de o fazer? Foi o suficiente para diminuir a liquidez, isto é, a disposição dos bancos para emprestar, mesmo para as grandes empresas: todos desconfiam de todos porque não sabem o tamanho do prejuízo de cada um.

Os bancos centrais não hesitaram em reagir, afinal tratava-se de negócios entre brancos. Não faltou ânimo ao Federal Reserve dos Estados Unidos, ao Banco da Inglaterra ou ao Banco Central Europeu para despejar em um mês entre US\$ 300 bilhões e US\$ 400 bilhões, cortar taxas de juros, diminuir o que se cobra nos empréstimos entre bancos, tudo para evitar a paralisação dos mercados. Do FMI ninguém ouviu falar, nem muito menos de críticas à irresponsabilidade fiscal americana, que gera déficits no orçamento e nas contas correntes daquele país com o exterior. E que dizer do moral hazard? Moralmente, não deveria o banqueiro que faz empréstimos indevidos ou irresponsáveis pagar com seu prejuízo e eventual falência pelo dano causado, em vez de socorrer-se do Tesouro? Nem mesmo o sisudo Banco da Inglaterra se envergonhou de fazer socorro apressado a quem estava em dificuldades.

Lembram-se do que ocorreu no passado recente, quando o governo brasileiro criou um processo transparente para justificar o socorro aos depositantes e puniu os acionistas controladores, com o Proer? Até hoje ressoam as críticas mal-informadas ou de má-fé que dizem que o governo ajudou os banqueiros ou tirou dinheiro do povo para salvar banqueiros. Não foi no Brasil que se fez isso, mas na Albion impávida.

Mas deixemos de lado as misérias da pequena difamação nacional. O que conta agora é a pergunta: a crise passou? Sendo assim, será

que o Brasil escapou? Tomara, mas é cedo para prognosticar. Nos meios financeiros não há pessoa bem informada que se arrisque a prognóstico tão otimista. Sem catastrofismo, entretanto, mesmo porque não parece estar sucedendo o que os economistas chamam de crunch, quando a economia está para ser esmagada contra a parede. Embora haja prejuízos vultosos que terão de ser pagos ao longo dos próximos meses ou anos, a China continua crescendo, os preços das matérias-primas estão firmes e as bolsas se recuperando e mesmo alcançando picos de valorização quando os bancos expõem seus prejuízos.

Mas não nos iludamos, por mais que as autoridades e os analistas dos mercados apregoem a calma e a recuperação, o tranco foi forte. Nos próximos meses a economia real dos países desenvolvidos sofrerá os efeitos do que ocorreu. Alguma retração haverá e, provavelmente, também afetará as economias emergentes, embora, espero, em proporção menor.

Não é só nem principalmente por isso que os ares do mundo causam calafrios. Qualquer observador atento da política internacional vê com preocupação que, a um ano das eleições presidenciais americanas, as idéias dominantes continuam as mesmas. Do lado governamental e republicano, a fanfarrônica de uma vitória inexistente no Iraque e, pior, a repetição da bazófia guerreira contra o Irã. Do lado democrático, palavras genéricas sobre o fim da guerra, mas nenhum road map, nenhum caminho para transformar a intenção em realidade, de acordo com um roteiro viável.

Isso em um mundo no qual a Europa não consegue delimitar sua geografia política (incluir ou não a Turquia na União Européia?) nem se joga com força em favor da paz no Oriente Médio. E no qual a China e a Rússia parecem ter clara visão estratégica de seus interesses. Nesse mundo, seria desastrosa uma intervenção militar no Irã: ela afastaria mais ainda o mundo islâmico de qualquer esforço de pactuação por melhor ordem global. Mas não é impossível que isso ocorra.

Por isso temo, tanto ou mais, os efeitos deletérios da desordem política mundial sobre os mercados do que os espirros recentes provocados pelo estouro da bolha imobiliária embora veja neles algo mais do que simples resfriado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Quarenta a Zero” publicada na revista **IstoÉ**, em sua edição de 5 de setembro de 2007.

A matéria destaca que depois de cinco dias e 32 horas de uma sessão que começou sonolenta, o Supremo Tribunal Federal emitiu para o Brasil os primeiros sinais de que a imagem do País da impunidade pode estar com os dias contados. De acordo com a reportagem, a mais alta corte do País, que jamais condenou políticos do alto escalão, desta vez transformou em réus os 40 acusados de envolvimento direto

no chamado mensalão. Um recado sem precedentes porque afinal entre os réus estão três ex-ministros do Presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUARENTA A ZERO

**Decisão do STF de acatar
denúncias contra todos os mensaleiros
é recado contra impunidade**

RODRIGO RANGEL

José Dirceu (ex-ministro)

ACUSAÇÃO

Corrupção ativa e
formação de quadrilha

PENA MÁXIMA

16 anos

Depois de exatos cinco dias e 32 horas de uma sessão que começou sonolenta, o Supremo Tribunal Federal emitiu para o Brasil, na terça-feira 28, os primeiros sinais de que a imagem de País da impunidade pode estar com os dias contados. Contrariando a sua própria história, a mais alta corte da

Justiça brasileira, que jamais condenou políticos do alto escalão, desta vez transformou em réus os 40 acusados de envolvimento direto no chamado mensalão. Foi um recado sem precedentes; afinal, entre os envolvidos estão três ex-ministros do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, a cúpula do PT – a legenda de Lula –, líderes dos partidos aliados do governo, deputados e diretores de banco.

A decisão do Supremo não significa, até aqui, a condenação de ninguém, mas **representa um duro golpe na versão de governistas que insistiam, até então, em afirmar que o mensalão não existiu**. “Estou perplexo, estupefato e quase em pânico”, lamentou o ex-ministro e deputado cassado José Dirceu, apontado como o chefe da quadrilha do mensalão. “Quem garante que, daqui a dois anos,

serei julgado apenas com base no que diz a Constituição?”, questionou Dirceu.

O ex-ministro estava, na verdade, tentando tirar proveito de uma declaração do jurista Ricardo Lewandowski, um dos dez ministros que participaram do julgamento. Em telefonema ouvido por uma repórter do jornal *Folha de S. Paulo*, Lewandowski teria dito que o

STF julgou sob pressão da imprensa (*leia reportagem na pág. 36*). A tentativa de questionar o histórico julgamento, porém, não deu resultado. “Foi um julgamento rigorosamente técnico”, disse o ministro Carlos Ayres Britto. A presidente da corte, Ellen Gracie Northfleet, distribuiu nota negando que pressões externas tenham interferido na decisão. São reações que impedem demandas jurídicas por parte dos réus para ganhar tempo em busca da prescrição dos crimes a que respondem. Mas tanto Dirceu como os demais 39 réus têm motivos para preocupação.

A denúncia acolhida na semana passada pelo STF é só o primeiro capítulo do que vem por aí. Desde que a acusação contra os 40 mensaleiros foi apresentada, em março do ano passado, o Ministério Público Federal seguiu tra-

balhando com a Polícia Federal. O inquérito 2245, aberto depois das denúncias feitas pelo deputado cassado Roberto Jefferson, agora também réu, foi dividido em dois. Tudo o que foi investigado de lá até agora foi sendo acumulado e permanece sob segredo.

Sabe-se, por exemplo, que uma vasta documentação bancária comprova os caminhos feitos pelo dinheiro usado no mensalão e que novas frentes de investigações foram abertas. Uma delas destina-se a apurar a decisão do governo Lula de abrir o mercado do crédito consignado para aposentados. O banco BMG, um dos patrocinadores do mensalão, foi o grande beneficiado pela medida provisória assinada pelo próprio presidente Lula em agosto de 2004. Em outra frente, os procuradores se dedicam a investigar o repasse de R\$ 457

mil que o publicitário Marcos Valério fez a Márcio Lacerda, braço direito do deputado Ciro Gomes na época em que ele era ministro da Integração Nacional. Valério chegou a declarar que o dinheiro destinava-se a bancar despesas da campanha presidencial do próprio Ciro em 2002. O ex-ministro nega.

Estão no alvo, ainda, deputados cujos assessores eram assíduos frequentadores da agência do Banco Rural em Brasília, que serviu de guichê do mensalão. Contra os novos investigados, uma nova denúncia poderá ser apresentada assim que as investigações forem concluídas. Ao mesmo tempo, os investigadores trabalham em busca de provas que possam ajudar na condenação dos 40 que já são réus. “Minha expectativa é conseguir a condenação de todos”, diz o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Acostumados com as brechas que fazem do Judiciário brasileiro um dos mais lentos do planeta, os advogados já começaram a esquadriñar as estratégias para ganhar tempo. “Vamos ingressar com embargos de declaração”, anunciava José Carlos Dias, defensor de um dos dirigentes do Banco Rural. Os ministros do STF, no entanto, parecem estar convencidos a continuar a mudar a história da instituição. Na semana passada, a presidente do Supremo já articulava com juizes federais de todos os Estados uma estratégia para dar velocidade às próximas etapas do processo. A principal é agilizar a oitiva das testemunhas que os 40 réus irão indicar de norte a sul do País. O desafio é fazer com que essas convocações não fiquem paradas nas prateleiras do Judiciário e que os depoimentos sejam brevemente remetidos ao STF. Se der certo, é possível que antes de Lula terminar seu segundo mandato os 40 réus sejam julgados definitivamente. ■

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo a colaboração de todos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como

primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005

*(Tramitando em conjunto com a
Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário

do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com a
Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tra-

mitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão de Diretora, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões— de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio; e — de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de mar-*

ção de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.*

Parecer nº 159, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de auto-

ria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo*.

Pareceres sob nºs 192 e 750, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário): favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos,

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 65, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozarildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005*.

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

35

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005*.

36

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão a 1 hora e 38 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DO DIA 22-11-2007, QUE SE REPUBLICA PARA INSERÇÃO DE DOCUMENTO TRADUZIDO.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Relembro o Presidente Tião Viana: aqui, têm estrelas; V. Ex^a é uma das estrelas neste Senado da República.

Com a palavra o também Senador do PT – que já está na tribuna –, Senador Augusto Botelho, que ilustra e enriquece a classe médica de Roraima e do Brasil e também este Senado. V. Ex^a simboliza a virtude da classe médica aqui.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Por falar em classe médica, gostaria de registrar que, ontem, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos convocaram todos os médicos do Brasil, inclusive os de Roraima, para fazer um dia de protesto em defesa do Sistema Único de Saúde. Como médico, sei das deficiências e dos problemas do nosso sistema. O movimento de ontem era para reclamar da infra-estrutura, segundo captei com os nossos médicos de Roraima, e dos baixos salários dos médicos. Os médicos têm de ter dois ou três empregos, em vários lugares, para poderem ter uma remuneração digna. Isso às vezes os deixa cansados, e cai a qualidade do atendimento. Lá, em Roraima, há três hospitais: o Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, que é a maternidade, para crianças até 30 dias; o Hospital da Criança Santo Antônio, que é o hospital infantil; e o Hospital Geral de Boa Vista Rubens de Souza Bento, que é o hospital geral de todos. Então, os médicos fizeram equipes, ficaram na frente do hospital durante a manhã, suspenderam os atendimentos de casos eletivos, mas não pararam nenhuma urgência, nem a emergência, e explicavam às pessoas o motivo do movimento, que foi pacífico. Não houve nenhum problema, graças a Deus.

Mas estou vindo aqui, hoje, para falar de um problema que está acontecendo com o Centro de Estudos Brasileiros em Oxford, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Chegou-me, há alguns dias, a triste notícia para o Brasil de que o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, conhecido por sua excelência acadêmica e pelos serviços prestados para a imagem positiva do Brasil no exterior nos últimos 10 anos, está para fechar.

No último dia 9 de setembro, no jornal *O Globo*, o historiador José Murilo de Carvalho alertou para a crise que ora vive o Centro, ameaçado pela falta de apoio do Governo brasileiro e da iniciativa privada, que, de 1997 a 2007, aportaram recursos e viabilizaram, em dez anos, a realização de mais de 200 conferências e de dezenas e dezenas de seminários internacionais; que permitiram o trabalho de mais de 100 pesquisadores, intelectuais e estudantes, inclusive, cerca de 40 estudantes de doutorado com bolsas, bem como a publicação de mais de 80 artigos e de diversos livros e a realização de exposições e exhibições de filmes brasileiros.

Não podemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar que esse espaço de produção acadêmica e artística brasileira morra. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford é o mais conhecido e produtivo centro de estudos brasileiros fora de nosso País. Por causa do Centro, nenhuma universidade, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou na Europa continental, pôde competir com a

Universidade de Oxford em estudos brasileiros. E ele agoniza, neste momento, sem os recursos necessários para os próximos cinco anos, Sr. Presidente.

A história é longa, mas serei breve. Nos dois últimos quinquênios, por meio de parceria entre o Governo brasileiro e o governo britânico, empresas públicas e privadas dos dois países, o terceiro setor, doadores individuais e a Universidade de Oxford, o Centro manteve-se na ponta, exercendo um papel de “embaixador da cultura brasileira”, nos dizeres de Murilo de Carvalho. Para o próximo quinquênio, 2007/2012, não tem conseguido os recursos necessários.

A casa em que funcionava o Centro, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi, há algumas semanas, ocupada pelo Centro de Estudos Africanos, com mais apoio do que o nosso. O Centro brasileiro mudou-se fisicamente para algumas salas do Centro de Estudos Latino-americano, e em 2008 deixará de existir se não houver o devido aporte de recursos.

O orçamento anual do Centro é de cerca de US\$600 mil, o que significa que US\$3 milhões garantiriam o funcionamento do Centro por cinco anos, segundo o compromisso da Universidade de Oxford, que aguarda, até o fim do ano, o aporte do recurso, para que o Centro continue funcionando.

Seis milhões de reais, Sr^{as} e Srs. Senadores, para garantir que tenhamos, por mais cinco anos, um centro de excelência, a receber os nossos pesquisadores e os especialistas estrangeiros sobre o Brasil, que possam ali contribuir para uma melhor compreensão do País e de seus desafios; um lugar, também, que possa despertar em jovens estudantes de Oxford o interesse pelo Brasil e que lhes possa oferecer a oportunidade de aprender sobre nossas riquezas, especialmente as culturais.

Não duvido que alguns se voltem contra a participação do Governo brasileiro em tal empreitada. Com a escassez de recursos, não faria mais sentido aplicá-los aqui, em alguma universidade brasileira ou em outras prioridades? Sr^{as} e Srs. Senadores, não representa avanço nenhum o encerramento de uma iniciativa tão bem-sucedida. Avanço nenhum.

Há um ditado que diz: educação é caro? Experimente o preço da ignorância. Ninguém quer a ignorância, nenhum de nós pode ou quer defendê-la. O relatório de funcionamento do Centro entre 1997 e 2007 – peço, Sr. Presidente, que conste nos *Anais da Casa* – demonstra o trabalho amplo, contínuo e profícuo do Centro e justifica mais do que plenamente seus custos. Nos dez anos de sua existência, sob o comando do respeitado historiador Leslie Bethell, membro estrangeiro da Academia Brasileira de Ciências e organizador de diversos volumes sobre a história da América Latina, o Centro funcionou de maneira irrepreensível.

Não proponho aqui a participação exclusiva do Estado via CNPq, Itamaraty e Ministério da Cultura, parceiros anteriores do Centro. Proponho que o Governo se entusiasme, que defenda o Centro; e, ao entusiasmar-se, faça com que outros antigos parceiros públicos, como a Petrobras, voltem a apoiar a instituição. E, com o apoio do Governo, que os parceiros da iniciativa privada da década, como Organizações Globo, Grupo Votorantim, Banco Safra, Academia Brasileira de Letras, voltem a olhar para o Centro como uma instituição que merece ser apoiada.

É comum, no exterior, que os estudos brasileiros sejam abrigados no guarda-chuva de estudos latino-americanos e que ali a complexidade e a diversidade que nos caracterizam se percam. É comum que a compreensão do dentro desses centros, por melhor que sejam. A Universidade de Oxford emprestou seu prestígio para o Brasil. E o Brasil pôde estabelecer-se, com prestígio, no coração da Europa, ao criar um espaço em que economistas, cientistas sociais, historiadores, escritores, ambientalistas dos mais distintos matizes pudessem interagir e produzir, independentemente de suas linhas de pesquisa, preferências teóricas ou epistemológicas.

Num ambiente interdisciplinar e de liberdade criadora, o Centro chama atenção para o Brasil. Volto a citar Murilo de Carvalho: queremos admissão no Conselho de Segurança da ONU; queremos uma voz no cenário internacional. Por que, então, fecharmos um centro de estudos em pleno coração da União Européia?

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, apoiar o Centro e não deixá-lo esvair-se.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Universidade de Oxford

Centro de Estudos Brasileiros

Relatório dos 10 Anos de Fundação

1997-2007

Nos últimos 10 anos (1997-2007), a Universidade de Oxford vem tendo um *status* especial dentre as grandes universidades do mundo por manter um centro de estudos interdisciplinares avançados, funcionando independentemente do Centro Latino-Americano da Universidade, dedicado à ampliação do conhecimento e do entendimento do Brasil, do papel do Brasil no mundo e das perspectivas brasileiras nas questões globais.

O Centro de Estudos Brasileiros recebeu fundos para dois quinquênios (1997-2002 e 2002-2007) por meio da parceria entre o governo brasileiro, o setor público brasileiro, as empresas do setor privado do Brasil e da Grã-Bretanha, as organizações brasileiras sem fins lucrativos do terceiro setor, pessoas físicas, o Conselho de Financiamento da Educação Superior da Inglaterra (HEFCE) e a Universidade de Oxford.

O Centro da Universidade de Oxford tem reputação internacional como o melhor centro para estudos brasileiros fora do Brasil.

O Relatório é um registro do que foi alcançado durante os últimos 10 anos.

Entretanto, os estudos brasileiros na Universidade de Oxford estão em uma encruzilhada. É notória a dificuldade em obter recursos para o funcionamento do Centro no terceiro quinquênio (2007-2012) e nos anos seguintes. Dessa forma, a Universidade tem a intenção de fechar o Centro quando eu me aposentar em setembro, após 10 anos como Diretor, e de substituí-lo por um modesto Programa de Estudos Brasileiros no Centro Latino-Americano.

O Brasil é, hoje em dia, mais merecedor de ser estudado do que quando o Centro foi fundado, em 1997. Ele ocupa uma posição no cenário internacional, juntamente com a China e a Índia, como uma das potências emergentes mais importantes na primeira metade do século XXI. Seria uma enorme perda para a Universidade, em minha opinião, e também para o Brasil, caso o Centro fosse fechado. Tenho o prazer de dizer que a Universidade de Oxford permanece comprometida com o prosseguimento (ou a reestruturação) de um Centro de Estudos Brasileiros independente, caso e quando novos e consideráveis recursos financeiros forem disponibilizados.

Professor Leslie Bethell

Junho de 2007

ALMOÇO INAUGURAL – Dezembro, 1997

Victor Bulmer Thomas, Reitor, Luiz Felipe Lampreia, Diretor, Gelson Fonseca, Fernando Gasparian, Andrew Hurrell, Roberto Campos, Eric Hobsbawm, José Safra, Vice-Reitor, Presidente Cardoso, Sir Marrack Goulding, José Emílio de Moraes Filho.

CONFERÊNCIA INAUGURAL – Dezembro, 1997

INTRODUÇÃO

Em Janeiro de 1997, depois de mais de dois anos de discussões, de planejamento e de angariação de fundos conduzidos pelo Embaixador Rubens Antônio Barbosa, Embaixador do Brasil em Londres, e pelo Professor Leslie Bethell, Professor Emérito de História da América Latina na Universidade de Londres, ex-diretor do Instituto de Estudos da América Latina da Universidade de Londres e Pesquisador Sênior em Estudos Brasileiros na Faculdade St. Antony, da Oxford, o Conselho Hebdomadário da Universidade de Oxford decretou a criação de um Centro de Estudos Brasileiros.

A Universidade nomeou o Professor Bethell como diretor do Centro para atuar durante 5 anos (e em 2002, nomeou-o novamente para o quinquênio seguinte). Margaret Hancox foi nomeada a primeira Administradora do Centro. Ela ficou no Centro até 2003, quando Julie Smith tornou-se a Administradora.

A programação acadêmica teve início em outubro de 1997 com uma oficina de pesquisa em “Democracia e direitos humanos: teoria política e a prática no Brasil”.

O Centro foi inaugurado oficialmente pelo e então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 3 de dezembro de 1997, durante sua visita de estado ao Reino Unido em um banquete oferecido no Palácio de Buckingham com a presença de Lorde Jenkins, reitor da Universidade, Dr. Collin Lucas, vice-reitor da Universidade, Professor Bethell e Sir Marrack Goulding, diretor da Faculdade St. Antony, *Fellows* (pesquisadores) nas Faculdades de St. Antony e Nuffield, Embaixador Barbosa, Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, dentre outros ministros brasileiros, e muitos dos fundadores do Centro, com destaque para Sr. José Safra (Banco Safra) e Sr. José Emílio de Moraes Filho (Grupo Votorantim).

Uma conferência inaugural sobre “Brasil: rumo ao século XXI”, patrocinada pelas Organizações Globo, teve lugar na Faculdade St. Antony, nos dias 8 e 9 de dezembro de 1997.

O Centro começou sua vida no coração de Oxford, em salas alugadas na Rua Beaumont e na Rua St. Giles. Em outubro de 2000, ele foi transferido para uma casa no norte de Oxford disponibilizada pela Universidade: 92 Woodstock Road, próximo à Faculdade St. Antony.

OBJETIVOS

Os principais objetivos do Centro foram:

- Promover um maior conhecimento e entendimento do Brasil – sua história, língua, literatura e cultura, sociedade, governo e política, economia, ecologia e relações internacionais – bem como do papel do Brasil no mundo e as perspectivas brasileiras em questões globais, por meio de pesquisas, seminários, oficinas e conferências, publicações e ensinos de pós-graduação;
- Coordenar e desenvolver a pesquisa e os estudos de pós-graduação sobre o Brasil na área das ciências humanas, ciências sociais e ciências da natureza, na Universidade de Oxford;
- Atrair pesquisadores visitantes e pesquisadores adjuntos, estudiosos, intelectuais, formuladores de políticas e outras pessoas do Brasil e do exterior para visitarem a Oxford, proporcionando-lhes um ambiente favorável para a realização de estudos acadêmicos sobre o Brasil e sobre assuntos mundiais com uma dimensão brasileira em uma estrutura internacional comparativa;
- Ampliar e fortalecer as relações acadêmicas entre a Universidade de Oxford e universidades e institutos de pesquisa no Brasil, bem como entre a Universidade de Oxford e outras universidades com centros ou programas de estudos brasileiros no Reino Unido, na Europa, nos Estados Unidos, e em outros países;
- Desempenhar um papel de coordenação nacional e internacional no campo de estudos brasileiros.

FINANCIAMENTO

Principais contribuintes para o Centro:

Petrobras
Organizações Globo
Banco Safra
Ministério da Cultura do Brasil
Grupo Votorantim
Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)

Patrocinadores de bolsas de pesquisa e cátedras para visitantes:

Ministério da Cultura do Brasil
BP Brasil
Banco Santos
Robert Fleming & Co
Fundação Ford (escritório do Brasil)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Academia Brasileira de Letras

Outras empresas patrocinadoras:

Shell Brasil

Glaxo Wellcome/ GlaxoSmithKline

Amerada Hess International

Grupo Gerdal

Unilever Brasil

Tristão (Reino Unido) Ltd

Pinheiro Neto Advogados

Grupo BG Plc

Grupo York Ltd

O Centro também recebe apoio da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (São Paulo), da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (Rio de Janeiro), da Fundação Lampadia/ Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, da Embaixada Brasileira em Londres, do Conselho Britânico em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo, da Embaixada Britânica em Brasília, e de diversas pessoas físicas.

PESQUISA

O Centro de Estudos Brasileiros nomeou diversos Pesquisadores para pós-doutorados de 1 e 2 anos. E cerca de 40 Professores, Professores Associados (*readers*), Professores Assistentes (*lecturers*) e Pesquisadores da Universidade de Oxford (com programa de bolsas em aproximadamente 20 faculdades), engajados em pesquisa e no ensino e na supervisão de graduação sobre o Brasil em uma ampla gama de disciplinas das ciências sociais, ciências da natureza e ciências humanas, afiliaram-se ao Centro como Pesquisadores Juniores.

O Centro trouxe à Oxford como Pesquisadores Visitantes e Pesquisadores Adjuntos mais de 100 acadêmicos, intelectuais e formuladores de políticas, principalmente do Brasil, mas também do restante da Europa, dos Estados Unidos e de outras partes do mundo, por períodos entre 2 meses e 2 anos.

O Centro organizou mais de 200 seminários de pesquisa e mais de 80 oficinas e conferências em pesquisa sobre o Brasil – invariavelmente sob uma perspectiva comparativa e internacional – que também trouxeram à Oxford acadêmicos de universidades e centros de pesquisa, não somente do Brasil, mas do Reino Unido, da União Européia, dos Estados Unidos e de outras localidades.

E o Centro incentivou e acelerou a transformação das pesquisas ali realizadas em publicações acadêmicas. Muitas das pesquisas na área de ciências sociais contribuíram diretamente para debates sobre política pública.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Todos os estudantes pós-graduados da Universidade de Oxford foram incentivados a participar do programa anual de seminários, oficinas e conferências de pesquisa, todos organizados pelo Centro.

Alguns estudantes do doutorado receberam cargos no Centro.

O corpo docente do Centro e seus pesquisadores visitantes e juniores orientaram os estudantes que estavam trabalhando em tópicos brasileiros para o Doutorado (PhD), os Mestrados (MSc e MPhil) em Estudos Latino-Americanos e o Mestrado (MSc) em Política Pública na América Latina.

O Centro concedeu orientação a alguns estudantes brasileiros inscritos para o Doutorado em universidade do Brasil como bolsistas da “bolsa sanduíche”, oferecida por alguma agência brasileira de financiamento de ensino superior, para passarem até 1 ano no exterior. Esses estudantes foram incorporados ao Centro como *Recognised Students* (Estudantes Aceitos).

O corpo docente do Centro também contribuiu diretamente para o ensino em Mestrado/ Doutorado (MSc/ Mphil) em Estudos Latino-Americanos (gerenciado pelo Centro Latino-

Americano da Universidade na Faculdade St. Antony) com cursos sobre história do Brasil e política brasileira.

DIRETOR E PROFESSOR-PESQUISADOR DA FACULDADE ST. ANTONY

Professor Leslie Bethell – 1997-2007

O Professor Bethell é diretor do Centro desde a fundação em 1997. Antes disso, ele foi Professor Auxiliar e Professor Assistente de história brasileira e hispânica na Universidade de Londres (1966-86), Professor de História Latino-Americana (1986-92) e Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos (1987-92) na Universidade de Londres, Professor de História Latino-Americana na Universidade de Chicago (1992-93) e Pesquisador Sênior em Estudos Brasileiros na Faculdade St. Antony, Oxford (1993-96) com bolsa da Baring Foundation. Ele é o autor de *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil* (Cambridge University Press, 1970; 1ª tradução para o português, 1976; 2ª tradução para o português, 2002) e de *Brazil by British and Irish authors* [O Brasil por autores Britânicos e Irlandeses] (Oxford, Centro de Estudos Brasileiros, 2003). Leslie trabalhou em co-autoria nas publicações *América Latina Entre A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria* (Cambridge, 1992; tradução para o português, 1996), *Guerra do Paraguai: 130 anos depois* (Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1995; tradução para o inglês, 1996) e *Joaquim Nabuco e os abolicionistas ingleses* (a ser publicado), e foi editor de *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre a política e sociedade brasileira* (Rio de Janeiro, Editora Record/ Civilização Brasileira, 2002), da edição em 12 volumes de *Cambridge History of Latin America* (Cambridge University Press: vols. I-V (1984-86); vols. VI (partes 1 e 2), VII, VIII, X e XI (1990-95); vol. IX (a ser publicado). A edição *Cambridge History* será publicada em espanhol (Editorial Crítica, Barcelona), chinês (Academia de Ciências Sociais da China, Pequim) e português (Editora Universidade de São Paulo). O Professor Leslie Bethell foi eleito membro da Academia Brasileira de Ciências em janeiro de 2004.

PROFESSOR ASSISTENTE EM ESTUDOS BRASILEIROS E FELLOW (MEMBRO) NA FACULDADE ST. CROSS**Dr. Kurt von Mettenheim - 2003-2005**

O Dr. von Mettenheim assumiu este posto em agosto de 2003. Anteriormente, ele foi Professor Assistente de Ciências Políticas na Universidade de Pittsburgh (1990-1997) e Professor Associado de Sociologia Política na Escola de Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo (1998-2003). Ele é autor de *The Brazilian voter: mass politics in democratic transition, 1974-1986* (Pittsburgh, 1995), foi também editor de *Presidential institutions and democratic politics: comparing regional and national contexts* (Baltimore, 1997) e co-editor de *Deepening democracy in Latin America* (Pittsburgh, 1998). O Dr. Kurt von Mettenheim retornou à Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, no mês de junho de 2005.

Dr. Timothy Power – 2005-2007

O Dr. Timothy Power assumiu seu cargo no Centro em Janeiro de 2006. Anteriormente, ele ocupou o posto de Professor Assistente de Ciências Políticas na Universidade do Estado da Louisiana (1992-99) e de Professor Associado de Ciências Políticas na *Florida International University* (1999-2005). O Dr. Timothy é autor de *The political Right in post-authoritarian Brazil* (Penn State University Press, 2000) e co-editor de *Democratic Brazil: actors, institutions, and processes* (University of Pittsburgh Press, 2000), *Exporting Congress? The Influence of the U.S. Congress on world legislatures* (University of Pittsburgh Press, 2006) e *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma* (a ser publicado). O Dr. Timothy foi Presidente da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA), 2004-2006.

A cadeira de Professor Assistente em Estudos Brasileiros recebeu apoio pelo período de 5 anos conjuntamente do Conselho de Financiamento da Educação Superior da Inglaterra (HEFCE) e do Fundo de Desenvolvimento de Pesquisa da Universidade de Oxford. (Em 2008, a Escola de Estudos Interdisciplinares e o Departamento de Política e Relações Internacionais passaram a responder solidariamente pela cadeira de Professor Assistente.)

PESQUISADORES

Dr. Edmund Amann, Pesquisador na área de Economia, 1997-2000 (juntamente com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Londres, 1999-2000).

Dr. Carlos Pereira, Pesquisador na área de Política, 2000-2002.

Dra. Fiona Macaulay, Pesquisadora na área de Política dos Direitos Humanos, 2000-2002 (juntamente com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Londres).

Dra. Mahrukh Doctor, Pesquisadora na área de Economia Política Internacional, 2000-2003.

Dra. Ann Bartholomew, Pesquisadora na área de Economia, 2001-2002 (juntamente com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Londres).

Dr. Miguel Carter, Pesquisador na área de Política, 2003.

Dra. Kathryn Hochstetler, Pesquisadora na área de Política, 2003-2004.

PESQUISADORES ADJUNTOS

Dr. Christian Albert, Encarregado de Pesquisa, Instituto de Internet de Oxford e membro da Faculdade Balliol (2003-2005).

Sr. Allan Angell, Professor Assistente de Política Latino-Americanas e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade St. Antony.

Dra. Sara Brandellero, Professor Assistente de Literatura e Cultura Brasileiras e membro das Faculdades St. Catherine e Christ Church (desde 2004).

Dr. Nick Brown, Professor Assistente de Ecologia Florestal, Instituto Florestal de Oxford e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Linacre.

Professor Jeffery Burley, Diretor, Instituto Florestal de Oxford e Professor-Pesquisador da Faculdade Green (o Professor Burley aposentou-se em 2002).

Dr. José Esteban Castro, Pesquisador Adjunto Sênior, Escola de Geografia e de Meio Ambiente (2001-2005).

Professor Colin Clarke, Professor de Geografia Social e Urbana e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Jesus (o Professor Colin aposentou-se em 2005).

Professor Peter Clarke, Professor de História e Sociologia da Religião, King's College, Londres, e membro da Faculdade Wolfson (desde 2001).

Professor Thomas Earle, Professor de Estudos Portugueses da cadeira King John II e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Peter.

Dra. Elizabeth Ewart, Professora Assistente de Antropologia Social das Planícies da América do Sul e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade de Linacre (desde 2005).

Professor Valpy FitzGerald, Professor de Desenvolvimento Internacional, na Queen Elizabeth House e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade St. Antony.

Professor Joe Foweraker, Professor de Política Latino-Americana e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Antony (desde 2006).

Professor William Hamilton, Professor de Pesquisa da Royal Society, Departamento de Zoologia, e *Fellow* (membro graduado) na New College (o Professor Hamilton faleceu em março de 2000).

Sr. Donald Hay, Professor Assistente de Economia, *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Jesus e Chefe do Departamento de Ciências Sociais (o sr. Donald aposentou-se em 2005).

Dr. Andrew Hurrell, Professor Assistente de Relações Internacionais e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Nuffield.

Professora Diana Liverman, Professora de ciências da natureza, Diretora do Instituto de Mudança Ambiental, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Linacre (desde 2004).

Sr. Robert Mabro, Diretor do Instituto Oxford para Estudos de Energia, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade St. Antony (o sr. Robert aposentou-se em 2004).

Dr. Yavinder Malhi, Professor Associado de Ecologia Terrestre, da Universidade de Oxford para o Meio Ambiente, Pesquisador Sênior da cadeira Jackson em Ciências da Natureza na Faculdade Oriel (desde 2004).

Sr. Hermínio Martins, Professor Assistente de Sociologia, e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Antony (o sr. Hermínio aposentou-se em 2001).

Dr. Benito Müller, Pesquisador Sênior, Instituto Oxford de Estudos de Energia e membro da Faculdade Wolfson.

Dr. Bernard Mommer, Pesquisador Sênior, Instituto Oxford de Estudos de Energia e Pesquisador Adjunto da Faculdade St. Antony (1999-2001).

Dr. Stephen Parkinson, Professor Assistente de Língua Portuguesa e Lingüística, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Linacre.

Dra. Cláudia Pazos Alonso, Professora Assistente de Estudos Portugueses e Brasileiros, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Wadham.

Dr. Darrel Posey, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Direitos a Recursos Tradicionais e Membro Adjunto do Centro da Oxford para o Meio Ambiente, a Ética e a Sociedade, Faculdade Mansfield (o Dr. Darrel faleceu em março de 2001.)

Dr. Antônio Cláudio Mendes Ribeiro, Acadêmico Associado do Departamento de Fisiologia.

Dra. Laura Rival, Professora Assistente de Antropologia e Desenvolvimento, Queen Elizabeth House e Instituto de Antropologia Social e Cultural, e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Cross.

Professor Peter Rivière, Professor de Antropologia Social e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade Linacre (o Professor Peter aposentou-se em 2001.)

Professor Christopher Rowlands, Professor de Teologia da cadeira Dean Ireland e *Fellow* (membro graduado) na The Queen's College (desde 2001).

Professor Alfred Stepan, Professor de Governo da cadeira Gladstone e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade All Souls (o Professor Alfred deixou a Universidade em 1999.)

Professora Nancy Leys Stepan, Pesquisadora Sênior na Unidade de Boas-Vindas de História da Medicina (a Professora Nancy deixou a Universidade em 1999.)

Professor Frances Stewart, Diretor da Queen Elizabeth House, Professor de Economia de Desenvolvimento, e *Fellow* (membro graduado) da Faculdade Somerville.

Professor Sanjay Subrahmanyam, Professor de História e Cultura Indiana e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Cross (o Professor Sanjay deixou a Universidade em 2005.)

Sra. Rosemary Thorp, Professora Associada de Economia da América Latina e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Antony.

Professor David Warrell, Professor de Medicina Tropical, Diretor do Centro de Medicina Tropical no Hospital John Radcliffe, e *Fellow* (membro graduado) na Faculdade St. Cross.

Sr. Laurence Whitehead, *Fellow* (membro graduado) do Gabinete de Política, Faculdade Nuffield.

Matias Spektor, candidato ao Doutorado (PhD) que forneceu assistência à pesquisa tanto ao Diretor quanto ao Dr. Andrew Hurrell, tornou-se Pesquisador Adjunto quando concluiu seu doutorado, em março de 2007.

ALGUNS EX-PESQUISADORES, EX-PESQUISADORES ADJUNTOS E EX-PESQUISADORES VISITANTES CONTINUARAM ASSOCIADOS AO CENTRO COMO PESQUISADORES ADJUNTOS, APÓS TEREM ASSUMIDO CARGOS EM OUTRAS UNIVERSIDADES.

Dr. Edmund Amann, Professor Assistente Sênior de Economia de Desenvolvimento, Universidade de Manchester.

Dra. Fiona Macaulay, Professora Assistente de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Bradford.

Dra. Mahrukh Doctor, Professora Assistente de Economia Política, Universidade de Hull.

Professora Lúcia Nagib, Professora de Cinema Mundial, Universidade de Leeds.

Dr. Miguel Carter, Professor Assistente de Desenvolvimento Internacional na Universidade Americana, Washington, D.C.

Dr. José Esteban Castro, Professor Associado em Sociologia na Universidade de Newcastle upon Tyne.

Oliver Marshall, pesquisador independente, fixado em Londres, foi agregado ao Centro como Pesquisador Adjunto em 2000, e assumiu a responsabilidade de grande parte do programa de publicações do Centro.

PESQUISADORES VISITANTES

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE ECONOMIA – FLEMINGS

Professor Marcelo de Paiva Abreu, Professor de Economia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1998.

Brasil e a Economia Mundial (1930-1945).

Dr. Renato Baumann, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Brasília, 1999.

Brasil: Uma Década de Transição.

Professor Wilson Suzigan, Professor de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Aglomerações Industriais no Estado de São Paulo.

Professor Fernando Ferrari Filho, Professor de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

O Euro e a UME: lições para o MERCOSUL.

Dr. Régis Bonelli, Consultor e Pesquisador Adjunto, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2002.

Mudanças da Produtividade no Brasil durante a década de 90.

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE ECONOMIA - BANCO SANTOS

Dr. Germano Mendes de Paula, Professor Assistente de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia, 1998-1999.

O Desempenho das Exportações do Setor de Minérios no Brasil.

Dr. Eliezer Martins Diniz, Professor Associado de Economia, Universidade de São Paulo, 1999-2000.

Crescimento, Poluição e o Protocolo de Quioto: uma avaliação do caso brasileiro.

Dr. Luiz Fernando de Paula, Professor Associado de Economia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000-2001.

Aquisições feitas por bancos europeus no Brasil e os impactos no setor bancário brasileiro.

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE ECONOMIA - BP

Dr. Helder Queiroz Pinto Jr., Diretor de Pesquisa do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

Reformas no Setor de Energia no Brasil.

Dr. Carlos Eduardo Frickmann Young, Professor Associado de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

Regulamentação Ambiental e Competitividade na Indústria Brasileira.

Dr. Ronaldo Fiani, Professor Associado de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

Competição nas indústrias de energia do Brasil e do Reino Unido.

PESQUISADORES VISITANTES NA ÁREA DE HUMANIDADES - MINISTÉRIO DA CULTURA

Professora Nádia Battella Gotlib, Professora de Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, 1998.

A Produção Literária das Mulheres no Brasil.

Dr. Silviano Santiago, escritor, crítico, ex-Professor de Literatura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, 1998.

Intérpretes do Brasil (uma antologia em 3 volumes).

Dr. Rodrigo Naves, historiador e crítico de arte, São Paulo, 1999.

A Influência de Kubin e de outros artistas europeus no trabalho de Oswald Goeldi.

Professora Walnice Nogueira Galvão, Professora de Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, 1999.

A Correspondência de Guerra em Euclides da Cunha.

Professora Else Ribeiro Pires Vieira, Professora de Literatura Comparada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

A produção literária dos grupos étnicos brasileiros nos países anglófonos.

Dra. Lúcia Nagib, Professora Assistente de Teoria e História do Cinema, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

Cinema brasileiro, raízes do presente, perspectivas para o futuro.

Dra. Marta de Senna, Professora Associada de Literatura Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

Alusões e citações literárias nos romances de Machado de Assis.

Professora Luiza Lobo, Professora de Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

Richard Rorty e a importância do pós-modernismo no contexto cultural do Brasil.

Professor José Murilo de Carvalho, Professor de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

Burke, Guizot e Uruguai: variações do pensamento conservador.

Dr. Eduardo Giannetti da Fonseca, Professor de Economia, Universidade de São Paulo e IBMEC, São Paulo, 2001.

Os custos ocultos da civilização: um estudo da história de uma idéia.

Dra. Flora Sussekind, Pesquisadora Sênior (*Senior Reseach*er), Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2002.

A sátira gráfica e a digressão na literatura brasileira do século XIX.

Dr. Elide Valarini Oliver, Professor Assistente de Literatura Brasileira e Comparativa, Universidade da Califórnia, Santa Barbara, 2002.

O Tempo, a morte, e imortalidade nas obras de Swift, Machado de Assis, Borges e Drummond de Andrade.

Professora Lília Moritz Schwarcz, Professora de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2003.

Arte acadêmica no Brasil durante o século XIX.

Dr. Antônio Sérgio Guimarães, Professor de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

Modernidade negra e o mito da democracia racial no Brasil.

Dr. José Augusto Pádua, Professor de História Ambiental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

O debate intelectual sobre a natureza e a destruição da natureza no Brasil desde o final do século XVIII.

Dr. João Cezar de Castro Rocha, Professor de Literatura Comparativa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

O dialeto da marginalidade. A caminho de um novo paradigma da cultura brasileira.

Dr. Ronaldo Lemos, Diretor, Centro de Tecnologia e Sociedade, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

Lei de propriedade intelectual, tecnologia e cultura.

PESQUISADORES VISITANTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Professor Paulo Sérgio Pinheiro, Professor de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1999.

Novas democracias e direitos humanos.

Dr. Celso Castro, Pesquisador Sênior, Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

O regime militar no Brasil, 1946-85.

Dr. Clóvis Cavalcanti, Diretor de Pesquisa, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2000.

Economia ecológica e desenvolvimento sustentável no Brasil.

Dr. Jairo Nicolau, Professor Associado de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2001.

A evolução do sistema representativo brasileiro em perspectiva comparativa.

Dr. Simon Schwartzman, Academia Brasileira de Ciências, 2003.

Questões de política social no Brasil, com referência especial à educação.

EM ABRIL DE 2002, O CENTRO ASSINOU UM CONVÊNIO COM O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ) - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO QUAL, A CADA ANO, DOIS CIENTISTAS SOCIAIS SENIORES PASSARAM ATÉ SEIS MESES NO CENTRO.

Professor Paulo Krischke, Professor Adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

Panorama teórico das abordagens ao aprendizado político em novas democracias.

Dr. Jurandir Malerba, Professor Associado de História, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

A historiografia da emancipação política no Brasil.

Profesor Lúcio Kowarick, Professor de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2004.

Movimentos sociais e a sociedade civil no Brasil dos anos 1970 ao presente, com referência especial à exclusão social e as políticas de inclusão em São Paulo.

Professor Antônio Barros de Castro, Professor de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

A ascensão e queda do Estado nacional-desenvolvimentista no Brasil, 1930-1980.

Dr. Cláudio Chaves Beato Filho, Diretor, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

O Crime, a polícia e o espaço urbano no Brasil, com referência especial à Belo Horizonte.

Dra. Karina Kuschnir, Professora Associada de Estudos de Mídia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

A antropologia das políticas locais no Brasil.

Dr. Luiz Fernando de Paula, Professor Associado de Economia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

Liberalização financeira: experiência recente nos países (BRIC).

Dr. Jairo Saddi, Diretor, Faculdade de Direito, IBMEC São Paulo, 2006-2007.

O judiciário, a economia e a lei.

Dr. Francisco de Assis Costa, Professor Adjunto, Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2001.

A economia política do setor agrário na Amazônia.

PROFESSOR VISITANTE DE LITERATURA BRASILEIRA DA CADEIRA MACHADO DE ASSIS – FINANCIADO PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

Professor Sérgio Paulo Rouanet, Academia Brasileira de Letras, 2004-2005.

Machado de Assis e Laurence Sterne.

Dra. Ana Maria Machado, Academia Brasileira de Letras, 2005-2006.

Literatura e cultura brasileira.

Professor José Murilo de Carvalho, Academia Brasileira de Letras, 2006-2007.

O pensamento social e político no Brasil do século XIX.

PESQUISADOR VISITANTE EM DIREITOS HUMANOS - FUNDAÇÃO FORD

Sr. Marcos Rolim, ex-deputado federal (PT – Rio Grande do Sul) 2003-2004.

Reformas da polícia e do sistema carcerário no Brasil, no Reino Unido e nos EUA.

EM 2004, O CENTRO ASSINOU UM CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO FORD, BRASIL, ESTABELECEndo UMA BOLSA DE PESQUISAS ANUALMENTE PARA PROFESSORES VISITANTES EM DIREITOS HUMANOS DA CADEIRA SÉRGIO VIERA DE MELLO.

Dr. Sérgio Haddad, Professor Associado de Sociologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, e Secretário Executivo, Ação Educativa, São Paulo, 2004-2005.

Desenvolvimento, desigualdade e educação no Brasil.

Dra. Flávia Piovesan, Professora Associada de Direitos Humanos e Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005-2006.

O Sistema Inter-Americano de Direitos Humanos e a experiência brasileira

Professor Oscar Vilhena Vieira, Professor de Direito, Fundação Getúlio Vargas, e Diretor Jurídico, Direitos Humanos Conectas, São Paulo, 2006-2007.

Tribunais constitucionais no Brasil, Índia e África do Sul.

Durante a visita oficial do **Presidente Luiz Inácio Lula da Silva** ao Reino Unido, em março de 2006 a CAPES, O Ministério da Educação e o Instituto Rio Branco, Ministério de Relações Exteriores, concordaram em financiar um programa – **Rio Branco - de Professores Visitantes em Relações Internacionais no Centro**, porém não houve nomeações em 2006-2007.

PESQUISADORES ADJUNTOS VISITANTES

Dr. Eduardo Haddad, Professor Assistente de Economia, Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 1998.

Desenvolvimento econômico regional e modelagem econômica.

Professor Clélio Campolina Diniz, Professora de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

Mudanças regionais recentes e futuras na economia brasileira.

Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor Associado da História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1998.

Relações Anglo-Brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial.

Professor Emir Sader, Professor de Sociologia, Universidade de São Paulo e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

Dilemas nacionais no final do século XX.

Professor Luis Carlos Bresser Pereira, Professor de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1999.

Incompetência e 20 anos de quase-estagnação na América Latina, com referência especial ao Brasil.

Professor Chiyoko Mita, Diretor, Centro de Estudos Luso-Brasileiro, Universidade de Sophia, Tokyo, 2001.

Questões da mão-de-obra migrante japonesa.

Professor Luiz Carlos Bresser Pereira, Professor de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

As relações entre a governança democrática e o desenvolvimento econômico no Brasil.

Dra. Louise Guenther, Acadêmica Visitante, Universidade do Novo México, 2001-2002.

Os britânicos no nordeste do Brasil na primeira metade do século XIX.

Dr. Timothy Power, Professor Associado de Ciência Política, Florida International University, 2002.

O governo de Fernando Henrique Cardoso tendo como pano de fundo da política de 'Terceira Via'.

Professor Michael Hall, Professor de História, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

As origens da legislação trabalhista brasileira e comparações com legislação trabalhista da Itália fascista.

Dr. Aaron Schneider, Pesquisador, Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Sussex, 2002.

Partidos Políticos e o planejamento de orçamentos nos estados brasileiros.

Dr. André Lara Resende, Economista, 2003.

A desvalorização moderna da vida pública com referência especial ao Brasil.

Dr. Alexandre Parola, Diplomata de carreira, Itamaraty, 2003.

Política externa brasileira durante os anos 1990.

Dr. Luiz Carlos Cagliari, Professor de Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

A lingüística e a literatura: marcas prosódicas em textos literários e a abordagem lingüística à alfabetização no Brasil.

Dra. Gladis Massini-Caligiari, Professora Assistente de Lingüística, Universidade Estadual de São Paulo em Araraquara, 2003.

Lingüística histórico-comparativa: o Português Medieval e o Português Brasileiro.

Dr. Milton Tosto, Pesquisador em pós-doutorado, Universidade de Westminster, 2003.

O liberalismo no pensamento político brasileiro e a natureza política do mercado financeiro brasileiro.

Dra. Nádyá Araújo Guimarães, Professora de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

A experiência do desemprego: uma comparação entre as áreas metropolitanas de São Paulo, Paris e Tóquio.

Dra. Maria Beatriz Bilac, Professora de Sociologia, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2004.

Estudo comparado das elites políticas na Grã-Bretanha, Brasil e América do Norte e seus papéis na construção do Estado (séculos XVII a XIX).

Professora Maria Cristina da Silva Leme, Professora de Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

A transferência de idéias sobre planejamento urbano da Inglaterra para o Brasil no século XX.

Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2004.

A participação privada no financiamento do desenvolvimento de infra-estrutura do transporte rodoviário.

Dr. Maurício Rands Barros, Deputado Federal (PT, Pernambuco), Professor Assistente em legislação trabalhista, Universidade de Brasília, 2004.

Reformas constitucionais no Brasil no governo do Presidente Lula.

Professora Barbara Freitag-Rouanet, Professora de Sociologia, Universidade de Brasília, 2004.

Capitais nômades no Brasil.

Professora Maria D'Alva Kinzo, Professora de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2004.

Partidos políticos e o eleitorado no Brasil: votos e representação.

Dra. Maite Conde, Pesquisadora em pós-doutorado, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2004.

Identificando a "belle époque" do cinema brasileiro.

Dr. Mariano Laplane, Professor Associado de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

A evolução da indústria brasileira desde 1990.

Dra. Sandra Vasconcelos, Professora Associada de Literatura Inglesa, Universidade de São Paulo, 2005.

As influências britânicas na criação do romance brasileiro no século XIX.

Dr. Marco Cepik, Professor Associado de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Pesquisa comparativa dos sistemas de inteligência e segurança nacional no Brasil, África do Sul e Colômbia.

Dra. Fabiana da Cunha Saddi, Pesquisadora em pós-doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.

A política de reforma da saúde pública no Brasil, México e Argentina desde 1990.

Dr. Túlio Kahn, Coordenador de Análise e Planejamento, Secretaria de Segurança Pública, São Paulo, 2005.

A prevenção municipal da criminalidade – alguns eventos recentes em São Paulo.

Dr. Nauro Campos, Professor Associado em Economia de Desenvolvimento, Universidade de Newcastle, 2005.

Barreiras institucionais quanto à entrada e saída de empresas no Brasil desde 1990.

Professor Juarez Freitas, Professor de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Os aspectos legais da regulação de serviços públicos e as parcerias público-privadas no Brasil e no Reino Unido.

Professor Albert Fishlow, Professor de Assuntos Internacionais e Diretor, Centro de Estudos Latino-Americanos e Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Columbia, 2005.

A democracia brasileira e desenvolvimento econômico desde 1985.

Professor Carlos Alberto Nunes Consenza, Professor Emérito de Microeconomia e Matemática Aplicada à Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

O projeto de biodiesel do Brasil.

Professor Jerry Haar, Professor de Gerenciamento e Negócios Internacionais, Florida International University, 2005.

Grupos no Brasil e o papel das parcerias público-privadas em alavancar a competitividade industrial.

Dr. Jairo Nicolau, Professor Associado de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005-2006.

Partidos políticos no Brasil.

Dra. Joana Garcia, Professora Associada de Política Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005-2006.

Famílias e políticas sociais no Brasil e no Reino Unido.

Dr. Pérsio Arida, Pesquisador Sênior, Instituto para Estudos de Políticas Econômicas, Rio de Janeiro, 2005-2007.

Poupança interna e dependência externa: propostas de políticas para o Brasil.

Professor Leo Heller, Professor de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005-2006.

Questões de água na América Latina e na Europa.

Dr. Leany Barreiro Lemos, Pesquisador Sênior, Senado Federal, Brasília, 2006.

Responsabilização horizontal no Brasil: o caso do poder legislativo.

Professora Tânia Pellegrini, Professora de Literatura Brasileira, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2006-2007.

Realismo na ficção brasileira contemporânea.

Dr. João Roberto Martins, Professor Associado de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2006-2007.

As forças armadas, tecnologia e sociedade.

Professor Edward Riedinger, Professor e Chefe das Coleções das Bibliotecas latino-americana, hispânica, espanhola e portuguesa, Ohio State University, 2006-2007.

Modernismo brasileiro, 1922-1960.

Professor Manuel Cesário, Observatório Amazônico Sul-ocidental em Saúde Coletiva e Ambiente (OASCA), Universidade Federal do Acre, 2006.

As conexões entre as mudanças socioambientais e o surgimento de doenças na Amazônia.

Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente, Professora Assistente de Economia, Universidade Federal de Roraima, 2007.

O Meio Ambiente e o comércio internacional: a exploração de recursos naturais na Amazônia brasileira.

Dr. José Augusto Pádua, Professor Associado de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

História ambiental: Brasil e África.

PESQUISADORES ADJUNTOS VISITANTES/DIPLOMATAS EM RESIDÊNCIA (DIPLOMATS-IN-RESIDENCE) - MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (ITAMARATY)

Sr. Eugênio Vargas Garcia, 1999-2000.

A política externa do Brasil nos anos 1920.

Sr. Guilherme Frazão Condurú, 2000-2001.

O processo de tomada de decisões em política externa durante o governo de Kubitschek (1956-1961).

Srta. Maria Cristina Martins dos Anjos, 2002-2003.

Relações Brasil-Colômbia e o impacto do conflito interno da Colômbia no Brasil.

Sr. Alexandre Nina, 2006.

A economia política de ajuda externa.

PROGRAMA ACADÊMICO

SEMINÁRIOS DE PESQUISA

Para uma lista de seminários de pesquisa realizados semanalmente durante o período acadêmico de 1997 a 2007, ver os **Relatórios Anuais** do Centro, que estão disponíveis também *online*.

CONFERÊNCIAS E OFICINAS DE PESQUISA

1997 – 1998

- A Democracia e os Direitos Humanos: teoria política e prática no Brasil;
- Brasil: rumo ao século XXI (*conferência inaugural patrocinada pelas Organizações Globo*);
- O Brasil e a Área de Livre Comércio das Américas após a Cúpula de Santiago;
- O Brasil desde 1930: a economia, a sociedade, a política;
- Desenvolvimento econômico regional no Brasil;
- Impactos causados pelo ser humano no meio ambiente da Amazônia: o conhecimento ecológico tradicional realmente desempenha um papel importante no futuro da região?;
- A globalização e a competitividade industrial no Brasil.

1998 – 1999

- O Brasil como uma economia de exportação;
- O futuro da esquerda no Brasil: o Partido dos Trabalhadores (PT) após as eleições de 1998;
- A sociedade não-civil, os direitos humanos e o Estado de direito no Brasil;
- A globalização, o poder do estado e as instituições internacionais: o Brasil em uma nova era de dependência? (*segunda conferência anual Oxford Globo*);
- A globalização e as cidades no mundo: reflexos de São Paulo (em parceria com a *Architectural Association*, Londres) – *realizada em Londres*;
- A raça e o gênero na literatura brasileira;
- Reflexões sobre a Amazônia I: O impacto da pesquisa na Amazônia no desenvolvimento da ciência;
- O investimento direto externo no Brasil: realizações e perspectivas.

1999 – 2000

- Coleta de amostras da natureza tropical (em parceria com a Welcome unit for the History of Medicine, Oxford e Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro);
- Transcrição: invenção literária, tradução e cultura (em homenagem a Haroldo de Campos) – em parceria com a Universidade de Yale; *uma segunda conferência foi realizada em Yale*;
- Desafios e oportunidades no setor de energia do Brasil;
- A agenda da reforma política no Brasil;
- A violência em dez capitais brasileiras;
- O Brasil de 1500 a 2000: o governo, a economia, a sociedade e a política (*terceira conferência anual Oxford Globo*);
- A tradição e a modernidade na literatura brasileira do século XX;
- As relações internacionais do Brasil no século XX: história e teoria;
- O cinema brasileiro: raízes do presente, perspectivas para o futuro;
- O sistema financeiro e o desenvolvimento econômico no Brasil.

2000 – 2001

- A doença de Chagas (em parceria com o Centre for Tropical Medicine, Oxford, como uma parte de Oxford 2000: Novos desafios em medicina tropical e parasitologia);
- Os desafios políticos e institucionais da reforma dos direitos humanos no Brasil;
- Clarice Lispector (em parceria com a Faculdade de Línguas Modernas e com o St. Peter's College);
- Economia etnoecológica;

- Reflexões sobre a Amazônia II: O impacto da pesquisa na Amazônia no desenvolvimento das ciências sociais e das artes;
- Os bancos europeus e o sistema financeiro brasileiro;
- Preparando o Brasil para o século XXI (*quarta conferência anual Oxford Globo*);
- As instituições políticas brasileiras em uma perspectiva comparativa: o papel do Congresso nos sistemas presidencialistas (em parceria com o Centro Latino-Americano);
- Competição e regulamentação: o setor de energia no Brasil e no Reino Unido/ União Européia;
- Em direção a uma convergência macroeconômica no MERCOSUL: lições da União Européia (em parceria com o Programa de Estudos da Argentina, Centro Latino Americano).

2001 – 2002

- A arte brasileira desde 1950 (em parceria com a exposição *Experiment, Experiência: art in Brazil, 1950-2000*, no museu de arte moderna de Oxford);
- A reforma política no Brasil em perspectiva comparativa;
- Investimento direto externo na indústria automotiva brasileira: o contexto e as questões gerais;
- A arte brasileira e a arquitetura dos séculos XVII e XVIII (em parceria com a exposição *Opulência e devoção: a arte barroca brasileira*, no museu Ashmolean);
- A natureza mutável das relações negócios-estado no Brasil: estratégias de capital externo e interno;
- A religião popular e a cultura visual no Brasil contemporâneo (em parceria com a exposição *Atos de Fé: fotografia brasileira contemporânea* no museu Ashmolean);
- A política de criação de Bancos Centrais nas novas democracias, com especial referência ao Brasil;
- Tendências na moderna poesia brasileira;
- A reforma da polícia no Brasil: diagnósticos e propostas de políticas;
- O meio-ambiente e o desenvolvimento no Brasil: a agenda de pesquisa atual;
- A energia e o meio-ambiente no Brasil: preocupações atuais, tendências futuras, comparações internacionais;
- O investimento direto externo na indústria automotiva brasileira: estratégias de investimento e integração regional;
- A globalização cultural e a defesa de culturas nacionais: o caso do Brasil em uma perspectiva comparativa (*quinta conferência anual Oxford Globo*);
- A educação para a cidadania: a educação do ensino médio no Reino Unido e no Brasil (em parceria com o Departamento de Estudos de Educação, Universidade de Oxford e a Cultura Inglesa e o Conselho Britânico, São Paulo) – *realizada em São Paulo*;
- A reforma política no Brasil em uma perspectiva comparativa (em parceria com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes) – *realizada no Rio de Janeiro*.

2002 – 2003

- Novas abordagens em relação à Independência do Brasil;
- Promoção dos direitos humanos por meio de boa governança no Brasil (em parceria com o Conselho Britânico, Brasil);
- O governo Lula: perspectivas e políticas;
- Superação das restrições em relação ao crescimento da exportação brasileira;
- Educação no Brasil;
- A reforma fiscal do estado brasileiro: reforma tributária e reforma da seguridade social;
- O governo Lula após seis meses: uma avaliação (em parceria com o Royal Institute for International Affairs (Chatham House) e os Conselhos Hispânico e Luso-Brasileiro (Canning House) – *realizada em Londres*.

2003 – 2004

- O movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (MST) e a reforma agrária no Brasil;
- Futebol, futebol, soccer: o futebol nas Américas (em parceria com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Londres e a Faculdade de Administração, Universidade de Liverpool - *realizada em Londres*);
- Machado de Assis (em parceria com o Instituto Camões, com a Faculdade de Línguas Modernas e o St. Peter's College);
- O Brasil lá fora I: a recepção da cultura contemporânea brasileira na Europa e nos Estados Unidos (em parceria com o Instituto de Estudos Latino-Americanos, King's College, Birbeck College, Universidade de Londres) – *realizada em Londres*;
- Florestas, cidades, mudança climática e pobreza: novas perspectivas em relação à política ambiental no Brasil;
- Superação da exclusão social: o Brasil em uma perspectiva comparativa;
- Crime e punição no governo Lula: desafios para um governo da esquerda;
- O banco central nas novas democracias: o Brasil em uma perspectiva comparativa;
- Reforma Trabalhista no Brasil;
- As dimensões ambientais do colonialismo europeu: uma perspectiva comparativa (em parceria com o Centro Oxford para Estudos Africanos);
- A exclusão social e a política de inclusão em uma perspectiva comparativa.

2004 – 2005

- Depois da ditadura: a prosa de ficção brasileira desde 1985;
- Hegemonia, ordem global e coalizões anti-hegemônicas (em parceria com o Centro de Estudos Internacionais de Oxford e a Universidade de Brasília – realizado em Brasília;
- O Brasil no exterior II: a recepção da cultura brasileira contemporânea na Europa e nos Estados Unidos;
- A política das atividades bancárias do Governo Federal no Brasil;
- Avaliação do impacto das políticas de desenvolvimento industrial: o caso da fabricação de automóveis no MERCOSUL;
- Informações sobre crimes, pesquisas sobre vítimas de crimes e a reação da polícia: experiências do Reino Unido, EUA e Brasil;
- Clientelismo político nas democracias contemporâneas: o caso do Brasil sob a perspectiva comparativa e interdisciplinar;
- A educação como direito humano: referência especial ao Brasil.

2005 – 2006

- A democracia na América Latina: dez anos do Latino-Barômetro (em parceria com o Instituto Latino-Barômetro, Santiago, Chile; o Centro Latino-Americano e o Instituto para o Estudo das Américas da Universidade de Londres);
- Propriedade intelectual global sob a perspectiva brasileira;
- A política das políticas públicas de saúde: Brasil, México e o Reino Unido;
- HIV/AIDS: pesquisa e políticas públicas no Brasil e no Reino Unido (em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO) - realizado no Rio de Janeiro;
- O Brasil e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos;
- Políticas públicas de fornecimento de água e saneamento: perspectivas teóricas e análise de experiências no Brasil e na Europa;
- Reconsideração sobre a governabilidade no Brasil: a reforma política é necessária?

2006 – 2007

- Liberalismo financeiro e desempenho econômico: a experiência do Brasil e outros países emergentes;
- Graciliano Ramos (em parceria com o Instituto Camões, a Faculdade de Línguas Modernas e o St. Peter's College);
- Política de Estado e instituições em uma perspectiva comparativa: lições do Brasil;
- O judiciário e o desenvolvimento econômico no Brasil e outros países emergentes;
- Mudança do clima e o destino da Amazônia (em parceria com o Instituto de Mudança Ambiental, Centro da Universidade de Oxford para o Meio-Ambiente e a Faculdade James Martin do Século XXI);

- Cortejar a justiça: o papel das cortes (tribunais) constitucionais no Brasil, Índia e África do Sul na proteção de direitos;
- A democracia e a falta de confiança do cidadão nas instituições públicas: o Brasil numa perspectiva comparativa (em parceria com o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas).

O Centro também participou de oficinas e conferências organizadas por outras instituições acadêmicas e não acadêmicas, além de Oxford, para as quais também forneceu palestrantes.

Os programas de todas essas conferências e oficinas podem ser encontrados nos **Relatórios Anuais** do Centro, disponíveis tanto em meio impresso quanto on-line: www.brazil.ox.ac.uk. Mais de 40 relatórios de conferências e oficinas podem ser encontrados on-line.

PALESTRAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS ESPECIAIS

O então **Presidente Fernando Henrique Cardoso** fez uma visita de caráter particular a Oxford em novembro de 2002 para receber da universidade o grau honorário de Doutor em Direito Civil, em reconhecimento por sua extraordinária contribuição à vida política e intelectual da América Latina e do Brasil. Ele compareceu a almoço no St. John's College, a convite de Lord Jenkins, reitor da universidade. Compareceu também a jantar no Christ Church College, a convite do professor Leslie Bethell, diretor do Centro de Estudos Brasileiros.

O então Presidente Fernando Henrique também proferiu a palestra Cyril Foster de 2002, intitulada "Governança global e democrática: uma perspectiva brasileira".

O presidente visitou o Centro para conhecer tanto o corpo docente quanto a equipe administrativa. Uma placa comemorativa foi afixada no Centro em homenagem à visita.

Em janeiro de 2006, o ex-presidente Fernando Henrique voltou a Oxford para proferir a palestra Olaf Palme sobre “Globalização, política e partidos políticos na América Latina”. Ele pronunciou uma palestra informal no Centro sobre a situação política do Brasil.

DENTRE OS MINISTROS E POLÍTICOS DE PRIMEIRO ESCALÃO QUE VISITARAM O CENTRO E FIZERAM APRESENTAÇÕES ESTÃO:

José Gregori, Secretário Nacional de Direitos Humanos (e também futuro Ministro da Justiça), outubro de 1997 e fevereiro de 1999.

José Goldenberg (ex-reitor da Universidade de São Paulo, Ministro da Ciência e Tecnologia e Ministro da Educação, além de futuro Secretário do Meio-Ambiente do Estado de São Paulo), dezembro de 1997 e maio de 2002.

Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (e futuro Presidente da República, 2003 -), fevereiro de 1999.

Tarso Genro (ex-prefeito de Porto Alegre e futuro Ministro da Justiça), fevereiro de 1999.

Cristovam Buarque (ex-reitor da Universidade de Brasília e governador do Distrito Federal, além de futuro senador e ministro da educação), fevereiro de 1999 e janeiro de 2002.

Eduardo Suplicy, senador (PT - São Paulo), fevereiro de 1999, fevereiro de 2003 e junho de 2004.

Celso Daniel, prefeito de Santo André, São Paulo, maio de 1999.

Paulo Renato de Souza, ministro da educação, março de 2000.

Francisco Weffort, ministro da cultura, maio de 2001.

Roberto Freire, senador (PPS - Pernambuco), maio de 2001.

Ronaldo Mota Sardenberg, ministro da ciência e tecnologia (e futuro embaixador do Brasil nas Nações Unidas), maio de 2001.

Celso Lafer, ministro das relações exteriores, novembro de 2002.

Erney Plessmann de Camargo, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), outubro de 2005.

Luiz Fernando Furlan, Ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, maio de 2006.

Além disso, os seguintes embaixadores do Brasil em Londres: **Rubens Barbosa**, **Sérgio Amaral**, **Celso Amorim** e **José Mauricio Bustani**

DUAS PALESTRAS PATROCINADAS PELO BANCO SANTOS FORAM REALIZADAS NO RENAISSANCE HOTEL EM SÃO PAULO:

Sr. John Fleming, Diretor, Wadham College, Oxford: “A experiência do euro como moeda única: lições para o Mercosul”, agosto de 1998.

Dr. Colin Lucas, Vice-Reitor, Universidade de Oxford: “O futuro da universidade: responsabilidade pública, financiamento privado”, abril de 2000.

FILMES

Maio a junho de 2000 - *Do cinema novo ao novo cinema: um festival de filmes brasileiros*, em colaboração com o Ministério da Cultura do Brasil e a Embaixada do Brasil em Londres, no Phoenix Cinema e no Magdalen College

Janeiro de 2005 – *Lula, do chão-de-fábrica à presidência do Brasil*: documentários sobre a formação do Partido dos Trabalhadores e a campanha presidencial de 2002, apresentados pelo Professor Leslie Bethell, do Magdalen College

Fevereiro de 2005 – *Violência em filmes no Brasil contemporâneo*: documentários sobre a violência nas favelas do Rio de Janeiro, apresentados por João Moreira Salles, na Taylor Institution

Novembro de 2005 – *História política contemporânea do Brasil*: uma série de documentários apresentados pela Dra. Ana Maria Machado, na Taylor Institution

Novembro de 2005 – *Jorge Amado*: uma série de filmes baseados nos romances de Jorge Amado, apresentados pela Dra. Ana Maria Machado, na Taylor Institution

Março de 2006 – *O sertão no cinema brasileiro: do cinema novo aos dias de hoje*, série de filmes apresentados pela Professora Lucia Nagib, no Centro para Estudos Brasileiros

MOSTRAS DE ARTE

O Centro, por meio de seu diretor, participou de três mostras de arte, organizadas pela BrasilConnects e os museus de Oxford:

“Experiment, experiência: a arte no Brasil de 1950 a 2000”, no Oxford Museum of Modern Art (julho a outubro de 2001);

“Opulência e devoção: a arte barroca brasileira”, no Ashmolean Museum, Universidade de Oxford (outubro de 2001 a fevereiro de 2002);

“Atos de fé: fotografia contemporânea brasileira”, no Ashmolean Museum, curada pelo Pitt Rivers Museum, Universidade de Oxford (outubro de 2001 a fevereiro de 2002);

O Centro, em parceria com a instituição Brazilian Contemporary Arts, de Londres, promoveu uma mostra de fotografias de Hannah J. Taylor, intitulada *Brasília Project*, maio a junho de 2007, em conjunto com uma mesa redonda sobre o modernismo brasileiro e a construção de Brasília – *realizada em Londres*.

PUBLICAÇÕES

Livros publicados pelo Centro:

Oliver Marshall, *O Brasil nos arquivos Britânico e Irlandês* (2002), edição revista e ampliada em português (2007); segunda edição revista e ampliada em inglês a ser publicada em breve.

Leslie Bethell, *O Brasil sob a ótica de autores Britânicos e Irlandeses* (2003).

Louise H. Guenther, *Comerciantes britânicos no Brasil do século dezenove: comércio, cultura e identidade na Bahia, de 1808 a 1850* (2004).

Oliver Marshall, *Colonizadores ingleses, irlandeses e irlando-americanos no Brasil do Século Dezenove* (2005).

K. David Jackson (ed.), *Haroldo de Campos aos 70. Um diálogo com o poeta concretista brasileiro* (2005).

Lourdes Sola e Laurence Whitehead (eds), *A construção da autoridade monetária: democracia e a ordem financeira no Brasil* (2006).

Livros publicados pelo Centro em Parceria com outros editores

Lúcia Nagib (ed.), *O Novo Cinema Brasileiro* (com I B Tauris, Londres, 2003); edição japonesa, revista e ampliada (Petit Grand Publishers, Tóquio, 2006).

Marcos Rolim, *Síndrome da rainha: policiamento e segurança pública no século XXI* (com a Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2006).

Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho (eds), *Joaquim Nabuco e os abolicionistas ingleses* (a ser publicado em breve).

No prelo:

Ismail Xavier (ed.), *Glauber Rocha: escritos sobre o cinema* (traduzido por Stephanie Dennison) (com I B Tauris, Londres).

Livros publicados a partir de seminários, oficinas e conferências realizadas no Centro

Cláudia Pazos-Alonso e Claire Williams (eds), *Mais perto do coração selvagem: ensaios sobre Clarice Lispector* (Oxford: Legenda, 2002).

Philip Arestis e Luiz Fernando de Paula (eds), *União monetária na América do Sul: lições da União Monetária Européia* (Cheltenham: Edward Elgar, 2003).

Colin Brock e Simon Schwartzman (eds), *The challenges of education in Brazil* (Wallingford: Symposium Press – Estudos de Oxford sobre a educação comparativa, 2005, edição portuguesa: os desafios da educação no Brasil (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005).

Darrell Addison Posey e Michael Balick (eds), *Impactos humanos na Amazônia: o papel do conhecimento ecológico tradicional na conservação e desenvolvimento* (Nova York: Columbia University Press, 2006).

Jurandir Malerba (ed.). *A independência brasileira: novas dimensões* (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006).

Rory M. Miller e Liz Crolley (eds), *O futebol nas Américas: fútbol, futebol, soccer* (Londres: Instituto de Estudos das Américas, 2007).

Jairo Nicolau e Timothy J. Power (ed), *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma* (Editora UFMG, Belo Horizonte, a ser publicado em breve).

Miguel Carter (ed.), *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil* (Editora da UNESP, a ser publicado em breve); *Challenging social inequality: the landless rural workers' movement (MST) and agrarian reform in Brazil* (Duke University Press, a ser publicado em breve).

Philip Arestis e Luiz Fernando de Paula (eds), *Liberalismo financeiro e desempenho econômico em países emergentes* (Palgrave Macmillan, a ser publicado em breve).

Revistas

Edições especiais de revistas acadêmicas baseadas em trabalhos apresentados em oficinas e conferências realizadas no Centro:

Oxford Development Studies / Estudos de Oxford sobre Desenvolvimento, vol. 27/3 (1999). Edição especial: Economic Liberalization and the Brazilian industrial sector in the 1990s / Liberalização econômica e o setor industrial brasileiro nos anos noventa

Latin American Business Review / Análise Econômica da América Latina, vol. 3/4 (2002). Edição especial: Os bancos europeus e o sistema financeiro do Brasil

Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 45/1 (2002). Edição especial: instituições políticas brasileiras em uma perspectiva comparativa

International Affairs / Negócios Internacionais, vol. 82/1 (2006). Edição especial: perspectivas sobre as prováveis grandes potências emergentes

O Centro também patrocinou a publicação de uma edição especial bilíngüe de *Arte e Ensaios*, a revista da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), editada por Michael Asbury, Glória Ferreira e Guilherme Bueno, sobre correspondência transnacional (ensaios escritos por artistas brasileiros e britânicos, além de críticos de arte e entrevistas concedidas por eles).

Trabalhos de pesquisas do CEB

Série Oxford - Banco Santos

1. **Germano Mendes de Paula**, *The dimensions of the strategy of internalization: the case of four steel groups (mini-mills) / Dimensões de quatro grupos siderúrgicos (mini-fábricas)* (novembro de 1999)
2. **Eliezer Martins Diniz**, *Growth, pollution and the Kyoto Protocol: an assessment of the Brazilian case / Crescimento, poluição e o Protocolo de Quioto: uma avaliação do caso brasileiro* (junho de 2000)
3. **Luiz Fernando de Paula**, *The recent wave of European Banks in Brazil: determinants and impacts / A onda de bancos europeus no Brasil nos anos 90: determinantes e impactos* (novembro de 2001)

Série Oxford – BP

1. **Helder Queiroz Pinto Junior**, *Institutional designs and regulatory reforms in the energy industries: an international comparative analysis and lessons for Brazil / Projetos Institucionais e reformas regulatórias no setor de energia: Análise comparativa internacional e lições para o Brasil* (junho de 2002)
2. **Carlos Eduardo Prickmann Young**, *Environmental regulation and competitiveness in Brazilian industry, with special reference to the energy sector / Regulamentação ambiental e competitividade na indústria brasileira, com especial referência ao setor de energia* (junho de 2003)
3. **Ronaldo Fiani**, *Governance problems in the Brazilian energy sector / Problemas de governance no setor energético brasileiro* (dezembro de 2003)

Trabalhos preliminares do CEB

1. **Edmund Amann & Werner Baer**, *"From technology absorption to technology production: industrial strategy and technological capacity in Brazil's development process" / Da absorção de tecnologia à produção tecnológica: estratégia industrial e capacidade tecnológica no processo de desenvolvimento do Brasil*, 1998.
2. **Eduardo A. Haddad & Geoffrey J.D. Hewings**, *"Trade liberalization and regional competitiveness in the Brazilian economy" / Liberalização comercial e a competitividade regional na economia brasileira*, 1998.
3. **Marcelo de Paiva Abreu**, *"The Brazilian economy, 1930-1945" / A economia brasileira, de 1930 a 1945*, 1999.
4. **Clélio Campolina Diniz**, *"Recent and prospective regional changes in the Brazilian economy" / Mudanças regionais recentes e futuras na economia brasileira*, 1999.
5. **Nádia Battella Gotlib**, *"A literatura feita por mulheres no Brasil"*, 1999.
6. **Germano Mendes de Paula**, *"The export performance of the Brazilian minerals sector" / O desempenho das exportações do setor de minerais no Brasil*, 1999.
7. **Renato Baumann**, *"Brazil in the 1990s: an economy in transition" / O Brasil dos anos noventa: uma economia em transição*, 1999.

8. **Harry M. Makler**, "*Bank privatisation in Brazil: is the end of financial federalism in sight?*" / *Privatização de bancos no Brasil: será o fim do federalismo financeiro?*, 1999.
9. **Rodrigo Naves**, "*De fora: Goeldi*", 2000.
- 9A. **Walnice Galvão**, "*Um estudo sobre o diário de uma expedição de Euclides da Cunha*", 2000.
10. **Celso Castro**, "*The military and politics in Brazil: 1964 – 2000*" / *Os militares e a política no Brasil: 1964 – 2000*, 2000.
11. **Lúcia Nagib**, "*Three studies on Brazilian films of the 1990s*" / *Três estudos sobre os filmes brasileiros dos anos noventa*, 2000.
12. **Luiz Carlos Bresser Pereira**, "*Incompetence and confidence building behind 20 years of quasi-stagnation in Latin America, with special reference to Brazil*" / *Incompetência e credibilidade em 20 anos de semi-estagnação na América Latina, com referência especial ao Brasil*", 2000.
13. **Wilson Suzigan**, "*Industrial clustering in the state of São Paulo*" / *Agrupamentos industriais no estado de São Paulo*, 2000.
14. **Eugênio Vargas Garcia**, "*Anglo-American rivalry in Brazil: the case of the 1920s*" / *Rivalidade anglo-americana no Brasil: o caso da década de 1920*, 2000.
15. **Paulo Spergio Pinheiro**, "*Brazil and the international human rights system*" / *o Brasil e o sistema internacional de direitos humanos*, 2000.
16. **Carlos Pereira & Lucio Rennó**, "*Successful strategies for reelection: local and national political-institutional dynamics in the 1998 elections for the Brazilian Chamber of Deputies*" / *Estratégias para a reeleição bem sucedida: dinâmica político-institucional local e nacional nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados no Brasil*, 2000.
17. **Andrea Goldstein**, "*From national champion to global player: explaining the success of EMBRAER*" / *De campeão nacional a participante global (global player): a explicação do êxito da EMBRAER*, 2001.
18. **Fernando J. Cardim de Carvalho**, "*The recent expansion of foreign banks in Brazil: first results*" / *A recente expansão dos bancos estrangeiros no Brasil: primeiros resultados*, 2001.
19. **José Murilo de Carvalho**, "*Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai: between Guizot and Tocqueville – the dilemmas of a 19th century Brazilian conservative*" / *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai: entre Guizot e Tocqueville – os dilemas de um conservador no Brasil do século 19*, 2001.
20. **Mahrukh Doctor**, "*Business and delays in port reform: institutional obstacles and collective action problems*" / *Negócios e atrasos na reforma portuária: obstáculos institucionais e problemas de ação coletiva*", 2001.
21. **Luiza Lobo**, "*Richard Rorty e a importância do pós moderno no contexto cultural brasileiro*", 2001.
22. **Clóvis Cavalcanti**, "*Economic thinking, traditional ecological knowledge and ethnoeconomics*" / *Pensamento econômico, conhecimento ecológico tradicional e a etno-economia*, 2001.
23. **Fernando Ferrari Filho**, "*Monetary union in Mercosur? A Keneysonian alternative proposal*" / *Unidade monetária no MERCOSUL? Uma proposta Keynesiana alternativa*, 2001.

24. **Guilherme Frazão Condurú**, *"The Robore agreements (1958): a case study in foreign policy-making in the Kubitschek administration" / Os Acordos de Roboré (1958): estudo de caso da política externa no governo Kubitschek*, 2001.
25. **Ann Bartholomew**, *"Trade creation and trade diversion: the welfare impact of Mercosur on Argentina and Brazil" / A criação de comércio e as divergências comerciais: o impacto do Mercosul sobre a assistência social na Argentina e no Brasil*", 2002.
26. **Jairo Nicolau**: *"A participação eleitoral no Brasil*, 2002.
27. **Carlos Pereira**, *"Institutional conditions for presidential success in the legislative arena: the electoral connection in Brazilian politics" / Condições institucionais para o êxito presidencial na arena legislativa: a conexão eleitoral na política brasileira*, 2002.
28. **Luiz Fernando de Paula**, *"Expansion strategies of European Banks in Brazil and their impact on the Brazilian banking sector" / Estratégias de expansão dos bancos europeus no Brasil e seu impacto no setor bancário brasileiro*, 2002.
29. **Timothy J. Power & Mahrukh Doctor**, *"The resilience of corporatism? Continuity and change in Brazilian corporatist structures" / A resistência do corporativismo? Continuidade e mudança nas estruturas corporativas brasileiras*, 2002.
30. **Armando Castelar Pinheiro**, *"The Brazilian privatization experience: what's next?" / A experiência de privatização brasileira: e agora?*, 2002.
31. **Fiona Macaulay**, *"Political and institutional challenges to reforming the Brazilian prison system" / Desafios institucionais e políticos para reformar o sistema carcerário no Brasil*, 2002.
32. **Louise Guenther**, *"The British community of the 19th century Bahia: public and private lives" / A comunidade britânica na Bahia do século dezenove: vidas públicas e privadas*, 2002.
33. **Fiona Macaulay**, *"Problems of police oversight in Brazil" / Problemas de supervisão da polícia no Brasil*, 2002.
34. **Flora Sussekund**, *"The territorialization and literary form: Brazilian contemporary literature and urban experience" / A territorialização e a forma literária: a literatura contemporânea brasileira e a experiência urbana*, 2002.
35. **Régis Bonelli**, *"Productivity change in Brazil during the 1990s" / Mudanças na produtividade no Brasil durante a década de 1990*, 2002.
36. **Carlos Eduardo Frickmann Young**, *"Is deforestation a solution for economic growth in rural areas? Evidence from the Brazilian Mata Atlantica", Será que o desflorestamento é a solução para o crescimento econômico nas áreas rurais? Evidências da Mata Atlântica Brasileira*, 2002.
37. **Leslie Bethell**, *"The British contribution to the study of Brazil" / A contribuição britânica ao estudo do Brasil*, 2003.
38. **Simon Schwartzman**, *"The challenges of education in Brazil" / Os desafios da educação no Brasil*, 2003.
39. **Elide Oliver**, *"Some observations on the treatment of individual consciousness and Darwinisticism in Machado de Assis" / Algumas observações sobre o tratamento da conscientização individual e o Darwinisticismo nas obras de Machado de Assis*, 2003.
40. **Mahrukh Doctor**, *"The interplay of states and markets: the role of business-state relations in attracting investment to the automotive industry in Brazil" / A interação entre estados e mercados: o papel das relações entre as empresas e os estados para atrair investimentos para a indústria automotiva no Brasil*, 2003.

41. **Simon Schwartzman**, *"Globalization, poverty and social inequity in Brazil / Globalização, pobreza e desigualdade social no Brasil*, 2003.
42. **Jorge Saba Arbach & João Alberto de Negri**, *"The determinants of Brazilian manufacturing exports" / Os determinantes das exportações industriais brasileiras*, 2003.
43. **Miguel Carter**, *"The origins of Brazil's landless workers' movement (MST): the Natalino episode in Rio Grande do Sul (1981-84). A case of ideal interest mobilization" / As origens do movimento dos trabalhadores sem terra (MST) no Brasil: O episódio Natalino no Rio Grande do Sul (1981-84). Um caso de mobilização de interesse real*, 2003.
44. **Lia Valls Pereira**, *"A agenda brasileira de crescimento das exportações: principais questões"*, 2003.
45. **Jurandir Malerba**, *"Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c. 1980)"*, 2003.
46. **Fiona Macaulay**, *"Sexual politics, party politics; the PT government's policies on gender equity and equality" / A política sexual e a política partidária; as políticas governamentais do PT sobre igualdade e equidade de gêneros*, 2003.
47. **Lília Moritz Schwarcz**, *Not black, not white: just the opposite. Culture, race and national identity in Brazil" / Nem preto, nem branco: muito pelo contrário. Cultura, raça e identidade nacional no Brasil*, 2003.
48. **Marcos Rolim**, *"Prisão e ideologia: limites e possibilidades para a reforma prisional no Brasil"*, 2004.
49. **Lília Moritz Schwarcz**, *"A natureza como paisagem e como emblema da nação: uma reflexão sobre arte neoclássica no Brasil do século XIX e acerca da produção de Nicolas Taunay"*, 2004.
50. **Rogério B. Arantes**, *"The 'Ministério Público' and political corruption in Brazil" / O Ministério Público e a corrupção política no Brasil*, 2004.
51. **Túlio Kahn**, *"Segurança pública e trabalho policial no Brasil"*, 2004.
52. **Antônio Sérgio Alfredo Guimarães**, *"Intelectuais negros e modernidade no Brasil"*, 2004.
53. **José Augusto Pádua**, *"Nature conservation and nation building in the thought of a Brazilian founding father: José Bonifácio (1763-1838) / A conservação da natureza e a construção da nação no pensamento de um dos fundadores do Estado brasileiro: José Bonifácio (1763-1838)*, 2004.
54. **Kurt Von Mettenheim**, *"From the economics of politics to the politics of monetary policy in Brazil" / Da economia da política para a política das políticas monetárias no Brasil"*, 2004.
55. **Kathryn Hochstetler & Margaret Keck**, *"From pollution control to sustainable cities: urban environmental politics in Brazil" / Do controle da poluição às cidades sustentáveis: política ambiental e urbana no Brasil*, 2004.
56. **Eduardo Viola**, *"Brazil in the politics of global governance and climate change, 1989-2003" / O Brasil na política da governança global e a mudança do clima, 1989-2003*, 2003.
57. **Kathryn Hochstetler**, *"Civil society in Lula's Brazil" / A sociedade civil no Brasil de Lula*, 2004.

58. **Lúcio Kowarick**, "*Housing and living conditions in the periphery of Sao Paulo: an ethnographic and sociological study*" / *Habitação e condições de vida na periferia de São Paulo: um estudo etnográfico e sociológico*, 2004.
59. **Nády Araújo Guimarães**, "*Desemprego: trajetórias, transições e percepções. Comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de welfare (São Paulo, Paris e Tóquio)*", 2005.
60. **Miguel Carter**, "*The landless rural workers' movement (MST) and democracy in Brazil*" / *O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a democracia no Brasil*, 2005.
61. **Sandra Vasconcelos**, "*British contributions to the making of the Brazilian novel*" / *Contribuições britânicas à composição do romance brasileiro*", 2005.
62. **João Cezar de Castro Rocha**, "*The 'dialectic of marginality': preliminary notes on Brazilian contemporary culture*" / *A dialética da marginalidade: notas preliminares sobre a cultura brasileira contemporânea*, 2005.
63. **Cristiana Barreto**, "*Social complexity in ancient amerindian societies: perspectives from the Brazilian lowlands*", *Complexidade social nas antigas sociedades ameríndias: perspectivas das planícies brasileiras*, 2005.
64. **Karina Kuschner**, "*Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*", 2005.
65. **Cláudio Beato, Bráulio Figueiredo Alves & Ricardo Tavares**, "*Crime, police and urban space: the case of Belo Horizonte*" / *Crime, polícia e espaço urbano: o caso de Belo Horizonte*, 2005.
66. **Cristian Barreto**, "*Arte e arqueologia na Amazônia antiga*", 2005.
67. **Sérgio Paulo Rouanet**, "*Machado de Assis e a subjetividade Shandiana*", 2005.
68. **Albert Fishlow**, "*Thirty years of combating inflation in Brazil: from the PAEG (1964) to the Plano Real (1994)*" / *Trinta anos de combate à inflação no Brasil: do PAEG (1964) ao Plano Real (1994)*.
69. **Tânia Pellegrini**, "*Clear enigma: Brazilian crime fiction and urban violence*" / *Enigma claro: A ficção de crime no Brasil e a violência urbana*.
70. **Jairo Nicolau**, "*O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*", 2006.
71. **Carlos Pereira, Timothy Power & Lucio Rennó**, "*From logrolling to logjam: agenda Power, presidential decrees, and the unintended consequences of reform in the Brazilian Congress*" / *Da troca de favores ao impasse: poder de agenda, decretos presidenciais e as consequências inesperadas da reforma no Congresso Nacional*, 2006.
72. **Sérgio Haddad & Maria Malta Campos**, "*O direito humano à educação escolar pública de qualidade*", 2006.
73. **Léo Heller**, "*Acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: considerações históricas, conjunturais e prospectivas*", 2006.
74. **Fiona Macaulay**, "*Neo-liberal influence in the justice sector and human rights reform in Brazil under the Cardoso government*" / *Influência neo-liberal na justiça e a reforma dos direitos humanos no Brasil no Governo FHC*, 2006.
75. **Ana Maria Machado**, "*Jorge Amado: uma re-leitura*", 2006.
76. **Leany Barreiro Lemos**, "*Horizontal accountability in Brazil: congressional oversight of the executive branch*" / *Responsabilização horizontal no Brasil: fiscalização do Congresso sobre o Executivo*, 2006.
77. **Flávia Piovesan**, "*Brasil e os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos*", 2006.

78. **Mahrukh Doctor & Luiz Fernando de Paulo**, *"Foreign interests and financial crises in Brazil" / Interesses estrangeiros e crises financeiras no Brasil*, 2007.
79. **Aquiles Alencar Brayner**, *"João Gilberto Noll and the critique of romance reportagem" / João Gilberto Noll e a crítica do romance-reportagem*, 2007.
80. **Ronaldo Lemos**, *"From legal commons to social commons: Brazil and the culture industry in the 21st century" / "Dos bens comuns jurídicos aos bens comuns sociais: o Brasil e a indústria da cultura do século 21*, 2007.
81. **Philip Arestis, Luiz Fernando de Paula & Fernando Ferrari-Filho**, *"Assessing the economic policies of President Lula in Brazil: has fear defeated hope?" / Avaliação das políticas econômicas do Presidente Lula no Brasil: será que o medo venceu a esperança?*, 2007.
82. **Jairo Saddi**, *"The inseparable connection between the judiciary and credit as an instrument of national development: the case of Brazil" / A conexão inseparável entre o judiciário e o crédito como instrumento do desenvolvimento nacional: o caso do Brasil*, 2007.
83. **Alexandre Nina**, *"Action against hunger and poverty: Brazilian foreign policy in Lula's first term (2003-6) / Ações contra a fome e a pobreza: política exterior brasileira no primeiro mandato de Lula (2003 – 2006)*, 2007.
84. **Oscar Vilhena Vieira**, *"Inequality and the subversion of the rule of law in Brazil" / Desigualdade e a subversão do estado de direito no Brasil*, 2007.
85. **João Roberto Martins Filho**, *"The Brazilian armed forces in the post-Cold War era: what has changed in military thinking? / As Forças Armadas brasileiras na era pós Guerra Fria: o que mudou na maneira de pensar dos militares?*
86. **Francisco de Assis Costa**, *"Dinâmica agrária e emissão de carbono na Amazônia"*, 2007.
87. **José Murilo de Carvalho**, *"Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX"*, 2007.

Os trabalhos preliminares podem ser encontrados na página do Centro na internet:
www.brazil.ox.ac.uk

A maior parte dos trabalhos preliminares citados acima foram publicados em revistas acadêmicas ou transformaram-se em livros. Referências completas podem ser encontradas na página do Centro na internet.

O Brasil em teses de doutorado na Grã-Bretanha, 1960 – 2005

O Centro compilou uma lista de teses de doutorado sobre o Brasil na área das ciências sociais, ciências da natureza e ambientais, e ciências humanas defendidas nas universidades britânicas de 1960 a 2004. Uma lista suplementar de teses de doutorado defendidas em 2005 foi incluída em 2007. Ambas as listas estão online: www.brazil.ox.ac.uk

BRAZweb

O professor Edward Riedinger, diretor do Acervo sobre a América Latina na Biblioteca da Universidade Estadual de Ohio e Pesquisador Adjunto Visitante do Centro em 2006-7, forneceu este guia online dos recursos de pesquisa eletrônica sobre Estudos Brasileiros. Esse guia é regularmente atualizado por meio do OXLatlist, um boletim informativo sobre

recursos eletrônicos não apenas para estudos brasileiros, mas também para estudos Latino-Americanos em geral. Encontra-se no www.brazil.ox.ac.uk

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Administração:

Margaret Hancox, MA (Glasgow), 1997-2003

Julie Smith, BA (Leicester), 2003-7

Secretaria e Assistência Pessoal ao Diretor:

Jocelyn Bradley, BA (Londres), 1998-2003

Sarah Rankin, BA (Liverpool), 2003-5 and 2006-7

Cristiane Coutinho, BA (Oxford Brookes), 2005-6

Escritório Administrativo:

Nádia Goodman, BA (PUC-Campinas), 1997-2001

Ailsa Thom, BA (Western Australia), 2001-5

Kate Candy, BA (Londres), 2005-7

Escritório de Eventos/Secretaria:

Alessandra Nolasco, 2001-2

Susana Christy, BA (Oxford Brookes), 2002-3

Michelli Jaques, 2004-6

Sabrina Mello Souza, BA (PUC-Rio Grande do Sul), 2006-7

Agenda do Presidente do Senado Federal

12/12/2007
quarta-feira

-
- 12:00** - **Sessão Deliberativa Extraordinária destinada à eleição e posse do novo Presidente do Senado Federal**
Plenário do Senado Federal
- 15:30** - **Secretários Estaduais e Municipais de Saúde**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa Ordinária**
Plenário do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 5382 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 019.569/07-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor RAIMUNDO CORDEIRO MORORO, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, combinado com o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, e no Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076, de 2005-Plenário TCU, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
PDT - Patrícia Saboya*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Maioria-PMDB - Mão Santa*
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-DEM - José Agripino*
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PRB - Euclydes Mello* (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

PDT - Jefferson Peres*
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmiir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PT - Augusto Botelho*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shlessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho – PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 5.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 318 PÁGINAS